espaços de favela, fronteiras do ofício

história e experiências contemporâneas de arquitetos em **assessorias de urbanização**

m a g a l y m a r q u e s p u l h e z

orientação

prof. dr. josé tavares correia de lira

sãocarlos >>fev2007

Espaços de favela, fronteiras do ofício:
história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização

Magaly Marques Pulhez

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre.

orientação

Prof. Dr. José Tavares Correia de Lira

são carlos > > fevereiro de 2007

agradecimentos]

Agradeço ao José Lira, pela orientação sempre precisa, pelo cuidado e atenção com que acompanhou todas as atividades desta pesquisa, pelo enorme crescimento intelectual que me proporcionou e pela amizade que construímos; agradeço à Evelina Dagnino, figura fundamental para os rumos que o trabalho acabou tomando, seja pelas discussões ao longo de seu curso na UNICAMP, seja pelas sugestões importantes na banca de qualificação; agradeço enormemente à Ana Amélia da Silva, que gentilmente participou da banca final de avaliação do trabalho, quando pudemos estabelecer uma interlocução riquíssima e entusiasmada a respeito das questões que tanto nos inquietam; à Cibele Rizek agradeço especialmente: por me abrir a possibilidade de (tentar!) abordar prática e ofício pelo viés da política, por trocar comigo tantas conversas pelos corredores do Departamento e por acompanhar de perto minhas aflições e descobertas.

Agradeço aos funcionários e aos professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC, especialmente ao Marcelinho.

Agradeço a todos os arquitetos de Usina, Teia, GTA e Peabiru e aos técnicos das prefeituras de São Paulo e Santo André que ouvi e por quem fui ouvida, formal e informalmente, em horas e horas de entrevistas e depoimentos fundamentais para o embasamento empírico da pesquisa; imensamente, agradeço aos tantos moradores da Dois de Maio, do Jd. Olinda e da Tamarutaca que me abriram suas casas para longas e animadas conversas; aos técnicos e agentes comunitários que me receberam no canteiro de obras do Jd. Olinda também devo agradecimentos: sem eles a pesquisa ali não teria se viabilizado; e, especialmente, agradeço àquelas que se dispuseram, sempre com muita gentileza, a me acompanhar às três áreas pesquisadas: Zeza, Tais e Silmara.

Agradeço aos queridos amigos de São Carlos, Lúcia, Gabriel e Daniel, por terem me recebido nesta cidade com tanto carinho, pelos momentos de descontração, pelos momentos de trabalho e pelas animadas interlocuções que mantivemos ao longo destes anos e que certamente vamos manter por muitos outros ainda; à Thaís, especialmente, por tudo isso e por compartilhar comigo as tantas decepções e descobertas acumuladas durante esses nossos tempos de mestrado; ao André, sempre presente, animando minhas estadias em São Paulo nos tempos difíceis da pesquisa de campo; à Raíssa e à Andrea, pela força que nos faz *todosjuntos*, mesmo estando longe – a amizade acima de tudo.

Agradeço especialmente à Usina e à Teia – e ali, mais especialmente ainda, à Bia e Heloisa, Renata, Du e Pepino –, que eu tanto admiro e respeito e que tanto me honram por serem parte fundamental de minha formação.

Ao João Marcos não saberia como agradecer, mas, ainda assim, tento fazê-lo duplamente – àquele que é personagem da história que aqui remonto e, principalmente, àquele que participou deste trabalho pelo lado de fora dele: por me agüentar e me ajudar, pelas sugestões e contribuições desde o início e até o final; mas, sobretudo, por tudo o que foi e já valeu e pelo muito que ainda será, porque vivemos para a possibilidade da invenção e acreditamos nela.

Agradeço, finalmente, à minha irmã, Mariana, minha grande amiga de sempre e apesar de tudo; ao meu pai, Nilo, pelo apoio absolutamente incondicional e fundamental, a cada momento; e às minhas três mães, Cristina, Marly e Magaly – minha referência no mundo.

Esta pesquisa contou com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entre os meses de agosto de 2004 e agosto de 2006.

resumo]

Esta dissertação propõe uma reflexão crítica sobre a prática profissional do arquiteto voltada às questões da habitação popular, especialmente a habitação em favelas urbanizadas. Partimos de uma revisão histórica do lugar do arquiteto frente às condicionantes de precarização da moradia urbana, trilhando um percurso bibliográfico e analítico que se inicia nos anos 1930 e chega aos dias atuais: procuramos discutir, num contexto ampliado, as especificidades do envolvimento de arquitetos com o universo da cultura popular e das favelas, o que nos permite situar e entender historicamente a inserção desses profissionais nos hoje consagrados processos de urbanização de assentamentos precários, operados num contexto de reforma direcionada ao mercado e de explicitação e radicalização da insuficiência da aposta estatal em políticas compensatórias para lidar com o déficit habitacional. Como procedimento metodológico, optamos por focalizar algumas práticas recentes de urbanização de favelas: as experiências junto aos núcleos *Dois de Maio*, em São Paulo (SP), *Jardim Olinda*, também na capital paulista, e *Tamarutaca*, em Santo André (SP), incluídos, nos anos 2000, em dois diferentes programas públicos de urbanização – o *Programa Bairro Legal*, da prefeitura de São Paulo, e o *Programa Integrado de Inclusão Social* (atual *Santo André Mais Igual*), promovido pelo poder público andreense –, e de cujos projetos urbanísticos e habitacionais participaram, respectivamente, as organizações *USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado / TEIA Casa de Criação* (em parceria), *GTA Grupo Técnico de Apoio* e *PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais*. A pesquisa de campo nos permite entender tanto os desdobramentos históricos do exercício profissional dos arquitetos no enfrentamento da questão das favelas, quanto as potencialidades de transformação da prática contemporânea, tendo em vista o contexto político que envolve Estado, movimentos sociais, técnicos e o conjunto mais amplo da sociedade. A partir da descrição dos casos, procuramos discutir o percurso profissional dos arquitetos nos espaços de diálogo, articulações e vinculações que se estruturaram a partir das especificidades das ações desenvolvidas, suscitando uma reflexão aprofundada sobre questões que dizem respeito à realidade atual das políticas públicas voltadas para a urbanização de favelas e sua relação com a questão dos direitos sociais, o lugar do ‘projeto participativo’ neste contexto e a verificação do espaço assumido pelos arquitetos no desenvolvimento dos projetos. Além disso, questionamos os diálogos possíveis e as mistificações em torno da relação entre conhecimento ‘popular’ e ‘especializado’ e tentamos qualificar as figurações que conformam a prática desses profissionais no cenário atual, de forma a problematizar a ‘essência técnica’ da experiência projetual como horizonte crítico para pensar os conteúdos políticos do ofício.

Palavras-chave: habitação popular, favelas, arquitetos, urbanização de favelas, projeto participativo, prática profissional, cultura profissional, saber popular, políticas habitacionais

abstract]

The purpose of this explanation is to bring us a critical reflection about the architectural professional practice pointed out to the questions concerning popular housing, especially the social housing in urbanized slums. We started from a historical revision on how the architect plays its part concerning the circumstances of the continuous precariousness of the urban housing, treading a bibliographic and analytical route that starts in the years 1930's and arrives to the present days: approaching the presence of slums in the Brazilian cities, we raise discussions about the practice of the professionals involved with the already consecrate process of urban upgrading of those settlement and also regarding the deficiencies of the performance of the State, that comes gradually betting in compensatory policies to deal with the housing deficit. As a methodological procedure we opted to focusing some recent practices of slum upgrading: the experiences from *Dois de Maio* and *Jardim Olinda* centers, both in São Paulo (SP), and *Tamarutaca* center in Santo André (SP), include in the years 2000's in two different public urbanization programs – the program *Bairro Legal*, of the São Paulo city hall, and the program named *Programa de Inclusão Social* (currently *Santo André Mais Igual*), promoted by the Santo André public power – and from whose urbanity and housing projects participated, respectively, the non-governmental organizations *USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado / TEIA Casa de Criação* (as partner), *GTA Grupo Técnico de Apoio e PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais*. The field research make us possible to understand either the historical evolution of the professional exercise of the architects in the confront of the slums deal, as the potentialities of the contemporaneous practice transformation, taking into account the politic context that involves the State, social activities, technical activities and the amplest set of the society. From the description of the cases, we look for to argue the current reality of the slums upgrading public policies and their relation with the social rights and the importance of the 'participative project' in the process under studying. Furthermore, we question the possible dialogues and the mystifications around the relation between 'popular' and 'specialized' knowledge and we try to discuss the 'technical essence' of the projective experience of the architects as a critical horizon to think the politic contents of the craft.

Key-words: popular housing, slums, architects, slums up-grading, participative project, professional practice, professional culture, popular knowledge, housing policies

sumário]

01	introdução
11	capítulo .1]
	O popular, a arquitetura e outras falas
11	1.1 O Brasil moderno (e suas favelas), 1930 / 1950
20	1.2 Aproximações à cultura popular, 1950 / 1970
34	1.3 O projeto moderno: debate e crítica, 1950 / 1970
57	capítulo .2]
	O arquiteto e a favela
57	2.1 A relação arquitetura e favela nos anos 1960: insurgências em tempos de reforma de base
76	2.2 Os anos 1970, os arquitetos e o BNH
82	2.3 Democratização e movimentos de moradia nos anos 1980: arquitetos em campo
94	2.4 ONGs e assessorias técnicas: a 'questão favela' nos anos 1990 / 2000 – o contexto paulista
101	capítulo .3]
	Estudos de caso: mapeando discursos, métodos, processos
101	3.1 Observações iniciais
105	3.2 O desenho da pesquisa de campo
107	3.3 Os estudos de caso
109	3.3.1 Núcleo Dois de Maio
109	3.3.1.1 Área: situação, processo de urbanização e organização comunitária
117	3.3.1.2 Habitação na gestão 2001-2004 da PMSP
121	3.3.1.3 A concepção do Programa Bairro Legal
128	3.3.1.4 As <i>projetistas</i>
138	3.3.1.5 O processo de trabalho
161	3.3.2 Núcleo Jardim Olinda
161	3.3.2.1 Área: situação, processo de urbanização e organização comunitária
169	3.3.2.2 A projetista: trajetória
173	3.3.2.3 O processo de trabalho
186	3.3.2.4 O andamento das obras: a 'participação' hoje

195	3.3.3 Núcleo Tamarutaca
195	3.3.3.1 Área: situação, processo de urbanização e organização comunitária
199	3.3.3.2 Gestão democrática e o lugar das favelas na política habitacional em Santo André
201	3.3.3.3 A concepção do o Programa Integrado (PIIS/SAMI): o <i>slogan</i> da ‘inclusão social’
211	3.3.3.4 A assessoria técnica: trajetória
216	3.3.3.5 O campo institucional de atuação
220	3.3.3.6 O processo de trabalho
237	capítulo .4]
	Urbanização de favelas: a prática profissional e seus sentidos políticos
237	4.1 Observações iniciais
238	4.2 Urbanização de favelas, direitos e cidadania
251	4.3 Arquitetura e <i>prática participativa</i>
263	4.4 A prática como <i>fronteira de conflito</i> : notas para uma conclusão
267	bibliografia
279	lista e fontes das imagens
281	lista de siglas
282	listagem das entrevistas

introdução]

Mudar a direção do olhar sobre um velho conhecido objeto não é tarefa das mais fáceis. Se abordar temas cujas referências bibliográficas são escassas requer fôlego para um percurso ainda não trilhado, revisitar questões tão familiares a tantos – ainda que de forma inevitavelmente oblíqua, mobilizada pelas instabilidades do presente – parece-nos ainda mais arriscado.

A possibilidade do risco, no entanto, não inibe as inquietações: o arquiteto e seu ofício estão no centro de uma discussão que jamais se fecha e nem poderia: da severidade – mas também da forma incomodada, por vezes constrangedora – com que debatemos e redimensionamos discursos e práticas derivam escolhas, percursos e trajetórias, processos que são de constante formação e transformação, legitimamente conflituosos, incertos, incoerentes.

Esta pesquisa vem somar-se a uma série de trabalhos acadêmicos que procuraram refletir sobre os meandros da *prática profissional do arquiteto* voltada às questões da *habitação popular*, mas cujo estatuto de trabalho – mais importante ainda – se centra na própria possibilidade de desconstrução do grande monopólio do conhecimento de que somos partícipes, trazendo à tona um novo enfoque profissional dado à questão da moradia, questionando dogmas enraizados tanto no conceito moderno de habitação popular quanto no estatuto centralizador de projeto arquitetônico que daí advém, mobilizando práticas diversas de participação, organização e cooperativismo, autoconstrução e autogestão: um caminho considerado possível para que a arquitetura e o urbanismo também possam tomar parte dos processos de democratização do Estado e da sociedade.

Na verdade, o tema da habitação popular – tomado como objeto de reflexão a partir da constituição de um espaço urbano que se desenha de forma fragmentária, conformando a desigualdade no acesso ao solo urbano, infra-estruturas e serviços coletivos como regra geral de existência na cidade – vem produzindo no Brasil um universo inesgotável de documentos históricos, entre textos oficiais e trabalhos acadêmicos, que se movimentam conceitualmente em direções diversas.

Há, por exemplo, uma vasta (e importante) literatura ocupada em vestir a produção da casa de uma lógica predominantemente econômica, dada sua evidente condição de *mercadoria*¹. Este viés de investigação não está, no entanto, absolutamente descolado da perspectiva de entender a moradia urbana e popular enquanto terreno de *disputa política*, em meio a reivindicações, conquistas e concessões: se de um lado temos uma série de estudos sobre invasões, ocupações de terras, autoconstrução, loteamentos clandestinos² e a importância dos movimentos sociais no contexto de luta pelo direito à cidade³, de outro, há uma intensa produção sobre as relações entre Estado, sociedade civil e mercado no processo de provisão habitacional, com ênfase na história das ações governamentais, análises e propostas de políticas públicas para o setor, legislação urbana⁴ etc.

Neste trabalho, ainda que todos esses temas nos apontem referências fundamentais, o enfoque que propomos privilegia o papel assumido profissionalmente pelo arquiteto em meio ao campo de conflitos em que se trava a disputa política pelo direito

¹. A esse respeito, há pesquisadores que, aparentemente de maneira quase intuitiva, tendem de fato a considerar a habitação como mercadoria, e por isso tanto se fala sobre 'mercado informal de habitação' ou 'mercado de habitação popular'. Veja-se o que diz, por exemplo, a arquiteta Laura Bueno (2000, p. 18): "Na sociedade capitalista, a habitação é uma mercadoria. A casa própria tem seu valor de uso relativizado pelo interesse do proprietário em transformá-la em capital líquido [...]. Esse mecanismo de mercado não atua diferentemente para o rico ou para o pobre, para a habitação com habite-se e escritura definitiva, o loteamento irregular e a casa em favela. A estratificação social existente tem seu reflexo na estratificação dos diferentes mercados." Nessa mesma linhagem, outra referência importante: em coletânea recente de estudos organizada por Pedro Abramo (Abramo, 2003) estão justamente em foco os tais "mercados informais" de terra e habitação em cidades brasileiras e latino-americanas. Por outro lado, há autores importantes, bastante influenciados por uma literatura marxista, que, refinando de certa maneira a análise, entendem a moradia (sobretudo a autoconstruída), pensada pelo viés da *produção*, não como mercadoria, mas sim como *elemento posto a serviço da acumulação de capital*. Esta reflexão está de todo presente, por exemplo, no conjunto de textos organizado por Ermínia Maricato (1979), na pesquisa sobre a casa popular encaminhada por Sérgio Ferro (1978) ou no trabalho de Yvone Mautner (1999), e reverbera ainda hoje nas reflexões de Francisco de Oliveira sobre o papel da autoconstrução para a acumulação capitalista no Brasil (Oliveira, 2006).

². Veja-se, por exemplo, Grostein (1989) e Sampaio (1984 e 1994).

³. Debates importantes realizados sobre o papel dos movimentos sociais nesse processo encontramos em Santos (1981), Bonduki (1992), Silva (1994) e em Palumbo; Pereira; Baltrusis (1992). Destacam-se também, dentre outros, Jacobi (1982), Boschi (1983), Kowarick (1994), Gohn (1991) e, numa abordagem mais ampla, o clássico de Eder Sader (1988).

⁴. Sobre a constituição social da agenda das políticas públicas para habitação no Brasil, um dos textos mais importantes a citar de é o de Marcus André Melo (1991). Nessa mesma seara, não menos importantes são os trabalhos sobre a questão habitacional a partir da era Vargas, como o de Nabil Bonduki (1998), e também os que versam sobre o Banco Nacional de Habitação, fundado em 1964, como o de Gabriel Bollafi (1977). Mais especificamente sobre favelas e cortiços, a pesquisa de Susana Pasternak Taschner (1997) sobre São Paulo é uma referência. No Rio de Janeiro, há dezenas de trabalhos fundamentais para o entendimento da gênese das favelas no Brasil e sobre o processo histórico de intervenção nas mesmas, dentre os quais podemos citar os de Lícia Valladares (1978, 1980, 1982, 2005) e o de Marcelo Burgos (2003). Também sobre favelas, vale lembrar as teses (paulistas, diga-se) de Laura Bueno (2000) e de Rosana Denaldi (2003).

à habitação dignificada: esse o mote para a proposição crítica que aqui pretendemos – perfilar o *exercício técnico* do ofício como *prática política*, atravessada por um conjunto de relações que evidentemente passa pela ação projetual, mas jamais se limita a ela.

Colocamos em questão determinadas figurações contemporâneas do ofício que, admitindo como solo de problematização a habitação popular – e aqui especialmente tratamos da *habitação em favelas urbanizadas* –, enfrentam, hoje, as instabilidades e fraturas do que Mike Davis (2006) vem chamando “climatério urbano”: diante da abundância das desastrosas consequências deixadas pela explosão demográfica dos últimos 30 anos no Terceiro Mundo, certamente ainda mais trágica quando somada a índices calamitosos de aprofundamento da pobreza – graves problemas de sustentabilidade ambiental, crise nos sistemas de transporte coletivo, insuficiência das redes de saneamento básico, prosperidade incontestada de mecanismos de especulação imobiliária, para ficar entre as mais notáveis –, a ordem estrutural que determina o enfrentamento (ou o não enfrentamento) da questão da moradia urbana evidentemente escapa aos arquitetos e urbanistas em sua prática cotidiana, muitas vezes pontual e lacunar. Ainda assim, atentando para os diferentes contornos que essa prática foi assumindo ao longo das últimas décadas, podemos perceber que, embora locais e pontuais, os momentos de reconhecimento dos processos de exclusão, de domesticação, discriminação e violência contra a população moradora de favela têm permitido a esses profissionais participar de lampejos de *resistência* em nada desprezíveis: questionar assimetrias de poder, incorporar novos elementos a determinadas ações disciplinares e pedagógicas, reorientar visões estéticas e padrões de conduta constituem, por exemplo, uma soma de experiências de mobilização profissional que não apenas se ergue em prol da legitimidade da existência do espaço da favela nas cidades, mas também a favor da ampliação das próprias fronteiras do ofício, permitindo novos diálogos possíveis, linguagens abertas, interlocuções necessárias.

Nesse sentido, nosso interesse recai, de fato, sobre as nuances da disputa em pequena escala: optamos por nos remeter à favela desde o ponto de vista de quem nela atua profissionalmente, em ações específicas, iluminando, para tanto, práticas cotidianas atravessadas por constrangimentos, negociações, conflitos e invenções.

Em termos de abordagem do objeto, em sua complexidade, cabe ressaltar que, embora não seja objetivo primordial desta dissertação tecer análises aprofundadas a respeito das micro-dinâmicas, das formas ímpares de sociabilidade, dos usos e apropriações que os grupos sociais que habitam as favelas fazem do lugar em que vivem, suas práticas culturais e políticas, certamente, ainda assim, permanecemos filiados a uma linha de pesquisa incrementada por autores já clássicos que

enfrentaram o universo complexo das manifestações populares em seus espaços físicos e simbólicos, explorando significações e representações, comportamentos sociais, formas de organização, expedientes culturais, relações de pertencimento e mobilidade [Zaluar, 1985; Montes, 1983; Velho, 1980; Magnani, 2003; Chauí, 1986; Chartier, 1995].

Além disso, não poderíamos, por outro lado, ignorar o que a própria história nos informa a respeito de como as favelas vêm sendo encaradas por profissionais e acadêmicos – urbanistas, arquitetos, sociólogos, antropólogos, historiadores e outros – ao longo de sua existência: do repúdio e preconceito marcadamente presentes na sociedade brasileira durante praticamente toda a primeira metade do século XX, passando pelas primeiras iniciativas públicas de melhorias urbanas ainda nos anos 1940 e 50, e também pela abertura da academia ao tema, fruto do empenho de pesquisadores pioneiros como Lícia Valladares, no Rio, ou Lúcio Kowarick, em São Paulo, todo um campo de conhecimento e atuação tem sido, então, construído, suscitando, ao mesmo tempo, constantes alternâncias nos modos de representação e interesse por este universo: do reconhecimento e da valorização do ‘saber fazer popular’ nascido ainda nos anos 1960, passa-se ao tema da ‘participação popular’, vista da perspectiva dos movimentos sociais organicamente envolvidos com a conquista de direitos, nos anos 1970 e 80, e dele à noção de exacerbação do processo de fragmentação social, agravada pelo papel crescente assumido pelo tráfico de drogas e pela violência, aproximando, nos anos 1990 e 2000, os temas da exclusão e da cidadania parcial (Valladares, 2005). A este debate acrescenta-se a explosão das ONGs nas periferias das grandes cidades, encampando projetos sociais de toda ordem, e a filantropização da pobreza diante da admissão incontestada de sua própria inexorabilidade (Oliveira, 2001-2002) – este o contexto atual em que se inserem as práticas de gestão da vulnerabilidade social brasileira, incluídos aí os projetos de urbanização de favelas dos quais trataremos no decorrer do texto, sempre à luz dos referenciais políticos e profissionais selecionados para ilustrar e problematizar os conteúdos da pesquisa.

E para tratar da cena contemporânea, em paralelo a este conjunto de questões, os já tão debatidos ajustes neoliberais e a tendência ao empobrecimento urbano por eles catalisada⁵ fazem também parte, inevitavelmente, do arcabouço teórico-

⁵. Importante referência a respeito desse tema é, sem dúvida, a obra recente de Mike Davis (2006). A partir da caracterização sombria da expansão de núcleos favelizados por todo o planeta – atestando seu caráter, a um só tempo, heterogêneo e uniforme –, Davis procura mostrar que existem tendências universais no processo de urbanização recente e a principal delas passa, sem dúvida, pelo aprofundamento das desigualdades no acesso à terra e à moradia nas grandes cidades, por razões evidentemente ligadas a recessão econômica, guerras, expulsões, catástrofes, desmoronamentos, enchentes, incêndios, terremotos, contaminação dos solos, entre outros. O autor guarda especial atenção ao que chama de “canonização pelo Banco Mundial da moradia favelada” (Davis, 2006, p.81), que configuraria um mecanismo através do qual os Estados teceiro-mundistas foram sendo progressivamente incentivados, sobretudo a partir dos anos 1990, a abandonar os subsídios para habitação popular e os compromissos com a redução do déficit habitacional: “O papel minimalista dos governos nacionais na oferta de moradias foi reforçado pela atual ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e pelo Banco Mundial. Os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs) impostos às nações endividadadas no final dos anos 1970 e na década de

analítico deste trabalho, já que, em tempos de “confluência perversa” (Dagnino, 2002)⁶, muitos dos dispositivos – como a própria defesa do ideário participacionista – de que historicamente lançaram mão movimentos sociais, entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa, ONGs e até mesmo governos progressistas em defesa da universalização dos direitos, da democratização do Estado, da sociedade e da própria cidade vêm sendo hoje utilizados pelo *establishment* de agências internacionais de desenvolvimento para auferir confiabilidade a sua política de ‘reestruturação’.

Do ponto de vista da arquitetura – que, evidentemente, não exclui, e nem poderia, todas as questões relacionadas a aspectos políticos, sociais e culturais mais amplos –, o campo de problemas que atravessa a prática profissional é vasto, o que nos condiciona a estabelecer um recorte capaz de dar conta da problematização que aqui pretendemos: desbastado o dogma funcionalista preconizado pelo racionalismo moderno, esgotado em contradições e paradoxos inconciliáveis, e, sobretudo, em meio ao fervor das pressões pela democratização das políticas públicas e em favor de um enfrentamento real das condições de pobreza nas cidades brasileiras, outras formas de se pensar o exercício da profissão foram sendo incorporadas, nas últimas décadas, por arquitetos mobilizados em torno da possibilidade de construção de um espaço comum de discussão, em que usuários e técnicos não ocupariam mais posições opostas, distanciadas. Estudos à exaustão nos indicam a importância da emergência de novos modos de produção da moradia popular, reforçados, nesse contexto, o estreitamento dos laços entre os especialistas e a população e a possibilidade de que fossem postas em discussão as práticas de canteiro como momento constitutivo do projeto, as relações de trabalho ali estabelecidas e, sobretudo, a recuperação da possível dimensão coletiva da discussão projetual [Bonduki, 1992; Negrelos, 1998; Amaral, 2001, dentre outros].

O impacto e a fecundidade de determinadas experiências que justamente caracterizam estas inflexões serão recuperados ao longo de todo o trabalho, sem que deixemos de lembrar, evidentemente, todos os mitos, idealizações, generalizações e *slogans* vazios que matizam os significados históricos de uma construção de saberes e poderes dirigidos à casa e à cidade que se pretende compartilhada. Analisaremos casos contemporâneos de projetos de habitação em favela que reproduzem, de certa

1980 exigiram a redução dos programas governamentais e, muitas vezes, a privatização do mercado habitacional” (Davis, 2006, p.71). Nesse contexto, a política de favorecimento de projetos de lotes urbanizados e a urbanização de favelas *in loco* ganharam reforço com o argumento de que seria imprescindível demonstrar a habilidade dos favelados e sua capacidade e coragem para resolver seus próprios problemas, retirando da pauta do Estado a questão do direito universal à moradia, que passou a ceder lugar às “fastidiosas declarações oficiais sobre ‘capacitação’ e ‘boa governança’” (Davis, 2006, p.87).

⁶ O que Evelina Dagnino (2002, p.288) denominara *confluência perversa* seria justamente a correlação “entre um projeto participatório, construído, a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos”.

forma, 'relações participativas': tentaremos observá-los como produtos desse mesmo processo, ou seja, como herdeiros de um projeto político⁷ historicamente orientado pela possibilidade de alteração, também no fazer arquitetônico, das estruturas de dominação, mas que, hoje, encontram-se, irremediavelmente, submetidos às contradições próprias à conjuntura reformista que orienta as políticas públicas voltadas às questões urbanas e sociais, radicalizando os impasses da prática do ofício.

> > >

Desde logo, seria importante ressaltar que não encontramos e tampouco oferecemos respostas definitivas a respeito dos questionamentos levantados: a contribuição desta dissertação às discussões sobre os sentidos do ofício do arquiteto não pretende ser mais do que um mergulho num emaranhado de dúvidas e interrogações que, ainda assim, certamente procura enriquecer o universo crítico em que nos inserimos, como pesquisadores e arquitetos que somos, dispostos a constantes reavaliações e redimensionamentos práticos e discursivos.

Percurso

Para abordar de forma substantiva as especificidades dos conteúdos que acabamos de introduzir, nesta dissertação, partimos de uma revisão histórica do lugar do arquiteto frente às condicionantes de precarização da moradia urbana, trilhando um percurso bibliográfico e analítico que se inicia nos anos de 1930 e chega aos dias atuais: trazendo ao centro da abordagem a problematização da questão das favelas, suscitamos discussões a respeito da prática dos profissionais envolvidos com a já 'consagrada' *urbanização* – hoje altamente recomendada por organismos internacionais, em agendas que procuram garantir, a um só tempo, os 'ajustes estruturais da economia' e o 'respeito à autodeterminação comunitária' – e também a respeito das intermitências e insuficiências da atuação de um Estado que vem recentemente apostando na fragmentação e na focalização dos programas habitacionais como possibilidade de compensação pelo que não se consegue equacionar.

7. Utilizaremos *projeto político* tal como Evelina Dagnino (2002, p. 282, em nota), aproximando-o da "visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos."

Diante da complexidade do cenário sociopolítico atual, envolto em ambivalências as mais diversas, em que a atuação em projetos de intervenção em favelas, inclusive sob a rubrica da participação e da autogestão, vem cada vez mais consolidando um espaço entre outros no mercado profissional, consideramos necessário organizar uma *pesquisa de campo* a partir de alguns processos específicos de urbanização de favelas, para que pudéssemos investigar de forma mais sistemática as abordagens contemporâneas da questão: buscamos, na verdade, como há pouco dissemos, experiências de projeto/construção habitacional de fato entendidas, em suas mediações, como ‘participativas’, numa linha de atuação fundada pela possibilidade de revisão e de permeabilização das fronteiras do ofício, acentuada no Brasil dos anos de 1980, mas que hoje certamente deve ser problematizada com extrema cautela, amplamente explicitada em suas contradições e ambigüidades, dada a enorme polissemia que encerra o caráter normativo dos territórios dos saberes, discursos e práticas.

A partir da descrição dos casos, com seus inúmeros conflitos – que constituem conjuntos de deslocamentos, atravessamentos e constrangimentos da prática os mais diversos –, procuramos discutir o que de fato movimenta o nexo central da pesquisa: o percurso e a postura profissional dos arquitetos nos espaços de diálogo, articulações e vinculações que se estruturaram a partir das especificidades das ações desenvolvidas, numa tentativa de verificar em que medida a ‘explosão discursiva’ que historicamente tratou de combinar *arquitetura / favela / projeto participativo* ainda é capaz de legitimar o campo das disputas acerca dos sentidos sociais, culturais e políticos do trabalho do arquiteto.

Objeto

Partimos, pois, da complexidade das considerações envolvidas nesse processo, que agrega sujeitos múltiplos, tão múltiplos quanto o são seus respectivos projetos políticos, para então circunscrever nosso objeto particular: trata-se de examinar *determinadas práticas e percursos profissionais de arquitetos em projetos de urbanização de favelas*, com ênfase em experiências contemporâneas, de forma a contribuir para uma abordagem crítica da questão, para tanto estabelecendo um cruzamento entre a *problemática habitacional* – que nos traz a peculiaridade da discussão sobre políticas públicas, direitos sociais, cidadania e democracia –, a *cultura arquitetônica* – em que contrapomos velhos e novos cânones a novas formas de projeção e intervenção profissional – e o *saber popular* – nas formas em que se manifesta e se articula em seus espaços físicos, sociais e políticos, em seus usos e nas formas de enfrentamento tanto das necessidades de moradia quanto das soluções políticas e profissionais suscitadas.

Como objeto empírico de estudo, elegemos os processos desenvolvidos junto às favelas *Dois de Maio*, na cidade de São Paulo (SP), *Jardim Olinda*, também na capital paulista e *Tamarutaca*, em Santo André (SP), todas incluídas, nos anos 2000, em programas públicos de urbanização e de cujos projetos urbanísticos e habitacionais participaram, respectivamente, as organizações *USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado* / *TEIA Casa de Criação* (em parceria), *GTA Grupo Técnico de Apoio* e *PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais*.

Estrutura

Além desta **Introdução**, o trabalho se divide em outras quatro partes, quais sejam:

um **primeiro capítulo**, intitulado *O popular, a arquitetura e outras falas*, em que tratamos, de forma panorâmica, das mudanças nos projetos políticos que orientaram desde os anos 1930 as formas de encarar a favela e a pobreza urbana no Brasil. Inicialmente, mostramos como, sob a tutela do Estado Novo – com o apoio, evidentemente, do assistencialismo católico –, a favela permanecera no imaginário social brasileiro ora como um tipo incômodo, potencialmente perigoso e atrasado, ora como aspecto pitoresco e romântico de um país que se reconhecia rico e culturalmente diverso. No mais das vezes tratada pelo governo – em termos ideológicos e políticos – como problema a ser erradicado, sem jamais lograr ser efetivamente enfrentado, suas contingências materiais, valores e significados foram objeto de desprezo e preconceitos até pelo menos os anos 1950. É justamente a partir desse momento que apresentamos a perspectiva de um redirecionamento dos olhares em relação à favela e à habitação popular orientada por uma aproximação de artistas, intelectuais e estudantes ao universo mais amplo da cultura popular, em meio à euforia desenvolvimentista da virada dos anos 1950 para 60. No caso da arquitetura, retomamos também a importância dos questionamentos surgidos, na passagem da década de 1960 para a de 70, acerca do movimento moderno que, a despeito de suas aspirações socializantes, não escaparia às formas autoritárias e insuficientes de lidar com os temas da habitação e do urbano num cenário em que a pobreza sempre foi predominante;

um **segundo capítulo** – *O arquiteto e a favela* –, que focaliza casos importantes de aproximação profissional e/ou institucional do arquiteto ao universo da habitação popular por uma outra via que não a do higienismo, do assistencialismo estatal ou do projeto moderno, mas pondo em questão a separação entre *saber popular* e *saber especializado*. Por outra, trata-se aqui de

focalizar algumas experiências insurgentes ainda nos anos 1960 como formadoras de uma espécie de repertório historicamente constituído, para iniciativas que só poderiam ser encampadas com a reabertura política, permanecendo os anos mais autoritários da ditadura militar no mais das vezes como um hiato quanto ao que diz respeito às possibilidades de um trabalho nas favelas alternativo à violência do ideário remocionista. Por outro lado, lembramos que justamente a partir da segunda metade dos anos 1970, ou seja, antes da redemocratização, a perspectiva da radicação das favelas começa a ganhar espaço no interior do aparato estatal, em muito colocada pelas pressões populares do período, mas também por determinações de cartilhas ditadas por organismos como o Banco Mundial, de cujas ‘recomendações’ já constava, nesse momento, a ‘urbanização de baixos padrões’. Seguimos o apanhado histórico passando pelos anos 1980 e por suas promessas de democracia efetiva, de ampliação dos canais de interlocução entre Estado e sociedade civil e de constituição de uma prática profissional dos arquitetos em relação à habitação popular estruturada segundo os termos do projeto político democrático. Fechamos o capítulo com as experiências *institucionalizadas e consagradas* de intervenção em favelas, trazendo à luz uma série de contradições e impasses próprios dos anos 1990 e 2000: o corolário neoliberal, a “confluência perversa” (Dagnino, 2002), os ‘deslizamentos semânticos’, o mercado dos projetos de urbanização de favelas e o lugar que os arquitetos vêm assumindo no quadro de políticas públicas reconhecidamente reformistas e de compensação, haja vista a impossibilidade do reconhecimento pleno dos direitos sociais dos mais pobres;

um **terceiro capítulo**, chamado *Estudos de caso: mapeando discursos, métodos, processos*, no qual amarramos historicamente nossas análises através da abordagem das três experiências recentes de urbanização de favelas acima citadas, inseridas em dois programas públicos distintos, que, embora não se apresentem aqui com caráter estatístico ou mesmo modelar, de todo modo, apontam alguns dos rumos que vem tomando a relação *arquitetura / habitação popular, saber arquitetônico / saber popular*, no cenário atual, revelando as potencialidades, os impasses e, principalmente, as ambigüidades próprias a este campo de atuação profissional;

e, finalmente, um **quarto capítulo**, *Urbanização de favelas: a prática profissional e seus sentidos políticos*, que se apresenta como a conclusão da dissertação, pretendendo ser justamente a tradução das passagens políticas, culturais e profissionais já descritas, resguardando os desdobramentos da densa descrição dos processos pontuais, em sua concretude, conexões e atributos. Nesta etapa do trabalho – que não apresenta propriamente ‘hipóteses’ e/ou ‘comprovações conclusivas’, mas tenta introduzir ‘objetos de reflexão’ para um debate que jamais se esgota – atentamos para alguns pontos específicos, eventuais potencialidades e impasses das experiências apresentadas, sintetizados em alguns eixos de análise: as questões que dizem respeito à realidade atual das políticas públicas voltadas para a urbanização de favelas e sua relação com a questão dos

direitos sociais, o lugar do 'projeto participativo' neste contexto, a verificação do espaço real assumido pelo arquiteto no momento do desenvolvimento dos projetos, os diálogos possíveis e as mistificações em torno da relação conhecimento 'popular' e 'especializado', e, finalmente, a qualificação das figurações que conformam a prática desses profissionais no cenário atual, de forma a problematizar a 'essência técnica' da experiência projetual como horizonte crítico para pensar os conteúdos políticos do ofício.

o popular, a arquitetura e outras falas

[1.1] O Brasil moderno (e suas favelas), 1930 / 1950

Cidadania e homem novo: o não-lugar das favelas

As favelas fazem parte do tecido urbano de grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro e o Recife, desde pelo menos o final do século XIX. No entanto, como nota Maurício Abreu (1994, p.34) acerca do contexto carioca, “até 1930, a favela existe *de facto* mas não *de jure*. [...] É considerada como uma solução habitacional provisória e ilegal, razão pela qual não faz sentido descrevê-la, estudá-la, mensurá-la. Para os poderes públicos, a favela simplesmente não existia.”

De qualquer forma, em nível mais geral, a situação de fato parece pouco se alterar com o novo governo que se instala em 1930. Os primeiros anos da era Vargas são marcados por uma política social então inédita (Gomes, 1988), mas que, embora alegasse pretender promover a superação do estado de necessidade e pobreza em que vivia o povo brasileiro – para fins de formação de sua própria imagem de Estado de bem-estar (Gomes, 1988) –, acabou por se revelar segmentadora: à perspicácia da expressão “cidadania regulada” criada por Wanderley Guilherme dos Santos (1979) para explicar a consagração da desigualdade de direitos que se estabelece via regulamentação estatal das profissões neste período⁸, Marcus André Melo

⁸. “A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico” (Santos, 1979, p. 76).

acrescenta observações importantes ao fato de que é justamente este modelo de corporativismo estatal, “subsidiário do imperativo da industrialização”, que tratou de deixar de fora da política habitacional todos os favelados da época, que, segundo o Ministro do Trabalho do Governo Provisório – citado por Melo (1991, p.06) –, não deveriam ser confundidos com “os operários, os trabalhadores”⁹.

Nesse sentido, a política habitacional dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), encampada pelo governo federal ainda nos primeiros anos do novo regime, que pretensamente se valesse de um discurso ‘social’, na verdade tinha suas bases de sustentação montadas sobre a essa imagem do ‘trabalhador-padrão’ – que, evidentemente, necessitaria moradia salubre para reproduzir sua força de trabalho –, do ‘homem novo’, pronto e acabado para viver a era de prosperidade que a máquina industrial haveria de trazer.

A favela entre os arquitetos modernos

É, pois, nessa tessitura político-social que os arquitetos, ainda que timidamente, começarão a despertar para a questão da habitação popular, ou seja, na chave do que no ideário nacional se apresentava como o “*nation-building*” (Melo, 1991).

No âmbito da profissão, dois fatores parecem ter auxiliado essa guinada fundamental dos arquitetos para assuntos até então considerados menores do ponto de vista das belas artes: de um lado, a modificação no estatuto profissional com a implantação do sistema CREA/CONFEA que redefiniu inteiramente o campo tradicional de exercício da arquitetura; de outro lado, o crescente prestígio de que as máximas técnicas e sociais do movimento moderno começariam a gozar entre as novas gerações de arquitetos nos anos 1930. Com efeito, as grandes obras de conjuntos habitacionais, realizadas na esfera das carteiras prediais dos IAPs, requisitavam a intervenção de arquitetos recém-formados e credenciados – um Atílio Corrêa Lima, um Carlos Frederico Ferreira, um Paulo Antunes Ribeiro, um Hélio Uchôa Cavalcanti, entre outros – que desde então passariam a operar com a recomendação modernista de aproximação às políticas de Estado para o habitat, de projeto para as massas e

⁹. Sobre o peso que ganha o ‘*status*’ trabalhador, Ângela Gomes (1988) ressalta que, justamente, *cidadãos* eram aqueles que pertenciam a uma *totalidade econômica*, produzindo riquezas, a uma *totalidade jurídica*, portando carteira de trabalho e a uma *totalidade moral*, compreendendo o trabalho como dever e direito. Ou seja, a categoria ‘povo’, tão cara ao estadonovismo, não englobava indistintamente todo e qualquer brasileiro, mas somente os capazes de ‘apreender’ a importância do trabalho para sua realização pessoal e para o desenvolvimento social e econômico do país.

construção em série.

Foi neste cenário que a crítica ao *laissez-faire* urbano seria acompanhada da censura à precariedade e ao imprevisto que caracterizavam a proliferação das favelas e cortiços nas cidades brasileiras: tratados pelo governo – em termos ideológicos e políticos – como problema a ser erradicado, sem jamais lograr ser efetivamente enfrentado – também da parte dos arquitetos –, suas contingências materiais, valores e significados tornar-se-iam objeto de desprezo e preconceitos.

Um dos exemplos mais típicos do ideário que caracterizava este momento histórico é, sem dúvida, a criação, em 1946, do Departamento de Habitação Popular (DHP), no âmbito da administração municipal do Rio de Janeiro (então Distrito Federal)¹⁰. O poder público local já vinha lidando com a questão das favelas através de práticas de assistencialismo católico, cujo discurso passava por pregações de higiene e moral da família¹¹. No entanto, não eram somente favelas que cresciam de forma desmedida na capital do país: a cidade inteira estava em franco processo de expansão – crescimento industrial, forte fluxo migratório e conseqüente aumento populacional (Nascimento, 2004). Por isso, a outra ponta da questão habitacional deveria dar conta da construção de casas e núcleos habitacionais para os tais ‘trabalhadores’, grupos sociais de salários mais baixos, porém, aptos a pagar aluguel (Nascimento, 2004).

O plano institucional do DHP, altamente influenciado pela ideologia modernista que tomara conta da arquitetura brasileira desde os anos 1920 – acentuada a partir do Estado Novo, é certo –, rondava os temas da ‘habitação modelar’, aquela que superaria os atrasos, que elaboraria novas formas de sociabilidade, que eliminaria as ignorâncias e os conservadorismos dos modos de morar das camadas populares. Segundo Nabil Bonduki (1998, p.140), “a opção por blocos de edifícios coletivos, com equipamentos sociais e comunitários” é conseqüência desta visão modernizadora, de um novo tipo de organização social, “em contraste à concepção da casa própria isolada, com quintal, horta e criação de animais”.

De que se tenha registro, em nenhum momento, antes do final dos anos 1950, arquitetos formados e instados a atuar

¹⁰. Apesar de criado após o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas, em termos do que caracterizava os rumos da atuação dos profissionais de arquitetura no âmbito da habitação popular, o DHP constituiu-se como uma das principais instâncias de realização do ideário moderno em (suposta) consonância com ‘preocupações sociais’. Da mesma maneira como vinha acontecendo em nível federal, com os IAPs, o DHP trazia o debate internacional acerca da habitação mínima, standardização da produção e novas formas de organização espacial para o cerne dos problemas habitacionais da cidade do Rio de Janeiro (Nascimento, 2004). Promoveu, possivelmente, o segundo *auge* da arquitetura moderna brasileira – o primeiro seria a empreitada do edifício do Ministério da Educação e Saúde, em 1936 –, com a construção do Conjunto Residencial Pedregulho (obra que se alonga de 1946 a 1960), projetado por Affonso Eduardo Reidy.

¹¹. É o caso da atuação da Fundação Leão XIII, de que trataremos logo adiante.

Imagem 1
Conjunto Residencial Pedregulho,
Rio de Janeiro, anos de 1940-60

Imagem 2
Edifício Japurá, São Paulo,
décadas de 1940-50

Imagem 3
Favela carioca: croqui de Le Corbusier, 1929

profissionalmente segundo tais preceitos foram levados a enfrentar situações diretas em favelas, assentamentos precários, alagados ou cortiços. Este trabalho cabia aos assistentes sociais, reconhecidamente aptos a lidar com a pobreza e o atraso que caracterizavam a morada popular¹². Flávia Nascimento nos lembra que preparar os moradores para a mudança e orientá-los para a vida em novas condições era uma das características que marcavam o uso dos conjuntos habitacionais de inspiração moderna:

“Entendia-se que um dos graves erros cometidos era transportar a massa de trabalhadores e deixá-la abandonada, sem orientação. A fim de garantir o cumprimento dessa exigência e possibilitar que os conjuntos se tornassem autônomos, ao longo do tempo, a primeira medida era a instalação de um centro social. Sua finalidade era orientar os moradores a aproveitar adequadamente os recursos proporcionados, além de despertar o ‘espírito de comunidade’ e a ‘união do povo’” (Nascimento, 2004, p.172).

Não obstante, é emblemático que mesmo nesta geração muito empenhada na afirmação da legitimidade disciplinar, ciosa de seu domínio de competência ainda em disputa, pudéssemos encontrar alguns gestos projetuais que de certo modo assinalam o pendor de algumas correntes do modernismo nas artes e na literatura para o ‘primitivo’. Somente assim poderíamos compreender que, ao lado das grandes unidades verticais de habitação coletiva em módulos prismáticos, ou dos grandes conjuntos horizontais de habitações unifamiliares de inspiração pitoresca, que via de regra se fizeram a despeito de qualquer tradição popular de arquitetura, um Le Corbusier viesse a enaltecer a implantação dos barracos de favela nas encostas cariocas (Le Corbusier, 2004, p.228-229), que um Lúcio Costa sugerisse o emprego do barro-armado “devidamente aperfeiçoado quanto à nitidez do acabamento” sobre pilotis de concreto no projeto para a vila operária de Monlevade em Minas Gerais (Costa, 1995, p.93), ou que um Eduardo Kneese de Melo viesse a driblar as dificuldades de implantação de sua *Unité d’Habitation* da rua Japurá, no centro de São Paulo, por meio de uma volumetria ligeiramente esconsa diretamente inspirada na implantação do velho cortiço Navio Parado que lhe dera lugar (Bonduki, 1998, p.55-56). Leituras espaciais e construtivas inteiramente filtradas pelos critérios de racionalização e abstração do movimento moderno, que no mais das vezes, na esteira

¹². Flávia Nascimento (2004) traça um histórico importante a respeito da institucionalização da profissão de assistente social no Brasil. Com a aproximação do Estado Novo aos ideários de renovação social da Igreja Católica, “ser assistente social não era [mais] dar consolo e conforto aos irremediavelmente pobres, mas, sim, promover a superação de sua condição de atraso. Tal situação era complementar à legislação social, assegurando ao ‘homem novo’ uma situação de vida mais humana e cristã” (Nascimento, 2004, p.49).

das abordagens eminentemente higienistas da geração anterior, continuaria a fazer tabula rasa das formas populares de habitação.

Permanecia a favela como 'tipo', ora encaixado na caracterização higienista e preconceituosa do espaço imundo, reduto de vagabundos e negros desertores, de todo inadequadas à formação do homem novo, ora romantizado – sobretudo por intelectuais e artistas, como o lugar privilegiado das manifestações da cultura popular ou de revelação dos contrastes e dualidades do desenvolvimento brasileiro –, ora simplesmente ignorado pelo silêncio dos que o preferiam como 'o problema dos outros'.

Anos mais tarde, com a inauguração de Brasília – ou mesmo antes dela, ainda por volta de 1958, 1959 –, pela expulsão incontestes dos acampamentos de operários da construção civil que se haviam estabelecido nos canteiros de obras do plano piloto – configurando assentamentos dos mais precários e, do ponto de vista da ideologia que dera origem à cidade, absolutamente intoleráveis –, descortina-se, de maneira notadamente crua, o que já há muito se sabia na prática: não havia um diálogo possível – e tampouco disposição para sequer imaginá-lo – entre arquitetura moderna e favela.

Clandestinidade, remoção e cristianização: a favela como problema moral e político

A partir dos anos 1940, com o intuito de estreitar vínculos entre 'o pai dos pobres' e seus filhos pobres – segundo Marcelo Burgos (2003), na verdade, pelo incômodo insuportável que causavam as favelas à urbanidade da cidade –, surge no Rio de Janeiro a 'alternativa' dos *parques proletários*¹³, programa de abordagem sanitaria idealizado para resolver a questão das ocupações irregulares das franjas do centro da cidade.

Tal como já vinha acontecendo no Recife desde pelo menos os anos 1920, mas sobretudo a partir do Estado Novo, com a criação da *Liga Social contra o Mucambo*¹⁴, a 'moralização' do espaço da moradia popular ganha ares de cruzada cívico-

¹³. Instalações para onde foram levados moradores de favelas da área central da cidade, concebidas a princípio como provisórias, até que as obras de urbanização dos assentamentos de origem estivessem concluídas, o que não aconteceu (Valladares, 1978).

¹⁴. Segundo José Lira (1994), o ideário da casa higiênica já vinha sendo defendido antes mesmo da criação da *Fundação A Casa Operária*, em 1924, quando "a problemática dos mocambos é incisivamente levantada e questionadas as representações de moradia próprios às camadas populares" (Lira,

Imagens 4 e 5

4] Desenhos de casas populares 'padrão' projetadas para a população removida dos mocambos no Recife, anos 1940

5] Parque proletário nº1, Rio de Janeiro, anos 1940

educativa, de modo que aos pobres fosse ensinado o morar de forma higiênica e decente, e, ao mesmo tempo, se ajustar às promessas de regeneração e bem-estar social por parte do Estado.

Esta perspectiva ‘pedagógica’ se atinha também ao fato de que as aglomerações populares passaram a ser vistas, com o advento da Segunda Guerra Mundial, como potenciais focos de levantes comunistas – o que explica demais intervenções em favelas ocorridas no mesmo período no Rio de Janeiro, no mais das vezes, instrumentalizadas pela Igreja Católica. É o caso das ações da Fundação Leão XIII, que, segundo Marcelo Burgos (2003), tinha por finalidade, justamente, oferecer uma alternativa a esta “pedagogia populista estadonovista”.

Criada em 1947, a partir de uma associação entre a Igreja Católica e a prefeitura do Distrito Federal, com o intuito de atuar paralelamente ao DHP, a Fundação Leão XIII prestava assistência “material e moral” às populações faveladas através de trabalhos desenvolvidos em centros de ação social instalados dentro das comunidades:

“No lugar da idéia de Estado-Nação e do apelo a lideranças carismáticas, a Igreja oferece a cristianização das massas; no lugar da coerção, oferece a persuasão, motivo pelo qual não se exime de incentivar a vida associativa nas favelas [...]. Ao invés do conflito político, promete o diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação [...]” (Burgos, 2003, p.29)

Até meados dos anos 1950, foram implantados, via Leão XIII, alguns serviços básicos, como água, esgoto, luz e redes viárias, em cerca de 34 favelas cariocas (Leeds & Leeds, 1978). Em pelo menos uma delas, a Barreira do Vasco, houve também substituição dos barracos por novas casas¹⁵ (Nascimento, 2004).

Em 1955, fundou-se a Cruzada São Sebastião, pela Arquidiocese do Rio de Janeiro. Tendo D. Hélder Câmara como ‘mentor’, a Cruzada mobilizou recursos para uma ação mais incisiva na urbanização de alguns assentamentos (Valladares, 1978), atuando também de forma mais direta junto às populações, “posicionando-se, em alguns momentos, como interlocutor dos moradores

1994, p. 55). O tratamento dado aos mocambos no Recife nas décadas de 1930 e de 1940 é emblemático desta contraposição que se estabelece entre políticas de erradicação e leituras romantizadas da situação sem saída das massas urbanas naqueles anos.

¹⁵. Não foi possível encontrar registros de como se deram os processos de urbanização de tais favelas, isto é, se houve ou não algum tipo de interação entre os técnicos que ali atuaram e os moradores.

das favelas junto ao Estado” (Burgos, 2003, p.30)¹⁶.

De todo modo, em paralelo a isso – ou seja, fora do controle do Estado e da Igreja –, alguma capacidade de organização da categoria ‘favelados’ (a princípio desconectada da luta operária) já se fazia notar na arena política brasileira, o que permitia problematizar a questão pelo ângulo dos direitos sociais (Burgos, 2003)¹⁷.

Imagens 6 e 7

6] Casas construídas pela Fundação Leão XIII para substituir os barracos da favela Barreira do Vasco, Rio de Janeiro, anos 1940

7] Conjunto habitacional construído pela Cruzada São Sebastião, no Leblon, Rio de Janeiro, anos 1950

Poderes públicos e entidades cristãs permaneciam alerta: a chegada dos favelados – até então destituídos de seu reconhecimento como cidadãos, como portadores de direitos – à esfera da disputa política foi desvelando potenciais de reformulação das instâncias de diálogo, o que aparentemente permitia um processo de revisão de negociações possíveis¹⁸,

¹⁶. Segundo Lícia Valladares (1978), a Cruzada São Sebastião, em cinco anos, “realizou melhorias a nível de serviços básicos em 12 favelas, executou 51 projetos de redes de luz, finalizou a urbanização de uma favela, urbanizou parcialmente outra, erigiu a Cruzada [um edifício de apartamentos], na Praia do Pinto – primeira e única experiência [até então] de alojamento nas proximidades da própria favela – e, ainda, interferiu junto à Administração contra o despejo de três favelas da cidade” (Valladares, 1978, p.23).

¹⁷. Segundo Marcelo Burgos (2003), no Rio de Janeiro, em 1957, os moradores das favelas criaram uma entidade autônoma para negociar seus interesses e reivindicações, a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal.

¹⁸. Os Leeds (1978) destacam a abertura de canais de interlocução entre o governo e as camadas mais pobres da população no período ‘democrático’ varguista. Tomando como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, em relação à ação direta nas favelas, a década de 1950 é marcada por algumas inflexões: eles afirmam que “pela primeira vez, a idéia da urbanização *in loco* começou a aparecer na discussão pública sobre as favelas”, sobretudo com a criação, pela gestão municipal, do Serviço de Recuperação das Favelas, em 1952 (Leeds & Leeds, 1978, p.205). Mais tarde, já nos anos de 1960, merecem também consideração as formas de negociação incentivadas pelo Serfha, *Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas*, de que trataremos com mais vagar no **Capítulo 2** deste trabalho.

agora, quiçá, livres do manto assistencialista da Igreja.

Já em São Paulo, os anos 1940 apontavam para uma virada no ritmo de expansão do auto-emprego habitacional: conforme relata Nabil Bonduki (1998), diversos fatores conjugados – concentração de investimentos públicos no setor industrial e em remodelações urbanas, somados a desapropriações e despejos¹⁹ – contribuíram para que os primeiros núcleos favelizados se formassem nas áreas mais centrais da cidade. As autoridades municipais paulistanas, a sua vez, tratavam a questão pela mesma chave conservadora do autoritarismo-assistencialista que direcionava as ações públicas nas favelas do Distrito Federal:

“[...] Abraão Ribeiro [prefeito de São Paulo em 1946], ao construir barracões em série e dotados de infra-estrutura para substituir uma favela em área de grande visibilidade, [...] tinha objetivos eleitorais. Porém, como edificou mais alojamentos do que favelados a serem removidos, a Prefeitura sinalizou que também podia abrigar parte dos despejados que diariamente ficavam sem teto. Subitamente, centenas de famílias foram ao local [...]. Entusiasmado com a repercussão e o êxito da ação, noticiada por todos os jornais, o prefeito anunciou a edificação de capela, posto médico, sede para administração, educação sanitária, polícia e mais 240 alojamentos.

[...] foi uma forma de enfrentar o problema das favelas em São Paulo que criou uma tradição, comandada pela assistência social da Prefeitura e baseada na construção de alojamentos provisórios como uma etapa do processo de desfavelamento, educação e remoção.” (Bonduki, 1998, p.263-264)

De qualquer forma, até os anos 1970, o processo de expansão das favelas paulistanas ocorre de forma menos acelerada do que em outras cidades do país – não exatamente porque as desigualdades sociais fossem ali menores ou porque os poderes públicos se apresentassem mais responsáveis em relação à questão da moradia popular: a principal alternativa habitacional

¹⁹. A Lei do Inquilinato, de 1942 – que regulamenta o mercado de aluguéis e os mantém congelados durante anos – é tida por muitos estudiosos como “uma das principais causas da transformação das formas de provisão habitacional no Brasil e em São Paulo, desestimulando a produção rentista e transferindo para o Estado e *para os próprios trabalhadores o encargo de produzir suas moradias*” [grifo nosso] (Bonduki, 1998, p.209). A queda no número de moradias produzidas por rentistas tradicionais, que num primeiro momento buscavam investimento seguro através do aluguel de imóveis e agora sentiam-se desestimulados para tal, a série de despejos judiciais de locatários de baixa renda, a demolição de muitos edifícios no centro da cidade para a abertura de grandes avenidas e a especulação imobiliária explicam o boom de alternativas habitacionais precárias que se viu em São Paulo a partir da década de 1940 (Bonduki, 1998). Além disso, soma-se o pequeno alcance dos programas habitacionais federais: além das carteiras prediais dos IAPs, o governo manteve também a *Fundação da Casa Popular*, ainda menos expressiva no número absoluto de habitações produzidas.

dos mais pobres nesse momento era, na verdade, o *lote periférico*, muitas vezes *clandestino* ou *irregular*, aquele que daria origem e perpetuaria o padrão urbano configurador do modo de morar dos setores de baixa renda na cidade de São Paulo (Grostein, 1998).

Segundo Maria Ruth Sampaio (1994), o processo de metropolização da capital paulistana é um fenômeno que, na verdade, se pode observar já desde o início do século XX: a instalação e o crescimento da indústria, a violenta ampliação de demanda por mão-de-obra com o fim da escravidão e o expediente de intensificar sua importação ainda no final do período cafeeiro acelerara desmesuradamente o ritmo de incremento populacional já nos últimos anos dos 1800 e início dos 1900. Conseqüentemente, essa dinâmica demográfica desenhada na cidade apontava vetores de expansão urbana que se consolidaram ao longo da primeira metade do século XX: devidamente explorados pelos altos interesses da iniciativa privada, incentivada por instâncias municipais de governo que trataram de direcionar aos loteadores as principais 'providências' a serem tomadas em relação ao aumento da demanda habitacional da massa de trabalhadores pobres, a abertura de arruamentos e loteamentos irregulares foi vertiginosa durante os anos 1940 e 50 na cidade (Grostein, 1998)²⁰, bem como a *autoconstrução das moradias* que se seguia à compra do lote. O alcance restrito das políticas federais para habitação e a explícita omissão da prefeitura em relação ao problema 'consagraram' o auto-emprego da casa própria como o "modelo possível" de inserção (precária) dos pobres na urbanidade paulistana [Maricato, 1979; Bonduki, 1998].

> > >

Que se expressassem, no entanto, por mecanismos populistas, clientelistas, ou paternalistas, o fato é que, no decorrer dos anos 1940 e 50, sinais de inflexão quanto ao que diz respeito à identificação entre o *popular* e a gênese de uma aproximação efetiva às questões sociais nas cidades mostravam-se cada vez mais patentes, sobretudo pela visibilidade que as

²⁰. Marta Dora Grostein ressalta, nesse processo, o consentimento e a convivência do poder público com as constantes "desobediências" dos loteadores em relação à legislação urbana, através da permanente anistia a situações produzidas fora das normas. É o caso do que largamente aconteceu em relação à apropriação indevida das diretrizes que permitiam a "*abertura de passagens* [ruas particulares de 4m de largura] *para a construção de casas populares*". A autora esclarece: "Abrir ruas públicas disfarçadas de particulares, com largura inferior ao permitido, não doar áreas na proporção exigida, comercializar lotes com área inferior ao permitido por lei e com testada reduzida, além de aumentar a taxa de ocupação dos lotes. Assim, através da reinterpretação do texto da lei de passagens, os loteadores entenderam e o poder público endossou, ao aprovar estes empreendimentos, que era possível legalmente camuflar a abertura de um novo tipo de loteamento urbano utilizando esses dispositivos" (Grostein, 1998, p.109).

manifestações de organização popular conquistavam no seio da opinião pública (em que se incluíam os arquitetos, obviamente) que se orientava em função de pressupostos do nacionalismo desenvolvimentista – seja como forma de explicitação da precariedade e, muitas vezes, do atraso social do país, seja como estoque de cultura e força política a ser resgatado²¹.

[1.2] Aproximações à cultura popular, 1950 / 1970

Os focos de mobilização popular insurgentes na década de 1940 e, de certa forma, fortalecidos até às vésperas do golpe militar de 1964 repercutiram fortemente na forma como estudantes, profissionais da imprensa, literatos, músicos e artistas em geral dirigiram seus olhares aos modos de organização do *povo*.

Sem os limites impostos à condição de vanguarda e marginalidade dos modernistas nos anos 1920; para além do âmbito fundamentalmente artístico de inscrição da imagem do ‘povo’ nos anos 1930; e ultrapassando o enquadramento ideológico oficial do trabalhismo da década seguinte, os traços e as práticas culturais populares – espontaneidade criativa, reelaboração de significações do próprio cotidiano, senso prático e solidariedade em face da realidade brasileira – começariam a integrar um influente imaginário intelectual e político de esquerda marcadamente favorável às ‘massas urbanas’, sobretudo a partir do início dos anos 1950, quando a força simbólica e política que delas emanava – *interpretada ou não pelas lentes do dogmatismo marxista-leninista* – parecia desenhar de forma precisa o novo estatuto do popular na ideologia nacionalista que movimentava o país.

Tal como observara Roberto Schwarz, parecia de fato haver um ‘potencial democratizante’ na experiência social cotidiana:

“Seja como for, o nacionalismo desenvolvimentista armou um imaginário social novo, que pela primeira vez se refere à nação inteira, e que aspira, também pela primeira vez, a certa consistência interna: um imaginário no qual, sem prejuízo das falácias

²¹. Nabil Bonduki destaca, por exemplo, a importância do interregno de legalidade do PCB (1945 a 1947) para a publicização das condições precárias das periferias paulistanas, trazidas à luz, sobretudo, via jornal *Hoje*, publicação diária vinculada ao partido. Segundo o autor, “a atuação dos comunistas nesse período foi fundamental para detectar, relacionar e hierarquizar os problemas da periferia e iniciar uma tradição de reivindicações e de organização popular na periferia. [...] Até então, a Prefeitura e as empresas concessionárias de serviços não se sentiam responsáveis por obras em [...] loteamentos clandestinos, não reconhecendo como sua a obrigação de dotar estes bairros de equipamentos urbanos” (Bonduki, 1998, p.298). De qualquer forma, a “politização da periferia” e a problematização do tema acabaram por traduzir-se, anos mais tarde, em formas populistas de expressão política, de que a ascensão pública da figura de Jânio Quadros é a comprovação mais evidente.

nacionalistas e populistas, parecia razoável testar a cultura pela prática social e pelo destino dos oprimidos e excluídos” (Schwarz, 1999, p. 157).

Apresentaremos, a seguir, de forma panorâmica, um mosaico de discursos e experiências conformado ao longo dos anos 1950, 60 e 70 no Brasil em torno de questões relativas à cultura popular, sem a pretensão, no entanto, de construirmos um inventário minucioso sobre o assunto: pretendemos, na verdade, adjetivar e qualificar o contexto político, social e cultural em que tiveram início as primeiras aproximações que poderíamos considerar ‘orgânicas’ de arquitetos aos universos populares de arquitetura, especialmente às favelas, tema de que trataremos com especificidade no capítulo seguinte.

O popular entre os arquitetos

Entre os arquitetos, já nos anos 1950, no Brasil, as singularidades intrínsecas às práticas de uma arquitetura feita pelo povo ganham certo destaque e passam a ser lentamente abordadas e trazidas ao debate profissional.

Precisamente em 1950, Lina Bo Bardi e seu marido Pietro Maria Bardi lançam, sob sua direção editorial, a revista *Habitat*, em que a arquiteta viria a se incumbir de escrever textos de crítica às manifestações arquitetônicas, artísticas e culturais ligadas a um imaginário moderno e também textos de recuperação e enaltecimento da cultura e da arte popular (Pereira, 2001). Em algumas destas reportagens, publicadas desde os primeiros números do periódico, muitas delas não assinadas, mas supostamente redigidas por Lina, a arquiteta explicita seu profundo interesse pelo temário da *arquitetura sem arquitetos*: “Amazonas: o povo arquiteto” (Habitat 01), “Por que o povo é arquiteto?” (Habitat 03), “Casa de 7 mil cruzeiros” (Habitat 03), “Construir é viver” (Habitat 07), “Construir com simplicidade” (Habitat 09). O incremento das pesquisas e intercâmbios, em meio a viagens e exposições sobre arte popular e artesanato nordestino (Bardi, 1994) que Lina empreenderia ao longo da década de 1950, em favor de um contato mais estreito entre o saber vernacular e as concepções modernas de projeto, abre à arquiteta novas chaves de leitura a respeito do processo de modernização do país.

Seu contato com o artesanato nordestino lhe deu as bases para pensar de que maneira a passagem de um *saber artesanal* (ou *popular*) para um outro, mais ‘*tecnificado*’, poderia significar ao mesmo tempo, sem exclusão de um pelo outro,

desenvolvimento e tradição cultural preservada. Pensando a defasagem existente entre um futuro que pendia à industrialização e a realidade marginal, que é *povera*, mas que se adere às necessidades reais e culturais do país, ou seja – sugerindo, quiçá, modernidade e arcaísmo como complementaridade – pelas lentes da intelectual orgânica, o popular ganha sentido enquanto cultura que se perpetua, que garante a continuidade histórica²².

Também o engenheiro Joaquim Cardozo, em texto de 1956, publicado na revista *Módulo*, congênere carioca de periódico de arquitetura, arte e cultura, assinalou a necessidade de se considerar as construções populares em favelas – ele cita as do Rio de Janeiro e as do Amazonas – enquanto arquitetura: “nunca se deu a devida atenção – excluindo certamente os aspectos antropológicos e etnográficos da questão ao fenômeno puramente arquitetônico dessa atividade construtiva.” (p. 21) Com base, pois, em um acervo aparentemente já estabelecido de conhecimentos antropológicos em torno da habitação popular, sugeria-se investigar as virtudes propriamente plásticas e construtivas dos barracos e palafitas brasileiros. Dita por um dos engenheiros mais requisitados pelos arquitetos modernos de então, a observação certamente sinaliza para o estabelecimento de um diálogo inédito entre arquitetos e construtores populares.

Imagem 8

Cartaz da *Exposição Nordeste*, organizada por Lina Bo Bardi na Bahia, anos 1950

Imagem 9

Palafitas no Amazonas: foto que ilustra o texto de Joaquim Cardozo, Revista *Módulo*, 1956

²². Levada a Salvador, em 1958, pelas mãos de governantes poderosos para fundar o Museu de Arte Moderna da Bahia, Lina reconduz-se, posteriormente, através do contato com economistas e sociólogos que trabalhavam no planejamento regional e também com os jovens que se ocupavam da luta contra o analfabetismo e da ‘redenção social das massas’, a uma militância que não era partidária, mas se dimensionava por uma *razão ética*. Recuperando Paulo Freire e sua *Pedagogia do Oprimido*, é como se a conscientização da palavra – e então do objeto (*design*) e da arquitetura – fosse pré-requisito para a ação política que teria como fim a transformação social. Objetivamente, a partir da noção do popular como expressão cultural e da cultura como a cultura do modo de vida, considerando que o Brasil ainda não havia se industrializado a níveis satisfatórios (Rubino, 2002), pode-se dizer que Lina pensara um futuro alternativo para o país, um projeto original eminentemente *nacional*, em termos de Gramsci, ainda que de alcance limitado.

Impossível, tampouco, deixar de registrar o que, nos anos 1930 e 40, foi a busca sutil de Lúcio Costa pela *coerência* entre *saber e procedimento* que sempre lhe parecera evidente nas manifestações populares da arquitetura vernacular portuguesa e da arquitetura do período colonial brasileiro: negando, em sua obra, um retorno às técnicas e formas vernaculares que soasse como um “anacronismo romântico”, o arquiteto as utilizara como quem recorre a “elementos de um repertório vivo” (Wisnik, 2001, p.36), apropriando-os de forma combinada a uma dada realidade:

“A recorrência freqüente do uso de elementos e ambientes tradicionais em Lúcio Costa, como a gelosia, a telha-canal, o pátio e a varanda, [...] podem ser tomados como uma ‘coleção de resíduos das obras humanas’, reapropriados e associados às vantagens e circunstâncias contemporâneas” (Wisnik, 2001, p.36).

Ainda assim, vale lembrar que a cisão entre o que é *autóctone* e o que é *erudito*, a despeito de ter sido por vezes encarada como passível de ser suplantada, sempre fora tomada como ‘natural’, ou mesmo ‘necessária’. Se, pelo menos desde Gilberto Freyre (1937 e 1979), com sua possibilidade de uma sociologia em torno da *casa brasileira* como mimese de um *tipo nacional de homem*, toda uma tradição antropológica vem se voltando sobre a realidade sócio-espacial das camadas populares como universo privilegiado de aproximação à sua cultura, formas de subsistência, vida familiar ou organização comunitária²³, no campo da arquitetura, por outro lado, de um modo geral, essa aproximação sempre pareceu um tanto incômoda, como se seu reconhecimento representasse a subsunção ao *atrasado*, ainda que por vezes *pitoresco*.

O ensaio teleológico de modernidade que tomara conta do país, aos poucos despido de suas proposições originais de diluição

Imagem 10

Vila operária de Monlevade (MG), projeto em que Lúcio Costa lança mão da alvenaria de tijolo e do ‘barro armado’, 1934

²³. São demonstrativos desta vertente trabalhos que ganham escala ao longo do tempo, partindo de uma visão mais ‘positivista’ de determinadas formas de organização social (como em Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, por exemplo), passando pela consolidação da influência da Escola de Chicago na condução dos estudos antropológicos no Brasil, chegando aos anos 1970 efetivamente com as perquirições da antropologia urbana, *strictu sensu*. Empreendimentos mais contemporâneos e bastante diversos são significativos da amplitude das abordagens: ao lado da psicologia social, da sociologia e da filosofia, a reabilitação do legado gramsciano sobre a organização da cultura marcou um momento de virada das compreensões tradicionais de ‘folclore’ para a investigação das lógicas do *popular* na sociedade moderna. Nesse sentido, ainda que nem todos se voltem especificamente para a relação *espaço urbano/cultura popular*, encontramos, no Brasil, figuras como Ecléa Bosi (1972) e José Sérgio Leite Lopes (s/d), que enfrentaram o mundo das práticas culturais operárias; José Guilherme Magnani (2003), o significado espacial do lazer nas periferias; Roberto Da Matta (1979) e Renato Ortiz (1980), as formas contrastantes da marginalidade, da religiosidade e do carnaval – todos, de certa forma – e isso nos parece central –, acentuando a heterogeneidade e a complexa articulação das culturas populares com o mundo dominante da cultura oficial ou erudita. Destaquem-se ainda os estudos fundamentais de Marilena Chauí sobre cultura popular, lida pela autora por diferentes chaves – o populismo, a ideologia, a democracia (Chauí, 1986 e 2000a) e as pesquisas empreendidas pela antropóloga Alba Zaluar em Cidade de Deus, com suas arguições sobre organizações populares e violência na periferia dos grandes centros urbanos, compreendendo a dinâmica espacial urbana como *locus* para realização de uma cultura específica (Zaluar, 1985).

da arte no mundo da vida, durante boa parte do século XX dificultara, por exemplo, que uma investigação mais precisa sobre técnicas alternativas aos convencionalismos do mercado de construção civil se transformasse em veículo possível de democratização da arquitetura – de uma ‘boa’ arquitetura, digamos, já que de uma forma ou de outra os pobres, expostos à precariedade, sempre encontraram possibilidades de se abrigar, seja no espaço urbano ou rural. De que se tenha notícia, mesmo nos domínios da universidade, o alcance de pesquisas como as de Bernard Rudofsky, autor do livro *Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture*²⁴, de 1964, sempre esteve limitado aos territórios do *exótico*, distanciado, portanto, da ‘verdadeira arquitetura’ – a dos arquitetos.

Imagens 11 e 12

11] Registro de Rudofsky do que ele chama ‘arquitetura nômade’, na Guiné

12] Casas populares em Alberobello, Trulli (Itália); o desenho e a foto ilustram o livro *Dwellings*, de Paul Oliver

De todo modo, não poderíamos deixar de registrar, numa outra vertente que não propriamente aquela filiada à valorização do ‘saber-fazer popular’ e sim às correntes ‘vanguardistas’ de aspiração ‘redentora’, a posição assumida por alguns arquitetos brasileiros envolvidos com os debates acerca do movimento moderno nos anos 1950 e 60 que, de certa maneira engajados na luta contra o subdesenvolvimento, alertavam para o risco de estarmos fazendo uma arquitetura despreocupada com a aproximação às “exigências estéticas de nosso povo”, aos seus anseios, idéias e costumes (Amaral, 1987)²⁵: em meio a

²⁴. Rudofsky reuniu um enorme acervo fotográfico de manifestações populares de construção espalhadas pela África, Ásia, Oriente Médio e América pré-colombiana, em meio urbano e rural. Outras pesquisas, como as de Paul Oliver – reunidas nos livros *Cobijo y Sociedad* de 1969 e *Dwellings*, de 2003 – seguem o mesmo propósito.

²⁵. Três arquitetos gaúchos, cada um a seu modo e portando diferentes opiniões a respeito, permaneceram ativos neste debate travado nos periódicos especializados da época: Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff e Nelson de Souza (Amaral, 1987).

discursos de corporação, discutia-se se o caráter ‘nacional’ de nossa arquitetura e sua própria função social, se teria ou não a arquitetura moderna objetivos claros de aproximação com o ‘povo’, se permaneceríamos a serviço do poder estatal e das elites burguesas (Amaral, 1987).

Muito embora as opiniões a esse respeito divergissem em diferentes aspectos, um ponto lhes parecia comum: acreditavam esses arquitetos que, por viver em condições de miséria e exploração, a imensa maioria do povo seria brutalizada, carente de quem interpretasse suas necessidades e lhe retirasse de seu estado primitivo de cultura, levando-a não para os “padrões da classe feudal, burguesa ou pequeno-burguesa” (Amaral, 1987), mas para uma condição de desenvolvimento e de conquista da cultura que lhe fosse condizente. Isto é, atribuía-se um fator de aprimoramento e ‘eruditização’ de cultura ao desenvolvimento material, estabelecendo como medida a posição da arquitetura como já pertencente a uma ordem elevada de formulação cultural – já desenvolvida e não a desenvolver-se. Era para lá que a cultura popular deveria dirigir-se, ascendendo gradativamente patamares mais elevados à medida que o processo de desenvolvimento material se realizasse²⁶.

Como veremos, nos anos que se estendem entre a posse de Juscelino Kubitschek e o golpe militar de 1964, os questionamentos em torno das implicações sociais da profissão do arquiteto diante da necessidade de aproximação ao ‘povo’, para, enfim, empreender-se a grande transformação, identificavam-se aos propósitos de deselitização das artes, de exaltação da luta de classes e do ‘denuncismo imediatista’ nas formas de manifestação artística e intelectual: um “vento pré-revolucionário” (Schwarz, 1978, p. 69) agitava a cena cultural brasileira naqueles anos: iniciativas de forte caráter político-contestatório como, por exemplo, as do Cinema Novo de Glauber Rocha, as dos Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), ou as dos teatros de inspiração brechtiana, ainda que promovendo uma certa apologia da noção de *povo* (Schwarz, 1978), permitiam de fato uma reorientação da produção intelectual próxima de uma via de inquietude que, na verdade, o modernismo dos anos de 1930 já havia trilhado – a rigor, sem a mesma ‘militância’.

²⁶. Seria necessário reforçar que, de fato, tal como lembra Aracy Amaral, “estava-se longe de pensar que a arquitetura, ou os caminhos da arquitetura moderna brasileira fossem unanimemente aprovados pela classe dos arquitetos modernos de postura política similar, de interesse por uma reformulação social do país” (Amaral, 1987, p.282). Nesse sentido, lembramos a importância de *outras figuras* (em meio a *outros argumentos*) que contribuíam para fomentar o debate a respeito do elitismo da profissão e, de forma ainda mais refinada, a respeito de como esse elitismo, combinado ao arcaísmo da indústria, exacerbava as contradições de um processo de modernização que, na verdade, se revelava dependente do atraso e da miséria contra os quais aparentemente lutava: referimo-nos ao debate travado entre os paulistas Vilanova Artigas e o grupo Arquitetura Nova, nos anos 1960, que merecerá nossa especial atenção, logo adiante, no item 1.3 deste capítulo. Reservamos comentários interessados sobre as especificidades desse debate, inseridos em meio a reflexões mais amplas que procuramos fazer sobre os paradoxos e ambigüidades da própria constituição da arquitetura moderna e as críticas daí surgidas, que darão lugar, num momento posterior, a novas formas de enfrentamento da realidade social.

O *popular* entre os artistas e intelectuais

Num cenário mais amplo, antes do golpe de 1964, boa parte da esquerda brasileira movimentava-se, ainda imersa nas brumas de um certo populismo, na perspectiva da luta de classes, cuja disposição tendia ao crédito no que se compreendia como uma ‘revolução burguesa’, capaz de unir a burguesia nacional e a vanguarda do proletariado (Chauí, 2000, p. 36). Segundo a análise contundente de Roberto Schwarz, tal era a ‘estratégia’ do Partido Comunista Brasileiro – consequência de uma “espécie desdentada e parlamentar de marxismo patriótico, um complexo ideológico ao mesmo tempo combativo e de conciliação de classes, facilmente combinável com o populismo nacionalista então dominante, cuja ideologia original, o trabalhismo, ia cedendo terreno” (Schwarz, 1978, p.63).

Movida de alguma maneira por um engajamento político extremado, que enxergava no ‘nacional-popular’ uma forma outra de nacionalismo, agora crítico e consciente, que seria resgatado ao plano político e ao cultural como instrumento de combate ao imperialismo, uma parcela considerável da intelectualidade esquerdista brasileira encontrava-se então empenhada na possibilidade de uma interlocução, de sentido ‘construtivo’ e ‘conscientizador’, com as massas:

“A expressão ‘cultura popular’ surge como uma denúncia dos conceitos culturais em voga que buscam esconder o seu caráter de classe. Quando se fala em cultura popular, acentua-se a necessidade de por a cultura a serviço do povo, isto é, dos interesses efetivos do país. Em suma, deixa-se clara a separação entre uma cultura desligada do povo, não-popular, e outra que se volta para ele e, com isso, coloca-se o problema da responsabilidade social do intelectual, o que obriga a uma opção” (Gullar, 1965; originais de 1963).

A indissociabilidade entre as inquietações culturais e os problemas político-sociais que compromete a “*opção do intelectual*” de que fala Ferreira Gullar, seria o que, segundo ele, deveria anteceder quaisquer preocupações meramente esteticistas, em função de uma experiência de desalienação capaz de simultaneamente contribuir para a integração arte-vida e para a consciência revolucionária.

É certo, evidentemente, que o estatuto teórico que se conferia às relações estabelecidas entre a cultura e a política estava, neste momento, alicerçado sobre as análises marxistas mais tradicionais: os conceitos de *alienação* e de *ideologia*, estruturados pelos princípios mesmos da falsa consciência e da mistificação da realidade, circunscreviam, de certa forma, a

prática social ao lugar preciso da *consciência de classe* – o operariado ainda imaturo e desorganizado corria o risco de desviar-se de sua tarefa revolucionária histórica, o que fazia de suas formas incipientes de manifestação política um elemento de transformação social ainda carente de seus porta-vozes (Chauí, 2000).

Animados justamente pela possibilidade de assumir este papel – o de “vanguarda esclarecida comprometida com a ação do povo a ser por ela esclarecido” (Chauí, 1980, p.15) –, estes intelectuais engajados procuravam carregar para as ruas, praças, fábricas e favelas, o teatro, a biblioteca volante, os espetáculos de comício, o cinema, o trabalho de alfabetização, num esforço pródigo de “libertação material e cultural” do povo (Martins, 1962).

Um dos maiores expoentes de manifestação militante desse período foi o Movimento Popular de Cultura, nascido em Pernambuco, durante o governo Miguel Arraes (1962-64). Tratava-se de um projeto cultural multidisciplinar, resultante de experiências de teatro e música que já vinham acontecendo no Recife desde os anos de 1950. Havia certamente propósitos de conscientização, de estímulo a toda sorte de organização popular em torno de interesses reais, da cidade, do bairro, do emprego (Schwarz, 1978). Sua repercussão maior, no entanto, se deu por meio da introdução, junto às outras atividades desenvolvidas pelo movimento (artes plásticas, artesanato, música, canto, dança e teatro), do método revolucionário de *alfabetização de adultos* desenvolvido Paulo Freire – a *Pedagogia do Oprimido*:

“Este método, muito bem sucedido na prática, não concebe a leitura como uma técnica indiferente, mas como força no jogo da dominação social. Em consequência procura acoplar o acesso do camponês à palavra escrita com a consciência de sua situação política. Os professores, que eram estudantes, iam às comunidades rurais, e a partir da experiência viva dos moradores alinhavam assuntos e palavras-chave – ‘palavras geradoras’, na terminologia de P. Freire – que serviriam simultaneamente para discussão e alfabetização. Em lugar de aprender humilhado, aos trinta anos de idade, que o vovô vê a uva, o trabalhador rural entrava, de um mesmo passo, no mundo das letras e no dos sindicatos, da constituição, da reforma agrária, em suma dos seus interesses históricos” (Schwarz, 1978, p.68-69).

Como lembra Roberto Schwarz, com a perspectiva de formação de um público consciente tudo mudava: “os temas, os materiais, as possibilidades e a própria estrutura da produção cultural”.

Numa investida próxima a esta, os CPCs da UNE também se destacaram nesta ‘peregrinação às massas’. O *Anteprojeto do Manifesto do CPC*, redigido por Carlos Estevam Martins, primeiro presidente do grupo, em 1962, que procurava conceituar a

orientação da produção artística do CPC, trazia considerações hoje bastante questionadas a respeito das concepções de *cultura* e de *povo*, de certa forma instrumentalizadas por uma espécie de dogmatismo iluminista, que, a despeito de pretender-se vanguardista, era também inconscientemente autoritário (Chauí, 1980):

“Os artistas e intelectuais do CPC escolheram para si [o caminho] da ‘arte popular revolucionária’, que pretende ser ‘popular’ quando se identifica com a aspiração fundamental do povo, quando se une ao esforço coletivo que visa dar cumprimento ao projeto de existência do povo tal como ele se apresenta na sociedade de classes, ou seja, um povo que não dirige a sociedade da qual ele é o povo” (Martins, 1962, p.11).

Os CPCs foram estruturados primeiramente em torno do teatro²⁷, improvisando encenações com acentuado conteúdo político em universidades – mas também em portas de fábricas, sindicatos e favelas – e, mais tarde, promovendo espetáculos com grupos folclóricos, cantores populares e escolas de samba. Além disso, funcionou ali, também, um núcleo de cinema de pequeno alcance (Berlink, 1984): sua realização mais conhecida é o longa-metragem *Cinco vezes favela*, reunião de cinco episódios que retratam, a seu modo, situações distintas envolvendo o espaço da favela carioca e seus moradores.

Imagens 13 e 14

13] Peça teatral *Auto dos 99%*, encenada pelos integrantes do CPC, anos 1960

14] Capa do disco *O povo canta*, produzido pelo CPC, anos 1960

²⁷. Oduvaldo Vianna Filho, insatisfeito com o pouco alcance que julgava ter o Teatro de Arena (surgido em 1958, na cidade de São Paulo), do qual fazia parte, radica-se no Rio de Janeiro e funda, em março de 1962, o primeiro Centro Popular de Cultura da UNE, que se desdobraria depois em muitos outros espalhados por todo o país (Berlink, 1984).

A preocupação social e o debate acerca do subdesenvolvimento – traduzidos no compromisso em demonstrar e mesmo *assumir* na própria obra a carência de recursos do povo brasileiro pela *economia de meios* com que eram feitos filmes e peças teatrais (veja-se os exemplos dos *cenários-favela* criados por Flávio Império e a precariedade obstinada na elaboração material do Cinema Novo) – de fato não encontraram nas manifestações das artes plásticas o mesmo caráter de trincheira crítica, muito presente no teatro, no cinema e também na música popular da década de 1960.

Aracy Amaral atribui a “palidez da contribuição dos artistas plásticos” ao “elitismo dos canais de distribuição da produção plástica – museus, galerias, bienais – ao contrário dos grandes auditórios dos teatros e festivais” (Amaral, 1987, p.328). Ainda assim, a autora lembra que foi justamente na busca de se comunicar com um público maior que, nos anos de 1960, “surge toda uma produção que tem ‘a cidade como suporte’”. Se “o político tocara o artista plástico ‘de leve’”, a contaminação e o interesse por uma experiência coletiva, por outro lado, abria portas para uma renovação no campo das artes plásticas, na tentativa do artista de extrapolar as fronteiras dos ateliês rumo ao espaço urbano e à multidão²⁸.

De todo modo, em escala global, o momento era de guinada pós-moderna: uma possibilidade de quebra de hegemonia e a valorização de outros registros culturais, numa agitação deflagrada com os movimentos antifordistas de maio de 1968, abriam caminho para as minorias – homossexuais, feministas, negros, estudantes, movimentos de contracultura. Por esta via, os próprios conceitos de arte e de vanguarda estavam sendo internamente desafiados; o movimento moderno, no campo da arquitetura, já sofria duras críticas (ainda, de fato, um tanto desestruturadas, baseadas em vertentes de suposições múltiplas e dispersas²⁹).

Em território nacional, as artes plásticas talvez tenham sido pioneiras no questionamento às idéias totalizadoras do projeto moderno então defendido: submergiam num processo de revisão das formas passivas de contemplação da obra (sob a forma de objeto auto-centrado) como instrumento de crítica não só à própria idéia de arte e de vanguarda, mas ao modo mesmo como a sociedade moderna se submetia regularmente a mecanismos pré-estabelecidos de ordem social.

²⁸. Aracy Amaral (1987) lembra que os artistas plásticos brasileiros durante dos anos de 1960 estiveram profundamente influenciados – muito mais do que por qualquer engajamento político-partidário – pelos eventos internacionais da época. Ela reconhece que a expressão criativa liberada por novas temáticas (carnaval, futebol, histórias em quadrinho, viagens à lua, morte de Guevara, guerra no Vietnã, publicidade etc) ocorre “a partir do acesso a novas técnicas e novas formas expressivas, inexistentes anteriormente, a partir dos novos materiais exibidos nas obras *pop* americanas” (Amaral, 1987, p.329).

²⁹. Discutiremos esse tema no item seguinte deste capítulo.

Hélio Oiticica, artista plástico carioca, foi figura central neste debate: o imperativo de revalorização do corpo e da subjetividade e o resgate de uma experiência sensorial plena foram idéias compartilhadas pelo artista. Um dos pontos altos de sua produção foi o envolvimento, entre 1964 e 68, com a favela carioca – no momento exato em que o golpe militar veio desestabilizar determinadas experiências de aproximação entre ‘elite intelectual’ e ‘povo’. É neste contexto que o artista propõe que essa aproximação se dê segundo *outros parâmetros*: com Oiticica, passava-se a uma contestação menos ‘ortodoxa’ em termos marxistas, mas de natureza política inegável, por questionar a submissão a modelos prontos de ‘representação’ do popular, tanto à direita como à esquerda. Como registra Celso Favaretto (2000, p. 118),

“mantendo-se embora afastado dos projetos culturais que figuravam a ‘realidade nacional’, como etapa da ação política que reagia à dominação do imperialismo e do regime militar, Oiticica respondeu à sua maneira aos apelos dessa esquerda. O seu processo de ‘desintelectualização’ não consistiu apenas na superação do esteticismo; sua marginalidade, nada circunstancial, foi vivida.”

Imagem 15
Nildo da Mangueira com Parangolé P4 Capa 1, 1964

Do contato com o Morro da Mangueira, em 1964, nasceram diversas manifestações de sua atividade criadora, como a *Tropicália* e os *Parangolés*, estes, conjunto de capas, tendas e estandartes, imaginados como experiências ao mesmo tempo individuais e coletivas, mas que expõem claramente a força de superação do individualismo – paradoxalmente, um comportamento recorrentemente inibido ou sublimado nas investidas de corte mais dogmático – talvez daí a força que ganha sua exposição.

De todo modo, de sua relação tão próxima com a favela, Oiticica pretendeu mais do que apanhar ali as ‘raízes históricas’ para a construção da ‘identidade nacional’, como de fato tentaram os modernistas nos anos 1920 e 30, ou empreender cruzadas cívicas de ‘aculturação’ dos pobres, como gostariam muitos de seus pares: o artista, na verdade, invertia a ordem pela perspectiva de fundar, a seu modo, uma outra possível relação entre arte e política.

É certo que, nessa esteira, Oiticica não foi o único a negar a alcunha de ‘porta-voz do marxismo’: uma série de outros artistas, sobretudo artistas plásticos, engajou-se muito mais na defesa de princípios universais da arte do que na militância esquerdista tão disseminada à época (Ridenti, 2000).

É certo também, por outro lado, que a cultura política forjada naqueles anos fez com que diferentes ‘correntes’ e ‘vertentes’ artísticas de abordagem da realidade nacional estabelecessem um certo trânsito de idéias e reflexões, fomentando exponencialmente o engajamento de outros grupos e atores sociais em torno da movimentação contraditória e não linear que

dava o tom da cena cultural à época (Ridenti, 2000) ³⁰. O que, pois, se discutia nas universidades e meios acadêmicos, sobretudo no âmbito das ciências sociais, não era um ‘paralelo’ do que vinha ocorrendo no campo da arquitetura e das artes em geral: as especificidades dos temas e assuntos diluíam-se em propósitos mais amplos e comuns, atravessados por questões de síntese, como aquelas que já registramos – o problema da identidade nacional, das formas de organização popular, do distanciamento entre ‘povo’ e ‘elite’, do subdesenvolvimento e da pobreza (somadas aí, evidentemente, as abordagens de interesse próprio aos domínios das ciências sociais, como veremos).

O popular nas ciências sociais e na academia

Contemporâneas a essas experiências artísticas – que não apenas repropõem o campo artístico entre nós, mas redimensionam as representações e os significados culturais do *popular* e da *favela* –, são todo um leque de novas pesquisas de cunho sociológico e antropológico, intensificadas na virada dos anos 1960 para os 70, que a seu modo parecem forçar uma ruptura com a geração anterior de trabalhos aplicados, ora relacionados a uma tradição estatística ou impressionista nas sondagens sociais, ora a políticas assistencialistas.

O conjunto de estudos sobre o Brasil urbano realizado pelo casal americano Anthony e Elizabeth Leeds (Leeds & Leeds, 1978), durante os anos de 1960, é um exemplo: “recusam-se, por bem dizer, às análises globais, aos apanhados compreensivos, as generalizações que possam parecer subjetivas e impressionistas, em virtude, no mais das vezes, do rigor empiricista do seu indutivismo”³¹. Suas contribuições a respeito da experiência urbana de áreas invadidas, em perspectiva comparada com situações semelhantes em países como o Chile e o Peru, são ainda hoje referências fundamentais para os estudos sobre os “arranjos de vida” dos moradores de favelas e sua relação com as manifestações mais amplas do conflito social.

Além disso, essas pesquisas, bem como as realizadas por Janice Perlman (1977) – majoritariamente centrada nas questões relativas ao paradigma da marginalidade social –, pela SAGMACS (1960) – mais abrangente na abordagem dos modos de

³⁰. Ou seja, o destaque que demos a alguns poucos desses artistas não anula, evidentemente, a importância de outros, certamente espalhados Brasil afora que não pudemos reunir neste trabalho.

³¹. Prefácio de Thales de Azevedo, em Leeds & Leeds (1978).

organização sócio-espacial dos favelados³² –, e, mais adiante, por Lícia Valladares (1978, 1980, 1982), possivelmente por terem sido realizadas em um momento de renovação acadêmica no campo das ciências sociais e da sociologia urbana em particular, proporcionaram também a abertura de novos canais para a formação de pesquisadores, sobretudo pela consagração de um pressuposto metodológico que passara, desde então, a nortear a imensa maioria dos trabalhos em favelas: a pesquisa de campo prolongada, minuciosa e sistemática.

Para ilustrar a consolidação da vertente do trabalho de campo, Lícia Valladares (2005) ressaltava fatos importantes: a aproximação do Pe. Lebrecht – fundador da SAGMACS e idealizador do movimento *Economia e Humanismo* (EH)³³ – à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), em São Paulo, voltada a uma sociologia empírica e aplicada, onde lecionava Donald Pierson, discípulo de Robert Park, da Escola de Chicago; a aproximação do sociólogo José Arthur Rios, coordenador da pesquisa realizada pela SAGMACS nas favelas cariocas, no final dos anos 1950³⁴, filiado à filosofia de trabalho do movimento EH e também à mesma linhagem sociológica americana e seu estreito contato com o pesquisador Anthony Leeds, brasileiro que fez das favelas cariocas seu campo de pesquisa para estudar a pobreza urbana na América Latina e que também frequentou a sede da SAGMACS no Rio de Janeiro (Valladares, 2005).

Estes personagens estiveram intimamente envolvidos com a valorização de um processo de interpretação dos processos internos das favelas, levando em conta diferentes níveis de análise, perspectivas macrodeterminantes e variáveis locais. Sua relevância para o desenvolvimento de estudos universitários em torno destas questões é incontestável: pelos novos cursos do mestrado em antropologia social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro ministrados por Anthony Leeds – *Antropologia Urbana e Ecologia Urbana* – passaram importantes pesquisadores, como Luiz Antonio Machado da Silva, Gisélia Graboys, Yvonne Maggie, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Gilberto Velho, que posteriormente assumiria a cadeira de

³². A SAGMACS – *Sociedade de Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais* – foi fundada, no Brasil, pelo padre dominicano Joseph Louis Lebrecht, nos anos 1940, idealizador da doutrina do movimento *Economia e Humanismo*. Optamos por aprofundar este tema apenas no capítulo seguinte desta dissertação, por tratar-se a referida pesquisa da SAGMACS (1960) – *Aspectos Humanos da Favela Carioca* – de um documento por alguns considerado um “marco” no tratamento da questão das favelas (Valladares, 2005). A rede de relações institucionais, intelectuais e profissionais e a circulação de idéias e práticas que se consolidaram a partir desta pesquisa também merecerão comentários a parte. Verificar, portanto, item 2.1 do **Capítulo 2** desta dissertação.

³³. Verificar nota 32.

³⁴. O sociólogo José Arthur Rios, além de ter coordenado a pesquisa *Aspectos Humanos da Favela Carioca* (Sagmacs, 1960), geriu, entre 1960 e 62, como também veremos no **Capítulo 2**, o Serfha – *Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas* –, já brevemente mencionado na nota 18.

antropologia urbana no mesmo Museu Nacional (Valladares, 2005, p.121).

E se os trabalhos realizados no Rio de Janeiro foram importantes para a consolidação de toda uma vertente de estudos da urbanização centrados no universo da reprodução social, e por extensão da habitação popular, em São Paulo, os estudos sobre habitação parecem seguir um outro caminho: o interesse no padrão periférico de expansão urbana impulsionado pelo desenvolvimento industrial. Nessa vertente de estudo, as investigações sobre as configurações dos padrões habitacionais relacionam-se diretamente aos estudos sobre a esfera do trabalho e sobre a formação das classes sociais. Veja-se que, nos anos 1970, numa linhagem que se aproxima muito mais da sociologia marxista, os trabalhos de pesquisa realizados por integrantes do Cebrap sobre as condições de vida na metrópole paulistana, desenhados de forma a centralizar a questão da possibilidade de democracia efetiva num cenário de “espoliação urbana” (Kowarick, 1993), tornaram-se também ‘clássicos’ entre os estudos sobre o urbano, a cidadania, o trabalho e a organização popular (Kowarick & Brant 4ª. ed., s/d.).

Em relação à caracterização de aspectos espaciais mais específicos do habitat das camadas populares na metrópole, sem dúvida, a pesquisa *Habitação Popular Paulistana Autoconstruída*, de Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio, iniciada ainda nos anos 1960 (Lemos & Sampaio, 1978), marca um aprofundamento do interesse pelas formas de configuração arquitetônica da moradia popular que, tal como já havíamos observado, somente esboçara-se até então em investigações pontuais, nos anos 1950, de alguns poucos arquitetos suscitados pelo assunto.

Mais adiante, já a partir de meados dos anos 1970, surgirão as discussões sobre as periferias paulistanas baseadas em temas como a legislação urbana, o mercado imobiliário, o uso do solo e a autoconstrução, numa perspectiva de entendimento do processo de adensamento metropolitano a partir da análise de políticas públicas, de seu alcance em termos sociais – já incluídos aí, de forma um tanto preliminar, os temas dos direitos e da cidadania [Maricato, 1979; Bonduki & Rolnik, 1978, dentre outros]. Pesquisas como estas, ainda que permanecessem fortemente filiadas ao marxismo, por certo, já começavam a apontar influências da pluralidade dos novos temas culturais e políticos que caracterizavam o período de início da redemocratização. De forma geral, num momento em que as promessas e apostas redentoras de modernização da nação que marcaram a década anterior já haviam sido esgotadas em contradições de toda ordem, parecia patente desenvolver novas discussões a respeito da realidade das cidades brasileiras.

>>>

Do ponto de vista da arquitetura, o caminho que se percorre, entre pesquisas, debates e práticas, até que se coloquem novas possibilidades de enfrentamento da questão da habitação popular não é, certamente, linear, ainda que, de certo modo, as transformações se dêem de forma processual. Tal como há pouco apontávamos, ainda que atravessada por questões muito próximas àquelas encaradas pelas artes e pela intelectualidade em geral, a arquitetura esteve às voltas também com as particularidades de sua condição 'material': os fatores estéticos e simbólicos somados às implicações sócio-econômicas e à função prática inerentes ao objeto arquitetônico desde sempre condenaram os arquitetos de esquerda a refletir sobre a própria prática a partir de um *míx* de questões altamente complexas (Schwarz, 2002), envolvendo tecnologia, finanças, especulação imobiliária, planejamento, mas também luta de classes, arte, utopia etc. Daí que as reflexões acerca do movimento moderno e suas promessas (e insuficiências) tenham sido tão presentes entre esses arquitetos durante os anos 1960 e 70, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, dada a magnitude da aposta empreendida, com seus conteúdos emancipatórios.

A seguir, procuramos recuperar determinadas especificidades deste debate, em nível nacional e internacional, guardando também algumas considerações sobre os desdobramentos ocorridos em território brasileiro no momento em que a modernização conservadora promovida pelos militares já desembocava em estados de crise, suscitando, por isso mesmo, novos encaminhamentos para a questão urbana.

[1.3] O projeto moderno: debate e crítica, 1950 / 1970

Racionalismo e utopia da técnica: ideologia e esgotamento

O primado da instância técnica como aposta emancipatória e igualitária, "centrada nos conteúdos utópicos de uma sociedade do trabalho", voltou-se, exaurido, para as próprias aporias em que, paradoxalmente, fora gerado (Arantes, 1998).

A lógica universalista pela qual se estruturara o campo discursivo (e prático) da arquitetura moderna, fazendo crer que se sintetizaria as aspirações da era maquinista num projeto de ordenação absoluta de um novo mundo para um novo homem, se mesmo legitimada, num primeiro momento, por seus aparentes compromissos com agendas sociais, jamais estivera de fato descolada do próprio processo capitalista de modernização imantado ao progresso técnico. Segundo nos lembra Otília Arantes

(1988), haveria de ser justamente o avanço das forças produtivas o veículo de condução à crescente racionalização da vida, à qual, aliás, a arquitetura deveria associar-se de imediato. Ou seja, a utopia modernista que parecia apresentar contornos socialistas, na verdade, não estava rompendo com o mundo à volta, mas, sim, dando-lhe *forma* (Arantes, 1998, p.108)³⁵.

Nesse sentido, as palavras de Le Corbusier não permitem dúvidas quanto à *forma*, pois, desta “arrancada para a frente”, cujo rompimento com os resquícios passadistas, a *tabula rasa*, “não era um simples equívoco contornável”, mas sua premissa necessária (Arantes, 1998, p.104):

“Aquilo que denomino pesquisar ‘*uma célula na escala humana*’ significa esquecer todas as moradias existentes, todo código de habitação em vigor, todos os hábitos ou tradições. É estudar, com sangue frio, as novas condições sob as quais transcorre nossa existência. É ousar analisar e saber sintetizar. É sentir, atrás de si, o apoio das técnicas modernas e, diante de si, a fatal evolução das técnicas construtivas em direção a métodos sensatos. É aspirar a satisfazer o coração de um homem da época maquinista e não a acalantar alguns romancistas caducos [...]” (Le Corbusier, 2004, p. 110)³⁶.

Imagem 16 e 17
16] Croqui de Corbusier para plano urbanístico no Rio de Janeiro, 1929
17] Corbusier segura maquete de sua *Unité d'Habitation*, anos 1940

³⁵. *Grosso modo*, este argumento permeia toda a crítica de Manfredo Tafuri ao movimento moderno. Veja-se, dentre outros, Tafuri (1985): “[...] todo o ciclo da arquitetura moderna e dos novos sistemas de comunicação visual nascem, desenvolvem-se e entram em crise como uma grandiosa tentativa – a última da grande cultura figurativa burguesa – para resolver, no âmbito de uma ideologia cada vez menos atual, desequilíbrios, contradições e atrasos, típicos da reorganização capitalista do mercado mundial e do desenvolvimento produtivo” (Tafuri, 1985, p.120).

³⁶. Em conferência na cidade de Buenos Aires, realizada em 10 de outubro de 1929, por ocasião de sua primeira visita à América Latina.

Pois, dispostas as *formas* do empreendimento moderno pela rigidez que se queria inexorável, a padronização arquitetural – espelho notório da standardização industrial –, a funcionalização espacial, a racionalização dos usos, encontraram sua palavra de ordem no que Manfredo Tafuri chamou de “ideologia do Plano”³⁷.

A sacração máxima da teoria arquitetônica planificadora tinha, evidentemente, em Corbusier sua autoridade intelectual. A propósito do *Plan Obus*, proposta do arquiteto para a cidade de Argel, em 1930, Tafuri comenta:

“As suas hipóteses partem de realidades particulares, [...] mas o método que as guia é amplamente generalizável. [...] Isso faz com que todos os seus modelos assumam características de experiências laboratoriais: e não se dá a um modelo de laboratório qualquer possibilidade de traduzir-se *tout-court* na realidade. [...] Se as exigências que se colocam são as de uma revolucionarização da arquitetura, em sintonia com as finalidades mais avançadas de uma realidade econômica e tecnológica ainda incapaz de dar a si própria uma forma coerente e orgânica, não é de admirar que o realismo das hipóteses seja assumido como utopia” (Tafuri, 1985, p.91).

Os desdobramentos advindos da hegemonia que esta corrente de pensamento logrou alcançar estenderam-se pelos anos. O imediato pós-Segunda Guerra, tempo das (re)construções e renovações urbanas³⁸, é tratado por David Harvey (1993) como o modernismo “alto”, em simbiose extrema com o “*establishment* numa sociedade em que uma versão capitalista corporativa do projeto iluminista de desenvolvimento para o progresso e a emancipação humana assumira o papel de dominante político-econômica” (p.42). Por outra, na medida em que se acumulavam evidências de que “a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato definhavam” (Arantes, 1998, p.108), a experiência possível de um mundo igualitário descortinava-se, falaciosa, em auto-encerramento elitista.

O esgotamento, pois, veio justamente pelo que se enunciava como o seu contrário: em lugar da emancipação humana, o aumento das disparidades sociais e a urgência de se repensar as próprias práticas: no campo da arquitetura, caminhos os

³⁷. Veja-se, sobretudo, Tafuri; Cacciari; Dal Co (1972).

³⁸. Em 1945, o Ministro da Reconstrução da França convoca Corbusier para projetar um conjunto habitacional de inspiração moderna destinado à classe média. Em 1952, é concluída em Marselha a *Unité d'Habitation* de Le Corbusier, que serviria de modelo a uma série de outros conjuntos residenciais, em sua maioria muito menos competentes do ponto de vista projetual, espalhados mundo afora. É o caso, por exemplo, do famoso Pruitt-Igoe, em St. Louis (EUA), uma premiada versão das unidades habitacionais corbusianas, demolido em julho de 1972 por ser considerado inabitável para as pessoas de renda muito baixa que ali moravam. Veja-se, a esse respeito, Hall (2002).

mais diversos se abriram, muitos deles desenhados a partir dos mesmos pressupostos unidimensionais ora questionados, como se verifica, por exemplo, na pluralidade que deu o tom às discussões nos últimos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), já em meados da década de 1950 (Barone, 2002).

No Brasil, no entanto, salvaguardando as peculiaridades (e os descompassos) que nos encerram, a revisão dos pressupostos da arquitetura moderna (e, conseqüentemente, da prática profissional em si) correu por trilhos próprios, ainda que evidentemente paralelos ao que se apresentava em escala internacional.

Especificidades do debate nacional: Artigas e Arquitetura Nova

A julgar pelos brados de progresso e renovação que na década de 1930 começaram a agitar o país, ninguém duvidaria que, de fato, cabia ao programa de racionalização da arquitetura moderna que aqui se praticava, arregimentar esforços que contribuíssem eficazmente na superação do nosso recalcitrante subdesenvolvimento (Arantes, 1998). O Estado forte e modernizador era o poder empreendedor de que necessitava o ‘espírito novo’ para pôr em campo suas ‘utopias socializantes’.

No entanto, passando-se os anos, esta arquitetura do novo homem acabara revelando-se de fato “muito mais institucional e monumental do que propriamente social” (Arantes, 1998, p.113). As promessas de modernidade atravancavam-se na falta de base material, produtiva e social; o caráter refratário da construção civil à plena industrialização contrastava com o emprego do concreto-armado – a tecnologia ‘mais avançada do mundo’ – que aqui parecia não ter outra finalidade que atender a formalismos extremados.

Pois, desde o início da década de 1950 – pleno *desenvolvimentismo*, portanto –, em termos gerais, o quadro que se esboçava no campo da arquitetura chamava profissionais e estudantes a refletir sobre as causas da permanência do atraso, retardo do tão prometido desenvolvimento que, afinal, não vinha nunca. Perguntavam-se sobre seu papel na empreitada da modernização do país, solicitavam de si mesmos um envolvimento cada vez maior com vínculos político-sociais, impunham-se a responsabilidade de uma aproximação necessária aos “anseios do povo”.

“Pois bem, que edifícios conhece o nosso povo? O operariado não tem casas para morar: mora em barracos, e a pequena

burguesia vive em pardieiros de aluguel. Nosso povo só conhece os edifícios feitos para os latifundiários e a burguesia.”³⁹

Tal como nos referíamos há pouco, no item anterior, em meio a toda uma série de discursos combativos propalados por arquitetos preocupados com o fato de que a arquitetura moderna brasileira prestara-se sempre às benesses da classe dominante e jamais se identificara com as aspirações do povo, em São Paulo, a figura do arquiteto Vilanova Artigas, membro ativo do PCB, assumiu uma posição central no lançamento de questões a respeito do papel da arquitetura moderna e do arquiteto moderno no processo de transformação social do país. Suas primeiras manifestações críticas remetem justamente à ‘atmosfera ideológica’ do início da década de 1950: o acirramento da Guerra Fria, os rumos que tomava o stalinismo, a incorporação do antiamericanismo nos ideais de revolução do PCB⁴⁰; no campo da arquitetura, a dissimulação, pelo imperialismo, dos problemas do povo, a reprodução do atraso econômico, cultural e institucional que provocava e suas formas de manifestação no ideário arquitetônico mais amplo:

“Surge afinal a questão: onde ficamos? Ou: que fazer? Esperar por uma nova sociedade e continuar fazendo o que fazemos, ou abandonar os misteres de arquiteto, já que eles se orientam numa direção hostil ao povo, e nos lançarmos na luta revolucionária completamente?

Nenhum dos dois, unicamente.

É claro que precisamos lutar pelo futuro de nosso povo, pelo progresso e pela nova sociedade dando a esta missão o melhor dos esforços, pois é à medida que, pela participação na luta ao lado do povo, compreendermos seus anseios, fizemos parte dele, [...] que atingiremos a ‘espontaneidade nova’, que criará como interpretação direta dos verdadeiros anseios populares.”⁴¹

Como profissional que, no mais, vivera quase sempre às custas da iniciativa privada, projetando sob encomenda para a

³⁹. Graeff, Edgar. “Sobre Arquitetura”. Horizonte, Porto Alegre, nº 6, junho de 1951. Citado por Amaral (1987, p.280). O debate entre os arquitetos gaúchos nos anos 1950 foi abordado também no item 1.2 deste capítulo.

⁴⁰. Conforme ressalta José Tavares Correia de Lira em sua *Apresentação* da edição do ano de 2004 de *Caminhos da Arquitetura*, reunião de textos do arquiteto Vilanova Artigas, escritos desde os anos 1950 aos 80.

⁴¹. Vilanova Artigas. “Os caminhos da arquitetura moderna”. In Artigas, 2004, p.49; originais de 1952.

“desinteressada burguesia paulista”, Artigas, até a virada de 1964, de fato permanece relativamente longe dos empreendimentos estatais. De todo modo, sempre alinhado ao programa pecebista, sua luta (e sua arquitetura), como a de grande parte da esquerda, era por uma aliança em favor da massa alienada, carente de seus porta-vozes: nesse sentido, encarava o desenho de casas burguesas como um instrumento de “*reeducação moral* da burguesia brasileira” (Arantes, 2002, p. 16) e portanto como uma ação de fato progressista, uma vez que “o sujeito da transformação social do país, neste momento, era a ‘burguesia nacional’ e não o proletariado, ainda informe enquanto classe social”. A “revolução democrático-burguesa deveria, assim, ser concretizada como etapa necessária à formação de uma nação moderna” (Arantes, 2002, p. 17).

Depois do golpe militar, o imediato ceticismo que toma conta de parte dos arquitetos em relação à sua real possibilidade de participar do projeto de desenvolvimento do país (e mesmo se este desenvolvimento era, já agora, de fato, possível...) leva Artigas a, de certa forma, rever o crivo crítico: a despeito de ter sido perseguido nos primeiros anos da ditadura e a despeito das evidências de que o projeto progressista de aliança burguesa dera no seu contrário, recusou-se a acreditar no golpe como um momento de ruptura, ou seja, como impossibilidade de que se pudesse levar adiante as potencialidades desenvolvimentistas do país. Reatualizou sua crença nos arquitetos como agentes fundamentais para a empreitada do progresso que, por sua vez, independentemente do regime antidemocrático, haveria de ter no Estado forte seu maior incentivador. Na verdade – e em bom marxismo –, Artigas acreditava que, independentemente do regime, o que se colocava como questão era o adequado ordenamento da base estrutural que sustentava a ampliação da indústria nacional para que se efetivasse uma aceleração cada vez maior no desenvolvimento das forças produtivas – teoricamente, condição inescapável para a instalação de uma efetiva conjuntura revolucionária.

Suas pretensões passam a ficar expressas de maneira mais evidente quando, depois de dois anos de clandestinidade, em 1967, Artigas volta à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP defendendo, digamos, a *ação pelo desenho*. Na contramão do que propunham alguns arquitetos – dentre eles Rodrigo Lefèvre, Flávio Império e Sérgio Ferro, também militantes pecebistas e mais tarde estabelecidos como o grupo da *Arquitetura Nova* –, Artigas repudiou os impulsos guerrilheiros surgidos entre alguns professores e alunos da FAU, em favor de uma revolução que se fizesse pela prática profissional (Thomaz, 1997).

Defendendo, acima de tudo, o fazer arquitetônico através de seu instrumento mais nobre, o *desenho*, Artigas reafirma o arquiteto como “o homem que centraliza em si a contribuição variada e multidisciplinar de um grande número de pessoas, que

Imagem 18
Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães,
São Paulo, 1967

levam a fazer de seu projeto a visão de como vai ser a obra final⁴² e, portanto, a única figura que definitivamente determina o sentido da obra: essa a função do *desenho*: “simultaneidade que articula intenção e realização” (Arantes, 2002, p.10).

Mais tarde, apostando continuamente no arquiteto (e em seu *desenho*, portanto) como figura-chave para o processo de transformação social e confirmando sua crença de que o projeto de construção nacional não estava de fato inviabilizado, Artigas põe-se a serviço do Estado autoritário de então para a elaboração de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH⁴³, além de hospitais, escolas, estações rodoviárias, ginásios etc.

Não seria correto afirmar-se contra um legado de Artigas. No entanto, as expectativas reais frente às possibilidades da arquitetura enunciadas e postas à prova por Artigas já não freqüentam mais com tal intensidade o debate entre arquitetos. Pelo contrário, atualmente as disputas parecem entrincheirar-se entre *modos de desenho* e não mais entre a condição plenipotenciária do desenho como *desígnio* em oposição à condição subordinada e autoritária do desenho heterônomo, conforme a crítica proposta pelo trio arquiteturônovo – que se posicionara a favor de uma ação que lançasse mão de “instrumentos mais contundentes”.

>>>

Se, por um lado, para os arquitetos modernos brasileiros a discussão acerca do problema da habitação sempre esteve inserida na chave estruturalista que confiava na industrialização da construção e na produção massiva pelo Estado forte a *fórmula* para o fim do problema em si e do atraso que teimava em reafirmar-nos subdesenvolvidos, por outro lado, um debate substantivo sobre as *relações de produção* dentro do sistema em que este tão sonhado desenvolvimento se daria sempre foi preterido em função da valorização de temas mais caros à arquitetura – o desenho, a forma, a função, a plasticidade, a inovação dos

⁴². Vilanova Artigas. “A função social do arquiteto”. In Artigas, 2004, p.202; originais de 1984. Grifos nossos.

⁴³. O mais famoso deles, o Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães – em Guarulhos, a princípio destinado a abrigar cerca de 60 mil pessoas – é encomendado pelo CECAP (Caixa Estadual de Casas para o Povo) e financiado em parte pelo Banco Nacional de Habitação. Ironicamente, seu primeiro anteprojeto foi apresentado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 1968, ano do recrudescimento da repressão pelo Ato Institucional nº 5. Participaram, ainda, como coordenadores do projeto, ao lado de Artigas, os arquitetos Paulo Mendes da Rocha e Fábio Pentead. Este projeto, como se sabe, elaborado a partir dos princípios corbusianos da *unité d'habitation*, serviria de modelo anamórfico a inúmeros outros conjuntos financiados pelo banco.

materiais.

Nesse sentido, não é de se estranhar que a ‘produção massiva’ tenha acontecido, aos olhos de todos, pelas mãos dos próprios pobres, que conquistaram seu espaço na vida urbana do país às custas da autoconstrução, da ilegalidade e da mais absoluta precariedade de meios. Nem empresários da construção civil nem poderes públicos jamais estiveram *de fato* dispostos a investir numa operação negocial arriscada de retorno duvidoso – veja-se seu exemplo mais típico: a trajetória de subvenções do Banco Nacional de Habitação⁴⁴.

É a partir, pois, da constatação de que de fato ainda não existiam no Brasil pressupostos (e interesses) econômicos capazes de estimular a industrialização de componentes construtivos padronizados (Arantes, 2002) que Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império propõem uma *inversão de sentido* para pensar um programa novo – e porque não dizer *popula?* – para a arquitetura brasileira: como experiência de enfrentamento dessa realidade realmente esgarçada por um desenvolvimento mal acabado, é exatamente da *precariedade de meios* que os três arquitetos vão extrair as bases do que se chamará *Arquitetura Nova*. O artigo *Proposta inicial para um debate: possibilidades de atuação*, de autoria de Sérgio e Rodrigo, publicado ainda em 1963, contém os fundamentos da proposta construtiva do grupo:

“Assim é que do mínimo útil, do mínimo construtivo e do mínimo didático necessários, tiramos, quase, as bases de uma nova estética que poderíamos chamar de ‘poética da economia’, do absolutamente indispensável, da eliminação de todo o supérfluo, da ‘economia’ de meios para formulação da nova linguagem, para nós, inteiramente estabelecida nas bases da nossa realidade histórica.” (Ferro & Lefèvre, 1963)⁴⁵

Essa “realidade histórica” de que falavam Sérgio e Rodrigo era a das contradições de um processo de modernização que se revelava “dependente do arcaísmo e da miséria contra os quais aparentemente lutava” (Koury, 2004, p.56).

Os arquitetos passam, então, à valorização e à racionalização de um *novo conteúdo formal* com *soluções construtivas populares* (como as abóbadas, construídas com sistemas de lajes pré-fabricadas simples, ‘economizando’ vedos e coberturas

⁴⁴. No **Capítulo 2** deste trabalho, procuramos fazer algumas breves reflexões a respeito do BNH, considerando sua importância para o entendimento da questão da habitação popular no Brasil. Contudo, há uma literatura específica e fundamental que discorre sobre as particularidades que cercam a existência do banco que merece ser lembrada, destaque para Bolaffi (1977 e 1986), Villaça (1986), Arretche (1990) e Sachs (1999).

⁴⁵. Citado em Ferro (2006, p.36).

Imagem 19
Estudos de Lefèvre para casas populares, 1968

numa única peça estrutural, por exemplo), preconizando, como exigência para um adequado atendimento ao déficit habitacional, “o aproveitamento de técnicas populares e tradicionais”, onde a sobriedade dos meios implicaria não só “uma interpretação correta de nossas necessidades”, mas também estimularia uma “atividade criadora viva e contemporânea que substitui, muitas vezes com base no improviso, o rebuscado desenho da prancheta” (Ferro, 2006, p.44; originais de 1965). Para os três arquitetos, estava claro que se apropriar e utilizar-se do *saber fazer* do operário – *autóctone, popular, não especializado* – significava criar condições para que esse saber *participasse* efetivamente do produzido:

“[...] é projetar de tal maneira que aquilo que ele sabe possa realmente aparecer; que o operário possa investir no que faz de uma maneira mais humana e não de uma forma massacrante, como na maioria dos canteiros de obra. Aí a dimensão ética é também uma dimensão política”. (Ferro, 2006, p.258; originais de 1986)

A introdução, no canteiro, do sistema construtivo em abóbadas⁴⁶ foi encarada pelos três arquitetos, sobretudo por Lefèvre⁴⁷, como a proposição de um método construtivo simples e por isso ao mesmo tempo didático: o canteiro de obras assume-se enquanto *escola* (Koury, 2004), como um momento de aprendizado mútuo, de democratização do conhecimento, de valorização do trabalho coletivo, de transformação, enfim, das relações de produção (Arantes, 2002).

Esse *compartilhamento de saberes* encontraria concretude nas formas de organização do canteiro de obras, em que uma relação positiva e artisticamente produtiva entre arquitetos e operários finalmente se restituiria (Arantes, 2002, p. 84): essa a concepção de *estética da separação* – a separação das etapas de produção no canteiro –, formulada anos mais tarde por Sérgio Ferro como recurso para elevar as contradições no processo de produção em arquitetura e assim batizada por seus alunos em Grenoble. Se o projeto é um momento de “afirmação da unidade abstrata”, o canteiro de obras seria a possibilidade de negar tal unidade, trazendo a radicalização da separação entre ofícios como recurso para a “formação efetiva do trabalhador coletivo” (Ferro, 2006, p.405-406; originais de 2001/2003).

⁴⁶. Nas primeiras casas projetadas por Sérgio Ferro, as abóbadas foram executadas com “as mesmas vigotas retas que se usa numa laje comum de construção popular” (Arantes, 2002, p.77), o que as tornou uma solução relativamente simples, barata e facilmente generalizável. Seu custo de produção, ao final, revelou-se, segundo Ferro, reduzidíssimo.

⁴⁷. Como lembra Pedro Arantes (2002, p.132), a dissertação de Mestrado de Rodrigo Lefèvre, *Projeto de um acampamento de obra: uma Utopia*, apresentada em 1981, trata da constituição de um *canteiro-escola* - “a produção de habitações populares pensada como forma de conscientização dos construtores”.

No entanto, como adverte Sérgio Ferro, não há mudança radical imaginável sem que se realize “a mudança radical das relações de produção, a supressão da venda da força de trabalho. [...] A alternativa para a heteronomia é a autonomia – e nada mais” (Ferro, 2006, p.402). Acerca das relações de produção teimosamente hegemônicas no Brasil desde que instituídas como tal, Sérgio Ferro, ainda no final dos anos de 1960, aprofundando suas críticas ao atraso da indústria da construção, argumenta, no texto *A Casa Popular* (1978; originais de 1969), que em países de capitalismo periférico e salários muito baixos, o “exército industrial de reserva” é altíssimo, o que contribui para que sejam empurrados grandes contingentes de trabalhadores não-capacitados e marginalizados, alijados do emprego na grande indústria, para os canteiros de construção civil. Seus empresários, por sua vez, não vêem interesse em mecanizar a produção porque têm disponível um número enorme de operários que podem ser mantidos a um custo, para eles, muito baixo (ou mesmo nenhum, em se tratando de *autoconstrução*; o lucro, sim, nesse caso, tende a aumentar):

“A máquina substitui operários e, como o lucro vem da força de trabalho não-paga e não da máquina, freqüentemente é preciso aumentar a produção, complicar a administração etc para produzir o mesmo lucro (massa de mais-valia) para um capital maior (com conseqüente diminuição de taxa de lucro)” (Ferro, 1978).

Paradoxalmente, seria este mecanismo de contenção de desenvolvimento de forças produtivas, de tecnificação e mecanização do trabalho nos canteiros de obras, o fator responsável pela manutenção do padrão de relações de produção na construção civil – até os dias de hoje.

Para além da crítica, as experiências do trio arquiteturônista, no entanto, não encontraram meios de se efetivar tal como imaginavam: ficaram restritas às ‘casas dos amigos’, evidentemente burguesas, mas com a pretensão de se ensaiarem antiburguesas (Arantes, 2002). De qualquer forma, com o golpe militar de 1964, as possibilidades, já restritas, foram por terra definitivamente. Frente ao endurecimento do regime com a promulgação do Ato Institucional nº 5, os três arquitetos optaram por abandonar momentaneamente a prática profissional, atendendo ao apelo que a si mesmos enunciavam: “Estes arquitetos do escape não se conformam, também, com a situação irracional em que vivemos. Mas fogem, mansos, em vez de radicalizar suas contradições até o desabamento e, mesmo, de atuar sob qualquer forma” (Ferro, 2006, p.52; originais de 1967).

Sérgio e Rodrigo envolvem-se com a luta de resistência armada promovida pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) e são presos em 1970; Flávio, que não aceita a “confrontação suicida com a ditadura” (Arantes, 2002, p.156), recolhe-se em seu

Imagens 20, 21 e 22

20] Corte - casa Pery Campos, São Paulo, 1970
(projeto de R. Lefèvre e Nestor G. Reis Filho)

21] Vista lateral - idem

22] Vista posterior - idem

ateliê de pintura e envolve-se de forma progressiva com o teatro.

De todo modo, no caso de Ferro, se, por um lado, as poucas experiências práticas acabaram abortadas, por outro, este é o momento em que o arquiteto começa a aprimorar sua crítica acerca das relações de produção no sistema capitalista.

Grosso modo, o *desenho* defendido por Artigas é percebido por Sérgio Ferro como instrumento de desqualificação dos diferentes saberes dos diferentes artesãos/operários envolvidos no processo de produção do objeto arquitetônico. Daí sua *alienação*: um desenho que só pode ser percebido de uma mesma maneira aparta o trabalhador “de seu saber e de sua autodeterminação relativa – o trabalho passa a ser ele próprio abstrato” (Arantes, 2002, p.22). E, afinal, a *uniformidade* do desenho e seu caráter *mediador* são o caminho mais curto para o comando da organização da força de trabalho no canteiro de obras e para a conseqüente extração de mais-valia na construção civil.

No livro *O canteiro e o desenho* (escritos originais de 1968/69; republicado em Ferro, 2006), Sérgio Ferro aprofunda-se muito nas críticas ao caráter autoritário do desenho como forma de controle e dominação no canteiro de obras, assegurando-o submetido a uma ordem que lhe é externa e heterônoma. Extremamente influenciado pelas leituras de *O capital*, de Marx, Sérgio argumenta que o desenho separa e re-une o trabalho de forma absolutamente violenta, uma vez que, sob a aparência da neutralidade técnica, o operário é levado a alienar-se da produção. Segundo Pedro Arantes, “esse movimento violento e contraditório entre separação e totalização, divergência e convergência, heteronomia do canteiro e autonomia da mercadoria, repressão e pulsão primária, esconde o que Sérgio nomeia ‘terceiro termo’: a luta de classes” (Arantes, 2002, p.117).

É aqui, então, que crítica e inconformismo concorrem para as formulações de uma concepção de “arquitetura e trabalho livre” que nos coloque “em direção a uma outra prática”: em escritos mais recentes, Sérgio Ferro advoga, “simplificando” Morris, a possibilidade de ensaiarmos, desde já, a arte como “expressão do trabalho livre” (Ferro, 2006, p.401-412; originais de 2001/2003):

“O que hoje concentra todas as desgraças do mundo operário [...] pode tornar-se já o lugar de uma das mais belas expressões do espírito, da comunidade livre. Tornar-se já, nos bolsões liberados socialmente que a própria globalização leva a se formarem” (Ferro, 2006, p.416-417).

As críticas de Sérgio Ferro ressoam, sob alguns aspectos, aquelas já postas no debate internacional frente às aporias do movimento moderno. Em termos objetivos, contudo, suas propostas remetem-se ao diálogo com algumas circunstâncias de

articulação política hoje bastante distintas do período em que formulara os pressupostos de sua crítica ao canteiro e ao desenho:

“É claro que nosso desenho não é ainda o apropriado para outras relações de produção. O que o justifica, o trabalhador coletivo livre, fundamento destas outras relações, ainda está por vir. E não há como antecipá-lo sem cair nos mesmos impasses das vanguardas modernistas prospectivas que criticamos antes. Só nos bolsões que os novos movimentos sociais (dos sem-terra e sem-teto) começam a abrir na rede do sistema podemos esperar que se esboce.” (Ferro, 2006, p.428)

***Arquitetura como crítica*⁴⁸: outras fronteiras**

O debate internacional envolvendo as críticas aos pressupostos do movimento moderno estruturou-se de forma distinta, porém, paralela ao discurso que vinha sendo esquadrihado no Brasil.

Certamente, a percepção refinada de Sérgio Ferro sobre as incongruências das relações de produção no âmbito da construção civil e as proposições de um novo canteiro não lograram encontrar um espaço de recepção que pudesse estendê-las efetivamente aos domínios da prática – tampouco, por outro lado, foram incorporadas de forma ampliada aos meios de discussão sobre os paradoxos da arquitetura moderna. Em nível internacional, essas discussões e as críticas construídas a esse respeito estiveram, durante os anos 1960 e 70, muito mais estruturadas em torno das ‘abstrações’ da cidade funcional, dos questionamentos sobre a rigidez e a racionalização excessivas e sobre a desconsideração das especificidades locais, dos atributos próprios e singulares de cada ‘lugar’.

A seguir, apresentaremos alguns expoentes deste debate, determinados personagens que não apenas estiveram fortemente envolvidos com a construção de uma crítica contumaz acerca do movimento moderno, mas também puderam experimentar ‘na prática’ algumas propostas ‘alternativas’ ao que se criticava.

⁴⁸. Tomamos de empréstimo, para esta sessão, parte do título do livro de Ana Cláudia Barone, *Team X: arquitetura como crítica*, em vista das considerações que procedemos a respeito justamente deste tema que se enuncia.

Nascidas entre os próprios arquitetos modernos, que começavam a questionar determinadas totalizações e dogmatismos com os quais se viam envolvidos profissionalmente, as críticas elaboradas pelo grupo de arquitetos conhecido como *Team X* à hegemonia do pensamento moderno no âmbito dos CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna)⁴⁹ – fundamentalmente estruturados pela defesa da busca por novas tecnologias, das discussões acerca da casa mínima e dos princípios fundamentais da cidade funcional – voltaram-se ao questionamento de tais princípios universais

“a partir da noção de que o homem se organiza em comunidades, que desenvolve a necessidade de se diferenciar, se identificar com o local onde habita, criar vínculos sociais e apreender o espaço a partir de seus próprios valores culturais. [...] No seu modo de ver, os valores humanos não se traduziam em atributos e necessidades genéricas para um tipo universal, mas constituíam-se historicamente em função de características locais e culturais” (Barone, 2002, p.61).

Mesmo marcado por inúmeras diferenças internas e pela pluralidade de concepções acerca da arquitetura e do urbanismo, o grupo de jovens arquitetos do *Team X*, em sua totalidade, concordava com a necessidade de quebra com os reducionismos e discriminações característicos do ideário do urbanismo funcional, que tratava a cidade como “um objeto calculado a partir de uma equação analítica que anulava por completo as inter-relações humanas criada no processo de apropriação dos espaços” (Barone, 2002, p.65).

Seus trabalhos receberam influências diversas, desde o urbanismo anarquista de Patrick Geddes, com suas proposições de participação comunitária, até a noção de ‘lugar’, desenvolvida a partir das concepções heideggerianas sobre a idéia de *habitar*, que sugeria que o ato humano de habitar corresponderia ao próprio “vir a ser”, ao próprio “estar no mundo”⁵⁰. A “Teoria do Lugar”, como alternativa ao universalismo moderno – o lugar como *locus* de significações coletivas – levou muitos arquitetos desta geração a repensarem suas práticas e suas teorias sobre os espaços urbanos a partir da noção de pertencimento, da história, da continuidade, da memória, da tradição e da cultura.

Nessa esteira, ganham força as proposições projetuais que procuram incorporar o usuário do momento da concepção do

⁴⁹. Realizados ao longo de 26 anos, o primeiro dos CIAMs aconteceu na cidade de Atenas, em 1928. O grupo *Team X* assim ficou conhecido pelas críticas que fez à estrutura e aos conteúdos dos CIAMs e pela proposta de que eles fossem extintos, justamente quando ocorreria sua 10ª edição, em 1956.

⁵⁰. Veja-se Heidegger (2001; originais de 1951): “[...] Ser homem diz: ser como um mortal sobre essa terra. Diz: habitar. A antiga palavra *bauen* (construir) diz que o homem é à medida que habita”.

desenho arquitetônico e/ou urbanístico: a idéia era a de que o ‘especialista’ – no caso, o arquiteto – deveria assumir o papel de ‘mediador’ dos processos de discussão sobre a cidade e a habitação, processos esses que passariam a envolver quem vive, trabalha, se desloca e usa de várias formas o espaço urbano e que, por isso mesmo, já contribui, de certa maneira, para fazê-lo e refazê-lo a cada instante (Santos, 1988).

Dentre todos os arquitetos do grupo *Team 10*, o que mais se aproximou de ‘procedimentos participativos’ de projeto foi o italiano Giancarlo de Carlo. Sua preocupação em manter-se fiel a um fazer arquitetônico que fosse *de todos*, propunha um compromisso com o padrão cultural e identitário da comunidade em que determinada obra estivesse inserida e a participação do usuário no processo de concepção da mesma:

“Contra o entendimento da arquitetura como obra de arte aurática e genial e contra a dualidade ‘objetivo/subjetivo’, que coloca a obra à mercê ora da rigidez de um padrão racional, ora dos preceitos dogmáticos de um estilo, a arquitetura de Giancarlo de Carlo pretendia ser não um resultado pronto, concebido a partir de fundamentos estéticos dados *a priori*, mas um processo de trabalho que levasse em consideração os sujeitos ‘para quem’ ele estava sendo feito. Sua arquitetura pretendia ser uma arquitetura de todos, e não uma obra autografada” (Barone, 2002, p.154).

Envolvido com questões ligadas ao repertório cultural das comunidades e com a relação *obra nova x memória urbana dos monumentos históricos* (pesando muito, aqui, o fato de ser italiano), De Carlo tentava dialogar em sua arquitetura com o habitat vernacular, com os materiais tradicionais, com a imagem das formas construídas, através de um método de projeto que buscasse uma leitura histórica dos contextos, donde a participação do usuário tivesse, evidentemente, papel de destaque.

Este tipo de concepção projetual, que toma em conta o compartilhamento de saberes entre arquiteto e usuário, não foi, evidentemente, ‘inaugurado’ nos anos 1960 por De Carlo ou por outros arquitetos suscitados pela necessidade patente de revisão dos limites e contradições da arquitetura moderna. Há registros de experiências

Imagem 23

Vila Mateotti, conjunto de residências operárias projetado por De Carlo com participação de seus usuários, Terni (Itália), 1964-74

participativas anteriores, que datam ainda dos anos 1940, desenvolvidas também na contramão do que era preconizado pelos pressupostos modernos. É o caso, por exemplo, da experiência de Hassan Fathy no desenvolvimento do projeto de Nova Gurna, no Egito: para abrigar cerca de sete mil moradores da antiga Gurna, edificada sobre sítios arqueológicos, o arquiteto deveria conceber e conduzir a construção de uma nova cidade:

“Queria evitar, a qualquer preço, a atitude tão comum entre os arquitetos e planejadores profissionais quando confrontados com uma comunidade de camponeses, e que consiste em achar que ela não tem nada que mereça a consideração deles, que todos os seus problemas podem ser resolvidos pela importação de uma abordagem urbana sofisticada em relação à construção. Queria, se possível, superar o abismo que separa a arquitetura popular daquela feita pelo arquiteto” (Fathy, 1982, p.60-61).

Imagem 24
Aldeões trabalham na construção das abóbadas em Nova Gurna, Egito, anos 1940

Para tanto, Fathy propôs que fosse considerada a tradição construtiva local em seus aspectos mais amplos, ou seja, desde o material até os métodos, procedimentos e habilidades de construção (no caso, tratava-se de abóbadas núbias, construídas em tijolos de adobe). Além disso, seriam também respeitados laços comunitários, os modos de vida e costumes da população nativa, a partir de um processo de desenvolvimento projetual que levasse em conta o conjunto de decisões tomadas por todos – usuários, construtores, arquitetos e Estado.

Enormes obstáculos e dificuldades foram enfrentados durante os dois anos e meio de construção da nova cidade e Fathy os descreve com detalhes no livro *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*, de 1973 (Fathy, 1982, 2ª ed. brasileira): o arquiteto teve de lidar com a “hostilidade burocrática” do Estado do Egito e com a má vontade geral dos gurnenses, que viam nele um agente do governo e manifestavam certa indiferença em relação às suas proposições; mas, não só: Fathy enfrentou também o menosprezo de outros arquitetos egípcios, adeptos do uso de materiais industrializados e que condenaram a experiência de Nova Gurna como algo excêntrico e impraticável (Fathy, 1982).

De todo modo, ainda que o projeto tenha ficado pelo caminho e que Hassan Fathy não tenha logrado atingir seu objetivo de formatar um sistema habitacional baseado, segundo ele, “no entusiasmo dos próprios camponeses” – e esse entusiasmo apenas surgiria se os camponeses constatassem que poderiam “construir boas casas sem a ajuda de ninguém e por um preço ínfimo” (Fathy, 1982) –, a originalidade da experiência e o debate de novas idéias promovido pelo arquiteto certamente contribuíram, ainda que de forma indireta, para outras propostas posteriormente construídas – muitas delas, inclusive, implementadas em solo brasileiro, como veremos em momento oportuno.

Outra conhecida experiência ‘participativa’ de elaboração projetual é a de Christopher Alexander, no processo de concepção e implementação do projeto de uma parte da Universidade de Oregon (EUA), nos anos 1970. Seguindo pressupostos semelhantes aos dos exemplos citados, Alexander propôs o que ele chamou de “uma nova atitude” para a prática da arquitetura e do urbanismo, levando em consideração a participação dos futuros usuários na concepção do espaço, a partir de alguns princípios específicos:

“Unicamente a la propia gente que forma parte de una comunidad es capaz de dirigir um proceso de crecimiento orgánico. Ellos conocen como nadie sus propias necesidades y saben perfectamente si los edificios, los enlaces entre edificios y espacios públicos, sirven o no sirven. [...] Los arquitectos y los urbanistas, sin importar lo capacitados que estén para su trabajo, no son capaces de crear um medio ambiente en el que impere la clase de variedad y orden que estamos buscando. Un equilibrio orgánico puede solamente conseguirse gracias a la acción de una comunidad en la que cada uno da forma a las partes del medio ambiente que mejor conoce” (Alexander, 1976, p.30).

O que Alexander chama de “equilíbrio orgânico” corresponderia a um planejamento e construção baseados nas referências locais, num movimento que vai da parte ao todo, de forma gradual e, evidentemente, participativa.

A questão da ‘linguagem’ recebeu especial atenção: o arquiteto alegava que muitas vezes são construídos edifícios destinados a uso universitário mal projetados, com pouca luz, pouco isolamento acústico, pouco espaço para armazenagem, sem lugares adequados para sentar e pensar, com amplas janelas etc. Segundo ele, isso ocorreria por uma incapacidade de comunicação entre quem usa e quem concebe o edifício. Defendendo, nesse sentido, o diálogo entre as partes, a participação desses usuários, ele sugere que a superação das diferenças de linguagem poderia ser garantida por uma ‘padronização da linguagem’ projetual – ou seja, decididos coletivamente, determinados padrões criariam uma coleção de princípios apreensíveis a qualquer usuário / projetista, evitando as ‘confusões’ ilustradas no desenho bem-humorado do arquiteto (**Imagem 26**).

Não saberíamos dimensionar a escala, mas é certo que a obra de Christopher Alexander teve um impacto bastante considerável sobre a geração de arquitetos formada a partir de meados dos anos 1970: veja-se, por exemplo, a enorme repercussão causada e as ‘heranças’ deixadas por seu ‘texto-manifesto’, *A City Is Not a Tree*, de 1965, em defesa das ‘cidades vernáculas’, não projetadas e contra as ‘cidades artificiais’, segundo ele, pensadas pelos arquitetos e urbanistas modernos de forma ‘binária’, simples, o que os tornaria incapazes de refletir sobre organizações mais complexas e múltiplas.

Imagem 25
Proposta de desenho do espaço elaborada por Alexander e usuários da Universidade de Oregon, EUA, anos 1970

Imagem 26

Esquema de Alexander para ilustrar as 'confusões' projetuais que podem ocorrer quando se separa radicalmente quem usa e quem projeta um espaço

Numa chave de proposições muito próxima encontramos também o trabalho do arquiteto inglês John Turner, que atuou em favelas latino-americanas nos anos 1950 / 60.

No caso de Turner, o 'compartilhamento de saberes' e a 'participação' deveriam estar no centro de uma discussão que, segundo ele, se intensificava diante da absoluta homogeneidade dos conjuntos habitacionais produzidos pelo movimento moderno: o maior exemplar deles, a Unidade de Habitação de Marselha, de Corbusier, modelo decalcado mundo afora, de forma muitas vezes distorcida. Para o arquiteto, a pasteurização da questão habitacional apagava a complexidade dos modos de organização do usuário, que, segundo ele, era quem de fato podia avaliar e opinar sobre as melhores formas de se pensar, construir e gerir o espaço em que se viveria.

Peter Hall, referindo-se a toda uma geração, tributária de correntes do pensamento anarquista, que, tal como Turner – e da qual ele mesmo fizera parte –, rejeitava o planejamento moderno, racional e totalizador, nos diz:

“A seu ver, as formas construídas de cidades deveriam, o que não acontece agora, provir das mãos de seus próprios cidadãos; rejeitando, portanto, a tradição segundo a qual cabe às grandes empresas, públicas ou privadas, construir para as pessoas, adota, em contraposição, a idéia de que as pessoas é que deveriam construir para si próprias” (Hall, 2002, p.12).

Nesse diapasão, John Turner horrorizou críticos de arquitetura e profissionais ao declarar que “a população pobre fez muito mais por si mesma, em termos absolutos, do que os mais ricos” (Turner, 1989, p.91) e que a favela deveria ser entendida

como “forma de liberdade e da vontade criadora das ‘massas’” (Kopp, 1990, p.15). Recebeu, por isso, severas manifestações de contestação aos seus preceitos, muitas delas de conteúdo marxista, que os associava a ‘interesses capitalistas’ e ao corolário neoliberal já em franca expansão.

De qualquer forma, parece-nos que o arquiteto inglês jamais viria a propor que o Estado se ausentasse de suas responsabilidades de promotor de políticas habitacionais:

“[...] a nova geração de políticas não será baseada em programas governamentais, no sentido convencional, mas em programas autodeterminados, auto-organizados e auto-administrados pelas pessoas que precisam dos bens e serviços que realmente demandam. As ações do governo vão responder a estas demandas e, também, devem prevê-las e estimulá-las. [...] Portanto, refiro-me a instrumentos de política do terceiro tipo que estão surgindo como ações de autogestão (para programas determinados localmente)” (Turner, 1989, p.90-91).

Turner participou de experiências autogestionárias em *barriadas* peruanas ainda no final dos anos 1950 e acreditava, tal como retratara do livro *Todo o poder para o usuário*, que a autonomia nos processos de produção habitacional, para além de garantir uma rede social não-hierárquica que atuaria em escala local, segundo as necessidades e vontades de todos, poderia também estimular práticas construtivas populares, com custos mais próximos à capacidade de pagamento da população⁵¹.

Ainda que não possamos afirmar uma conexão direta entre as idéias de John Turner e os projetos habitacionais baseados na autogestão que tiveram vez, em território nacional, a partir dos anos 1980, certamente há certas correlações entre os casos, ainda que haja também, evidentemente, outras referências importantes a serem consideradas na experiência brasileira.

>>>

⁵¹. Não se pode negar que, de fato, as concepções anarquistas de Turner em favor da autogestão foram altamente distorcidas e apropriadas de forma perversa por agências como o Banco Mundial, que, arrebatadas pela sanha privatista que pretende desmontar a instância reguladora do Estado, passou a usar o argumento da autodeterminação em seu favor, alegando que a alta capacidade dos pobres de se organizarem por si próprios deve ser valorizada, bem como sua habilidade e inteligência para lidar com suas necessidades habitacionais, numa tentativa de desvincular a responsabilidade pública da provisão habitacional. Este tema será tratado com cautela nos próximos capítulos deste trabalho.

Foi em meio a iniciativas como estas que toda uma nova teorização acerca do projeto urbano e arquitetônico foi se constituindo, redimensionando e requalificando os temas da participação, das readequações espaciais, dos movimentos sociais etc, certamente postos em discussão com muito mais veemência a partir da ampliação das reivindicações por demandas subjetivas e heterodoxas surgidas em torno das movimentações culturais do final dos anos 1960.

Não por acaso, os anos 1970 foram palco de inúmeras novas propostas e tentativas efetivas de democratização da arquitetura, do planejamento urbano e do próprio espaço, muitas delas fomentadas ainda na década anterior: desde as críticas contumazes da americana Jane Jacobs à setorização autoritária e 'insossa' da cidade corbusiana e sua proposta de incorporar a participação das comunidades locais nos projetos de reconfiguração de seus bairros, conservando-os em sua forma tradicional, com suas ruas convencionais e quadras pequenas, garantindo a mescla de funções e a alta densidade populacional em favor da diversidade urbana (Jacobs, 2000), passando pelas concepções de Henry Lefebvre sobre a relação intrínseca que existe entre *prática social* e *produção do espaço* (Lefebvre, 1985), pela "*architecture mobile*" de Yona Friedman e suas proposições de emancipação do usuário da 'padronagem' do arquiteto (Friedman, 1971), até a consagração do 'community design', procurando envolver a 'comunidade' em atividades de intervenção urbana, em diferentes escalas e não apenas relativas à arquitetura (Process Architecture, 1977), o imperativo da autodeterminação e do direito à diferença passava também a integrar o repertório de uma nova geração de arquitetos e urbanistas.

Imagem 27
Le circuit brouillé, Yona Friedman

Imagem 28
Le circuit rompu, idem

No Brasil, os desdobramentos no pós-1960

Se, como vimos, já nos anos 1950 em nível internacional as dissidências no campo de discussões acerca do projeto moderno estavam sendo percebidas como necessárias em favor de uma crítica mais contundente às dimensões autoritárias e insuficientes da *cidade funcional*, este debate no Brasil só encontrou lugar efetivo depois do advento de Brasília e, sobretudo, depois da falência da modernização conservadora promovida pelos militares.

Arriscamos dizer, aliás, que a crítica de maior alcance ao movimento moderno no Brasil se fez mais em relação ao *planejamento urbano* do que à arquitetura, em si – esta, no mais, apreciada pela freguesia local, orgulhosa de suas licensiosidades formais, desvios positivos, anti-racionalismo, genialidade... como se queira.

O debate travado entre os arquitetos gaúchos sobre o desenho abstrato da arquitetura moderna brasileira não permitiu grandes avanços críticos, naquele momento, muito, certamente, por seu caráter algo proselitista. Já em relação às elaborações do grupo Arquitetura Nova, como comentamos, ainda hoje podemos perceber que houve muito pouca incorporação de suas críticas e propostas a respeito da possibilidade de constituição de outras formas de organização da força de trabalho nos canteiros de construção civil.

De todo modo, é somente a partir dos anos 1970 que as insuficiências de toda ordem relativas ao projeto moderno em solo brasileiro, fortemente radicalizadas depois da construção da nova capital, passarão a ser enfrentadas, do ponto de vista da arquitetura, pela chave da *resistência à cidade planificada* que animou tantos arquitetos do pós-Segunda Guerra em território europeu. Isso porque, num primeiro momento, Brasília arrebanhou legiões de caudatários de um suposto utopismo socializante: tratava-se, acreditavam muitos, de “utopia necessária”, “oásis que ‘não se faz no vácuo nem no isolamento’, mas ‘ao contrário, num ambiente nacional vivo e contraditório’”⁵².

Nas palavras de Otília Arantes (1998), Brasília cumpria “rigorosamente a utopia corbusiana da *cidade radiosa*”, explicitando, no entanto, a expressão máxima de seu *limite*: o decalque do modelo original de modernidade europeu na periferia do Capital foi dar como resultado uma cidade inteira pensada e espacialmente montada sobre as mesmas hierarquias de classe e de poder

⁵². Comentários do crítico de arte e arquitetura Mário Pedrosa, que, como tantos – incluídos aí Ferreira Gullar e mesmo Sérgio Ferro – entusiasmou-se, no calor da hora, com a construção de Brasília. Citado em Amaral (1987, p.304-305).

que sempre nos foram próprias. E, de fato, tardou pouco até caírem as máscaras: a expulsão dos candangos quando enfim chegaram os donos da cidade para ocupá-la adequadamente fez envergonharem-se até mesmo os arquitetos falsamente entusiasmados, ainda partidários daquele projeto como o grande passo rumo ao progresso.

E, como se sabe, apenas quatro anos depois de Brasília veio o golpe militar. Com ele, a re-atualização das tecno-burocracias estatais em ‘favor’ do crescimento do país: sem mais apelos a quaisquer pregações socializantes, a ideologia do plano não se esgotara, ao contrário; ela e o Estado forte e autocrático viveram em plena simbiose durante os anos 1970.

Além do BNH, uma profusão de novos organismos de assistência técnica aos municípios para a elaboração de “planos locais integrados”, “planos-diretores”, “planos básicos de urbanização”, enfim, “planos-discurso”, nos termos de Flávio Villaça (1999) – ou seja, aqueles que não saem e nem devem sair do papel –, sustentavam a defesa de uma supremacia do *conhecimento técnico e científico* que, por sua vez, deveria orientar a ação.

De fato, esta linhagem que tende à ‘tecnificação’ (e à conseqüente ‘despolitização’) dos problemas urbanos – calcada em falas que, por um lado, justificam as ações do Estado e, por outro, muitas vezes ocultam justamente sua inoperância –, seguiu com força numa dinâmica de legitimação do autoritarismo. No entanto, o ritmo vertiginoso de construções de toda ordem espalhadas pelo país nos anos 1970 foi desembocar, como se sabe, na estagnação da modernização econômica e na falência do ‘milagre’, num momento em que os velhos temas da ‘nação’ e da ‘modernidade’ já começavam a cair no fosso do descrédito, desmontados, sobretudo, pelo crescente endividamento externo e pelo cenário de agravo profundo da crise sócio-econômica.

O esvaziamento inevitável do ideário desenvolvimentista esvaziou também o discurso planejador tecnocrático. Já no final da década de 1970, algumas outras formas de planejamento, mais próximas do que hoje chamamos *desenho urbano*, que propunham afastar os diagnósticos extensos (e por vezes inúteis) em favor de uma abordagem *qualitativa* dos espaços urbanos, a partir da observação direta das práticas e referências sociais no plano do cotidiano, começam a constituir um novo imaginário entre os arquitetos e urbanistas. É, pois, de um processo que reúne *crítica à cidade funcional* e *reconhecimento do subjetivo inerente à prática cotidiana do habitar* que nasce, no Brasil, em meio às agitações políticas da virada dos anos 1970 para 80, a perspectiva de que a arquitetura se volte à realidade das cidades pela interação possível e necessária com seus habitantes: do espólio de Brasília e da massificação dos conjuntos habitacionais de arquitetura majoritariamente ruim e pasteurizada financiados pelo BNH ficou, ao menos, a possibilidade de questioná-los enquanto estereótipos de síntese (Santos, 1989).

>>>

A forma caleidoscópica segundo a qual estruturamos este capítulo – lançando mão de um exame de tendências mais amplas ao mesmo tempo em que cruzávamos trajetórias individuais – pretendeu justamente refletir o processo dinâmico de circulação de idéias e questionamentos que deu cor ao percurso geracional dos personagens que focalizamos e que permitiu que a arquitetura aos poucos se abrisse a novos temas e problemáticas, como as formas populares de organização espacial e a prática participativa.

No capítulo seguinte, procuramos, de certa forma, amarrar as questões relativas à cultura disciplinar e profissional da arquitetura abordadas nesta etapa, para tanto iluminando com mais especificidade o contexto brasileiro e diferentes experiências de aproximação dos arquitetos ao universo da favela iniciadas na virada dos anos 1950 para 60: nos interessará mapear os caminhos dessa aproximação e suas decorrências ao longo das décadas subseqüentes – as possibilidades de construção de novas formas de enfrentamento da questão da pobreza urbana e da habitação popular.

.2]

o arquiteto e a favela

[2.1] A relação 'arquitetura e favela' nos anos 1960:

insurgências em tempos de reforma de base

O temário da carência habitacional e do (mal) aproveitamento territorial foi o foco de intensas discussões travadas entre arquitetos, engenheiros, sociólogos, economistas, assistentes sociais, dentre outros, por ocasião do *Seminário de Habitação e Reforma Urbana*, de 1963.

Se, por um lado, o debate lograra politizar os compromissos da profissão quanto ao que diz respeito à crise de expansão das cidades, incluindo os 'problemas urbanos' no interior do ideário das reformas de base, por outro, estando, todavia, montado sobre os alicerces de um projeto político orientado para a modernização nacional, seus termos ainda não eram capazes de romper o círculo de ferro que circunscrevia *a arquitetura como signo do desenvolvimentismo*, reiterando a ideologia do plano, ou seja, a sobreposição incontestada da ação direta do Estado planejador, com quem os técnicos deveriam estabelecer aliança para sanar o mal vertiginoso do inchaço urbano.

Imagem 29 - Charge do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, 1963

Como relata o arquiteto carioca Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que então participava do seminário, uma discussão mais específica sobre as favelas foi posta de lado em favor do que, para a esmagadora maioria dos arquitetos, era o que de fato urgia: o planejamento territorial. Por outra, “era a cidade quem merecia atenção e planos e não as favelas. Os favelados eram aí considerados como demonstrativos de uma deformação estrutural do país” (Santos, 1981, p.50). Nesse sentido, são significativas as palavras do arquiteto Maurício Roberto a respeito do que considerava o “encaminhamento para a solução das favelas do Rio”:

“Somente depois de terem sido tomadas estas providências [tais como a elaboração de um Plano Diretor, a criação de um órgão controlador da indústria da construção civil e a criação de meios que amortizem o valor da compra ou aluguel da casa], tendo assegurada a paralisação do aumento do déficit é que o Estado poderá elaborar um plano que verdadeiramente extinga as favelas do Rio” (Revista Arquitetura / IAB. “As favelas do Rio: encaminhamento para sua solução”, n°. 10, abril de 1963).

E, ainda, segundo o documento final do encontro,

“o problema habitacional na América Latina não se caracteriza como uma emergência por não decorrer de fatos incontroláveis que tenham construído bruscamente os equipamentos urbanos e a disponibilidade habitacional, mas é o resultado das condições de subdesenvolvimento provocadas por fatores diversos [...]. Em consequência, a solução do problema habitacional e da reforma urbana está vinculada à política de desenvolvimento econômico e social – inclusive a reforma agrária – através da qual possa ser rapidamente elevado o padrão de vida do povo brasileiro” (Revista Arquitetura / IAB. “s.HRu”, n°. 15, setembro de 1963)⁵³.

De fato, durante os anos que antecederam o golpe militar, configurações eivadas de ambivalência, entre o interesse (muitas vezes de cunho assistencialista) e a condenação, haveriam de embeber o que diz respeito ao *popular* e à favela. Ainda que o aumento acelerado dos assentamentos irregulares não permitisse mais que se ignorasse (por completo, diga-se) a questão e a

⁵³. Há que se reconhecer, de todo modo, o esforço notável do Instituto dos Arquitetos do Brasil em manter viva uma discussão sobre a reforma urbana e habitação na virada dos anos 1950 para 60. Dele resultou o referido seminário. Ver os inúmeros artigos publicados na Revista Arquitetura / IAB, sobretudo nos anos 1962 e 1963. Outro documento importante que mostra a posição dos arquitetos em relação à questão da habitação popular na época é o Inquérito Nacional de Arquitetura (extraído do suplemento dominical do “Jornal do Brasil” fev/mar 1961).

despeito de determinadas iniciativas governamentais que se opunham à erradicação⁵⁴, as favelas eram ainda, no mais das vezes, vistas e tratadas, em sua totalidade, como o “quadro desolador da promiscuidade e da falta de higiene, por onde começa o esboroamento da moral familiar e a perda da saúde” (Côrtes, 1959).

Junto aos discursos e práticas candentes de assistência social⁵⁵, ecoavam, de forma análoga, os mesmos brados pelo progresso (e contra o atraso, a desmoralização e a criminalidade gerados pela pobreza urbana) dos anos de 1930, legitimando muitas das ações truculentas de remoção integral de favelas ainda postas em curso durante os anos 1950 e 1960.

Os arquitetos, por mais ‘sensibilizados’ que se mostrassem em relação à questão, insistiam no discurso do *plano*, reivindicando inclusive maior participação no processo de modernização do país (“em escalão mais alto”), apostando na soma de esforços pela implementação das reformas capazes de superar a estrutura arcaica que impedia a repartição justa dos benefícios do desenvolvimento nacional⁵⁶.

Neste contexto, as poucas experiências de envolvimento de determinados arquitetos com o universo das favelas seguiam, também elas, de forma ambivalente: em sua maioria, encontravam-se ainda restritas à esteira caritativa do voluntarismo católico. Por outro lado, no entanto, construía-se caminhos possíveis de reconhecimento da favela como um espaço legítimo de moradia e se estabeleciam vínculos estreitos de natureza política e cultural dos profissionais com as periferias, suas vizinhanças e organizações comunitárias, numa composição de forças que se faria notar nos movimentos de resistência ao autoritarismo que se seguiria.

⁵⁴. Tais como as experiências do Serfha, no Estado da Guanabara. Veja-se Perruci (1962), Freire & Oliveira (2000a) e considerações a seguir.

⁵⁵. Flávia Nascimento faz considerações importantes quanto a um certo ‘retorno’ ao assistencialismo, que marca o início dos anos 1960: tratando especificamente do contexto carioca, a autora lembra que a questão habitacional, que esteve nos anos 1950 sob a responsabilidade principal dos setores ligados à construção, como engenharia e arquitetura, passa a ser novamente tratada no âmbito dos serviços sociais durante a gestão de Carlos Lacerda (Nascimento, 2004). Com roupagem semelhante – embora não necessariamente coincidente – ao discurso dos anos 1930 e 40, a assistência social volta a ditar as diretrizes da habitação pública na cidade, promovendo as favelas a carro-chefe do novo governo, seja na tentativa de urbanizá-las (com José Arthur Rios), seja na tentativa de erradicá-las (com Sandra Cavalcanti). Cabe ressaltar, no entanto, que, de forma geral, tal como adverte Aldaíza Sposati (1988), o que se sabe sobre a presença do lugar burocrático da assistência social nos aparatos governamentais brasileiros é que ele parece sempre ter existido para preencher o lugar efetivo dos direitos sociais e políticos dos mais pobres. Nesse sentido, o assistencialismo que reproduz relações subjetivas, paternalistas e discriminatórias vem há muito sendo tomado como a estratégia ‘descompromissada’ do Estado para lidar com as necessidades daqueles que não lograram alcançar seu reconhecimento como cidadãos (Sposati, 1988). Não é de se estranhar, portanto, que esta tenha sido por muito tempo a chave histórica de enfrentamento da questão da habitação popular, com menos ou mais força neste ou naquele período.

⁵⁶. Revista Arquitetura / IAB. “A participação do arquiteto”, n.º. 12, junho de 1963.

É, pois, em meio a este cenário de confusas angulações, que aos poucos se estruturava um campo – ainda deveras incipiente, porém potencialmente novo – de possibilidades e de disposição para o enfrentamento da realidade habitacional popular, em que observamos mudanças importantes na ótica e conduta dos arquitetos. Estes, então verdadeiramente divididos entre a aposta moderna no progresso social e econômico da nação e as primeiras e continuadas evidências de uma crise de legitimidade no projeto desenvolvimentista em uma sociedade cuja industrialização e urbanização produziam sempre novos impasses e defasagens, passariam a reconsiderar a sua função social e cultural no enfrentamento das necessidades populares.

É a partir desse momento, em que se propõe revisitar e recolocar o próprio caráter da profissão, que um comprometimento orgânico do arquiteto com o universo popular de moradia na favela passa de hipótese longínqua a possibilidade em perspectiva.

Nos movimentados anos que antecederam os acontecimentos de abril de 1964, algumas experiências de atuação de técnicos junto aos moradores de favelas e assentamentos precários estiveram em curso.

A experiência do Serfha

No Rio de Janeiro do início da década de 1960, passa a fazer parte da Coordenação de Serviços Sociais do Estado o Serfha, *Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas*, órgão que já existia desde 1956, criado inicialmente dentro dos poderes públicos municipais. Ao assumir o governo do estado em 1960, Carlos Lacerda nomeia o sociólogo José Arthur Rios para lidar com a questão das favelas, calcanhar-de-aquiles de sua campanha eleitoral. Rios, então, assume o comando do Serfha⁵⁷.

Durante sua gestão, construiu-se a possibilidade – até então, pouco convencional – de um trabalho conjunto com os moradores favelados, em que a remoção ficava, a princípio, descartada⁵⁸. Os Leeds (1978) relatam que, durante um grande

⁵⁷. Importante relato sobre as atividades de urbanização de favelas pelo sistema de ajuda mútua desenvolvidas pelo Serfha, no Rio de Janeiro, podemos encontrar no relatório de estágio do pesquisador Gadiel Perruci (1962).

⁵⁸. Em depoimento aos pesquisadores Lúcia Lippi e Marly Motta, José Arthur Rios afirma: “eu me opunha tenazmente a qualquer erradicação de favela, ao contrário de alguns companheiros de governo que queriam, naturalmente, limpar o terreno. [...] só se removia em caso de perigo iminente como

período de tempo, no decorrer do ano de 1961, “Rios e sua equipe mantiveram encontros semanais com os representantes de nove favelas diferentes a cada semana”, promovendo discussões a respeito de questões fundiárias e de como poderiam ser conduzidas as obras de melhoramento nas áreas.

O Serfha, de dezembro de 1960 a maio de 1962, funcionou como uma espécie de ‘assessoria’ à população favelada, tentando inclusive criar condições jurídicas para “capacitar o morador *como tal* a ganhar certa independência para tratar com as autoridades estatais em vez de ter que depender de favores políticos que eram efetivos apenas ocasionalmente, e de forma não sistemática” (Leeds & Leeds, 1978, p. 212). Nesse sentido, para que o atendimento técnico se consubstanciasse, o Serfha exigiu a contrapartida de que os favelados se organizassem em forma de *associação* – cerca de 75 delas surgiram nesse período⁵⁹.

Ainda segundo os Leeds, em depoimento, José Arthur Rios afirmou que “foi justamente esse objetivo que acarretou o fim do Serfha” (p. 212). O sociólogo, que havia trabalhado na pioneira pesquisa da SAGMACS sobre as favelas cariocas em 1958⁶⁰, acabou sendo demitido em 1962 por se mostrar, ao longo de sua gerência no órgão, um estorvo para o que o governo do estado realmente tinha em mente em relação aos moradores favelados:

“Essa forma de trabalho não propiciava muitas vantagens para a construção; não se apropriava da terra ocupada por favelas situadas em áreas valorizadas da cidade para usos mais lucrativos e especulativos; não trazia para os cofres do Estado grandes subsídios ou empréstimos para programas de construção de órgãos tais como a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tendiam a fomentar tais programas apoiando dessa forma grupos de interesses ligados aos mercados de construção habitacional e de capital; desencorajava ‘currais eleitorais’. Todavia, ele abriu as portas para um eleitorado independente, munido de importantes informações legais e organizado em seu interesse próprio, além de numeroso, sobre o qual o controle de qualquer político partidário ou grupo político seria muito difícil. Em termos de

desabamento, incêndio, inundação; aí era obrigado a fazer, mas planejava para onde levar os favelados. Essa foi a minha utopia durante dois anos” (Em Freire & Oliveira, 2000a, p.69).

⁵⁹. Nas análises de Marcelo Burgos (2003), o Serfha, na verdade, estabelecera um acordo de cumplicidade entre lideranças locais e poder público para a formação destas associações de moradores em que o que realmente acontecia era que a promessa de urbanização servia de moeda de troca para o controle político das associações pelo Estado. O autor afirma que “no lugar da estratégia católica de formar lideranças tradicionais, o Estado oferece uma alternativa com resultados mais imediatos – a cooptação de lideranças” (Burgos, 2003, p.33). De qualquer forma, acaba por reconhecer que esse arranjo, ao final, poderia de fato abrir aos favelados “canais de acesso ao poder público e, com isso, algum poder de barganha”.

⁶⁰. Já brevemente citada no **Capítulo 1**, a seguir abordamos com mais precisão os temas e especificidades dessa pesquisa.

continuidade do controle de elite e de classe – do qual, argumentamos, Lacerda era um agente – Rios e seu programa tinham que sair de campo, e assim o fizeram” (Leeds & Leeds, 1978, p.214).

A experiência do MUD

Em São Paulo, os movimentos associativos de bairro, operados muitas vezes por engrenagens de tipo clientelista, vinham, de todo modo, conseguindo publicizar suas reivindicações e mobilizar esforços do poder público na direção de suas necessidades mais básicas (Singer & Brant, 1980)⁶¹. No caso das favelas, no entanto, a visibilidade que evidenciava sua condição precária era imediatamente transformada em mote para empreitadas incansáveis de remoção e desfavelamento. Ao que consta, não havia ainda, como no caso do Rio de Janeiro, posturas – clientelistas ou não – em favor da urbanização. De qualquer forma, houve certo pioneirismo por parte da juventude universitária católica paulistana quanto ao que diz respeito a um trabalho técnico fundamentado em experimentações de diálogo e práticas de (alguma) participação de moradores de favelas. O grupo Movimento Universitário de Desfavelamento, constituído por estudantes de diversas áreas de formação, dentre as quais, arquitetura, participaram de pelo menos três projetos de remoção e relocação de famílias faveladas – um deles amplamente documentado, o desfavelamento da favela do Vergueiro, em 1963. A equipe de universitários do MUD trabalhava na erradicação da favela do Canindé, em dezembro de 1961, quando soube de uma ação de reintegração de posse de uma área ocupada pela favela do Vergueiro, movida pela família Klabim, proprietária do terreno. A iniciativa de ‘auxiliar’ a remoção e o reassentamento das famílias moradoras da favela partiu do próprio movimento, que respondia juridicamente como uma organização da sociedade civil e não possuía recursos financeiros próprios.

⁶¹. Em Singer & Brant (1980), encontramos importantes considerações a respeito das formas organizacionais e *associativas* (ou seja, num primeiro momento, não apenas *reivindicativas*) que se multiplicavam na São Paulo do período de redemocratização pós-Segunda Guerra, articulando demandas locais e apresentando-as às autoridades municipais. Os autores identificam aí o surgimento das chamadas SABs (Sociedades de Amigos do Bairro), que, segundo eles, no entanto, entre as décadas de 1960 e 70, passam a operar de forma *instrumental*, tendo em vista a troca de benefícios por favores políticos, estabelecendo redes de apoio e lealdade aos representantes dos poderes públicos da época. Ao que consideram “contradições de classe” surgidas dentro do próprio movimento, os autores relacionam as revisões e remodelações que o aproxima, mais tarde, de novas modalidades de organização, diretamente inspiradas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

No início das atividades no Vergueiro foi formada uma equipe para levantar fundos junto à iniciativa privada, com certa divulgação de apoio na imprensa. O curto alcance da campanha de arrecadação de verbas, no entanto, forçou o movimento a solicitar recursos diretamente em “entidades de grande porte, como bancos, Jockey Club, e também governo do estado e prefeitura de São Paulo, o que finalmente lhe permitiu ultimar os trabalhos” (Tanaka, 1995, p.21). Nos documentos referentes ao registro das atividades consta também que não fossem os recursos assegurados pela Fundação Mac Ashan não haveria possibilidade de se prosseguir com o trabalho (MUD, 1963).

Após uma série de levantamentos de campo e guiados por um plano inicial de desfavelamento, foram desenvolvidos trabalhos por grupos de *higiene e saúde* – para orientação quanto a vacinações e controle de doenças –, *jurídico* – para a orientação legal da compra dos novos terrenos para os quais se transfeririam os favelados –, e de *planejamento da construção e financiamento da habitação*. Este último, composto por cerca de dez estudantes de engenharia e arquitetura, desenvolveu uma espécie de ‘assessoria técnica’ aos moradores da favela do Vergueiro, acompanhando-os em visita aos terrenos de suas futuras casas e orientando-os na escolha dos mesmos. Além disso, tal como consta do relatório do trabalho, projetaram praticamente todas as novas unidades habitacionais, discutindo com os moradores – não sem embates e conflitos, evidentemente – suas aspirações e sugestões. Para os moradores de renda muito baixa, impossibilitados de comprar novos terrenos e de arcar com o custo da construção da moradia, foi elaborado o projeto de um conjunto de casas geminadas que contava com um pátio central de uso comum. Nesse caso, os recursos captados pelo MUD custearam as obras e as casas foram alugadas às famílias por “preços módicos”, “dentro da possibilidade de pagamento” de cada uma delas, que poderiam receber a escritura definitiva caso arcassem com as despesas de aluguel durante um período regular, não informado (MUD, 1963, p.26)⁶².

Imagens 30 e 31
30] Planta - conjunto das casas com 7 UH e área comum, projeto arq. Paulo Bruna (s/ escala)
31] Corte – idem (s/ escala)

⁶². A história do MUD contada de forma minuciosa e o detalhamento das atividades na favela do Vergueiro constam de MUD (1963) e Tanaka (1995). Fortemente ligado à Igreja, o MUD, no entanto, não foi a única entidade católica a embrenhar-se em serviços voluntários pelas favelas paulistanas. Há

Evidentemente, tomando em conta o caráter voluntarista e ‘cruzadista’ da iniciativa, não nos causa estranheza o desenvolvimento de trabalhos paralelos de *educação familiar*, reatualizando o discurso assistencialista dos anos 1930 e 40, agora reorientado também à organização do orçamento familiar e à fixação de responsabilidades frente à nova comunidade na qual a família ex-favelada se inserira⁶³.

A experiência de Cajueiro Sêco

Fora do eixo Rio-São Paulo, em meio às variadas e fecundas manifestações do Movimento Popular de Cultura, uma nova forma de produção de habitação popular ganhou corpo no Recife: é o caso do conjunto Cajueiro Sêco, projeto habitacional ligado ao governo Miguel Arraes e coordenado pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi, entre 1962 e 1964, quando o golpe militar o interrompeu.

Borsoi, arquiteto carioca que se transferiu para Pernambuco em 1951 (Segawa, 1997, p.131), projetou e construiu casas populares com a participação dos moradores, lançando mão de tecnologias tradicionais, a partir de uma produção bastante racionalizada, que envolvera a confecção de painéis modulares de taipa e coberturas de palha costurada (Borsoi, 1967).

Segundo o arquiteto, o processo construtivo em alvenaria de tijolo ou mesmo em bloco de concreto exigiria o uso de ferramentas e técnicas – “fundações, andaimes, prumo, amarrações” – desconhecidas pela população local, ao passo que a taipa – o “barro-armado” –, técnica rudimentar amplamente difundida entre os moradores do conjunto, quando empregada de maneira racionalizada, sob a forma de painéis pré-fabricados em série, poderia oferecer a possibilidade de uma “construção variada e fácil, dentro das disponibilidades econômicas e do interesse de cada família”. Nas palavras da arquiteta Lina Bo Bradi (1967), entusiasta das realizações de Borsoi,

“o assunto Habitação-Mínimo foi enfrentado, não do ponto de vista idealístico-formal [...], mas saindo de uma realidade existente, mesmo se, para isto, fôsse necessário renunciar, por parte do arquiteto, a resultados formalmente atraentes e ‘modernos’, para

registros (verdadeiramente escassos) de trabalhos do mesmo caráter desenvolvidos pela Cruzada Pio XII (Bueno, 2000), pela Associação Cristã de Moços (MUD, 1963) e pelo MOV, Movimento das Organizações Voluntárias pela promoção do favelado (Denaldi, 2003).

⁶³. Vale o registro: em discurso no dia do encerramento oficial dos trabalhos com os moradores da favela do Vergueiro, o presidente do MUD, Sr. João Yunes, atribuiu ao ex-favelado “a alma do movimento, pois é principalmente de sua colaboração que vai depender a sua promoção, a promoção de sua família, a promoção a uma condição superior à ocupada neste absurdo social – A FAVELA” [grafia original] (MUD, 1963).

chegar, dentro de uma renúncia profissional decidida a priori, a um quase 'limite' arquitetônico: o princípio da auto-ajuda [...]. É um trabalho que toma consciência do subdesenvolvimento do país, não como fatalidade ou uma condenação, mas como um fator de contingência histórica. É o testemunho de uma mentalidade e de um entusiasmo coletivo [...].”

Imagem 33
Construção de casas, Cajueiro Sêco, anos 1960

Imagem 32
Sistemas construtivos, Cajueiro Sêco, anos 1960

A experiência da SAGMACS

Segundo Lícia Valladares, o final da década de 1950 “inaugura o olhar das ciências sociais sobre as favelas” (Valladares & Medeiros, 2003). A autora ressalta que este momento foi fortemente marcado por uma mudança em relação à “visão da favela como elemento da sociedade urbana” (Valladares, 2005, p.74), em muito ligada a fatores políticos e econômicos convergentes:

“Após a Segunda Guerra Mundial, tanto no Brasil quanto no conjunto da América Latina, a retomada do crescimento econômico acelera o crescimento urbano, e o afluxo dos migrantes rurais para as cidades também intensifica o crescimento das favelas,

tornando mais aguda a questão da moradia para as classes populares. Essa retomada ocorre dentro do quadro político do desenvolvimentismo, concepção marcada papel central de um Estado planejador [...]” (Valladares, 2005, p.74).

Num quadro de medidas orientadas à superação do subdesenvolvimento, donde organismos de cooperação internacional eram bem-vindos para ajudar a sanar o mal vertiginoso da pobreza urbana, Valladares considera que, “na medida em que as ciências sociais se mobilizaram de maneira explícita, assim o fizeram complementando ou prolongando ações que constituíram intervenções políticas sobre as favelas” (Valladares, 2005, p.74). Nesse caso, a autora, certamente, faz referência ao modelo de desenvolvimento comunitário defendido e promovido por organismos internacionais como a ONU, a UNESCO, a OEA (Valladares, 2005), mas também – acreditamos – à agenda de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, já nesse momento voltada ao incentivo, na América Latina, de programas habitacionais para os mais pobres baseados em práticas de ajuda mútua, de modo a neutralizar possíveis focos de instabilidade social (Arantes, 2004).

De todo modo, Valladares arrisca dizer – e aqui estamos de acordo – que, possivelmente, este novo modo de ‘olhar’ as favelas e a pobreza urbana brasileira, que muito lentamente vinha redirecionando também o próprio modo de atuar dos arquitetos e urbanistas, teve, digamos, um *marco*, um ponto de inflexão, que, mesmo com suas especificidades históricas, exerceu um papel formativo, direta ou indiretamente, nas trajetórias profissionais de muitos dos técnicos que mais tarde atuariam junto à habitação popular: a referência é à pesquisa da SAGMACS sobre as favelas cariocas, realizada no final da década de 1950.

A SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), braço operacional das pesquisas do movimento *Economia e Humanismo* no Brasil, fundada, em São Paulo, nos anos de 1940, funcionou como uma instituição para trabalhos de consultoria, realizando, em 16 anos, um conjunto bastante significativo de investigações e estudos minuciosos sobre a organização de determinadas aglomerações urbanas, sobre os processos sociais que as constituem e sobre as formas possíveis de transformação de realidades afetadas pela precariedade⁶⁴.

⁶⁴. Além da pesquisa nas favelas cariocas, alguns dos trabalhos mais importantes da SAGMACS foram “Sondagem preliminar a um estudo sobre habitação em São Paulo” (1947); “Estrutura urbana de Belo Horizonte” (1958) “Estudos para uma política habitacional – Companhia de Ferro e Aço de Vitória” (1963); “A aglomeração paulistana” (1956). Esta última, utilizando métodos sofisticados de sondagem, a partir do cruzamento dos dados que informavam basicamente as condições locais, os níveis de vida pelo grau de satisfação da população, as opiniões de autoridades e moradores sobre as principais carências, propôs uma montagem de “mosaicos sínteses da estrutura e dinâmicas urbanas, com os diferentes pólos hierarquizados pelas necessidades em cada nível de unidade elementar, complexa ou completa e uma visão geral da polarização metropolitana” (Lamparelli, 1998, p.290). Além disso, contou, ao final, com um relatório de estudos composto de cinco partes: Perspectivas históricas, demográficas e econômicas da

Idealizador do movimento *Economia e Humanismo* (e, conseqüentemente, também da SAGMACS), o padre dominicano Louis Joseph Lebret, às voltas com a reconstrução européia no pós-guerra, elaborou o que se poderia chamar de uma *doutrina*, ou até mesmo uma *teoria*, em prol da concepção do processo de *desenvolvimento* (que deve ser entendido aqui de forma ampliada: algo como “o desenvolvimento humano”) (Lamparelli, 1998). Segundo Celso Lamparelli,

“as pesquisas de EH [Economia e Humanismo] nascem da tradição dos católicos reformadores, inseridas inicialmente na esfera da produção para conhecer e resolver os conflitos e os problemas da família operária, da organização sindical e da renovação empresarial. Mas mesmo conservando as marcas das monografias empíricas, se volta, também, para análises de unidades territoriais mais amplas. O método minucioso utilizado incorpora as experiências anteriores de coleta e tratamento de dados e informações como ponto de partida da inserção e formação dos agentes e intermediários das ações políticas e sociais” (Lamparelli, 1998, p.284)

Trazendo fundamentalmente em seu bojo o princípio do *bem-comum*, do *desenvolvimento harmônico* e da *promoção humana*, o movimento EH propunha que se estudassem novas formas de organização urbana e regional a partir de relações comunitárias (Leme, 2004): partindo sempre de pólos extremos – de um lado, o levantamento das potencialidades e necessidades regionais do desenvolvimento; de outro, o estudo do *habitat* das populações mais pobres – Lebret e seus colaboradores e seguidores apostavam justamente no *planejamento* como *estratégia de mudança*, apoiado na construção de uma “metodologia pedagógica” capaz de formar militantes, lideranças e quadros técnicos através da prática de uma *pesquisa* que, ao mesmo tempo em que é desenvolvida, orienta a própria *ação* (Lamparelli, 1998).

Nesse sentido, o feixe de questões que se irradiara a partir das idéias do padre Lebret, pode ser tomado, possivelmente, como uma moldagem preliminar do que posteriormente se estruturara enquanto pesquisa de campo, ampla e meticulosa, possivelmente na linha do que se habituou chamar “pesquisa-ação” (Ribeiro & Cardoso, 1996).

Na verdade, o que de mais importante vale realçar neste eixo de trabalho é a preocupação com uma *pesquisa urbana* que seja ao mesmo tempo *pesquisa social*: uma pesquisa que alcance “conhecer as condições de vida do povo para contrabalançar a racionalidade técnica” (Ribeiro & Cardoso, 1996). Veja-se, por exemplo, a concepção multidisciplinar proposta como método

aglomeração paulistana; Estrutura urbana de São Paulo; Aspectos sociológicos da aglomeração paulistana; Análise urbanística e Conclusões e sugestões.

de investigação pela pesquisa – pioneira neste gênero – *Aspectos Humanos da Favela Carioca*:

“Fugia ao nosso escopo e às nossas possibilidades tentar uma coleta de dados, ainda que por amostragem, que pretendesse exprimir a totalidade das favelas e levasse a conclusões generalizáveis a todas essas coletividades. A tarefa que nos propusemos era conhecer a vida nas favelas, penetrar, quanto possível, na intimidade do favelado, descobrir suas atitudes fundamentais, suas reações e sentimentos, sua concepção da vida, de si mesmo e da cidade em que habita. Sobre esses aspectos tão imporcentuais [...], as pesquisas até agora realizadas são estranhamente omissas. Enumeram cifras, alinham percentuais, mas não explicam o processo social que dá origem e caracteriza as favelas, nem as mudanças qualitativas que levaram à situação expressa nas tabelas e gráficos. [...] Chegar à conduta típica de uma coletividade, a suas vivências habituais, à maneira como se aproxima ou se distancia de outras coletividades, é a tarefa eminente do cientista social. Seu problema metodológico é a generalização. Tem que encontrar os dados suficientemente gerais no agregado que possam considerar-se típicos. E sabe que esses traços, esses padrões de conduta só podem ser colhidos no indivíduo e pelo indivíduo.” (Sagmacs, 1960, p.3).

Em longas e sistemáticas visitas de campo e trabalhos de cunho etnográfico, os modos de organização dos favelados, seus códigos, sua cultura passam à pauta justamente no que têm de revelador a respeito das camadas populares – as redes de solidariedade, o lazer, a família, a educação, a medicina popular, a delinquência, a religião, a política e a própria casa.

Conforme ressalta Celso Lamparelli (1998, p. 287), “esperava-se que as pesquisas e a divulgação de seus resultados elevasse o nível de consciência das desigualdades sociais, alimentando com conhecimentos científicos o planejamento governamental e formando novos quadros de planejadores.”

Vale lembrar, nesse sentido, que a riqueza das inovações nas práticas de pesquisa despontadas pela SAGMACS⁶⁵ à época rendeu experiências importantes a muitos profissionais que, tal como na observação de Lamparelli, não apenas compuseram quadros técnicos de administrações públicas, mas também puderam seguir no embate pela produção de um conhecimento da questão urbana que se alargasse ao máximo ao conhecimento da própria realidade.

Com ênfase que nasce no reformismo católico – certamente mobilizado para uma ‘ação a favor dos pobres’, mas também

⁶⁵. Na área de planejamento urbano, elaborando pesquisas e planos, a SAGMACS atuara como uma entidade de consultoria e de assessoria técnica a administrações públicas. Sobre sua metodologia inovadora e sobre seus muitos trabalhos realizados, veja-se Lamparelli (1998).

alinhado à ética comunitária conservadora, ligada às tradições familiares e às relações de solidariedade –, podemos dizer que os propósitos humanistas-lebretianos de fomentar, à sua maneira, entre os mais pobres, processos de autodesenvolvimento, organização e capacitação para a negociação (Valladares, 2005) encontraram paralelos em diversas formas de enfrentamento da realidade urbana, fossem elas direcionadas a propostas empíricas de ação ou voltadas a debates acadêmicos sobre métodos de pesquisa e concepções teóricas e interpretativas. Do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963), no estado de São Paulo⁶⁶, passando pela atuação nas favelas de pesquisadores ligados à tradição da Escola de Chicago e à antropologia americana e pelo voluntarismo missionário em prol de intervenções sociais redentoras⁶⁷ (Valladares, 2005), a doutrina lebretiana permeou toda uma rede de relações estabelecida entre intelectuais, pesquisadores e gestores públicos no Brasil do início dos anos 1960, contribuindo para a formação e a circulação de idéias e discursos construídos em torno de representações, conhecimentos e ações sobre a realidade da pobreza urbana brasileira⁶⁸.

A experiência de Brás de Pina

No início da década de 1960, a cidade do Rio de Janeiro já tinha pleno conhecimento de suas favelas: veja-se que já haviam sido produzidos censos, estudos, pesquisas, trabalhos de campo, seminários de discussão⁶⁹; ou seja, em todo grau e extensão,

⁶⁶. O governo Carvalho Pinto foi às ruas, no interior e na capital do estado, numa ação pouco usual à época, para organizar reuniões populares a fim de que fossem expostas e debatidas as metas do Plano de Ação. Plínio de Arruda Sampaio, que coordenou o plano, conta, em depoimento (Sampaio, 1981), que o trabalho realizado pela SAGMACS, “A aglomeração paulistana”, que não apenas levantou dados e os analisou, mas também propôs diretrizes e sugestões de planejamento, foi fundamental para a orientação da formulação do Plano de Ação. Alguns profissionais que antes haviam trabalhado na SAGMACS foram, inclusive, incorporados aos quadros técnicos do governo Carvalho Pinto na época de elaboração do plano (Lamparelli, 1998).

⁶⁷. Como foi o caso dos jovens americanos voluntários do PEACE CORPS, organização de ajuda internacional, que vieram ao Rio de Janeiro nos anos de 1960 para atuar nas favelas cariocas, com o objetivo de ajudar os pobres a se organizar e promover o seu próprio desenvolvimento (Valladares, 2005).

⁶⁸. Sobre algumas destas questões, lembramos o item 1.2 do **Capítulo 1** desta dissertação.

⁶⁹. Alguns exemplos: no ano de 1931 acontece o 1º. Congresso de Habitação, que, mesmo tendo sido realizado em São Paulo, propõe discutir a proliferação de assentamentos precários e possíveis soluções para o problema da habitação popular (Nascimento, 2004). Em 1937, o Código de Obras da cidade considera as favelas uma aberração e propõe sua eliminação, tornando proibida a construção de novas unidades bem como a melhoria das existentes (Burgos, 2003). Em 1948 e 1950, são realizados recenseamentos, fornecendo dados sobre as características socioeconômicas da população favelada, momentos em que, pela primeira vez, se observa algum esforço na definição e classificação das favelas, tratadas como “aglomerados sub-normais” (Valladares & Medeiros, 2003). Mais tarde, as pesquisas da SAGMACS (1960) e o Seminário de Habitação e Reforma

o problema se explicitava e extrapolava suas próprias fronteiras.

De todo modo, como já mencionamos, a despeito da importância da circulação de idéias e de uma ampliação paulatina de um ideário que, em tempo subsequente, passaria a conformar um modo de abordagem profissional frente às favelas, as posturas que vinham sendo assumidas por diferentes e sucessivos governos não deixavam margem para quaisquer dúvidas: a erradicação a qualquer custo sempre fora o horizonte.

Por outro lado, os moradores das favelas e suas lideranças continuavam avançando na composição de uma estrutura organizativa de negociação: em seqüência à intensificação do processo de organização das favelas em associações – em boa medida resultado da ação de Rios quando dirigindo o Serfha –, funda-se, em 1963, a FAFEG, Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara. Segundo Burgos (2003), “criava-se, assim, por meio de uma identidade baseada tão-somente nas condições de habitação, uma possibilidade de incorporação política dos moradores das favelas à vida da cidade” (p.33).

À época, o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, apresentava-se como um dos articuladores da imposição do regime militar, em 1964. Sua política para remoção de favelas – baseada em argumentos relacionados a teorias de marginalidade urbana e ao medo de que toda a América Latina seguisse os caminhos comunistas que tomou Cuba – vinha recebendo expressivos recursos financeiros americanos (Santos, 1981), via “Aliança para o Progresso”⁷⁰.

Haviam sido construídas cerca de doze mil unidades habitacionais para receber as populações removidas de cinco favelas, dentre elas, Brás de Pina (Santos, 1981). O destino: Vila Kennedy. Era uma espécie de resposta do Estado ao amadurecimento das organizações populares: remoção de eventuais focos de ‘revolta’ e controle social intenso pelas mãos do catolicismo

Imagem 34

Vila Kennedy, Rio de Janeiro, anos 1960

Urbana, do IAB (1963) constituem demonstrações claríssimas de que, independentemente da forma como era encarada, a questão das favelas havia passado à pauta do dia, seja no âmbito do governo, das entidades profissionais ou mesmo da população carioca em geral.

⁷⁰. Segundo Carlos Nelson F. dos Santos (1981), o interesse do governador Carlos Lacerda pelas favelas vinha de antes do golpe de abril. A política habitacional que vinha tentando implantar funcionaria como trunfo contra o governo do presidente João Goulart. Em relação às suas posições quanto aos mitos de marginalidade e perigo em potencial que rotulavam os favelados, Santos lembra que “é por isso que aos ex-favelados se fazia questão de oferecer casas isoladas, numa tentativa de torná-los proprietários, aliados do sistema e, portanto, não-ameaçadores” (1981, p.33). Vê-se que o desmonte do Departamento de Habitação Popular – órgão defensor e promotor de grandes conjuntos habitacionais de caráter modernista, conforme mencionamos no **Capítulo 1** – fazia parte da estratégia de Lacerda para a condução de sua nova política habitacional. A ele, as inspirações que nortearam a atuação do DHP eram não só desinteressantes como inconvenientes.

assistencialista⁷¹.

Às vésperas do Natal de 1964, no entanto, os moradores da favela, razoavelmente organizados, apoiados por alguns membros da Igreja e com respaldo da exposição pública na imprensa, ofereceram enorme resistência à remoção que seria efetuada pelo Estado. Ganharam, então, aliados que muito contribuíram para que se viabilizasse, junto à administração pública, o projeto de urbanização da favela, assentada sobre terreno pantanoso, conquistado através de aterros graduais realizados pelos próprios moradores que, portanto, não tinham construído somente suas casas, mas também o chão onde implantá-las (Santos, 1981).

Uma das estratégias mobilizada pelos moradores foi constituir um contra-discurso, certamente político em favor da sua radicação no lugar, mas também construído a partir de argumentos técnicos, arquitetônicos e urbanísticos. Para tal, o recurso da comunidade a uma assessoria profissional, por meio da FAFEG, estabeleceria um novo parâmetro de intervenção do arquiteto no enfrentamento do problema da favela.

O primeiro projeto urbanístico, elaborado entre 1964 e 65, encomendado pelos moradores⁷² quando Carlos Nelson Ferreira dos Santos – arquiteto que publica anos mais tarde o principal testemunho sobre a experiência⁷³ – e seus colegas ainda eram estudantes, ficou no papel. Cerca de dois anos mais tarde, já sob o nome de Quadra Arquitetos Associados, o grupo foi recontratado, dessa vez pelo próprio Estado, para funcionar como assessor, consultor e executor de planos urbanísticos e habitacionais para a CODESCO⁷⁴.

⁷¹. Nesse momento, segundo os Leeds (1978), como mecanismos de controle e vigilância política, Lacerda demite José Arthur Rios, fecha o Serfha e cria a Cohab para, enfim, encampar sua política de desfavelamento. A Fundação Leão XIII, por sua vez, passa de órgão vinculado à Igreja a autarquia do Estado.

⁷². A Associação de Moradores possuía algum dinheiro arrecadado via mensalidades. O pagamento dos arquitetos vinha daí. Em algumas situações localizadas, o expediente de cotizar o custeio de serviços técnicos entre moradores ou entre sem-tetos também viabilizou o trabalho de arquitetos e engenheiros em períodos posteriores. No entanto, não se trata de prática corrente e parece-nos importante distingui-la do que acontecia em Brás de Pina: via de regra, as assessorias técnicas que atuam junto aos movimentos de moradia de São Paulo são remuneradas através de uma parcela dos recursos de financiamento que são administrados pelas associações comunitárias e viabilizados pelos programas públicos.

⁷³. Referimo-nos a Santos (1981). Sobre Brás de Pina, no entanto, há ainda, dentre vários outros, o importante trabalho de mestrado de Gilda Blank, posteriormente publicado de forma resumida em Valladares (1980).

⁷⁴. Em 1966, assume a gestão do Estado da Guanabara o governador Negrão de Lima, sucedendo (e se opondo a) Carlos Lacerda. Mesmo em meio ao clima de autoritarismo político e condução violenta da política de erradicação de favelas do governo federal, o novo governador assumiria compromissos de ‘não-remoção’ com a população favelada do Rio. Brás de Pina passaria a fazer parte de um esforço (inicial) do governo em desenvolver um trabalho de urbanização integrado com os moradores das favelas sob intervenção. Para executar os planos em vista, o Quadra é chamado de volta ao trabalho (Santos, 1981).

sérias dificuldades em lidar com o 'convencionalismo' dos técnicos dos órgãos públicos municipais respectivamente responsáveis por elas, sobretudo porque a tecnologia tradicionalmente empregada na 'cidade formal' era incompatível (como, aliás, ainda o é) com a configuração espacial da favela.

Na verdade, a urbanização se deu na base do empirismo, mas, surpreendentemente, a gestão do processo revelou-se, então, algo *transgressora*: a relação (ou a 'parceria') entre arquiteto e morador se deu à maneira, quase, de uma "antiarquitetura"⁸⁰, em que o que havia de precário, flexível, improvisado e inacabado somou-se ao conhecimento técnico através de um largo (e conflituoso) processo de participação da comunidade. Os moradores apresentavam desenhos aos técnicos⁸¹ na tentativa de compor um projeto que contivesse um *saber da casa*, ou do *morar*, que não fosse puramente acadêmico:

"[...] ficou decidido que os próprios moradores trabalhariam em campo sob nossa orientação e nos forneceriam o material bruto que interpretaríamos no escritório. [...] Como urbanista nunca tive melhor experiência profissional do que a desse tempo em que trabalhamos tão diretamente com os nossos 'clientes'. Ainda que parecesse lógico o contrário, é muito raro que urbanistas tenham contatos face a face com as pessoas para quem fazem planos. Vivíamos com o escritório cheio de favelados que o invadiam para ver o que fazíamos e ficavam para discussões que varavam a noite. Era emocionante ir recebendo aqueles pedaços dos mais diversos papéis e ir vendo um trabalho que surgia aos poucos." (Santos, 1981, p.45)

A exposição à favela e ao cotidiano dos moradores foi, para os arquitetos do Quadra, uma forma (e uma opção) de romper com 'regras' e 'normas' que desde sempre condicionaram o ensino e a prática da arquitetura a estabelecerem-se num universo "excelso", "de glórias nacionais, da grande vedete" (Santos, 2002; originais de 1988). E, a seu modo, a ruptura parece mesmo ter acontecido: o exercício 'amadorístico' desdobrou-se, posteriormente, em trabalhos profissionais voltados às questões que dali surgiram, e influenciou toda a parte da geração seguinte disposta aos mesmos desafios.

⁸⁰. 'Antiarquitetura' foi o termo que consideramos adequado empregar para definir o que naquele momento sequer era 'bem visto' pela 'classe': como já tentamos demonstrar, de forma geral, o ideário da arquitetura estava inserido no ideário do desenvolvimento nacional, dentro do qual as favelas vinham sendo encaradas como o produto dramático de uma anomalia estrutural que assolava o país. A propósito do termo, a formulação é do arquiteto João Marcos Lopes.

⁸¹. Além da liberdade (inérita) dada aos moradores de intervir na concepção do projeto de habitação, aos moradores que desejassem, a CODESCO oferecia financiamento para materiais de construção e cada qual decidia o que e onde comprar e de que maneira (Pugliesi, 2002).

Imagem 36
Planta de casa desenhada por arquitetos,
Brás de Pina

Figura de destaque no processo de urbanização de Brás de Pina, parece-nos importante guardar duas ou três palavras sobre Carlos Nelson Ferreira dos Santos: formado em 1966 pela Faculdade Nacional de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Brasil, por seu largo envolvimento – iniciado ainda quando era estudante – com o universo complexo das favelas, acabou enredando-se no estudo de categorias antropológicas de entendimento social. Recebeu o título de mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1979. Por conta disso, auto-intitulava-se “*antropoteto*” (Santos, 1981).

A socióloga e urbanista Maria Laís Pereira da Silva, que trabalhou com Carlos Nelson no Centro de Pesquisas Urbanas (CPU) do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), em entrevista⁸², comenta que ele “ingressou no urbanismo através da favela”:

“Das favelas e de tudo o que vivi com os favelados ou que aprendi através dos contatos com eles, passei a questionar cada vez mais os conjuntos urbanos como um todo. Afinal, se nas pequenas partes havia tantos libelos contra as visões totalizantes [...] e autoritárias dos planejadores urbanos, nada me autorizava a acreditar na sua eficácia para explicar ou resolver problemas como os das enormes áreas metropolitanas e de suas periferias. Fui dirigindo meus enfoques para estas questões e descobrindo cada vez mais ‘novidades velhas’, isto é, coisas que só eram surpreendentes para mim e que eram mais do que comuns para os que as praticavam. Fui dando passadas largas que, paradoxalmente, eram cada vez mais curtas, pois visavam atingir o detalhe, o caso, o milimétrico.” (Santos, 1980, p. 43)

A grande questão que alimentava as críticas de Carlos Nelson às formas ‘ortodoxas’ de se pensar a cidade era justamente o fato de que o que se alardeava como ‘saber urbano’, científico e, portanto, ‘seguro’, na verdade, não passava de tabula rasa feita de um “sem-número de particularidades” dissolvidas num todo, a rigor, inexplicável (Santos, 1980).

Foi buscando ‘explicações’ ou ‘respostas’ – sabidamente, pois, inalcançáveis – para o aumento das manifestações espaciais da pobreza urbana no Brasil que o pesquisador partiu de uma relação de reconhecimento *do indivíduo dentro da favela*, com seus códigos e padrões singulares (Santos, 1981), para um cenário mais amplo, de entendimento *do indivíduo e da favela dentro das áreas metropolitanas*, atentando para o seu crescimento descontrolado e para os processos que contribuíam para

⁸². Entrevista concedida aos pesquisadores Américo Freire e Lúcia Lippi. Em Freire & Oliveira, 2002a, p.106-117.

sua reprodução.

Daí que a possibilidade de uma *abordagem antropológica* a respeito da dinâmica urbana tenha permitido a Carlos Nelson – tal como, de forma análoga, permitiu também aos pesquisadores da SAGMACS, anos antes – inverter a ordem do jogo, apostando na *experiência cotidiana* como o caminho para o entendimento da formação de complexos arranjos territoriais.

A *lógica da inversão* que marcou a trajetória do urbanista, ou seja, fazer com que ‘os pobres’, ‘os moradores’ (categorias que ele não costumava usar de maneira tão generalista) passassem a ser tratados como sujeitos de transformações, reversões e reproduções sociais, levou-o, segundo Maria Laís Pereira da Silva⁸³, a embates teóricos inflamados com algumas figuras do meio acadêmico de esquerda (marxista), no Brasil dos anos 1970. Tal como nos fala Silva,

“toda a discussão com o pessoal de São Paulo, por exemplo, tinha a ver com as periferias; alguns as interpretavam como expressões de uma super-exploração do trabalho. Nesse quadro de subsistência, a casa só tinha o valor de uso. Já o Carlos interpretava de forma distinta: sabia que havia um sistema capitalista, uma exploração do trabalho, mas para o pobre a casa tinha também um valor econômico; ou seja, não só valor de uso mas valor de troca, algo que podia ser transacionado no mercado com possibilidade de lucro. [...] O Carlos Nelson apresentava a questão pelo ângulo do consumo e não pelo ângulo da produção, e isso mudava completamente a perspectiva de análise.”

É, pois, tendo em mente este conjunto de questões que o pesquisador formula suas considerações a respeito do crescimento das cidades brasileiras, desenvolvendo discussões importantes a respeito da propriedade urbana, da legislação urbanística e a respeito da articulação estrutural que se estabelece entre Núcleo e Periferia (Santos, 1979).

Sua preocupação com a questão habitacional, no entanto, o acompanhara em toda a trajetória profissional: em texto de 1988, um ano antes de sua morte, Carlos Nelson propôs-se discutir o documento encaminhado pelo Grupo de Trabalho para Reformulação do Sistema Financeiro de Habitação. Volta, então, a estabelecer discussões sobre o acesso a terra e critica duramente o que chama de “um enviesamento insidioso”: o fato de que as políticas habitacionais no Brasil sempre foram estruturadas a partir da idéia da “renda como a base para a oferta de bens e serviços urbanísticos e habitacionais” (Santos, 1988, p. 102). Dessa assertiva, sentencia-nos: pois, então, aos sem renda nenhuma, os “latifúndios urbanos” de que são

⁸³. Em entrevista já citada: Freire & Oliveira, 2002, p.112.

proprietários o Governo Federal, “a Previdência Social, as Forças Armadas, as universidades, a Rede Ferroviária etc etc etc. São terrenos enormes [...], vazios ou semidesérticos, mantendo ‘usos sociais’ anacrônicos, enquanto negam necessidades vivas de ocupação. [...] Bem que a União poderia dar o bom exemplo, começando pelo que é dela mesma.”

[2.2] Os anos 1970, os arquitetos e o BNH

Salvo engano, até onde os registros bibliográficos nos permitem afirmar, o recrudescimento da repressão política a partir da virada dos anos 1960 para 70 inaugura, de forma geral, um hiato nas poucas e suadas tentativas de estabelecimento de uma relação entre arquitetura e favela nos moldes pelos quais se desenhara a intervenção em Brás de Pina⁸⁴. A escalada ‘remocionista’ empreendida por Carlos Lacerda no Rio de Janeiro durante seu mandato de governador do Estado da Guanabara havia sido apenas o início de uma longa jornada antifavelas que se estenderia ao longo do regime militar, por todo o Brasil.

A bem da verdade, num primeiro momento, nem mesmo experimentações burguesas como o sonho nacionalista de Brasília pareciam mais possíveis – o projeto moderno fortalecido durante a euforia desenvolvimentista adquire, no pós-64, novas feições: segundo Sérgio Ferro, em texto escrito no calor da hora, outrora frustrado diante do que chamava a “decomposição estrutural do país”, a arquitetura brasileira enfrentava um momento de “impraticabilidade”, resultante de um “truncamento irracional do nosso lento processo social” (Ferro, 1967).

Os paradoxos eram, no entanto, flagrantes. De início postas em jogo as ‘ilusões nacionais’, o nacional-desenvolvimentismo, de toda forma, não estava morto; ao contrário: o projeto dos generais de transformar o Brasil numa grande potência, agora sob a direção autoritária da direita, era acompanhado com certa simpatia por uma fração da intelectualidade brasileira que, segundo Roberto Schwarz, mostrava-se, na verdade, “mais desenvolvimentista e antiimperialista que democrática” (Schwarz, 1999,

⁸⁴. Ainda que a experiência de Brás de Pina sempre apareça na literatura de forma um tanto romantizada e que Carlos Nelson Ferreira dos Santos e seus colegas do Quadra jamais tenham concordado com o tom excessivamente laudatório e mistificador de tais abordagens (Santos, 1981), seria totalmente descabido que desconsiderássemos a inovação trazida pela maneira como se estruturara a intervenção na área: jamais (e isso só voltaria a acontecer nos anos 1980) houvera, antes de Brás de Pina, a possibilidade de desenvolvimento de um projeto de urbanização de favela que tivesse como peculiaridade o fato de que tenha partido da própria Associação de Moradores a iniciativa de contratar arquitetos para o desenvolvimento de um trabalho que pudesse ser conjunto, ou seja, que proporcionasse o diálogo entre as partes. A história de Brás de Pina, portanto, *se confunde com a própria história da redefinição das práticas dos arquitetos naquele momento*, e, nesse sentido, para este trabalho, ela não poderia deixar de ser referência.

p.158).

É nesse contexto que, mais do que nunca, a prática da arquitetura então se converterá em um dispositivo burocrático, tomando parte aos apelos das tecnocracias estatais para que se recolocasse o Estado como o agente capaz de 'servir às necessidades e interesses sociais do país' e, portanto, como o 'legítimo espaço de atuação do arquiteto'. O "impraticável" para Sérgio Ferro praticava-se por suas próprias contradições, já não mais como possibilidade de denúncia, mas como escape, "disfarces compensatórios para a frustração original" (Ferro, 1967)⁸⁵.

O 'milagre econômico' e as possibilidades de que se desse continuidade ao desenvolvimento econômico e ao progresso do país, ainda que pelas mãos do regime autoritário, seduzia jovens (e velhos) arquitetos⁸⁶. E para garantir o gigantismo da tarefa de modernização da nação, conduzida (e patrocinada a custos exorbitantes) pelo Estado, fora necessário constituir as bases de uma nova estratégia para lidar com os problemas do *urbano*, arregimentando grupos profissionais de variados perfis – centros de pesquisa em universidades, grandes empresas de arquitetura e planejamento urbano formadas por grandes equipes multidisciplinares, empresas de consultoria, quadros técnicos ampliados nos aparatos de gestão pública (Feldman, 2005): tal como mencionávamos na parte final do **Capítulo 1**, a prática e a produção da arquitetura e da própria cidade passariam a operar segundo uma *nova racionalidade*, a do projeto (e do plano) como mero *produto técnico*, praticamente reproduzido em forma de "manufatura serial". Nesse sentido, é absolutamente significativo o cartaz publicitário da *Hidroservice Engenharia de Projetos Ltda*, uma das maiores empresas desse perfil nos anos 1970, listando suas múltiplas áreas de atuação: "investigações; estudos preliminares de avaliação; planejamento e planos diretores; ante-projetos, projetos básicos e projetos executivos; supervisão da construção e montagem; assistência técnica na operação e manutenção de projetos; estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira; assessoria em problemas especiais". E não pára por aí: "barragens; usinas elétricas, linhas de transmissão; redes de distribuição; desenvolvimento regional; economia; agricultura; irrigação; eletrificação

⁸⁵. A colocação de Sérgio Ferro, na verdade, se refere aos 'maneirismos' que tomaram conta dos projetos dos arquitetos paulistas, denunciando os despropósitos de uma excessiva racionalidade construtiva que, de fato, para ele, havia perdido totalmente o sentido diante dos acontecimentos de 1964, já que a perspectiva de generalização das "utopias" modernas para outras classes sociais havia sido abortada. Nos parece, por outro lado, que a 'burocratização' da prática profissional do arquiteto via tecnocracia estatal também não fazia sentido aparente: tratava-se, apenas, de uma forma falaciosa de continuidade de um projeto político já sem lugar. E além disso, se reproduzia, em grandiosas e homogêneas obras públicas, um certo 'estilo oficial', que tomava partido dos mesmos maneirismos criticados por Sérgio para as casas particulares da clientela burguesa da época.

⁸⁶. Isso explicaria, por exemplo, que um arquiteto como Vilanova Artigas, mesmo com a especificidade de sua trajetória profissional e política de esquerda, tenha se colocado, tal como ressaltamos no **Capítulo 1**, a serviço dos militares para a realização de diversos projetos de arquitetura.

rural; controle de enchentes; transportes; estradas; pontes; túneis; aeroportos; portos e obras marítimas; cidades; indústrias; obras subterrâneas; recursos naturais; hidrologia; geologia; geotécnica; fundações; sistemas de abastecimento.”⁸⁷

E como se sabe, o investimento público em grandiosas obras de infra-estrutura abertas pelo território nacional correria em paralelo a algo que jamais se vira até então: uma produção habitacional de fato em escala inédita, proporcionada pela criação do Banco Nacional de Habitação. Tratando de se legitimar pela bandeira da crise desmedida, a cartilha do banco, instituído ainda em 1964, toma a habitação de interesse social como um instrumento de sustentação do autoritarismo. O discurso de produzir moradia em massa para as massas foi um dos bastiões do regime:

“A idéia de implantar um sistema de habitação, para atender famílias de baixa renda, era um dos pontos mais importantes do programa do governador Carlos Lacerda, em sua campanha para presidente da República. Com base no êxito crescente da atuação da Secretaria de Serviços Sociais, tanto na construção de novas unidades, como na legalização de loteamentos, firmou-se entre nós a certeza de que, com financiamentos racionais, à altura de suas capacidades, os trabalhadores e a classe média teriam como realizar seu sonho da casa própria.

Infelizmente, o Brasil vivia um momento político muito crítico. Embora a Constituição de 1946 vedasse de forma muito clara a candidatura do senhor Leonel Brizola à presidência, porque ele era cunhado do presidente Jango, ele não se conformava e insistia. Jango, por sua vez, não concordava em deixar o cargo, para lhe abrir a possibilidade legal. Diante disso, ele conspirou com as conhecidas forças de esquerda, os sindicatos e os trabalhadores, e partiu para a tentativa de derrubada do regime. Durante meses, desde meados de 1963, o país foi tumultuado por greves e por arruaças.

Em março de 64, Brizola achou que era chegada a hora. Mas sua manobra deu errado. Marchas populares explodiram em todo o país, pedindo às Forças Armadas para que protegessem a Constituição e mantivessem a ordem. Foi exatamente o que acabou acontecendo.

Após a vitória espetacular da democracia, em 31 de março de 1964, no entanto, uma parte da massa trabalhadora continuava enganada, pensando que, com as fugas de Jango e Brizola, ninguém mais olharia pelos seus interesses. A gente sentia isso de modo muito forte, principalmente no Rio, nas áreas que sempre haviam sido ludibriadas e exploradas pelos demagogos populistas, da esquerda e da direita. Era preciso fazer alguma coisa. Mostrar a essa população, boa e iludida, que havia gente pensando em

⁸⁷. O anúncio está reproduzido no livro de Sarah Feldman (2005, p.232).

seu bem. Foi assim que o governador Carlos Lacerda concordou com a minha sugestão de anteciparmos, já para o governo do marechal Castelo Branco, o projeto de ser criado um Sistema Nacional de Habitação. A melhor maneira de conquistar-lhes a estima e a solidariedade seria executar um programa social que atendesse bem a um dos maiores problemas desse país, o da moradia. Além disso, salvaria as grandes metrópoles, que já estavam sendo intensamente favelizadas” (Sandra Cavalcanti, primeira presidente do BNH)⁸⁸.

Grosso modo, a política habitacional que se estruturava apostava na provisão de novas moradias (com retorno financeiro dos empreendimentos) e na difusão da pequena propriedade como possibilidade de crescimento econômico. Sem que o governo tivesse que lançar mão dos fundos públicos, num mecanismo insustentável, os recursos para a produção habitacional viriam dos próprios trabalhadores, via FGTS⁸⁹.

De início, às favelas restava, quando muito, a remoção, até mesmo porque seus moradores, por sua renda baixíssima, não se apresentavam como mutuários em potencial⁹⁰.

A ineficácia de tal ‘modelo’, que Nabil Bonduki (1998) chama de “central-desenvolvimentista”⁹¹ não tardou a apresentar seus ‘resultados’: associado a um desempenho pífio do Sistema Financeiro de Habitação, o intenso processo de especulação imobiliária gerou um crescimento ainda maior de ocupações de terras, favelização e abertura generalizada de loteamentos

⁸⁸. Entrevista que Sandra Cavalcanti concedeu aos pesquisadores Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta. Em Freire & Oliveira (2000a, p.92). Achamos por bem reproduzir este longuíssimo trecho do depoimento de Sandra Cavalcanti sobre os primórdios da criação do BNH por considerar sua fala fundamental para o entendimento da postura ideológica que assumira, à época, o governo militar em relação à produção habitacional.

⁸⁹. Não nos alongamos em relação ao desenho institucional do SFH e do BNH por esta, obviamente, não se tratar de uma questão central para nosso trabalho. Sobre o BNH há uma vastíssima gama de referenciais bibliográficos; verificar nota 44.

⁹⁰. Apesar da construção de 4,4 milhões de unidades durante os vinte anos de sua existência, o BNH destinou apenas 18% dos recursos às famílias que ganhavam menos de cinco salários mínimos, que representavam, por sua vez, três quartos da população (dados reproduzidos por diversos autores, entre eles Bolaffi, 1986). Os grandes beneficiários do programa não foram os trabalhadores, “mas a classe média e as empreiteiras, ambas importantes apoiadoras do regime” (Arantes, 2002).

⁹¹. Sobre o modelo *central-desenvolvimentista*, Bonduki (1998, p.319) diz que ele caracteriza-se pelos seguintes aspectos: “autoritarismo na concepção das políticas e nas intervenções; centralização da gestão e ausência de participação – a qualquer nível – dos usuários e da sociedade em geral; desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural numa lógica em que predominou o mito da modernidade; priorização do transporte individual; preferência pelas grandes obras, muitas vezes desnecessárias, canalizando recursos públicos para empreiteiras e, finalmente, priorização, nos financiamentos habitacionais, para os setores de renda média.”

clandestinos (Bonduki, 1998).

E, mesmo que a um número razoável de arquitetos restasse a ilusão de que todavia se assegurava papel de destaque para a arquitetura no projeto de modernização do país, a lamentável herança arquitetônica do período militar – e aqui nos referimos precisamente à produção habitacional da época – revela o seu inverso. O divórcio entre a (boa) arquitetura e a política habitacional promovida pelo BNH apenas comprova o que, na verdade, depois de Brasília, havia se tornado óbvio: o esboroamento da relação entre uma produção arquitetônica moderna já sem justificativas ideológicas e um Estado já não mais empenhado em fazer da mesma um de seus pilares publicitários (Arantes, 1998).

Imagem 37
Conjunto Habitacional em Cidade Tiradentes, São Paulo, construído nos anos 1970 com recursos do BNH

Não é de se estranhar, portanto, que os arquitetos responsáveis pela maioria acachapante dos péssimos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH – na verdade, muitos deles saídos dos departamentos de arquitetura, ‘cohabs’ e demais autarquias burocráticas de municípios e estados – lançassem mão de regras modernas de projeção como uma fórmula pronta, pasteurizada, que, no mais, era também bastante fácil de ser reproduzida em série por desprezar as configurações urbanas originais dos sítios em que eram implantadas⁹².

Descartados, pois, os utopismos, restavam, como mera estratégia de gestão, tecnicidades aleatórias.

Em relação especificamente ao tratamento das favelas durante esse período cabem algumas observações importantes. Alijada da política habitacional empreendida pelo banco, a população favelada só passou a “alvo” de programas específicos (que não as violentas remoções) promovidos pelo órgão em meados dos anos de 1970, quando se tornara patente a impossibilidade financeira do banco de construir casas próprias para a população com menos de três salários mínimos de renda, e as dificuldades em atender a rendas mensais entre três e cinco salários mínimos (Sachs, 1999).

É preciso que se ressalve, no entanto, que, do ponto de vista quantitativo, esses programas representam menos de 2% – mais precisamente 1,56% – do montante total de contratos do SFH, atendendo apenas cerca de 250 mil famílias sobre um total de

⁹². O arquiteto Carlos Eduardo Comas, analisando a fórmula que permitira decalcar conjuntos habitacionais repetidamente ruins Brasil afora, chega a se referir a eles como “tipo arquitetônico”, como o tipo “*conjunto habitacional BNH*” (Comas, 1986, p.127). Pois a massificação de tal ‘tipo’, no mais das vezes implantado de forma segregada em relação às demais funções urbanas, foi responsável pela a constituição de algumas das configurações territoriais mais lamentáveis das cidades brasileiras: no caso de São Paulo, as *cidades-dormitório*, como Itaquera e Cidade Tiradentes, são exemplos sofríveis de como este tipo de política habitacional favorecera tão somente a engorda dos cofres de grandes empreiteiras e empresas de engenharia – jamais seus supostos ‘beneficiários’.

4,4 milhões (Sachs, 1999, p.143).

Em 1975, é lançado o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados, o Profilurb, nos quadros de um programa mais amplo destinado a habitação popular, o Planhab. O Profilurb destinou-se a populações de até três salários mínimos, e subvencionou lotes com o mínimo de infra-estrutura instalada (“tramas saneadas”) e mais um cômodo com ducha e vaso sanitário, considerado como uma “célula evolutiva” da futura casa. Segundo Celine Sachs (1999, p.151), o BNH foi, na época, criticado por estar, na verdade, produzindo “favelas organizadas”, construindo meios de remover, em direção à periferia, os moradores das favelas já existentes.

Em 1979, é a vez do Promorar, Programa de Erradicação da Habitação Subintegrada – destinado a urbanizar favelas, o programa reconhecia a total incapacidade do SFH em lidar com a provisão habitacional das famílias de renda muito baixa e, conseqüentemente, com as favelas que, já consideradas como “impossíveis de serem erradicadas”, cresciam aos borbotões. Os objetivos do programa são descritos de forma, para nós, extremamente significativa:

“Promover o melhoramento das condições de vida da população de baixa renda que vive nas aglomerações de habitações precárias, integrando-as física e socialmente às estruturas urbanas; manter a população nos locais onde ela se encontra, de modo a não mudar as relações sociais, de parentesco e de emprego; resolver os problemas relativos à propriedade dos solos, ao equipamento e fornecimento de serviços urbanos de base, para os quais a população de baixa renda depende inteiramente dos poderes públicos; oferecer prioritariamente os solos construíveis e a infra-estrutura, *incitando a comunidade a resolver seus problemas de habitação* com o apoio de financiamentos adaptados à sua condição sócio-econômica; *estimular a participação ativa das populações para o melhoramento de seu meio ambiente*” [grifos nossos] (Sachs, 1999, p.152).

É evidente o caráter ‘promocional’ do programa, na tentativa de legitimar um regime que, mesmo em fim de linha, ainda se queria fazer crer envolvido com questões sociais, justificando-se pela máxima que há muito – pelo menos desde os anos de 1960 – consta da cartilha do Banco Mundial e símiles: confiar e estimular a capacidade dos pobres para “resolver, com suas próprias mãos, os problemas que os acometem”⁹³.

⁹³. Palavras do então Ministro do Interior ao comentar o programa João-de-Barro, de autoconstrução, também financiado pelo BNH já nos anos de 1980. Basicamente, o programa previa o fornecimento de um lote e um empréstimo para a compra de materiais de construção. Citado por Sachs (1999, p.155).

Além disso – suposto paradoxo! – percebemos que aqui parecem amarrar-se metodologicamente duas vertentes historicamente distintas de atuação em favelas: tomando para si o discurso que animou as experiências pioneiras dos anos 1960, pautado em temas como a participação e a descentralização das decisões que direcionavam os processos de provisão habitacional, o Estado brasileiro autoritário o reproduzia agora – readequado a seus interesses.

Este entrelaçamento entre vertentes corresponde a uma alteração no modo de encarar os processos de intervenção urbanística nas favelas: neste momento, é posta em jogo a ‘contabilidade’ e uma disputa mais explícita pelos investimentos de recursos públicos na instalação e manutenção urbanas. Isto é, como o volume de receitas reduz violentamente com o fim do ‘milagre econômico’, o direcionamento dos recursos que restam tem que, necessariamente, obedecer a opções de ‘classe’, digamos assim. Dessa forma, faz-se necessário estabelecer um padrão mais econômico de investimento em áreas favelizadas da cidade, contando, inclusive, com a contribuição compulsória dos próprios moradores: sua ‘participação’ efetiva – inclusive com a concorrência de sua mão-de-obra – passa a figurar agora como argumento de legitimação ‘democrática’ e ‘participativa’, logrando, no entanto, apenas promover a supressão de parcela de investimento público no processo de urbanização.

De qualquer forma, de concreto quase nada se fez além do emprego da força e da violência ‘tradicional’ com que os favelados desde sempre convivem cotidianamente: a existência (e a resistência) das favelas no território brasileiro transcorreu incólume o período BNH, ou seja, o período único na história do país em que de fato instituiu-se uma ‘política habitacional’, a despeito de suas incongruências.

Quanto à presença dos arquitetos na execução dos programas do BNH, de modo geral, a literatura silencia. Com a reabertura, no entanto, voltam à cena, sobretudo em instâncias municipais de atuação, já demonstrando, em escala razoável, posturas profissionais alinhadas com o projeto político democrático que movimentava a esquerda brasileira na época.

[2.3] Democratização e movimentos de moradia nos anos 1980: arquitetos em campo

Se o montante de investimentos públicos em unidades habitacionais destinadas à população de renda mais baixa já havia sido pequeno durante os anos de existência do BNH, quando seu colapso acontece e a operação do FGTS passa aos domínios da Caixa Econômica Federal, há uma redução ainda maior nos financiamentos da União para essa faixa nos anos subsequentes (Taschner, 1997). Até o início dos anos 1990, o poder público federal implementou um conjunto de ações pontuais, de caráter

assistencial e emergencial em relação às favelas e loteamentos precários; as iniciativas de maior peso couberam aos municípios (Denaldi, 2003).

Como não houve uma reestruturação mais ampla tanto das políticas habitacionais quanto das políticas sociais em nível nacional, mas, por outro lado, o momento sócio-político apontava um avivamento das reivindicações populares em favor de interesses coletivos e direitos sociais – dentre eles, a habitação, evidentemente –, poderíamos considerar que as perspectivas de *descentralização* e de *municipalização* das ações públicas já se enunciavam, desde então, de maneira bipartida: sob a pressão dos novos movimentos sociais, o reconhecimento da problemática habitacional como intrinsecamente vinculada à questão urbana chamava os municípios à responsabilidade de assumi-las, ambas, de forma integrada e priorizando a participação popular na concepção e na condução das políticas; a União – falida –, por sua vez, passou a ver com bons olhos esse processo, que atenuaria sua situação fiscal e financeira (Denaldi, 2003) e, a princípio, poderia desencarregá-la de assumir compromissos mais sólidos nessa área⁹⁴.

É nesse contexto que as bandeiras dos movimentos sociais e o ideário reformista da ‘Nova República’ passam lentamente a convergir. Se os programas para favelas do BNH já apontavam nessa direção, a *institucionalização* das urbanizações em âmbito municipal, através de ações pontuais ou programas por vezes promovidos por governos conservadores e ainda autoritários, corrobora definitivamente essa estranha confluência, o que, ainda assim, não anula os avanços e conquistas das reivindicações e proposições populares durante os anos 1980 em favor dos direitos da população favelada e o lugar dos arquitetos nesse processo, como desenvolveremos a seguir.

> > >

Na cidade de São Paulo, o final da década de 1970 é marcado por uma série de intervenções ocasionais realizadas em favelas por pressão de manifestações reivindicatórias de toda ordem, que se fortaleciam nos últimos anos da ditadura militar. Desde Olavo Setúbal, passando por Reynaldo de Barros, algumas iniciativas favoráveis à urbanização estiveram em curso,

⁹⁴. Para um panorama completo das políticas habitacionais da União durante os anos 1980 e 90, lembramos os seguintes trabalhos: Azevedo (1996), Cherkezian & Bolaffi (1998) e Santos (1999).

institucionalizadas, sobretudo, pela criação, em 1979, do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS) e, posteriormente, do programa Profavela⁹⁵.

Imagem 38

Passeata de oposição à ditadura, centro de São Paulo, anos 1980

Imagem 39

Invasão de terras por integrantes de movimento de luta pela moradia em dezembro de 1990, Diadema (SP)

Nesse momento, ao mesmo tempo em que arquitetos e engenheiros passavam a conquistar mais espaço dentro das autarquias e secretarias municipais destinadas a lidar com a questão das favelas – lembre-se que, também em São Paulo, esta seara sempre pertenceu majoritariamente às assistentes sociais –, a pressão dos movimentos populares criava tensões favoráveis à *politização de suas carências*, ampliando a discussão sobre a *democracia formal* para o horizonte da conquista da *cidadania*.

Possivelmente a maior das ‘novidades’ que os chamados “novos movimentos sociais” – que se estruturam no período de contestação contra a ditadura militar e cujo espaço é próprio e específico (Durham, 1984) –, trazem à sociedade nesse momento é justamente a *publicização do conflito*, possibilitando o debate aberto a respeito de “temas/interesses até então excluídos de uma agenda pública” (Dagnino, 2002, p. 10). No caso particular dos movimentos de moradia, o processo de luta e ocupações de terras que se inicia nos anos de 1980 torna público o

“problema da reforma urbana e da falta de habitação adequada para todos. Se até então os trabalhadores resolviam a questão da habitação na clandestinidade e no anonimato, construindo na periferia com poupança e trabalho próprios, as ocupações, passeatas e manifestações, noticiadas nos jornais e televisões, rompiam o ‘círculo de ferro’ que isolava a classe trabalhadora: sua reprodução social precisava ser debatida publicamente e não podia mais ser escondida”. (Arantes, 2002, p.168)

⁹⁵. A gestão do prefeito Olavo Setúbal (1975-1979) foi, na verdade, marcada por uma série de contradições em relação ao trato da questão das favelas. Ao mesmo tempo em que se iniciaram, nesse período, os primeiros investimentos em melhorias habitacionais *in loco* nas favelas (mutirões para executar pinguelas, redes de drenagem, escadarias etc), em 1978, Setúbal baixa o Decreto 15.086, “que considerava o surgimento das favelas consequência de áreas municipais vazias que não eram bem guardadas pela administração” (Bueno, 2000, p.60), cabendo aos funcionários e assistentes sociais das administrações regionais guardá-las e desocupá-las (se fosse necessário, com o uso da força da Polícia Militar). Uma enorme mobilização da Associação Profissional das Assistentes Sociais (Luiza Erundina na presidência), de lideranças de favelas, igreja, funcionários públicos e da própria imprensa fez com que o decreto fosse revogado. Um anos mais tarde, em meio à disseminação das pastorais da moradia pela cidade (e pelo país), Olavo Setúbal, já no final de seu mandato, cria o FUNAPS, que possibilitava à prefeitura uma atuação autônoma em relação ao governo federal na condução da política habitacional (Bueno, 2000). Já Reynaldo de Barros (1979-1982) possibilitou avanços consideráveis em relação ao estabelecimento de certas diretrizes para a ação municipal em favelas. Os recursos do FUNAPS foram utilizados em atendimentos coletivos, com o objetivo de manter a população no local de moradia, ‘excluindo’, de certa forma, a perspectiva do ‘desfavelamento’. O programa Profavela foi criado durante sua administração e previa, para além da dotação de infra-estrutura, a execução de unidades habitacionais e equipamentos (Bueno, 2000).

Em relação à luta dos movimentos em defesa da população favelada, que reivindicavam, em boa medida, o direito a permanecer na terra ocupada e sua urbanização, e que também foram muito atuantes na cena política brasileira dos anos 1980, cumpre destacar a trajetória do *Movimento de Defesa dos Favelados*, o MDF, surgido logo no início dos anos 1980, na Zona Leste da cidade. Em termos de força política, havia, neste momento, uma ampla articulação entre diferentes organizações que, unidas em torno dos mesmos propósitos, unificavam-se pelas plataformas comuns de luta, aproveitando o campo discursivo democrático que aglutinava as esquerdas (Feltran, 2005); ou seja, o MDF não aparece, evidentemente, de forma isolada neste contexto⁹⁶. Em geral, esses movimentos se caracterizavam por uma luta não só pelo direito (legítimo) do favelado de continuar morando no espaço ocupado, produto de uma construção cotidiana, física e simbólica, de seu próprio 'lugar' na cidade: contextualizada pela história de violência, estigmas e preconceitos que é a própria história das favelas no Brasil, essa luta começou, na verdade, pela possibilidade de constituição de *sujeitos políticos*. Segundo Gabriel Feltran (2005, p.251), que estudou de perto o MDF, o processo de reivindicação pela Concessão do Direito Real de Uso da Terra, que se seguiu às reivindicações por água e luz nas favelas, não poderia se resumir a “uma luta pela posse da casa”:

“Buscava-se mais: o movimento resistia à tentação de diversas alternativas que distorceriam sua luta, em prol do benefício imediato, e procurava fazer política, interferir nas formas de figuração do mundo herdada de matrizes dominantes de pensamento. Não se lutava pela propriedade da casa, mas pelo direito público de habitá-la, de morar com dignidade e segurança.”

Veja-se que a inserção da luta dos favelados na pauta pública permitiu, inclusive, que fossem conquistados espaços de representação no Estado, como é o caso da eleição de Luiza Erundina para a câmara de vereadores, em 1982⁹⁷, e, posteriormente, para a prefeitura de São Paulo⁹⁸.

⁹⁶. Em meio a toda esta agitação, como se sabe, muitos outros movimentos, ainda que menores e menos registrados na bibliografia especializada, tiveram importância para a consolidação da luta dos favelados neste momento. Veja-se, por exemplo, a experiência da *Assembléia do Povo* em Campinas, na virada dos anos 1970 para 80, de que trataremos logo a seguir, e também a atuação de um outro expressivo movimento surgido ainda nos anos 1970, na região do ABC, mais especificamente em Santo André – o MDF de Santo André, sobre o qual tecemos comentários no **Capítulo 3** (item 3.3.3.1).

⁹⁷. Erundina era, até então, assistente social da prefeitura e liderava o MUF – Movimento Unificado de Favelas que, segundo consta na pesquisa de Gabriel Feltran, encampava uma luta que poderia ‘sintetizar’ a amplitude da movimentação política dos favelados naquele momento, já que se tratava de movimento que os reunia a todos, incluídos também aí os encortçados (Feltran, 2005).

⁹⁸. Mais uma vez tomando por base o trabalho de Gabriel Feltran, é importante notar como a luta do MUF é revista a partir da eleição de Erundina para prefeita, já que agora o ‘Estado era o próprio movimento’: a não aprovação do projeto de lei da CDRU durante o mandato da prefeita seria a ‘prova’ de

Em 1982, o Partido dos Trabalhadores vence as eleições municipais em Diadema (SP), uma das cidades mais pobres do ABC paulista, e monta um dos primeiros programas de urbanização de favelas de que se tenha notícia no estado de São Paulo. Apesar de não constituir exatamente uma 'novidade', é neste momento – e particularmente em Diadema – que a concepção de uma *urbanização sem remoção* ganha vulto e acaba sobrepujando a cultura remocionista que prevalecera no período precedente, pelo menos na região metropolitana de São Paulo. Ao mesmo tempo em que ganha força o argumento da manutenção das formas de sociabilidade instituídas pelos vínculos de endereço, também assoma no horizonte a defesa do *lote mínimo* como argumento de direito ao solo urbano assegurado a um maior número de moradores – independentemente, por outro lado, da qualidade urbanística que se lhe atribua (Denaldi, 2003).

Na cidade de São Paulo, na esteira do que já vinha sendo empreendido por Reynaldo de Barros e ecoando as iniciativas diademenses, em 1983, assume a administração municipal o prefeito Mário Covas, alargando os caminhos para a estruturação de um programa de ação em favelas: segundo Laura Bueno, a nova administração mudou a chave de enfrentamento da questão das favelas – passava-se de uma postura conservadora de assistência ao “desajuste social representado pelo favelado” para uma atuação que levava em conta o direito do morador de permanecer na terra ocupada e necessária adequação urbanística das favelas (Bueno, 2000, p.67).

Nesse contexto, um caso que merece destaque é a urbanização da favela Recanto da Alegria, Zona Sul de São Paulo, projeto que se origina da luta organizada de seus moradores por melhorias habitacionais e urbanas, cujo líder era ligado às Comunidades Eclesiais de Base⁹⁹. O processo de urbanização da área, que fazia parte do programa Profavela, foi ‘administrado’ pelos próprios favelados:

“a gestão e a promoção do projeto e construção deveriam ficar a cargo da comunidade organizada e o poder público deveria prover financiamentos que garantissem recursos para compra de material para construção de casa de 40m², ferramentas e equipamentos de obra, pagamento de pequena parte da mão-de-obra e dos técnicos para assessorar a comunidade.” (Bonduki, 1992, p.62)

que o movimento não conseguiu ou não soube manter sua articulação e força anteriores. Além disso, Feltran ressaltava também os choques que começaram a aparecer entre grupos de favelados que reivindicavam, por um lado, a propriedade privada da terra e outros que, por outro lado, como era o caso do MDF, justamente questionavam essa propriedade. A rica descrição e as análises de Gabriel apontam questões importantes sobre as inflexões na luta política dos movimentos sociais a partir do início dos anos 1990; verificar, portanto, Feltran (2005).

⁹⁹. Sobre o papel fundamental exercido pelas CEBs para a luta urbana no Brasil, veja-se, dentre outros, Singer & Brant (1980).

Os responsáveis pelo projeto – que, segundo Nabil Bonduki (1992) de fato fora conduzido, apesar dos inúmeros percalços e das intermediações com a prefeitura, de forma autogestionária – foram os arquitetos do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes – o LAB-HAB, como era chamado.

Criado em 1982, o laboratório agremiara professores e alunos em torno das demandas dos movimentos de moradia em São Paulo, possibilitando o que João Marcos Lopes (2004, p.9) chama de “uma presença mais ‘orgânica’ de técnicos junto a esses movimentos”:

“Até então, essa presença surgia como ação voluntária e militante, quase como um ‘movimento geracional’ que parecia estabelecer processos distintos de motivação profissional: para alguns, essa motivação seria resultado de suas convicções políticas; para outros, tradições e posicionamentos religiosos acabavam orientando um modo de ‘ser-no-mundo’ comprometido com as causas populares; para outros tantos, uma mistura de convicção política e orientação religiosa; ou ainda, aqueles outros motivados já nos bancos universitários, particularmente quando estimulados por professores que mobilizavam, em suas disciplinas, os esforços dos alunos para o ensaio de problemas vinculados à questão da moradia popular” (Lopes, 2004, p.10).

Além deste estreitamento de relações com periferia e os movimentos sociais¹⁰⁰, o LAB-HAB proporcionava uma renovação significativa no ensino da arquitetura, experimentando a junção de trabalho em campo, colaboração com organizações populares e uso de tecnologias alternativas, expandindo e ampliando o que já vinha se tentando na FAU-USP desde 1977 pelo grupo de disciplinas de 1º ano, organizadas em torno da liderança de Rodrigo Lefèvre (Arantes, 2002)¹⁰¹.

Imagem 40
Canteiro de obras da favela Recanto da Alegria,
São Paulo, anos 1980

¹⁰⁰. Há informes dispersos, por exemplo, da relação direta desses arquitetos com o MDF, inclusive, sobretudo através da figura do padre Patrick Clarke, antiga liderança do movimento e morador da favela de Vila Prudente: segundo pudemos apurar, o Laboratório de Habitação da BA funcionou, em sua origem, desenvolvendo projetos também para organizações ligadas à Igreja, como é o caso do MDF. Segundo a arquiteta Marta Genta (em depoimento à autora, concedido em 07 de abril de 2006, em São Paulo), aluna da primeira turma do curso de arquitetura da Faculdade de Belas-Artes e integrante discente do laboratório, por volta de 1982, o Pe. Patrick foi uma das primeiras lideranças de movimentos sociais em São Paulo (se não a primeira) a procurar o LAB-HAB da BA com o intuito de verificar se havia a possibilidade de algum tipo de trabalho conjunto estabelecido entre arquitetos e moradores da Vila Prudente, para a construção de uma creche.

¹⁰¹. Em 1977 é instalado por Rodrigo Lefèvre e outros professores o Curso Integrado de Projeto e Desenho Industrial para a turma do primeiro ano dos estudantes de arquitetura da FAU-USP. Pedro Arantes lembra que “[...] o curso aglutinava diversos dos novos arquitetos-militantes-pesquisadores e pretendia, ao levar ao desconhecido mundo das periferias o estudante recém-chegado à faculdade, formar um profissional com um outro nível de preocupações sociais. O curso conduzia o estudante à periferia não apenas como militante e pesquisador, mas como sujeito produtor de projetos, arquiteto capaz de imaginar alternativas de intervenção” (Arantes, 2002, p.176). Segundo João Marcos Lopes, o afastamento de Rodrigo Lefèvre (e sua morte em 1983), o esmaecimento das críticas de *O canteiro e o desenho* e, principalmente, o retorno de Artigas, Paulo Mendes e Jon Maitrejean em

No início de 1986, com a demissão em massa dos professores do curso de arquitetura da Belas Artes (praticamente a totalidade de seu corpo docente), o laboratório é peremptoriamente fechado. A inviabilidade momentânea da experiência, no entanto, se desdobra posteriormente no Laboratório da UNICAMP, de alcance mais amplo, e inspira também as iniciativas semelhantes do Laboratório do Habitat, na PUC-Campinas, e de projetos nesse mesmo formato na FAU-Santos.

Ainda em São Paulo, um dos trabalhos mais importantes realizados no início dos anos 1980 foi o mutirão de Vila Nova Cachoeirinha, uma das experiências pioneiras de produção da moradia através de processos autogeridos e por intermédio da organização popular. Tentou-se, ali, desde o início (e sem sucesso)¹⁰², instituir-se uma cooperativa habitacional nos moldes das *Cooperativas de Vivienda* uruguaias, modelo que, difundido entre arquitetos e moradores das periferias paulistanas pelas mãos do engenheiro Guilherme Coelho através de um filme super-8, influenciou fortemente o ‘imaginário autogestionário’ de técnicos ‘militantes’ e de integrantes dos movimentos de moradia de São Paulo¹⁰³. A atuação de Guilherme Coelho – num primeiro momento, divulgando o filme que realizara em 1981 no Uruguai e, posteriormente, como responsável pelo projeto de Vila Nova Cachoeirinha – seria abruptamente interrompida com a sua morte, em 1982. Contudo, a experiência de Vila Nova Cachoeirinha, na Zona Norte de São Paulo, teria seqüência com o irmão de Guilherme, o engenheiro Sérgio Coelho, e com o arquiteto Henrique Reinach e viria somar-se à paradigmática atuação do LAB-HAB no Recanto da Alegria, no Grajaú que, juntas, acabariam estabelecendo um outro padrão de comprometimento entre profissionais arquitetos e moradores pobres da periferia de São Paulo.

1981 acabaram estabelecendo um certo deslocamento das atenções na FAU daquele período, compondo uma espécie de obstrução a um discurso mais ‘engajado’ ou minimamente crítico em relação às potencialidades positivas do projeto (Lopes, 2007). Como diz o arquiteto, aluno da FAU no período em questão: “Daí, parece-me que o discurso da função positiva do desenho ganhava posição isolada, aparecendo apenas como construção de liberdade, de autonomia, ficando assim praticamente sem antagonista, sem a crítica sistemática de seu conteúdo ideológico e de sua condição de heteronomia como funcionalidade sistêmica inerente às dinâmicas do capital” (Lopes, 2007).

¹⁰². À época, foi impossível, pelas burocracias estatais, conferir personalidade jurídica a uma cooperativa autônoma e autogerida para produção habitacional por ajuda mútua (Reinach, 1984). Segundo Nabil Bonduki (1992, p.49), o projeto “acabou sendo transformado numa obra que, embora utilizasse o mutirão organizado, foi totalmente gerida pela Cohab”.

¹⁰³. Nabil Bonduki (1992) e João Marcos Lopes (2004) traçam um grande panorama sobre a articulação dos movimentos de moradia na São Paulo (e região metropolitana) do início dos anos de 1980 e também sobre os desdobramentos resultantes das reivindicações e associações dos moradores de favelas, cortiços e assentamentos precários de então. Destacamos aqui a experiência de Vila Nova Cachoeirinha, deixando, portanto, muitas outras de lado, por tratar-se de uma situação emblemática para a condução das novas propostas de produção habitacional em São Paulo que se seguem a ela. Sobre o projeto e a obra desenvolvidos ali, a literatura é vastíssima. Veja-se, dentre muitos outros: Reinach (1984); Lima (1989); Bonduki (1992); Arantes (2002); Lopes (2004) e, mais recentemente, o trabalho de mestrado de José Eduardo Baravelli (2007).

Quanto à atuação do Laboratório de Habitação da UNICAMP – vinculado ao Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (NUDECRI), por sua vez parte de um conjunto de organismos acadêmicos subordinados diretamente à Reitoria da Universidade –, seria importante registrar o que nos parece uma significativa alteração nos pressupostos que orientavam, naquele momento, a abordagem profissional quando dirigida à produção da moradia. Tais pressupostos apoiavam-se, neste caso, num *sistema tecnológico* bastante coeso e já relativamente fechado que se pretendia rigorosamente adequado aos princípios de produção por ajuda-mútua, como os que animaram também o mutirão de Vila Nova Cachoeirinha, e originalmente concebido ainda no Laboratório de Habitação da Belas Artes: painéis produzidos em canteiros simples de pré-fabricação, constituíam-se de tijolos cerâmicos (em São Paulo, popularmente conhecido como ‘tijolo baiano’) articulados aos pares a uma nervura armada que servia tanto como enrijecimento da peça como estrutura para transporte do painel. Estes painéis, moldados em geometrias ou com armações distintas, podiam ser posicionados como paredes, lajes ou mesmo escadas, compondo um conjunto autoportante bastante sólido, viabilizando a utilização em larga escala de um material relativamente barato – o ‘tijolo baiano’ – mas que invariavelmente apresenta baixa capacidade resistente. A experiência do Laboratório da UNICAMP parece-nos significativa pelo tanto que passa a se orientar a partir de um *sistema tecnológico* que agrega em si a racionalidade de um *produto* e não mais a partir de uma atuação profissional generalista e essencialmente vinculada à atividade de projeto. Talvez esta característica seja, em parte, responsável pelo alcance da atuação do Laboratório da UNICAMP, para além da circunscrição da capital paulista e adjacências: projetos realizados em algumas cidades do interior de São Paulo – como Duartina e Socorro, por exemplo – ou que alcançaram cidades de outros estados – como Recife, Rio de Janeiro ou Veranópolis. A existência do Laboratório da UNICAMP perdurou até o ano de 2001, quando foi formalmente encerrada pela direção da Universidade (Pompéia, 2007)¹⁰⁴.

Imagens 41a /41b

Plantas (s/ escala), perspectivas e modelo das casas projetadas pelo Laboratório de Habitação da UNICAMP, final dos anos 1980

¹⁰⁴. Aproximadamente entre 1986 e 1990, o Laboratório da UNICAMP, sob a coordenação de Joan Villá, atuou no esforço de consolidar a opção tecnológica que desenvolvera e aplicara em seus projetos. Após este período, reduz-se paulatinamente o volume de trabalhos e o Laboratório segue, de certa forma, mais envolvido com a administração da sequência dos projetos que realizara que propriamente no desenvolvimento de novas propostas. Os movimentos – particularmente em São Paulo – construíram, ao longo do primeiro período, uma forte rejeição ao sistema, alegando o intenso comprometimento de esforço humano para um processo que pretendia economizar trabalho. A recente tese do arquiteto Roberto Pompéia – integrante

Foi, enfim, em meio a esta profunda revisão de suas posturas profissionais e perante o novo cenário de mobilização popular que muitos arquitetos viriam a extrapolar as fronteiras dos debates de corporação e das experiências acadêmicas em direção a um campo direto de ação sobre o problema, seja, pois, no âmbito das administrações públicas, seja autonomamente por meio de organismos de *assessoria técnica aos movimentos de moradia* que se estruturavam naquela época em toda a região metropolitana de São Paulo (Ronconi, 1995)¹⁰⁵. Essa ‘conjuntura’ permitiu, naquele momento, que os arquitetos e urbanistas se inserissem como atores importantes nos debates sobre a *democracia*, associando-os à possibilidade de desenvolvimento de novas formas de produção de moradia popular, nas quais se evidenciava o estreitamento dos laços entre os ‘especialistas’ e a população – e não apenas em São Paulo.

Em 1984 é realizado, pela UnB, o *I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. Ali são apresentadas algumas propostas de urbanização de favelas em cidades como Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro. Um deles – “*Vila Paranoá: ‘O planejamento de um assentamento na realidade brasileira: uma tentativa de captar as origens de um meio ambiente marginalizado’*” – representou o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília na XII Confrontação Internacional de Projetos de Estudantes de Arquitetura – Prêmio UNESCO 1984, patrocinado pela União Internacional de Arquitetos (UIA), cujo tema era “O Arquiteto a Serviço dos Usuários – Criadores de sua Própria Moradia” (CBA, 1984). Veja-se que, se em nível internacional as questões referentes ao quadro de intervenções nas favelas já pareciam consolidar-se como próprias do campo da arquitetura, também no Brasil a abordagem dos temas relativos à habitação popular se ampliava, passando das administrações públicas às universidades e delas ao campo prático, num movimento contínuo de formação de um novo tipo de profissional.

Um outro exemplo importante a ser lembrado é o da experiência conhecida como *Assembléia do Povo* (1979/1986), em Campinas (SP), movimento de luta pela terra urbana e por habitação, articulado por moradores de várias favelas da cidade. De

Imagem 42
Convocação da Assembléia de 14 de novembro de 1980 (jornal campineiro *Repórter da Região*)

do Laboratório desde primeira hora até assumir sua coordenação no período final de sua existência – é consulta obrigatória para melhor compreensão de sua história (Pompéia, 2007).

¹⁰⁵ Em São Paulo, no ano de 1987, o Sindicato de Arquitetos promoveu dois encontros de assessorias técnicas, em paralelo aos dos movimentos de moradia, que já se consolidavam à época. Segundo Caio S. A. de Carvalho (2004, p.63), o encontro dos arquitetos-assessores serviu “de estímulo para a organização dos primeiros grupos autônomos em relação aos laboratórios das universidades ou entidades de classe”. Como se vê, já havia, nesse momento, uma forte movimentação em direção a este campo de atuação profissional. Nesse sentido, vale registrar também a importância, na Região Metropolitana de São Paulo, do Setor de Habitação da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo (futuro Centro de Assessoria à Autogestão Popular - CAAP), organicamente ligado ao movimento popular na região do ABC; em outras paragens, como Recife, por exemplo, caberia lembrar ainda a formação, em 1985, da Assessoria de Urbanização Popular – ARRUAR – um grupo de arquitetos e advogados que trabalhou em “assessorias de urbanização – arquitetura, micro-planejamento urbano, incluindo assessoria jurídica a questões relativas ao uso e posse da terra – às associações de moradores de favelas situadas na cidade do Recife” (Motta, 1991, p.170).

março de 1979 – quando aconteceu a primeira assembléia, com a participação de 1.500 moradores de bairros e favelas da cidade, na escadaria do Paço Municipal, com amplo apoio da Igreja Católica – até março de 1981, quando enfim o movimento ganhava grande proporção entre os favelados e, por decreto, procedeu-se a desafetação de áreas públicas para fins patrimoniais, uma significativa disputa política foi aos poucos construída pelo movimento, que logrou firmar-se como interlocutor legítimo nos processos de discussão da agenda pública campineira (De Paoli, 2000)¹⁰⁶: a pressão não era apenas reivindicatória, mas também propositiva – conquistada a terra, os favelados mobilizaram-se em torno do que ali se chamou “Plano de Urbanização Específica”, articulado pelas próprias associações de moradores das favelas que deveriam sofrer intervenção.

Também ali se estruturou um esquema de trabalho de assessoria técnica ‘em campo’, por meio da organização de uma “Assessoria de Moradia”, que acompanhou todo o processo de discussão sobre o direito de uso da terra, sobre a urbanização das áreas e sobre as diretrizes urbanísticas do Plano de Urbanização Específica (PUE)¹⁰⁷:

“Enfatizava-se, além da organização dos moradores em associações e a participação na Assembléia do Povo, a necessidade de apropriar-se do espaço ocupado através de um levantamento das condições físicas dos sítios para identificar a existência e a condição dos córregos e várzeas, de erosão, de região de alta declividade, a infra-estrutura existente e os equipamentos sociais na proximidade. Pensou-se na construção das sedes das associações como um outro elo de articulação política e símbolo da organização interna dos moradores. Mas a moradia era o eixo estrutural, a espinha dorsal do trabalho, e não tínhamos modelos habitacionais prontos. Optamos pela elaboração de projetos com a participação dos moradores. Trabalhávamos, portanto, com o desejo. O primeiro passo foi a realização, pelos moradores, de um desenho da ‘Casa dos Sonhos’” (De Paoli, 2000, p.155; grifos no original).

A arquiteta Tércia De Paoli, que participou ativamente da experiência, conta que a proposta da *Casa dos Sonhos* foi

Imagens 43, 44 e 45
Desenhos da *Casa dos Sonhos*: notar o inusitado da representação da planta das moradias na fachada

¹⁰⁶. O trabalho de Doraci Lopes (1997) é também uma referência importante sobre a *Assembléia do Povo*.

¹⁰⁷. Antonio da Costa Santos, o Toninho – arquiteto, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUCCampinas, militante de esquerda, prefeito de Campinas eleito pelo Partido dos Trabalhadores no pleito de novembro de 2000 e brutalmente assassinado em setembro de 2001, em condições jamais esclarecidas – foi o primeiro dos vários assessores que fizeram parte da ‘Assessoria de Moradia’ da Assembléia do Povo. Tércia De Paoli ressalta sua liderança e sua importância na condução dos trabalhos e na manutenção da luta política do movimento (De Paoli, 2000).

recebida com menos ou mais entusiasmo nos diferentes núcleos em que atuou. Houve, de toda maneira, os conflitos costumeiros – também verificados pelo grupo Quadra nas favelas cariocas nos anos 1960 – em relação às apropriações e transposições de linguagem e ao ‘enraizamento’ de uma cultura técnica de difícil questionamento (De Paoli, 2000). Ainda assim, vários PUEs foram elaborados e postos em prática coletivamente à época: remoções, desmontes de barracos, locações e novas casas foram trabalhos executados pelos próprios moradores e pelos assessores técnicos, de forma muito parecida com o que ocorrera na experiência de Brás de Pina, mas, por outro lado, muito distinta das urbanizações mais recentes, como logo veremos.

Já em relação aos avanços notados quanto à possibilidade da regularização fundiária das favelas, nesse período, toda a literatura referente ao tema enfatiza o pioneirismo de Diadema (SP), já citada, Recife (PE) e Belo Horizonte (MG), três cidades cujas administrações, ainda em meados dos anos 1980, conseguem estabelecer um arcabouço jurídico-institucional para lidar com a questão da legalização do direito de posse da terra ocupada pelos favelados. As diretrizes que já ali se estruturavam viriam nortear toda uma transformação na legislação urbanística brasileira em relação às favelas que até hoje perdura; muitos autores, inclusive, enxergam nestes avanços a antecipação do que mais tarde seria o Estatuto da Cidade (Denaldi, 2003).

As legislações de parcelamento e uso do solo passam a reconhecer a existência das favelas e sua possibilidade de consolidação como espaço legítimo de moradia através da adoção de padrões urbanísticos ‘diferenciados’ (dimensões de vias, leito carroçável, recuos etc), ou seja, distintos daqueles adotados na cidade ‘formal’ ou ‘legal’ (Denaldi, 2003).

No caso de Recife, a velocidade da expansão urbana da cidade nos anos 1970, o número expressivo de favelas e o medo das ameaças de reintegração de posse e expulsão sofrido pelos moradores acentuaram a disputa pelo território e fizeram gerar crescentes tensões em torno de conflitos fundiários. Em 1983, o governo municipal instituiu as ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social –, como parte da Lei de Uso e Ocupação do Solo, o que possibilitava a permanência da população nos núcleos assim definidos e sinalizava a necessidade de sua urbanização. Na ocasião, foram 27 os núcleos transformados em ZEIS.

Mais tarde, em 1987, foi instituído o PREZEIS – Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social. Outras duas instâncias de controle social do PREZEIS foram então criadas: o Fórum do PREZEIS, que inicialmente teria a competência de garantir a urbanização das ZEIS, e a COMUL – Comissão de Urbanização e Legalização –, composta por representantes do governo, da população e de assessorias técnicas, como o ARRUAR (ver nota 105). Pode-se dizer que se tratava, antes de mais nada, de um “sistema de gestão”, através do qual se garantia a responsabilidade do governo e a participação da sociedade

civil nas decisões relativas à urbanização, inclusive com a deliberação sobre investimentos aplicados (Marinho, 1999)¹⁰⁸.

Em Belo Horizonte, adotados os mesmos propósitos de “preservação da tipicidade da ocupação existente em cada favela”, com a possibilidade de que fossem aceitos “requisitos urbanísticos próprios e peculiares”, distintos daqueles estabelecidos pela legislação então vigente para outras áreas da cidade, a administração municipal criou, em 1983, o Programa Municipal de Regularização de Favelas, o PROFAVELA (Profavela, 1984). Primeiramente, as favelas que integraram o programa foram definidas, cada uma delas, no zoneamento da cidade, como “Setor Especial 4”. Para operá-lo, instituíram-se mecanismos jurídicos – condensados na figura da “urbanização específica” – que permitiam o cadastro oficial dos ocupantes a partir de um processo de padronização dos lotes, com situações de desmembramento e de remembramento, de forma a evitar as discrepâncias em relação ao tamanho original de cada lote e também garantir que nenhum deles permanecesse “encravado”, ou seja, sem acesso ao sistema viário principal (Profavela, 1984).

Toda esta movimentação, enfim, poderia ser sintetizada pela luta em torno do ‘direito à cidade’, preconizado pela pauta da Reforma Urbana: o cumprimento da “função social das cidades”, da subordinação do “direito à propriedade às condições de necessidade social” e da “gestão democrática e participativa das cidades” (Silva, 1991).

Nesse sentido, esse é o período em que se admite também – e pela *primeira vez*, nos parece – a questão da *participação popular nos projetos de moradia* como parte da construção de uma *outra concepção de gestão pública*, antagônica ao que até o momento se conhecia a respeito da atuação estatal: a possibilidade de estabelecer canais que permitissem “aos usuários a interferência na formulação de programas e em toda as etapas dos empreendimentos, bem como viabilizar condições para que pudessem lutar por seus direitos” (Bonduki, 1993, p.11) reverberava, evidentemente, um processo mais amplo, de “redefinição da noção de cidadania”, que apontava “na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis” – uma sociedade “baseada no reconhecimento dos seus membros como *sujeitos portadores de direitos*, inclusive aquele de participar efetivamente da gestão da sociedade” (Dagnino, 2002, p.10). Na esteira da aprovação da Constituição de 1988, uma das conseqüências mais evidentes desse processo é, de fato, a criação de espaços de cogestão – de *partilha de poder* – e de discussão de políticas públicas, estabelecidos na esfera pública brasileira com uma dimensão que até então jamais se vira –

¹⁰⁸ . As transformações e dificuldades sofridas no processo de consolidação do PREZEIS, estendido aos dias atuais, podem ser verificadas com maiores detalhes em Marinho (1999). Resultados e limitações do processo podem ser encontrados neste trabalho e também em Denaldi (2003).

em que se destaque a constituição de fóruns de articulação, câmaras setoriais, conselhos e espaços para deliberação a respeito da destinação orçamentária de alguns municípios.

Esses novos “encontros” entre a sociedade civil e o Estado (Teixeira, 2002), que, de certa forma, se generalizam nos anos 1990, são marcados por uma clara *inflexão* na relação estabelecida entre ambos: “o antagonismo, o confronto e a oposição declarados que caracterizavam essas relações no período da resistência contra a ditadura perdem um espaço relativo substancial para *uma postura de negociação que aposta na possibilidade de uma atuação conjunta, expressa paradigmaticamente na bandeira da ‘participação da sociedade civil’*” (Dagnino, 2002, p.13; grifos no original).

É nesse contexto, justamente, que as ONGs vão assumir um papel de destaque na interlocução com os movimentos sociais e o Estado e na própria formulação de políticas públicas. E é também nesse contexto que as *assessorias técnicas em habitação* se consolidam em São Paulo, acompanhando um processo de institucionalização de determinadas práticas encampadas de forma ainda incipiente nos anos 1980: destaquem-se, aí, as urbanizações de favelas e os mutirões autogeridos.

[2.4] ONGs e assessorias técnicas:

a ‘questão favela’ nos anos 1990 / 2000 – o contexto paulista

A propagação, entre os ‘arquitetos-militantes’, de um movimento de ‘aproximação aos pobres’ e de ‘ida às periferias’ – numa perspectiva já um tanto distinta daquela que animou artistas, intelectuais e outros arquitetos nos anos 1960, dadas, evidentemente, as circunstâncias sócio-políticas colocadas em cada período – é um tema largamente visitado por uma bibliografia que se adensa fortemente a partir da passagem de Luiza Erundina pela prefeitura de São Paulo, momento identificado por muitos autores como um divisor de águas no processo de democratização da gestão pública e de atendimento de determinadas reivindicações antes excluídas da pauta do Estado brasileiro [Bonduki, 1993; Ronconi, 1995; Felipe, 1997; Amaral, 2001]. Do ponto de vista da arquitetura, os esforços de análise das experiências desse governo cruzam-se, em boa medida, com as referências ao papel assumido pelos arquitetos no momento de institucionalização de práticas pelas quais tanto se lutou ao longo da década anterior: se por um lado se ressalta a ascensão de muitos desses arquitetos a cargos de decisão na gestão municipal, por outro, destaca-se também a ‘proliferação’ de entidades de *assessoria técnica* para justamente operar os programas habitacionais do governo.

Estas assessorias configuraram-se, em sua maioria, como organizações não-governamentais (com estatuto jurídico de sociedade civil sem fins lucrativos) pretendendo apoiar os movimentos de luta pelo direito de moradia e que se propunham fazê-lo de forma compartilhada com os interesses e anseios das populações assessoradas. O período atual as aproxima – inclusive estatutariamente – às organizações que integram o extenso campo que se configura no desvão entre ‘setor produtivo’ e ‘setor estatal’: um razoavelmente permeável Terceiro Setor. Entretanto, parece-nos que seria equivocado afirmar, antecipadamente, qualquer vinculação destas organizações ao corolário de uma concepção terceiro-setorista e ao ideário não-governamental de corte neoliberal que apenas se consolidaria no decorrer dos anos 1990 (Osmont, 2001)¹⁰⁹. A atividade dos grupos de assessoria técnica correspondia sim a uma proposição de atuar entre o Estado e o mercado (Carvalho, 2004), num campo híbrido que procurava não corresponder nem às formalidades comerciais de uma ‘empresa de projetos’ e nem aos compromissos tecnocráticos agenciados pela ação estatal. Por outro lado, se a procura pelo desvão resultaria, como se percebe nos tempos atuais, na substituição do Estado em suas atribuições clássicas e na funcionalização da precariedade apenas submetida a um procedimento de gestão, naquele momento – e em boa lógica – não pareciam existir condições objetivas para que se percebesse a confluência entre os imperativos de reordenação administrativa do Estado e o discurso de autonomia dos movimentos e suas assessorias. Procurava-se estabelecer, pela ação dos movimentos, técnicos e gestores públicos – conforme se apreende na extensa bibliografia que trata do período – uma política habitacional que finalmente estabelecesse *um efetivo processo de participação popular* no estreito caminho de uma possível *autogestão* (ainda que se alcançasse, no máximo, algo mais próximo de uma *cogestão*¹¹⁰) – processo este não apenas restrito às ações de produção (o

¹⁰⁹. Se consultarmos as razões pelas quais os mutirantes e os técnicos de Vila Nova Cachoeirinha, personagens recentemente citados, não haviam encontrado brechas para constituir uma cooperativa para promover a construção das suas moradias; e se também considerarmos, como já a eles nos referimos, que os arquitetos vinculados ao Sindicato paulista de sua categoria e organizados numa Cooperativa de Arquitetos consideravam imprópria aquela formatação jurídica para um atendimento das demandas por autoconstrução no prolífero nível do “varejo” (Lopes, 2004); parece-nos plausível aceitar que as mesmas obstruções e dificuldades semelhantes também se interpunham na conformação jurídica dos grupos profissionais que aqui se engajariam no assessoramento às organizações populares na produção da moradia para os pobres – como nos moldes de um *Centro Cooperativista Uruguayo* – o *CCU*, uma grande cooperativa de técnicos que atua junto às *Cooperativas de Vivienda* uruguaias (Baravelli, 2007). As opções – ou ‘a opção’ – estavam dadas pelo Código Civil vigente à época, restringindo as possibilidades de uma organização civil autônoma à figura jurídica da *associação civil* ou *sociedade civil sem fins lucrativos* – assim como o regimento jurídico que se dispunha, no país, para a criação de qualquer associação de bairro, organização religiosa ou clube de mães. Desta forma, as assessorias técnicas surgem, à época, juridicamente bem mais próximas a uma Sociedade Amigos de Bairro que às ONGs já existentes naquele período e que se afirmavam como tal.

¹¹⁰. Apesar de, em diversos momentos da literatura, afirmar-se o primado da *autogestão* como distinção do FUNAPS-Comunitário e de outros programas semelhantes, preferimos ficar aqui com a percepção de que é contraditório afirmar-se um processo como *autogestionário* quando vinculado a uma ação programática estabelecida pelo Estado: todo o planejamento do programa, seu regimento e rotinas operacionais são estabelecidos a partir dos

mutirão, como procedimento de organização da força de trabalho) mas também ampliado ao controle dos recursos financeiros planejados, empenhados e aplicados.

Nesse diapasão, o carro-chefe da política habitacional do governo Erundina, apesar da militância histórica da própria prefeita – como assistente social e vereadora – junto aos movimentos de favela, acabou se tornando, portanto, o programa de *mutirões autogeridos* – o FUNAPS Comunitário –, que privilegiava vínculos muito mais estreitos com os movimentos dos chamados ‘sem-teto’, normalmente *moradores de aluguel* e não *favelados*. Boa parte dos arquitetos que integravam os grupos de profissionais que atuavam junto às favelas foi trabalhar justamente na gestão do FUNACOM ou com os sem-teto agora apoiados pelo programa: ironia ou não, o redirecionamento do ofício do arquiteto para as questões da moradia popular que acontecera muito em função de seu envolvimento com o universo das favelas fez com que – agora institucionalizados os programas – muitos deles deixassem a atuação junto aos favelados em favor de uma ação aparentemente mais contundente nos espaços de cogestão estruturados em torno dos mutirões. Nos projetos em favelas, como na verdade sempre o fora, sobressaía o trabalho das assistentes sociais, dos arquitetos-funcionários públicos e, sobretudo, dos engenheiros das grandes, médias e pequenas empreiteiras paulistas¹¹¹.

Na tentativa de interpretar esse processo, algumas análises apontam uma *cisão*, nos anos 1990, entre um movimento de *defesa dos favelados* e um movimento por *moradia* (Feltran, 2005): poderíamos dizer que as fronteiras nunca muito nítidas entre o movimento de favela e o movimento de sem-teto (configurado, como dissemos, principalmente por moradores pobres de aluguel) se iluminam durante o primeiro mandato petista na prefeitura de São Paulo, com a formulação de dois programas distintos destinados às demandas por habitação popular: o de mutirões autogeridos e o de urbanização de favelas. Segundo Gabriel Feltran (2005, p.257), “a concepção mudava e a luta deixava de priorizar, portanto, uma série de pautas dos favelados, em prol de focar as ações de luta por moradia.”¹¹²

pressupostos administrativos que demandam os poderes públicos e, portanto, não admitem sequer o questionamento dos termos legais que os determinam. Ver Lopes & Rizek (2005).

¹¹¹. Ainda assim, em cerca de nove favelas da capital, foram desenvolvidos projetos de mutirão habitacional assessorados por entidades técnicas, via programa URBANACOM, algo semelhante ao FUNACOM (Bueno, 2000). A favela *Dois de Maio*, que consta da pesquisa de campo que compõe este trabalho, foi uma das que participaram deste subprograma, cujo alcance foi muito pequeno.

¹¹². “É significativa a distinção entre o movimento de moradia vinculado às favelas e o de ocupações. Apesar deste último nascer do primeiro, as questões foram, aos poucos, ganhando posicionamentos distintos – talvez em virtude mesmo da tipologia dos problemas enfrentados. Já em 1978 um amplo movimento de reação a um decreto de desfavelamento promulgado pelo então prefeito, Olavo Setúbal, é articulado em várias regiões da cidade e

De todo modo, mesmo com o respaldo dos movimentos sociais – de defesa dos direitos dos favelados, de moradia e tantos outros –, quando a gestão Erundina termina, o PT, como se sabe, não volta à administração municipal paulistana: em tempo subsequente, o governo Maluf atua de forma incisiva no desmonte e na desqualificação das políticas públicas encampadas por sua antecessora, incluídos aí, evidentemente, os programas de mutirões autogeridos e também as urbanizações de favelas.

Por outro lado, o partido mantém-se na prefeitura de Diadema, cidade que, como vimos, desde 1982 vinha promovendo um processo bastante intenso de urbanização de favelas: já acumulava razoável experiência, agregando conhecimento que se somaria àquele agora trazido pelos quadros técnicos que se formaram na gestão Erundina e que passariam a dividir os cargos de planejamento e de definição de política nos governos municipais na região do ABC paulista.

É nesse contexto de migração e recomposição de quadros que os programas de urbanização de favelas desenvolvidos nos anos 1990 nas cidades de Diadema e Santo André no ABC paulista ganham lugar e importância: na primeira, um programa de urbanização de situações de urgência e, sobretudo, de regularização fundiária; na segunda, a preocupação com o desenho de um “programa integrado”, o premiado *Santo André Mais Igual*, que analisamos no **Capítulo 3**. Sem estender para além da medida a referência a este aspecto, importa-nos anotar o significado desta evolução, pois é no âmbito municipal que se *consolida uma política de atendimento à população de baixa renda*, configurada como *programa de urbanização de favelas* (Denaldi, 2003). Em todo o Brasil e especialmente em São Paulo, é no desenrolar dos anos 1990, e particularmente nestes municípios, que tais ações se consagraram e se consolidaram na forma de *programa*¹¹³.

A importância deste fato manifesta-se em diferentes direções: por um lado é pela composição de um acúmulo de experiências

Imagens 46 e 47

46] Urbanização da favela Vila Olinda, em regime de mutirão – Diadema, anos 1990

47] Núcleo Sacadura Cabral, em processo de urbanização desde 1997, pelo programa Integrado de Inclusão Social (atual Santo André Mais Igual) – Santo André, anos 2000

consegue se unificar em torno de questões como acesso às redes de abastecimento de água e energia elétrica, bem como por tarifas reduzidas para pagamento desses serviços. Em 1979, oito dias após sua posse, Reynaldo de Barros viu organizar-se no território do município que ia governar, uma assembléia com mais de 2.500 favelados. O movimento de favelas em São Paulo já contava, nessa época, com alguma estrutura organizativa e articulava, no contexto das limitações impostas pelo regime, na época, um razoável contingente de moradores das favelas paulistanas. Mais adiante, o movimento perde sua unidade em virtude das diferentes tendências que disputavam sua condução” (Lopes, 2004, p.7). A impressão que temos é de que a condição urbana diferenciada à qual se submetem moradores pobres de imóveis alugados na periferia e moradores de favelas acaba distinguindo-os também no que se refere ao seu engajamento nos processos de luta pela moradia. Talvez o fato de se verem premidos pelo peso do aluguel faça com que o primeiro grupo admita para si a opção pelo agenciamento coletivo de uma *alternativa econômica* – o financiamento para a produção habitacional. Por outro lado, o morador de favela parece mobilizar-se com mais intensidade em torno de *ações práticas* que integram o universo do que compreendemos como ‘urbanização’: regularização da posse, abastecimento de água e luz, serviços de coleta de lixo e correio, implantação de sistemas de drenagem e de coleta de esgotos, canalização de córregos etc. É para o atendimento destas demandas que vemos os favelados se organizando, na região metropolitana de São Paulo, já no início dos anos 1980.

¹¹³. Como veremos no **Capítulo 3**, todas as assessorias técnicas paulistanas estudadas nesta dissertação trabalharam atendendo a estes programas.

que as concepções do que é trabalhar com um fato urbano como a favela ganham outras dimensões, principalmente pelo motivo de que também a favela se encontra em permanente mutação¹¹⁴. As experiências de urbanização, nesse sentido, multiplicam-se e perpetuam-se – *institucionalizam-se e consagram-se*¹¹⁵ –, permitindo um ‘ajustamento’ cada vez maior da política – num duplo sentido: ajustamento para um aprimoramento da política pública ou funcionalização burocrática. Nos termos de uma melhor adequação da política pública à realidade da qual se aproxima, um exemplo seria a diferenciação entre uma abordagem mais ‘estrutural’ – com *planos globais de intervenção*, elaborados de forma a atender toda a extensão dos núcleos – e aquelas, mais pragmáticas e imediatistas, preocupadas apenas com *problemas localizados* (escadarias, drenagem ou canalizações de córregos)¹¹⁶. Por outro lado – e como estas questões não são operadas de forma esquemática – podemos perceber que, num processo de ‘confluência’ entre termos, o aprimoramento da política é permeado pelo *enrijecimento programático de suas instruções normativas* em busca de uma ‘padronização’ e um controle cada vez maiores, contribuindo também, e fortemente, para uma outra ordenação do quadro institucional em processo de *ajuste*, como veremos com cautela na descrição dos estudos de casos, no **Capítulo 3** – como exemplo, lembremos, por ora, que o denso conteúdo de luta política presente na idéia da prática participativa passou, aos poucos, a transfigurar-se em diretrizes e técnicas de gestão, a ponto de constar de editais de programas habitacionais que passaram enfaticamente a *exigir a participação*, e com regras para tal.

Nesse sentido, o que chamamos aqui ‘funcionalização burocrática’ também remete, evidentemente, a um contexto ainda mais amplo, que diz respeito à reforma do Estado em curso, donde o tratamento dado à questão da habitação para a população de baixa renda parece também moldar-se aos termos de uma gestão que se pretende ‘técnica’ e, portanto, ‘eficiente’¹¹⁷: como

¹¹⁴. Seria impossível imaginar, por exemplo, que a forma pela qual aconteceu a intervenção em Brás de Pina, nos anos 1960, poderia ser, digamos, ‘reeditada’: no tempo, o espaço das favelas se modifica, os modos sociais de organização se modificam, a atuação dos técnicos, portanto, se modifica.

¹¹⁵. Citamos a importância das experiências de Diadema e Santo André, em São Paulo, mas há ainda dois outros programas ‘paradigmáticos’ que contribuem para esta ‘consagração’, ambos iniciados em meados dos anos 1990: na cidade de São Paulo, o Programa Guarapiranga, de urbanização de favelas e recuperação ambiental (ver a pomposa publicação Guarapiranga, 2000); no Rio de Janeiro, o conhecido FavelaBairro (ver PCRJ, 1999).

¹¹⁶. Desde 1993, quando Patrus Ananias assume a prefeitura de Belo Horizonte, a URBEL – empresa de capital misto que, na época, cumpria o papel de uma secretaria de habitação – trabalhou na formulação de um programa para as favelas do município que evoluirá, na gestão subsequente, para o que se passou chamar de *Plano Global Específico*: um amplo e bastante detalhado planejamento das ações pretendidas para urbanização de cada uma das favelas ou aglomerados de favelas, elaborado a partir de abordagens físico-ambientais, sócio-organizativas e jurídico-legais. A partir destes *PGEs* eram planejados e elaborados projetos e obras mais localizados, pretendendo articular as variáveis e possíveis interveniências que porventura concorressem no processo de urbanização de uma determinada área, evitando a dispersão de recursos e a desarticulação entre agentes (PCBH/URBEL s/d).

¹¹⁷. Para reflexões substantivas a respeito do que hoje se qualifica como ‘gestão eficiente’ (com suas estratégias e atravessamentos) verificar, dentre outros, os trabalhos de Annick Osmont (2001), Luciana Tatagiba (2006) e Carla Almeida (2006).

horizonte de superação da crise fiscal desencadeada no final dos anos 1970, para legitimar a 'desoneração' do Estado em relação aos compromissos com a provisão e melhoria habitacional para favelados, muitas agências internacionais de financiamento – como o Banco Mundial e símiles – vêm, há muito, apelando para uma política de incentivo ao corte de subsídios públicos e adoção de padrões urbanísticos modestos (Davis, 2006). Delineia-se, dessa forma, um estranho discurso que procura unir, a só tempo, a agenda dos "ajustes estruturais da economia" à do "respeito à autodeterminação comunitária" (Arantes, 2004). Por outra, um exemplo: a 'valorização do patrimônio' (a casa ou o barraco) acumulado pelos favelados ao longo de anos foi um dos pontos discutidos na pauta da *Agência Habitat*, em conferência realizada em Istambul no ano de 1996¹¹⁸, da qual o Brasil participara com a apresentação de quatro '*best practices*', práticas 'modelo', "inovadoras e exitosas no enfrentamento das questões [de gestão local] do habitat" (Rolnik & Saule Jr., 1996)¹¹⁹:

"os anos de atuação da Agência Habitat foram revelando tanto a incapacidade do Estado em realmente enfrentar a questão [das favelas e assentamentos precários] na escala requerida, quanto as possibilidades de sucesso das intervenções de *upgrading*, ou seja, da consolidação e urbanização dos assentamentos, sem remoções nem despejos, e a partir da própria lógica e formas de organização da comunidade. Além disso, emerge fortemente a ligação entre a produção do habitat e a economia popular que ali se constituiu, de forma que as intervenções nos assentamentos e, sobretudo, o desenho das políticas de financiamento podem incidir diretamente no fortalecimento dessa economia" (Rolnik & Saule Jr, 1996, p.16).

E as 'recomendações' em relação à "incapacidade do Estado" de lidar com a questão das favelas parece-nos que dizem respeito, no mais das vezes, a duas diferentes formas de enfrentamento do problema: a primeira delas seria 'permitir' que o mercado desse conta das dinâmicas imobiliárias nas periferias das cidades do Terceiro Mundo, ou seja, o poder público forneceria o básico da infra-estrutura e o próprio morador investiria em seu 'abrigo', dentro de suas possibilidades e a gosto; a

¹¹⁸. A *Agência Habitat*, organismo ligado à ONU para o tratamento das questões de moradia, promoveu em junho de 1996 a *Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II*, cujo tema global foi a "Adequada Habitação para Todos e o Desenvolvimento de Assentamentos Humanos em um Mundo em Urbanização". Segundo Rolnik & Saule Jr (1996, p.15), em vinte anos de atuação, a Agência Habitat "passou a ter maior interlocução com as cidades e com os entes políticos, [...] transformando o seu papel de prestador de assistência para os países que apresentam uma situação de emergência em relação à habitação, e constituindo-se em organismo voltado a cooperar com programas e projetos urbanos, de forma geral, e particularmente voltado a promover o fortalecimento da gestão municipal e do desenvolvimento local."

¹¹⁹. Estas quatro experiências foram o Orçamento Participativo de Porto Alegre, o programa Cearah Periferia de Fortaleza, o programa de atendimento à criança de Santos e o saneamento ambiental de Jaboatão (Rolnik & Saule Jr, 1996).

segunda, indicaria a importância de se garantir parceiros nessa empreitada – um Terceiro Setor especializado, que desempenhe, com profissionalismo, seu papel no desenvolvimento social sustentável (desenvolvimento este que não deve ser encarado do ponto de vista ‘político’, como pretenderam os movimentos sociais, mas sim do ponto de vista ‘técnico’).

Por esta via, o projeto democratizante que aposta na *partilha de poder* entre Estado e sociedade civil para ampliar o controle social sobre as políticas e recursos públicos vai perdendo espaço para um projeto instrumental de condução das questões sociais, em que ‘os empresários’ são os ‘parceiros’ e ‘os pobres’ são seu ‘público-alvo’ (Paoli, 2002).

>>>

O corolário neoliberal, os ‘deslizamentos semânticos’, as políticas públicas reconhecidamente reformistas e compensatórias, a impossibilidade do reconhecimento pleno dos direitos sociais dos mais pobres: estamos diante, pois, da série de contradições e impasses que é parte constitutiva do quadro político que caracteriza os anos 1990/2000, ainda que existam aí nuances em relação à disputa política que não devem ser desconsideradas, sobretudo se, do ponto de vista de nossa abordagem, pensamos nos avanços obtidos no tratamento da questão das favelas e nas revisões de nossa prática profissional.

Os programas nos quais estão incluídas as experiências de urbanização de que trataremos no **Capítulo 3** fazem parte deste cenário: o *Bairro Legal*, formulado e montado no âmbito da prefeitura municipal de São Paulo durante a gestão 2001-2004, sob a supervisão de uma pequena equipe, mas altamente vulnerável a todo tipo de burocracia estatal, baseara seus objetivos em ações basicamente voltadas à urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental, ou seja, intervenções urbanas de caráter essencialmente físico, mas, a princípio, ancoradas num certo apuro do desenho urbanístico proposto, com projetos habitacionais específicos para cada área trabalhada. Por seu turno, o *Santo André Mais Igual*, que se estende no tempo, atravessando três gestões municipais, trata-se de um programa que se pretende mais do que unicamente uma frente de urbanização de favelas – objetiva superar a abordagem ‘setorial’, para alavancar processos de inclusão social através da implantação simultânea de diferentes programas sociais junto aos moradores das áreas selecionadas para intervenção.

Já em termos de intervenção profissional, os estudos de caso também trazem especificidades – a presença das assessorias técnicas e sua relação com o Estado, o ‘projeto participativo’ e seus limites, como veremos logo em seguida.

estudos de caso: mapeando discursos, métodos, processos

[3.1] Observações iniciais

A opção metodológica por focalizar algumas experiências recentes de urbanização de favelas emerge de um questionamento da realidade atual das políticas de habitação popular e ao mesmo tempo de um desafio lançado à cultura profissional dos arquitetos neste setor. É, de fato, nesta etapa do trabalho que poderemos examinar de forma aproximada a inscrição do *saber profissional* – através de análises locais, de conflitos pontuais, atores precisos, falas e métodos de trabalho específicos, fontes e documentos diretamente comprometidos com o cotidiano da prática em suas mediações sociais, culturais e políticas.

Podemos dizer que a pesquisa de campo, realizada através de entrevistas e visitas às áreas selecionadas e de consulta à documentação oficial e técnica relativa às experiências nelas desenvolvidas, funciona aqui como teste para entender tanto os desdobramentos históricos da prática projetual dos arquitetos no enfrentamento da questão habitacional, quanto as suas potencialidades – realizáveis ou não – de transformação da prática contemporânea, tendo em vista o contexto político que envolve Estado, movimentos sociais, técnicos e o conjunto mais amplo da sociedade.

Antes, no entanto, de passarmos à descrição dos processos pontuais, algumas breves considerações merecem ser feitas.

Delineada numa cena contemporânea envolta em contradições e ambivalências as mais diversas, esta pesquisa põe em foco três casos de projetos de urbanização de favelas que, enquanto tais, não surgem aqui como linhagem amostral nem dotados de significação estatística do ponto de vista da caracterização geral e identificação precisa do campo de estruturação das ações em favelas no Brasil de hoje.

Desde o início da pesquisa, tomamos como perspectiva analítica o questionamento das possibilidades de atuação profissional do arquiteto à luz dos temas da *autogestão* e da *participação* – na revisão das formas de projeção e das relações de produção nos canteiros de obra, tal como desenvolvemos nos **Capítulos 1 e 2**. Seleccionamos, pois, as três experiências que se seguem justamente por apresentarem, de alguma forma, tal como enunciávamos já na **Introdução** desta dissertação, heranças de um projeto político historicamente orientado pela possibilidade de alteração, também no fazer arquitetônico, das estruturas de dominação, trazendo à tona um novo enfoque profissional dado à questão da moradia, questionando dogmas enraizados tanto no conceito moderno de habitação popular quanto no estatuto centralizador de projeto arquitetônico que daí advém, mobilizando práticas diversas de participação, organização e mobilização cooperativa, autoconstrução e autogestão.

É evidente, ainda assim, que os casos estudados fazem parte de um quadro muito mais amplo de intervenções voltadas para as favelas paulistas nos anos 2000, *espaço-tempo* sobre o qual se debruça a pesquisa de campo. De todo modo, a despeito de alguma imprecisão, já que não é objetivo deste trabalho mapear detalhadamente este quadro, uma afirmação nos parece óbvia de antemão: de fato, não há mais ‘excepcionalidade’ no trato público ou privado da questão – a urbanização de favelas, inclusive sob a rubrica da participação e da autogestão, vem cada vez mais consolidando um espaço entre outros no mercado de vocações, competências e oportunidades profissionais:

“[...] é um trabalho como outro qualquer! A gente vê muito, nesses projetos que a gente tem participado, que existe um mercado de engenharia. Do mesmo jeito que o cara faz um projeto de um loteamento, faz um projeto de urbanização de favela. Você pode fazer isso com mais ou menos qualidade... mas, hoje em dia... eu penso assim... eu acho que não é mais uma condição diferenciada... pode até ser um pouquinho, ainda... mas, não é... é um mercado de trabalho. Então, o técnico vai lá, tem uma cartilhinha que já é rezada pelo Banco Mundial, pelos normativos da Caixa [Econômica Federal], o cara vai, compra aquela cartilha e acabou.” [arquiteto/5]

“[...] você vê uma curva aí, teve uma ascendência sim, desse campo de trabalho, de urbanização, de projeto, de engenharia. Grandes empresas antes só faziam saneamento, hoje participam também de projetos de urbanização e participação, que é o trabalho social. Antes, essas empresas, a maior parte está aí no mercado, eram empresas que trabalhavam só em SABESP... você as tinha como projetistas ‘padrão SABESP’, e hoje em dia elas estão nesse mercado aí... entram nessas licitações todas. A Lei de Licitações inclusive é preparada pra atender muitas dessas empresas com capital social, com uma série de coisas. É pra elas mesmo! Então, eles estão no mercado trabalhando com isso... e aí, ‘fazem’ o trabalho, atendem só. Mas, assim, essa coisa do

social, do urbanismo... faz... contrata um ali outro aqui, e fazem o trabalho, não é? Então, de fato, eu acho que isso mudou durante os anos, sim... Essa história das grandes projetistas entrarem nessas licitações de urbanização... E, na verdade, hoje em dia, você sempre vai ter que estar por baixo deles pra trabalhar, se quiser trabalhar no mercado de projetista..." [arquiteto/6]

"Que é fatia do mercado, é! Não tenho dúvida! Agora, por outro lado, é o espaço de trabalho de pessoas que queiram trabalhar em favela. Tem um monte de gente jovem querendo trabalhar em favela. E vai acabar trabalhando nessas grandes empresas de projeto, o que eu acho bom. Agora, eu concordo, virou mais um filão do mercado, tanto para projetistas quanto para empreiteiras. Só que tem vários técnicos que são jovens e que querem trabalhar, entendeu? Se a empresa for uma empresa idônea e decente, acaba tendo um bom trabalho." [funcionária de HABI/1]

"A ampliação das obras em favela em outras cidades, além de São Paulo, possibilitou que pequenas e médias empreiteiras passassem a atuar na área, inclusive no Rio de Janeiro, com o Programa Favela-Bairro. Já em São Paulo, o Programa Guarapiranga, ao fazer licitações de pacotes de favelas, criou um mercado para as grandes empreiteiras." (Bueno, 2000, p. 129, em nota)¹²⁰

Embora as ações públicas – diversos programas, subprogramas e intervenções de pequeno porte empreendidos por inúmeras prefeituras de municípios paulistas (donde, evidentemente, se forma o referido 'mercado de engenharia') – sejam não somente as mais abrangentes em números absolutos, mas também as únicas a responder minimamente às demandas habitacionais e de infra-estrutura das áreas, também uma série de ações isoladas, em iniciativas de caráter privado, cooperativo, terceirizado ou não-governamental vêm, há muito, se desenvolvendo junto à população moradora de favela: para ficar em exemplos familiares, este é o caso do núcleo *Jardim Panorama*, na marginal Pinheiros, vizinho de um mega-empreendimento imobiliário, que vem sendo assessorado pela ONG *Casulo*, ligada a programas educacionais, e também pela *USINA Centro de Trabalhos*

¹²⁰. Nesta nota, Laura Bueno comenta o fato de que, no primeiro lote de licitações para obras em cinco áreas de favela durante o governo Luiza Erundina, em São Paulo, cujo critério de seleção foi o de menor preço por custo unitário do serviço (execução e materiais), "apenas uma empresa (a Pertécnica Engenharia) apresentou proposta nas cinco licitações. As empreiteiras simplesmente não demonstraram nenhum interesse neste que seria, no futuro, um novo nicho de obras públicas em muitas cidades brasileiras: a urbanização de favelas." (Bueno, 2000, p.129).

para o Ambiente Habitado, para um possível futuro plano de urbanização¹²¹. Há também iniciativas voluntárias, como as do arquiteto *Vitor Lotufo*, na favela de *Vila Prudente*, junto a lideranças do *Movimento de Defesa do Favelado*¹²²; melhorias do habitat propostas por laboratórios de universidades, caso de projetos desenvolvidos, por exemplo, pelo *Laboratório do Habitat*, da PUCCampinas ou pelo *Laboratório de Fundamentos* da FAU USP¹²³; cooperativas de arquitetos e ONGs, como a dos arquitetos do *Instituto Elos - BR*, de Santos, que trabalham em defesa da “responsabilidade social” com frentes por eles denominadas “empoderamento comunitário”, “protagonismo juvenil” e “o mito da construção coletiva” (Instituto Elos, 2006).

De todo modo, é importante (re)lembrar: estas ações que aqui denominamos ‘isoladas’, ‘voluntárias’ ou tão somente de ‘melhorias pontuais’ *não estão necessariamente ligadas a projetos habitacionais* – ao contrário: certamente por razões que passam substancialmente pelas dificuldades de financiamento, tais intervenções (*quando são de fato intervenções de caráter físico*, o que não é a regra) se apresentam, no mais das vezes, restritas a espaços de uso coletivo e a alguns equipamentos ou instalações básicas, sem que sejam efetivamente alteradas as condições de infra-estrutura precária das áreas¹²⁴.

¹²¹ Segundo as arquitetas Heloísa Diniz e Luciana Ceron (em depoimento à autora, concedido em 10 de junho de 2006, em São Paulo), que trabalham atualmente na USINA, até o momento, os recursos que financiam as iniciativas vem de uma fundação chamada *Instituto de Cidadania Empresarial*.

¹²² Vitor Lotufo, arquiteto que trabalhou no Laboratório de Habitação da Belas-Artes e na assessoria técnica Oficina de Habitação (junto aos mutirões do governo Erundina na cidade de São Paulo), desenvolve projetos voluntários na favela da Vila Prudente, área central da capital paulista, apoiando o Movimento de Defesa dos Favelados, representado ali pela figura do padre Patrick Clark, fundador do movimento. Visitamos, no início do mês de setembro de 2006 a obra de uma capela e de um pequeno salão paroquial que Lotufo vem tocando junto a operários moradores da favela.

¹²³ Alguns dos projetos mais recentes do L’Habitat foram o desenho e execução de parte da obra de uma praça no bairro (recém regularizado) Vila Lafayette Álvaro, em Campinas (SP), em 2000, e o estudo de sistemas construtivos para reassentamento da Comunidade Beco de Souza, também em Campinas, em 2003 (http://www.puc-campinas.edu.br/centros/ceatec/lab_habitat.asp, acesso em 30/09/06). Quanto ao LABFAU, um projeto importante a destacar é o Cortiço Vivo, de requalificação de um imóvel encortiçado, situado no bairro do Bom Retiro, em São Paulo. O projeto teve origem numa disciplina optativa de graduação da FAU-USP e foi desenvolvido por um grupo de alunos assessorados por professores, que num período de nove dias, e de forma interdisciplinar, organizaram no espaço do cortiço um escritório improvisado e desenvolveram anteprojeto destinado à requalificação do imóvel (Sampaio, 2005).

¹²⁴ Ações empreendidas por ONGs, por exemplo, há muito ocupam papel importante no cotidiano de inúmeras favelas brasileiras: impressiona o número de moradores envolvidos com ONGs vindas fora e com aquelas formadas por eles próprios, capazes de captar recursos para a execução de projetos sociais já sem ‘intermediários’ (Pandolfi & Grynszpan, 2003). No entanto, é interessante perceber que o caráter dessas ações nem sempre corresponde às demandas prioritárias das áreas em que elas acontecem: em depoimento aos pesquisadores cariocas Dulce Pandolfi e Mario Grynszpan, um dos líderes comunitários do Morro de Santa Marta, no Rio de Janeiro, Itamar Silva, lembra que “muito poucas ONGs trabalham com a temática da habitação, tema crucial para o Rio e para as grandes cidades. Isso cresceu muito pouco. Mesmo na [Fundação] Bento Rubião, que tem experiências interessantes com as cooperativas habitacionais, de acesso à terra, nosso impacto é muito pequeno, porque não conseguimos avançar no compromisso com essa temática. Multiplicaram-se os trabalhos com crianças e adolescentes, porque há uma definição de que esse é um tema importante, e existem recursos. Essa é outra perversidade que acontece no campo das ONGs: a prioridade não é dada pelo tema, mas pelas

A perspectiva, portanto, de sair a campo para investigar processos de urbanização de favelas assessorados por arquitetos não nos parecia que pudesse vir descolada de uma problematização do terreno institucional em que justamente o tema da moradia deve ser enfrentado em sua complexidade. Por outra: tomamos como pressuposto inicial da pesquisa uma reflexão crítica sobre a *prática profissional*, mas também – e não de forma menos importante – sobre as especificidades concernentes ao campo de problemas que atravessa a *questão habitacional*, e por isso entendemos, desde logo, que deveríamos buscar casos de estudo em que houvesse a presença do Estado, já que, *em se tratando a habitação de um direito social altamente dependente de subsídios*, ações isoladas, voluntárias ou não, que acontecem no âmbito da sociedade civil – incluído aí o ‘Terceiro Setor’ – ainda permanecem pouco representativas em relação ao alcance de suas proposições e realizações. Parece-nos que, ao menos por enquanto, apenas o Estado é, todavia, capaz de oferecer respostas ao déficit habitacional que afeta a população de baixa renda, embora saibamos que estas respostas estão, de fato, cada dia mais insuficientes, parcelares e compensatórias – questão, aliás, que também nos interessa discutir nesta dissertação.

Diante, pois, do quadro mais amplo que nos estava colocado para definição do universo empírico que embasaria a pesquisa, estabelecemos, como recurso metodológico, alguns *critérios de recorte* para a eleição dos casos, adequados aos temas gerais do trabalho e à problemática geral que o movimenta.

[3.2] O desenho da pesquisa de campo

A estruturação da pesquisa de campo tomou como base os seguintes *critérios de recorte*. [1] *perfil dos técnicos*: que arquitetos e demais profissionais envolvidos nos projetos de urbanização se organizassem a partir de um estatuto de trabalho dirigido metodologicamente às questões de participação e, politicamente, aos compromissos com a instituição dos direitos e da cidadania; [2] *programas de urbanização*: que os projetos de urbanização estudados se realizassem no âmbito de programas públicos de intervenção já devidamente estruturados, através dos quais se abrisse a perspectiva de uma política habitacional de grande alcance, que contemplasse em seus pressupostos os direitos de moradia e os direitos à própria cidade; [3] *inserção nos programas*: que os assentamentos estudados estivessem inseridos em diferentes programas públicos de urbanização, para

possibilidades de financiamento, ora pelo próprio governo, como é o caso do Comunidade Solidária, ora pelas agências internacionais, sejam bilaterais ou multilaterais” (Itamar Silva, em Pandolfi & Grynszpan, 2003, p. 358). Procuraremos retomar e problematizar esta questão no **Capítulo 4**.

que tivéssemos uma abrangência maior de questões relacionadas à institucionalização das ações e às diferentes apropriações e experiências que daí decorram; [4] *localização dos assentamentos*: que as favelas pesquisadas se encontrassem na Região Metropolitana de São Paulo, por suas particularidades históricas tanto em função da centralidade da discussão nas esferas locais de formação e prática profissional, quanto devido ao acúmulo e à diversidade de experiências de enfrentamento da questão das favelas, o número de cidades com programas estruturados de intervenção, a fecundidade de intervenções e a possibilidade de articulação de experiências; [5] *processo de projeto*: que os projetos de urbanização estudados reproduzissem, em suas diferentes etapas (ou, pelo menos, em algumas delas), experiências de participação (na abordagem, nos levantamentos, no estabelecimento de prioridades e objetivos, na elaboração do projeto, na organização do canteiro de obras) e de interlocução entre técnicos e moradores/usuários.

Em relação à coleta de dados – que, basicamente, teve como objetivo reunir informações sobre o **bairro** estudado, o **programa** de urbanização em que está incluído, o perfil dos **técnicos** envolvidos e o **projeto** desenvolvido –, as principais fontes utilizadas foram as *entrevistas* gravadas – realizadas com técnicos das prefeituras e arquitetos das organizações contratadas e com alguns moradores dos núcleos (preferencialmente os mais antigos e os que participaram mais ativamente das discussões em torno da urbanização) – e a *documentação formal e informal, institucional e profissional*, disponível sobre os casos.

Quanto aos depoimentos recolhidos, como este trabalho tem caráter exploratório – ainda que não etnográfico –, e utiliza-se de uma *abordagem qualitativa* dos temas em questão, as entrevistas foram realizadas de forma *ativa*, a partir da focalização dos depoentes e da coleta de informações sobre temas específicos, segundo um roteiro geral prévio, que procuramos adequar suprimindo ou acrescentando questões de acordo com o perfil de cada entrevistado. É válido observar que este procedimento de coleta de dados está altamente relacionado com sua forma mesma de análise, já que o próprio momento das entrevistas já se configura como um momento de reflexão a respeito do que ali está se discutindo, resguardado, evidentemente, o distanciamento próprio da posição que assumimos em relação às experiências estudadas, com as quais, cabe mencionar, não estabelecemos vínculos profissionais.

Ainda assim, desde o início da pesquisa tomamos como pressuposto metodológico a elaboração de cinco *categorias analíticas básicas* – [1] o histórico do núcleo, com a história da organização popular, lideranças locais, movimentos etc; [2] os programas no interior dos quais teriam lugar as experiências em estudo; [3] a aproximação dos profissionais aos trabalhos com habitação popular e ao próprio assentamento estudado; [4] o processo de desenvolvimento do projeto de urbanização da área; [5] o processo de intervenção na área, quando o houvesse –, para que pudéssemos proceder a coleta dos depoimentos e

sua análise posterior (bem como a de toda a documentação levantada) da maneira mais fiel possível aos temas centrais do trabalho.

[3.3] Os estudos de caso

Definidos os critérios de recorte e as categorias de análise, após um largo período de levantamento de experiências possíveis para o exercício da interlocução teórica proposta, foram finalmente selecionados três casos para estudo: as experiências junto aos núcleos *Dois de Maio*, na cidade de São Paulo (SP), *Jardim Olinda*, também na capital paulista, e *Tamarutaca*, em Santo André (SP), incluídos, nos anos 2000, em dois diferentes programas públicos de urbanização – o *Programa Bairro Legal*, da prefeitura de São Paulo, e o *Programa Integrado de Inclusão Social* (atual *Santo André Mais Igual*), promovido pelo poder público andreense –, e de cujos projetos urbanísticos e habitacionais participaram, respectivamente, as organizações *USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado / TEIA Casa de Criação* (em parceria), *GTA Grupo Técnico de Apoio* e *PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais*. Ao lado, antecipamos, em um quadro-síntese explicativo, as principais características dos casos estudados, de modo a identificar com alguma precisão o cruzamento de elementos que conferem relevância à trama proposta.

ESTUDOS DE CASO	PROGRAMAS PÚBLICOS	CONCEPÇÃO PROJETUAL	PROCESSOS DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS
Dois de Maio (USINA/TEIA)	Projeto desenvolvido no âmbito do <i>Programa Bairro Legal</i> – gestão 2001-2004, Prefeitura Municipal de São Paulo.	<ul style="list-style-type: none"> • alto grau de apuro de articulação técnica dos projetos urbanísticos e complementares, por exigência das diretrizes do programa; • projeto de conjuntos habitacionais a serem construídos dentro da área; • 'participação': interação entre arquitetos e moradores altamente mediada pelo corpo técnico da prefeitura; discussão sobre o plano geral de urbanização. 	Ainda não há. (por emenda orçamentária, parte da verba para a execução das obras deveria estar disponibilizada até o final de 2006, segundo informações do corpo técnico de HABI/SEHAB/PMSP, gestão 2005-2008)
Jd. Olinda (GTA)	Projeto desenvolvido no âmbito do <i>Programa Bairro Legal</i> – gestão 2001-2004, Prefeitura Municipal de São Paulo. Obras iniciadas na atual gestão (2005-2008), pelo Programa de Urbanização de Favelas da SEHAB/PMSP.	<ul style="list-style-type: none"> • alto grau de apuro de articulação técnica dos projetos urbanísticos e complementares, por exigência das diretrizes do programa; • projeto de conjuntos habitacionais a serem construídos dentro da área; • 'participação': interação entre arquitetos e moradores altamente mediada pelo corpo técnico da prefeitura; discussão sobre o plano geral de urbanização. 	Conselho Gestor da ZEIS e representantes dos moradores, além de técnicos da PMSP, acompanham as obras tocadas por empreiteira; a assessoria técnica não participa do processo de intervenção.
Tamarutaca (PEABIRU)	<i>Programa Integrado de Inclusão Social</i> – gestões 1997-2000, 2001-2004, Prefeitura Municipal de Santo André. (em 2001, o <i>PIIS</i> passa a se chamar <i>Santo André Mais Igual</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • a partir de plano de reparcelamento desenvolvido pela prefeitura, elaboração de projetos de cada unidade habitacional (tipologias) para as famílias relocadas, de forma particularizada; • 'participação': interação entre arquitetos e moradores durante a execução das obras, mas não nas discussões sobre os sub-programas do <i>PIIS</i>; discussão de projeto altamente particularizada sobre as unidades habitacionais. 	Assessoria técnica trabalhou na viabilização de frentes de obra para infra-estrutura instalada por empreiteira, no gerenciamento de remoções e deslocamentos e no acompanhamento das obras das unidades habitacionais (período 2000-2003). Atualmente, o corpo técnico da própria prefeitura coordena estas ações.

Antes de passarmos à descrição dos casos, seria importante registrar uma observação em relação à abordagem do objeto: as origens da questão da habitação popular na Região Metropolitana de São Paulo e os desdobramentos que deram vez ao modelo de expansão periférica que a caracteriza são tema já bastante explorado por muitos trabalhos¹²⁵, alguns deles de valiosa precisão analítica, o que, acreditamos, torna desnecessário um (re)trilhar de determinados percursos bibliográficos: passaremos diretamente à descrição das particularidades dos casos, segundo os critérios categoriais previamente definidos e identificados no levantamento documental e nas entrevistas.

Com relação às referências relativas às entrevistas realizadas, em quase todas as passagens descritivas sobre os casos de estudo, as identidades dos entrevistados (moradores, funcionários públicos e arquitetos) serão preservadas. Nestas situações, a referência da entrevista à autora no decorrer do texto não virá acompanhada da data e local de sua realização, de forma a tornar a leitura mais fluida – exemplo: [morador Dois de Maio/1] ou [funcionário PMSA/2] ou [arquiteto/4]. As especificações concernentes a cada entrevista seguem em listagem anexa.

Apenas os arquitetos diretamente responsáveis pela elaboração dos projetos/planos/obras de urbanização dos três núcleos serão, em alguns momentos, citados nominalmente. Nestes casos, seus nomes virão seguidos da indicação da entidade a que pertencem e da data em que a entrevista foi concedida à autora – exemplo: [Daniel Carneiro, TEIA, 28/03/06].

É importante lembrar, também, que apenas os depoimentos utilizados no decorrer do texto estão listados em anexo. Realizamos, no entanto, várias outras entrevistas – formais e informais – que nos serviram de base para as observações e reflexões que trazemos ao longo deste capítulo e do próximo, mas que, em nenhum momento, tiveram trechos literalmente reproduzidos.

Cumpramos, por fim, que todos os depoimentos orais aqui relatados foram editados, sem qualquer alteração, no entanto, de seus conteúdos, de modo que pudéssemos garantir ao leitor coesão e clareza em relação aos assuntos tratados.

¹²⁵. Destaque-se, dentre inúmeros outros, Bonduki & Rolnik (1978), Taschner & Mautner (1982), Grostein (1989), Sampaio (1994) e Negrelos (1998). Mais especificamente sobre Santo André, há, ao menos, três trabalhos importantes: Bagnariolli Jr (1999), Denaldi (2003) e Blanco Jr (2006).

[3.3.1] Núcleo Dois de Maio

[3.3.1.1] Área: situação, processo de urbanização e organização comunitária

O núcleo Dois de Maio, com cerca de 630 famílias, 2.400 habitantes e 44.483 m², situa-se na Zona Leste da cidade de São Paulo (SP), em área localizada dentro dos limites da bacia do rio Aricanduva, distrito de São Mateus.

Em visita, pudemos observar que o núcleo apresenta situações de precária habitabilidade – a maioria das casas é de alvenaria, mas há ainda barracos de madeira – e sérios problemas de esgotamento sanitário, drenagem de chuvas e sustentabilidade ambiental – a bacia do rio Aricanduva está localizada na Área de Proteção Ambiental do Parque do Carmo¹²⁶.

A infra-estrutura urbana existente, implantada de maneira incompleta, encontra-se insuficiente ou debilitada e carente de manutenção: é o caso do estado de precariedade em que se encontram as redes de “abastecimento de água e energia elétrica (que apesar de atender a toda a área são na maioria dos pontos não-oficializadas), de esgoto e águas pluviais (que apesar de existirem em alguns trechos, são insuficientes ou improvisadas, e que quando inexistentes causam sérios problemas de salubridade e degradação ambiental), dos serviços de coleta de lixo e iluminação pública (que não atendem de maneira eficiente a área e carecem de adequação à realidade local), do sistema viário (com precária pavimentação e sem calçamentos) e do atendimento em transporte público” (Usina/Teia, 2003a).

Há casas com fundos voltados para córregos, que além de lançarem seus esgotos diretamente ali, estão também sujeitas a inundações e deslizamentos (Usina/Teia, 2003a).

¹²⁶. “A contramolde, a bacia também sofreu um processo de ocupação urbana que não se limitou às suas porções média e inferior, mas propagou-se inclusive para as cabeceiras, colocando em risco uma das únicas áreas de preservação ambiental do Alto Tietê. Estas áreas correspondem à parte da APA do Parque do Carmo e um conjunto de contínuos de vegetação abrangendo praticamente toda a cabeceira formadora do rio Aricanduva e de alguns de seus tributários” (Usina/Teia, 2002).

Imagens 48, 49 e 50

48] Largo em frente à Av. Aricanduva Setor 1, 2002

49] Vista do córrego Cangueiras Setor 4, 2002

50] Vela Setor 2, 2002

Confinada entre a Avenida Aricanduva e a faixa de domínio da Eletropaulo, a favela está dividida em quatro setores: esta divisão, evidentemente, reflete o processo histórico de organização interna entre os moradores, as camadas de intervenções que se superpuseram ao longo do tempo, bem como as situações ambientais particulares de cada setor, gerando características específicas e situações de habitabilidade e consolidação distinta entre eles (Usina/Teia, 2003a). Estes setores, que, de forma geral, dão 'unidade' à favela, estão legalmente delimitados como ZEIS 1¹²⁷. Os trechos que não se encontram dentro de ZEIS 1 são parcelas de áreas verdes (edificáveis), áreas *non aedificandi* – estas, relativas à processos de loteamento passados incompletos ou não aprovados –, e áreas remanescentes do antigo traçado da Avenida Aricanduva (Usina/Teia, 2003a).

Imagem 51
Foto aérea Dois de Maio (em destaque)
(os números indicam os quatro setores do núcleo) (s/ escala)

¹²⁷. ZEIS do tipo 1 – Zonas de Especial Interesse Social, que englobam áreas ocupadas por favelas, loteamentos precários e empreendimentos habitacionais de interesse social.

O início da formação da favela data de 1969 e, de acordo com o diagnóstico realizado por Usina/Teia (2003a), os “primeiros moradores vieram de lugares próximos, fugindo de grandes alagamentos e enchentes”, ocupando uma área originalmente utilizada como depósito de lixo de uma usina de compostagem localizada em terreno próximo ao núcleo:

“[por volta de 1984] isso aqui era tudo barraco de tábua. O primeiro debate que nós tivemos aqui é que tinha uma antiga usina [de compostagem] e tinha um lixão aí na imediação do Parque do Carmo. Então, começou a surgir um tipo de sarna, de coceira nas crianças e [...] e foi constatado que era o gás desses lixos que punham aí. Aí nós criamos uma greve nossa mesmo pra não deixar mais passar os caminhões pra despejar lixo aí. [...] e nós conseguimos fechar o lixão. O Mário Covas [gestão 1983-1986] mandou fechar” [morador Dois de Maio/2].

As demandas reivindicatórias e de resistência que caracterizam a favela Dois de Maio se cruzam historicamente com a consolidação, ainda nos anos de 1980, do Movimento de Defesa do Favelado, o MDF, que, tal como registramos no **Capítulo 2**, se origina e mantém sua base organizativa na região Leste 1 de São Paulo¹²⁸, assessorando mais de 30 favelas nessa parcela da cidade, numa atuação fortemente marcada por um referencial discursivo que procura trazer ao centro do debate

¹²⁸. Numa espécie de ‘geografia não-autorizada’, o movimento de moradia de São Paulo foi, ao longo dos anos 1980, demarcando regiões que apresentavam identidades conferidas pela prática de mobilização e organização popular. Nem sempre muito aparentes, tais identidades correspondem, *grossa moda*: **1**] à capacidade de abrangência das organizações regionais – conhecidas como *associações-mãe* – que congregavam inúmeras pequenas associações locais; **2**] aos mecanismos de coesão estabelecidos por atividades paroquiais – notadamente aquelas promovidas pela incursão das Comunidades Eclesiais de Base, estruturadas ao longo dos anos 1970; **3**] à conformação dos limites naturais ou definidos pela ação antrópica (vias expressas, metrô ou eixos viários); e **4**] até mesmo às demandas e limitações que os cartórios de registro cível estabeleciam em função de leituras e interpretações da lei que, àquela época, regia a organização de associações civis sem fins lucrativos (antigo Código Civil, Lei nº 3071 de 01 de janeiro de 1916 – Seção III: Das Sociedades ou Associações Civis). Também de modo impreciso, podia-se dividir o movimento de moradia, em São Paulo, em **7 grandes grupos ‘geográficos’**, organizados em torno de entidades gerais que agregavam inúmeras associações locais: **Leste I** (toda a parcela de bairros situados na margem sul do Rio Tietê, do Brás até São Mateus e cercanias); **Leste II** (a região que agrega a parcela de cidade que se situa na margem norte do Rio Tietê, da região central até Guaianazes e Itaim Paulista, estendendo-se também até municípios vizinhos – como Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos); **Norte** (toda a parcela norte da cidade, incluindo as franjas da Cantareira); **Oeste** (considerando a região do Butantã e Jaguaré até , em direção ao norte, o entorno do Jaraguá); **Sul** (do Campo Limpo ao entorno das represas, na direção sul, passando pelo Capão Redondo e chegando até o Grajaú); uma parcela, um tanto menor, que se estabelecia como **Sudeste** (região que vai das imediações do Parque do Estado ao Ipiranga); e a região **Centro** – difusa, superposta às outras demarcações, estabelecia-se mais em função das características daquele segmento do movimento, muito mais vinculado às lutas dos cortiços e às demandas por moradia no centro da cidade. Para além dos limites do município, havia também grupos organizados em torno da questão da moradia bastante significativos na região do ABCD e em Osasco. É claro que tais contornos são imprecisos e não correspondem a uma delimitação única e impessoal. Pelo contrário, cada integrante do movimento tinha sua própria versão para a geometria de tais limites, certamente correspondendo às expectativas particulares de cada segmento [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06].

sobre a pobreza muito mais do que uma luta restrita a benefícios pontuais – como ressalta Gabriel Feltran (2005, p. 225, 226), “enunciava-se [desde a fundação do movimento] um compromisso e uma tentativa de articular desde a esfera individual de atuação, junto a cada indivíduo de cada favela, até a esfera institucional, ampla e universalizante, na busca por direitos e reconhecimento dos interesses legítimos de todos os favelados”.

O vínculo que se estabelece entre a favela Dois de Maio e o MDF se reforça no final dos anos de 1980, após iniciado um processo de confronto entre moradores do núcleo e poder público em prol da permanência dos moradores no local: a canalização do leito do rio Aricanduva e a construção da avenida que o margeia acarretaria mudanças no traçado viário que circunda a área da favela:

“essa avenida [a Aricanduva], ela pegava em cheio aqui. Os piquetes dela passavam ali beirando essa cerca. Quando a firma, a empreiteira, veio pra começar a fazer a obra da estrada, eles bateram os primeiros piquetes aí e aí a gente analisou a situação e achou que não tinha condições de deixar porque ia pegar em cheio os barracos.” [morador Dois de Maio/2].

Tal como relatado em Usina/Teia (2003a), os moradores barraram o avanço da obra por um tempo até que o desenho da avenida fosse reelaborado, garantindo a permanência da população na área: “após esta vitória, iniciou-se o processo de oficialização da Associação de Moradores Dois de Maio, cuja fundação data de 1990 e cujo nome corresponde ao dia que marca o início da luta do povo da favela por condições mais dignas de vida e por um reconhecimento do poder público de seus direitos [...]” (Usina/Teia, 2003a).

Durante a gestão Luiza Erundina (1989-1992), para além de um programa estruturado de urbanização de favelas – operacionalizado a partir de contratos com empreiteiras – viabilizou-se uma linha de financiamento complementar – o FUNAPS-FAVELA – que, com o intuito de atender a demanda de reconstrução de moradias demolidas em virtude de obras de urbanização, permitia “o gerenciamento dos processos de seleção e compra de materiais de construção e execução das casas pela Associação de Mutirantes, através de um convênio assinado entre a entidade comunitária e o FUNAPS” (Bueno, 2000, p.134).

Imagens 52, 53 e 54

52] Via paralela à Av. Aricanduva Setor 3, 2002

53] Rua-largo – convívio Setor 3, 2002

54] Conjunto Habitacional Setor 3 – Mutirão FUNAPS-FAVELA (1991), 2002

No caso da favela Dois de Maio, no ano de 1991 foi assinado o convênio entre a Prefeitura e a Associação por Mutirão Dois de Maio, tendo como fonte de recursos o FUNAPS-FAVELA. Conforme consta em Usina/Teia (2003a), a Associação por Mutirão foi constituída exclusivamente com a finalidade de realizar este convênio, de forma independente da Associação de Moradores, conforme as diretrizes estabelecidas pelo programa: “neste convênio, a prefeitura fornecia os recursos e a assistência técnica [realizada por funcionários dos Escritórios Regionais de HABI, a Superintendência de Habitação Popular da SEHAB, conforme Bueno, 2000] e a Associação fazia a gestão dos recursos, das compras e da mão de obra. Antes do início das obras foram construídos os barracões dos alojamentos [por empreiteira, também segundo Bueno, 2000, anexo 3.1, p.152] em uma área vazia remanescente da construção da Avenida Aricanduva, onde os moradores das áreas destinadas ao mutirão foram reassentados temporariamente” (Usina/Teia, 2003a)¹²⁹.

Este primeiro projeto de urbanização – que não chegou a se consolidar como tal – pretendia compatibilizar a implantação dos serviços de infra-estrutura e o remanejamento interno de moradores, procurando assegurar, o máximo possível, a manutenção da população no local – por isso os abrigos provisórios. O projeto correspondia, também, à expectativa do poder público municipal em estender parcialmente os procedimentos operacionais aplicados na realização dos mutirões autogeridos viabilizados por aquela gestão. Dessa forma, seriam construídas, por mutirão, 58 moradias nas áreas liberadas pelo processo de remoção das áreas mais degradadas da favela, assentando provisoriamente as famílias nos abrigos instalados numa área que correspondia ao antigo leito do Rio Aricanduva – o que aparece no relatório Usina/Teia como “área vazia remanescente da construção da Avenida Aricanduva”.

Embora o término das obras estivesse previsto para agosto de 1993 (conforme consta em Bueno, 2000, anexo 3.1, p.151), quando encerrada a gestão petista e iniciada a de Paulo Maluf, todos os trabalhos foram interrompidos. Antigos moradores estimam que, das 58 unidades habitacionais que originalmente deveriam ser construídas, nem 30 delas chegaram a ser finalizadas¹³⁰.

¹²⁹. É importante ressaltar que a favela Dois de Maio não aparecia incluída no Programa de Urbanização de Favelas do governo Erundina. O convênio com o FUNAPS-FAVELA era exclusivamente direcionado à *construção de casas em regime de mutirão* e não financiava a urbanização. Um processo licitatório para projeto e obra de urbanização do núcleo foi iniciado ainda durante a gestão Erundina, mas não chegou a se efetivar, conforme consta em Bueno (2000, anexo 3.1, p.151, 152, 153, 154 e 155). Apesar disso, algumas obras pontuais chegaram a ser realizadas, como a canalização parcial de um dos córregos que atravessa a área.

¹³⁰. Não encontramos registros oficiais de quantas casas de fato foram finalizadas. Conforme levantamentos realizados pelo consórcio Usina/Teia, não é possível sequer definir claramente o termo de finalização das moradias, uma vez que seu projeto não havia sido inteiramente concluído. O que se sabe é que, atualmente, essas moradias estão ocupadas, mas não somente por antigos mutirantes – o aumento da demanda gerou novas invasões desde

Imagem 55
Setor 2 – acessos precários na área dos alojamentos, 2002

Imagem 56
Vielas na área dos alojamentos Setor 2, 2006

Nesse mesmo período, a prefeitura propôs aos moradores a construção de novas unidades habitacionais dentro do núcleo, a partir do programa de 'verticalização de favelas', o conhecido 'Cingapura'. Este foi outro importante momento de resistência, em que a Associação de Moradores impediu a construção do empreendimento, exigindo a continuidade do mutirão e a complementação da infra-estrutura, ainda bastante deficitária (Usina/Teia, 2003a). É significativa a fala de uma das antigas lideranças da população da favela Dois de Maio a esse respeito:

"Nesse projeto Cingapura a gente avaliava o que já hoje acontece: primeiro que já era uma coisinha muito apertada pra uma família grande, porque ele não chegava a 40m². A outra coisa é que eles cobravam 57 reais de prestação e que eles diziam ser muito barato. Todo mundo achou barato! O Henrique Pacheco [advogado, então vereador petista e um dos fundadores da Associação em Defesa da Moradia (ADM)] chegou a debater que a gente devia querer. Não! Eu não concordo porque é o seguinte: eu já tirava uma média [de gastos] de uma residência, uma residência vem o IPTU, vem a água, vem a luz, vem o telefone, vem o gás. Quando junta tudo isso aí, quanto que dá? Agora é mais a prestação! E esses apartamentos eles seriam mais só pra pessoas de favela, não é? A preferência era pra pessoal de favela. O pessoal de favela, na época, como até hoje mesmo, eles muito difícil conseguirem arrumar pra comer, e pra pagar um tanto de coisa desse daí? Então eu já achava que não valia a pena! E eles não tinham a intenção de fazer nada bem feito, quer dizer, de fazer restauração sobre a moradia. Eles tinham uma preocupação de fazer propaganda eleitoral. E essa propaganda eleitoral deles seria fazendo o seguinte: eles pegavam uma favela que nem tem essa daqui na beira da avenida, e ali eles construíam uns dez, quinze prédio que ficavam na fachada pra chamar atenção, mesmo porque quando ninguém desse importância, eles metiam a televisão em cima! E isso é uma coisa muito ruim porque [...] principalmente naqueles lugares mais detonado lá do Nordeste, a pessoa vê uma coisa daquela e fala assim, 'ah, é 57 reais, São Paulo é que é o lugar do pobre ir', só que não sabe que precisava ter mesmo um barraco de favela e que aquilo ali tudo era uma farsa, que quando você saía ali daquele alinhamento daqueles prédios você olhava no fundo e era só podriquera, não é? Era esgoto a céu aberto, era rio passando por detrás, esses córregos pesados aí, cheio de impurezas" [morador Dois de Maio/1].

Na gestão seguinte, a de Celso Pitta (1997-2000), houve nova tentativa de implementação do Cingapura, desta vez com maior flexibilização, associando a construção dos prédios à urbanização da favela (Usina/Teia, 2003a). Segundo depoimentos de moradores antigos, o MDF, que vinha mantendo forte ligação com a população do núcleo, considerou, naquela altura, uma

então e a ocupação dos blocos habitacionais, ainda que incompletos, foi inevitável. Quanto às famílias que ocupavam os abrigos, ali permanecem até hoje, morando em precários 35m².

negociação possível, interpretada por lideranças da Associação de Moradores como “concessão do movimento à prefeitura”¹³¹.

Decididos, mais uma vez, a não integrar o programa, que lhes parecia inviável e inadequado, os moradores do núcleo jamais viram terminadas as obras do mutirão – e tanto pior: a ocupação dos alojamentos, em princípio ‘provisórios’, não apenas consolidou-se, mas multiplicou-se, expondo um número altíssimo de famílias a níveis extremos de precariedade habitacional, agravados ainda pela ocupação recente de seu entorno imediato¹³².

A possibilidade da urbanização da favela começou a ser novamente vislumbrada pelos moradores já no início do governo Marta Suplicy (gestão 2001-2004), cuja proposta de constituição de ‘um novo modo de governar’ – muito marcada por um discurso de contraposição às denúncias de desorganização administrativa e de corrupção que deram o tom às duas gestões anteriores –, pretendendo democratizar e descentralizar as ações da prefeitura por meio de mecanismos de participação e enfrentar as desigualdades através de investimentos prioritários nas periferias e áreas carentes (Cardoso, 2004), catalisou processos de mobilização em torno de expectativas que haviam sido, aos poucos, diluídas ou amortecidas durante os governos Maluf e Pitta.

Priorizada também nas reivindicações do MDF – cujas lideranças historicamente se fazem ouvir junto às instâncias governamentais que decidem e planejam as ações no âmbito das intervenções em favelas e estiveram próximas à SEHAB/HABI, auxiliando esta Superintendência, já em 2001, durante o processo de elaboração de alguns projetos de urbanização concernentes à primeira etapa do chamado Plano de Ação em Favelas – o núcleo Dois de Maio foi, em 2002, incluído no subprograma que justamente trataria de estabelecer intervenções articuladas de caráter físico, jurídico-legal e

¹³¹. Estas divergências geraram estremecimentos entre a população da Dois de Maio e o MDF que, de certa forma, perduram até hoje, como demonstra o depoimento de uma das lideranças da Associação de Moradores dado à equipe que trabalhou na área durante a elaboração do projeto de urbanização, em 2003: “a gente acha que o MDF dá prejuízo pra gente, eles arrumaram muita burocracia, muita reunião, por isso o mutirão não saiu. Tinha tudo: tinha material, tinha mão de obra, tinha arquiteto, e por que o mutirão não saiu? Sobrou tanto material que dava para ter acabado as obras! Mas aí sobrou e o pessoal pegou... O pessoal que trabalhava recebia salário, então por isso a gente acha que eles queriam atrasar a obra...” [depoimento registrado em Usina/Teia (2003a)]. Segundo representantes do MDF, conforme consta em Usina/Teia (2003a), “as famílias estavam muito desgastadas com todos os processos interrompidos. Dessa forma a decisão de propor uma negociação vinha ao encontro da necessidade de que algo fosse feito logo, mesmo que não fosse exatamente o que eles reivindicavam, mas que pelo menos desse melhores condições de vida para população”.

¹³². Segundo levantamentos de Usina/Teia (2003a), a população do núcleo vem passando por conflitos recentes ligados a novas ocupações: “[...] há cerca de um ano e meio [por volta de março de 2001, segundo moradores], ocorreu a ocupação sobre a jusante do córrego Vila Boa de Goiás. Quando se deram estas ocupações, [algumas pessoas ameaçaram] ocupar a área livre defronte à avenida Aricanduva, entre as ruas Vila Boa de Goiás e das Capitanias, mas os moradores das áreas contíguas conseguiram barrar a expansão desta ocupação” (Usina/Teia, 2003a).

sócio-organizativo em áreas favelizadas, vinculado a um programa 'guarda-chuva', mais amplo, que congregava HABI, COHAB e RESOLO¹³³ – o *Bairro Legal*¹³⁴.

Gestado e gerido fundamentalmente por HABI, o subprograma de urbanização de favelas foi elaborado ao longo de 2001 e 2002 e, em princípio, dezoito áreas – das 2.018 levantadas pelo Centro de Estudos da Metrópole¹³⁵ – foram contempladas por editais que permitiam que para cada uma delas fosse elaborado um plano específico de urbanização, muitos deles com previsão de construção de novas unidades habitacionais dentro dos próprios núcleos.

¹³³. De modo sucinto, para orientar o leitor: à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo – SEHAB vincula-se uma Superintendência de Habitação Popular – HABI, responsável, entre outras atribuições, pelo planejamento e execução de programas de intervenção em favelas. Conforme desenho institucional estabelecido para a Gestão Marta Suplicy, a HABI era composta por uma série de divisões e coordenadorias internas para a gestão de projetos, obras e recursos financeiros, além de cinco Divisões Técnicas Regionais de Atendimento Habitacional – Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste. Também vinculado à SEHAB, o Departamento de Regularização e Parcelamento do Solo, RESOLO, tinha entre suas atribuições assegurar a regularização fundiária dos empreendimentos promovidos por HABI. Já a COHAB, Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, é uma “sociedade anônima de economia mista, cuja principal acionária é a Prefeitura do Município de São Paulo, que detém 99% das ações preferenciais” (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d., p.9). Dadas as suas características jurídicas, a COHAB funciona como o “braço executor” da SEHAB (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d., p.81), atuando basicamente como um agente financeiro ou promotor nos processos de provisão habitacional.

¹³⁴. O *Plano de Ação em Favelas do Município de São Paulo 2001-2009* “considera o atendimento até 2009 a 236 favelas, definidas como prioritárias, totalizando 126.981 domicílios, o que representa aproximadamente 43,5% do total de 291.983 domicílios em favelas do município. Abrange, para tanto, diferentes programas e modalidades de intervenção, de acordo com necessidades urbanísticas e ambientais específicas, estando todos filiados ao programa-chave, o Bairro Legal” (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d., p.46). Como se sabe, interrompida a gestão, estas metas ficaram pelo caminho. Um total relativamente baixo de famílias foi de fato atendido durante o governo Marta Suplicy: já adiantando alguns números, em Cardoso (2004), consta, por exemplo, que nenhuma (zero) família foi beneficiada pelo subprograma de urbanização de favelas do Programa Bairro Legal; 19.182 foram atendidas pelo programa Mananciais e 2.737 foram atendidas pelo programa PROCAV, de canalização de córregos, implantação de vias e recuperação ambiental e social de fundos de vale. De todo modo, o critério de seleção das favelas definidas como “prioritárias” não é claro: do que podemos levantar – já que não há informações oficiais a esse respeito –, as outras áreas, que tal como a favela Dois de Maio, foram escolhidas para integrar o subprograma de urbanização, o foram, na verdade, por “decisão de gabinete”: funcionários de HABI com quem conversamos, disseram-nos que o então secretário de habitação, o ex-vereador Paulo Teixeira, reuniu-se reservadamente, logo no início da gestão, com lideranças de movimentos de moradia, organizações não-governamentais e outros representantes da sociedade civil, e também com parte do quadro técnico da SEHAB, para então eleger as favelas que receberiam atendimento naquele momento [funcionário de HABI/1]. Quanto aos moradores, também eles parecem desconhecer as razões que levaram a área em que vivem a integrar o programa: quando questionados, responderam que “isso é uma luta de muito tempo” [morador Dois de Maio/1; morador Dois de Maio/2], mas não souberam informar-nos com maior precisão se houve assembleias e discussão pública a respeito (o que nos leva a crer que de fato não houve, até mesmo porque, como se verá, vários canais de participação da sociedade civil nas decisões de gestão foram formalizados já na segunda metade do mandato da prefeita).

¹³⁵. Uma parceria entre HABI, CEM e Cebrap produziu um cadastro digital das favelas paulistanas e uma atualização dos dados sobre a população favelada da cidade. Trata-se da Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo, disponibilizada pela SEHAB no início do ano de 2003. O cadastro contabilizara, à época, 1.160.590 moradores de favelas, distribuídos em 286.954 domicílios, o que representa, em média, 4,0 habitantes por domicílio. Foram identificados, pela pesquisa, 2.018 núcleos favelizados em toda a cidade (PMSP/SEHAB, 2003b) – dados que, evidentemente, não incluem nenhum loteamento irregular, cuja precariedade habitacional, no entanto, é, no mínimo, a mesma a que estão submetidas as favelas.

[3.3.1.2] Habitação na gestão 2001-2004 da PMSP

Depois da experiência da primeira gestão petista na cidade de São Paulo (1989-1992), com reconhecidos avanços no trato da problemática habitacional [Bonduki, 1996; Maricato, 1997; Negrelos, 1998; Bueno, 2000], os oito anos seguintes do governo municipal foram marcados por um esforço de descontinuidade em relação às iniciativas anteriores, com a interrupção de vários programas, como o direcionado aos cortiços, as urbanizações de favelas em andamento e, principalmente, o programa de mutirões autogeridos.

A grande marca da gestão malufista, o Cingapura, foi o principal programa habitacional articulado no período, ainda que alguns outros também tenham sido deixados como ‘herança’ para o governo Marta Suplicy: “o programa de regularização de loteamentos, a cargo do RESOLO, que foi objeto de um acordo de financiamento com o BID, o programa Lote Legal, o PROCAV, também com o apoio do BID, destinado à canalização e regularização de córregos em fundos de vale e que tem um componente habitacional, relativo ao reassentamento das famílias que residem nas faixas marginais de proteção, e o projeto Guarapiranga, em que a prefeitura participa como parceira em uma ação, articulada pelo governo do estado, de urbanização de favelas situadas na área de mananciais.” (Cardoso, 2004, p.49).

O Fundo Municipal de Habitação (FMH), criado na gestão Maluf, é sucedâneo do Fundo de Atendimento à População Subnormal (FUNAPS), criado nos anos 1970 no governo de Olavo Setúbal para atendimento emergencial em situações de calamidade habitacional. Na gestão Erundina, o FUNAPS foi adaptado e era operado como um recurso de engenharia administrativa para superar impedimentos decorrentes de uma péssima relação com a Câmara de Vereadores. Já no período Maluf, a gestão do então FMH estava a cargo de um também recém-criado Conselho Municipal de Habitação, absolutamente subordinado às decisões centralizadas no Gabinete do Secretário de SEHAB, que tinha a atribuição de estabelecer a política municipal de habitação e alocar os recursos oriundos desse fundo. A responsável pela execução, operação e implementação dos programas habitacionais era a COHAB. Como consequência disso, toda a estrutura de HABI, que chegou a contar com cerca de 700 funcionários durante a gestão Erundina, fora desmontada em função de um fortalecimento patente da COHAB (Cardoso, 2004):

“Quando a [superintendente] entrou, nós éramos sabe em quantos funcionários? Cento e quarenta! Todo o pessoal que culturalmente conhecia habitação, mesmo que não seja ligado ao governo do PT, mas que tinha uma forma de trabalhar meio comum, ou aposentou, porque não agüentou, ou saiu fora. [...] Quer dizer, na HABI, a equipe física era muito reduzida. E sobrou

tudo por fazer! Então, você imagina, não tinha licitação, não tinha licitação de gerenciamento, o gerenciamento estava acabando, a HABI inteira estava apoiada no trabalho da gerenciadora [...]. Então, esse ano foi de estruturação de HABI, não foi só tocar o Cingapura. Quer dizer, o Cingapura estava na inércia, e a HABI precisava ser estruturada, então, a superintendente refez as HABIs regionais, as cinco, porque não tinha mais. Refez as cinco, tudo com processo de escolha, critério, entendeu? [...] E aí assim, a gente passou esse ano inteiro reorganizando a estrutura de trabalho” [funcionário de HABI/1].

Como se percebe na fala da funcionária, as primeiras iniciativas da nova gestão foram no sentido de ‘arrumar a casa’, mais do que de reestruturação (Cardoso, 2004): reorganização da equipe de trabalho, com a incorporação de algumas lideranças dos movimentos de moradia aos quadros técnicos, racionalização de despesas, revendo e renegociando contratos antigos e planejamento das atividades seguintes. Cumprindo compromissos de campanha, HABI não parou os Cingapuras:

“Precisou terminar, eram obras em construção, eram prédios em construção, você não tem como não terminar. Então, no primeiro ano, não sobrou dinheiro pra favela. O que a gente fez no primeiro ano? Começamos a formular o programa meio lentamente... eu, de certa forma, me sentia meio ofendida quando falavam ‘ah, ficou parado’. [...] Toda vez que alguém fala ‘não, mas vocês atrasaram um ano o programa [de urbanização de favelas]’, eu digo ‘ah, é que você não sabe o que foi esse um ano na nossa vida!’ E não tinha quem contratar, a prefeitura não tinha concurso público, não tinha como contratar. Foi super difícil” [funcionário de HABI/1].

Em relação aos quadros técnicos, é preciso ressaltar que, embora a reestruturação das subprefeituras e das HABIs regionais (Norte, Sul, Leste, Sudeste e Centro), descentralizando a gestão, tenha contribuído positivamente para os trabalhos, não houve ampliação satisfatória de cargos para SEHAB em geral e para HABI especialmente. A consequência disso, também já explicitada nas falas da funcionária da prefeitura, foi a permanência dos contratos de trabalho com as chamadas ‘gerenciadoras’ – empresas privadas prestadoras de serviços de consultoria, análise e especificidades técnicas¹³⁶. Presentes

¹³⁶. Tais empresas de consultoria, sempre com perfis muito próximos, constituem um concorrido ramo de atuação na área de grandes empreendimentos de engenharia civil. Uma delas, a *DUCTOR*, que fez todo o gerenciamento projetual da urbanização do Jd. Olinda, de que trataremos no item 3.3.2 deste capítulo, se apresenta da seguinte forma: “A Ductor é uma empresa com 30 anos de sólida experiência em gerenciamento de projetos e na prestação de serviços de consultoria em engenharia. A competência de nosso quadro técnico é o resultado da experiência adquirida em alguns dos maiores e mais complexos projetos brasileiros, em especial nas áreas de habitação e transportes. A participação nos empreendimentos tem sido pautada pelo ponto de vista de nossos clientes, sendo que as equipes são orientadas a realização de um trabalho em conjunto. Buscamos a otimização em todas as

na estrutura de atuação da PMSP desde o governo Erundina, o trabalho dessas empresas se fortaleceu enormemente durante as gestões Maluf e Pitta, a ponto de organizarem e estabelecerem parte de seus escritórios ocupando as mesmas salas de HABI / SEHAB, no edifício que lhe dá sede. Durante o governo Marta, mesmo com autonomia reduzida, essas empresas desempenharam papel importante no andamento de alguns programas, sobretudo daquele que de fato nos interessa, o de urbanização de favelas.

De forma geral, o estrangulamento financeiro condicionou fortemente as primeiras ações da gestão, que, desde o início, já tratara de definir prioridades: a *saúde*, com a implementação do programa Saúde da Família; a *educação*, menina dos olhos do governo, com a construção, nas periferias, dos Centros de Educação Unificada (CEUs) e os programas de *inclusão social*, com a criação de uma nova secretaria, a de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, responsável pela articulação de diversas iniciativas integradas de transferência de renda e geração de oportunidades de trabalho para as populações socialmente vulneráveis (Cardoso, 2004, p.36). Em termos de investimento, se consultarmos o patamar básico de recursos alocados para SEHAB, a habitação certamente não pode ser incluída neste rol de prioridades.

Tabela de investimentos SEHAB X PMSP:

ano	PMSP	SEHAB	SEHAB / PMSP
1989*	7.513.147	114.496	2%
1990*	242.540.537	7.909.086	3%
1991*	1.308.723.290	54.840.653	4%
1992*	13.963.190.701	533.936.529	4%
1993*	267.410.816	5.365.590	2%
1994	2.745.987	49.899	2%
1995	5.826.314	141.994	2%
1996	6.151.266	338.280	5%
1997	7.411.911	308.954	4%
1998	7.872.957	238.513	3%
1999	7.189.793	277.716	4%
2000	7.914.560	354.358	4%
2001	8.921.710	229.009	3%
2002	9.200.000	256.166	3%
2003	11.000.000	230.825	2%
2004**	14.000.000	268.043	2%

* Os valores de 1989-1993 estão em cruzeiros e os demais em reais, por isso a grande variação entre 1993 e 94;

** Este valor corresponde aos gastos previstos para o período, cuja variação foi insignificante.
fonte: Cardoso, 2004, p.38 (SEHAB)

fases da implantação com enfoque na obtenção de eficiência durante todo o ciclo de vida do empreendimento. É certificada NBR ISO9001:2000 pela DNV Det Norske Veritas. Temos mais de 400 colaboradores, sendo que 45% deles dispõem de formação superior. Atuação: Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; Elaboração de orçamentos, controle de custos e cronogramas físico-financeiros; Elaboração de estudos técnicos, análise de viabilidade econômico-financeira, para atendimento de requisitos de organismos financeiros nacionais e internacionais; Seleção, escolha e contratação de consultores especializados, empresas projetistas, consultoras e fornecedores de bens e serviços; Integração do planejamento de atividades e supervisão e coordenação para os casos acima; Fiscalização e supervisão de projetos, obras e serviços de engenharia; Compatibilização de projetos, coordenação de montagens, supervisão de testes e inspeção da qualidade; Elaboração de manuais de operação e manutenção de empreendimentos; Organização, seleção e treinamento de pessoal de operação e manutenção; Organização, implantação e operação de eventos" (informações retiradas do site www.ductor.com.br, acesso em 11/11/06). Saliente-se que é este currículo institucional que habilitou a DUCTOR para o gerenciamento das obras de implantação do Rodoanel Mario Covas.

Diante do aperto orçamentário – que levou a prefeita a tomar medidas bastante ‘impopulares’ como a cobrança da taxa de lixo e de iluminação pública e a adoção do IPTU progressivo, numa tentativa de minimamente sanar o endividamento público herdado das últimas gestões e dispor de algum recurso para investimentos nas próprias políticas –, a alternativa encontrada para que se honrasse o compromisso de “inverter prioridades”, reafirmando o “novo modo de governar”, foi a concentração de recursos e de esforços num pequeno conjunto de programas, em setores específicos e escolhidos estrategicamente, de forma que as intervenções pudessem garantir uma “marca” ao governo (Cardoso, 2004).

A problemática habitacional, nesse sentido, foi enfrentada de forma bastante tímida, firmando a tendência de complementação de obras já iniciadas, com pouco investimento em novas frentes de trabalho.

Se houve conquistas importantes durante a gestão, como a realização das Conferências de Habitação – em resposta às demandas estabelecidas pelo Ministério das Cidades, já no governo Lula –, a instalação de um Conselho Municipal de Habitação¹³⁷ e a aprovação do Plano Diretor Estratégico, em setembro de 2002 – que, do ponto de vista da possibilidade de estruturação de uma política habitacional apresentou-se como peça fundamental para o estabelecimento de determinadas diretrizes de atuação –, por outro lado, a evidente desarticulação da SEHAB não permitiu maiores avanços em relação à questão da habitação nesses quatro anos de governo petista: as estratégias, os mecanismos e os instrumentos de ação foram condensados num elaborado Plano Municipal de Habitação, que, no entanto, foi concluído apenas no final do ano de 2003, evidenciando que a política efetuada durante os três primeiros anos do governo Marta não fora necessariamente moldada a partir dele (Cardoso, 2004)¹³⁸.

¹³⁷. Este ponto merece uma observação: apesar da preexistência do estatuto jurídico, criado à época da gestão Maluf, o Conselho Municipal de Habitação foi instalado apenas durante o terceiro ano de governo, ou seja, quando o conjunto dos programas já estava definido e a agenda da política estabelecida. Se muitas medidas foram tomadas para que se garantisse a participação popular, como a realização de fóruns e conferências, a criação de conselhos em várias secretarias e a implantação do Orçamento Participativo, ao mesmo tempo essas estruturas não pareciam estar efetivamente no centro da agenda governamental, o que se percebe pelo fato de muitas delas terem sido criadas depois que as propostas gerais dos programas setoriais já estavam desenhadas, restringindo o poder deliberativo desses espaços a modificações pontuais em um programa de governo já pronto (Cardoso, 2004).

¹³⁸. O Plano Municipal de Habitação era uma exigência definida pelo Plano Diretor Estratégico (lei 13.430/02). Foi elaborado e apresentado à Câmara Municipal de São Paulo em agosto de 2003 e foi publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo em 13 de maio de 2004 (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d., p.4, em nota). O Plano, na verdade, deveria funcionar como um instrumento de referência para a política habitacional e para o controle de seus resultados, já que identifica prioridades e metas de atendimento até 2012, estimativas de recursos necessários para atender a demanda prioritária de habitação, instrumentos econômicos e financeiros da política habitacional do município e seus instrumentos jurídicos (Cardoso, 2004).

Além do programa PROVER (continuação do Cingapura) e dos outros herdados da gestão anterior já citados aqui, uma série de subprogramas vinculados à SEHAB foram implantados, tais como os voltados à habitação na área central da cidade (Programa de Reabilitação Integrada do Habitat, Locação Social, Programa de Arrendamento Residencial), os de facilitação dos processos de aprovação e regularização fundiária e, evidentemente, aqueles direcionados a favelas e loteamentos irregulares, condensados no Programa Bairro Legal. À COHAB coube o gerenciamento do programa de mutirões¹³⁹.

O Programa Bairro Legal, de que trataremos mais especificamente a seguir, era uma proposta de campanha: apesar de se manter como o maior e mais importante dos programas implementados, não chega a se constituir como uma estrutura clara de organização da ação governamental; sua composição permanece como “uma mescla de subprogramas e de recursos de diversas origens, com administração diferenciada e com responsabilidades administrativas diversas” (Cardoso, 20004, p.55).

[3.3.1.3] A concepção do programa bairro legal

Diferentemente do desenho institucional do Programa Integrado de Inclusão Social / Santo André Mais Igual (PIIS/SAMI), de que trataremos logo adiante (item **3.3.3**, deste capítulo), e que agrega diversos subprogramas de educação, saúde e geração de renda às ações mais específicas de urbanização, o Programa Bairro Legal (PBL) não ultrapassa os limites da intervenção habitacional, embora também levante as bandeiras da ‘inclusão social’ e do ‘direito à cidadania’: segundo PMSP/SEHAB (s/d), “garantir acesso à moradia é condição fundamental para a conquista da cidadania e de um padrão adequado de desenvolvimento urbano e social”.

De todo modo, se a dinâmica econômica – trabalho e renda – é tomada pelo principal articulador do PIIS, o ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, como o fator fundamental de que decorrem todos os processos de exclusão social – que pode ser espacial ou não, segundo ele – e se é justamente dessa premissa que surge o programa integrado, para a equipe responsável pela concepção do PBL, a análise parece menos refinada: ainda que também ali se pretendesse envolver “outras secretarias, em função dos programas sociais e de geração de emprego e renda” (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d), na prática, não há sequer

¹³⁹ . O que apresentamos aqui é apenas um resumo da política habitacional do governo Marta Suplicy: evidentemente há lacunas nesta explanação, já que não é objetivo deste trabalho traçar uma análise minuciosa destes aspectos da gestão municipal. Um quadro completo sobre os programas implementados durante esta administração pode ser encontrado em PMSP/SEHAB/COHAB (s/d) e em Cardoso (2004).

dados oficiais sobre um possível cruzamento de ações inter-setoriais nas favelas para as quais foram desenvolvidos projetos de urbanização¹⁴⁰.

O PBL, atualmente 'extinto'¹⁴¹, foi desenvolvido para a viabilização das seguintes linhas de atuação:

1. obras de urbanização: visa promover a integração das favelas e loteamentos irregulares à cidade e melhoria das condições de habitabilidade e salubridade, possibilitando o acesso à moradia adequada, infra-estrutura, serviços, equipamentos urbanos e comunitários em um ambiente salubre e saneado;

2. regularização urbanística e fundiária: possibilita aos moradores o acesso à posse segura de seus imóveis, em favelas e loteamentos irregulares. O programa prevê a melhoria das condições de vida dos moradores das áreas indicadas pela legislação para outorga de título de posse, com a integração das mesmas à malha urbana;

3. reassentamento: intervenção em áreas degradadas, para eliminação de risco e insalubridade ou para viabilizar obras de urbanização. Consiste no reassentamento de famílias em empreendimentos situados em áreas próximas ao local de origem (ou na própria área);

4. recuperação e preservação socioambiental das Áreas de Proteção dos reservatórios Guarapiranga e Billings, visando respeitar as imposições ambientais e garantir a melhoria da qualidade de vida da população e a sustentabilidade das intervenções por meio de fiscalização integrada" (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d, p.44,45).

Imagem 57
Projeto RESOLO Lote Legal – Associação Sobradinho
regularização fundiária e instalação de equipamento público

Essas quatro linhas de atuação estiveram relacionadas a ações em favelas e em loteamentos irregulares – as primeiras a cargo de HABI¹⁴², os outros, sob o comando de RESOLO¹⁴³. Outros dois subprogramas, também ancorados no PBL, foram os de

¹⁴⁰. Há registros de alguma inter-setorialidade – sem dados sistematizados por SEHAB, diga-se – nos subprogramas desenvolvidos por RESOLO, em loteamentos irregulares, e também no PBL-Viver Melhor, coordenado pela COHAB (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d). Quanto às áreas de favela, nada foi encontrado e, além disso, segundo depoimento de uma das assistentes sociais que trabalhou durante todo o desenvolvimento do projeto de urbanização do Jd. Olinda (nosso próximo caso de estudo) e hoje atua na “parte social” das obras de urbanização da área, nada jamais foi sinalizado nesse sentido.

¹⁴¹. Na verdade, o programa de urbanização de favelas, bem como as regularizações fundiárias e o programa de recuperação dos mananciais, tiveram continuidade depois do final da gestão 2001-2004, mas o nome “Bairro Legal” foi abandonado, de modo a apagar qualquer possibilidade de vínculo entre a atual gestão (2005-2008) e a passada. Todos os projetos de urbanização desenvolvidos durante o governo Marta e que não foram executados estão atualmente (outubro de 2006) sendo revistos e vários deles encontram-se em fase de obra, como é o caso do Jd. Olinda, objeto de estudo do item seguinte desta dissertação.

qualificação de conjuntos habitacionais, coordenado pela COHAB¹⁴⁴, e de desenvolvimento de Planos Distritais, uma parceria entre SEHAB e *Cities Alliance*¹⁴⁵, que permitiu a realização de três *Planos de Ação Habitacionais e Urbanos* para distritos em situação de risco pela exclusão socioeconômica e violência – Brasilândia, Jardim Ângela e Cidade Tiradentes (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d)¹⁴⁶.

A favela Dois de Maio, e também o Jd. Olinda, de que trataremos adiante, tiveram seus projetos de urbanização elaborados no âmbito do subprograma de urbanização de favelas e a previsão, naquele momento, era de que ambos os núcleos tivessem que integrar também o programa de reassentamento, bem como o de regularização fundiária de áreas públicas ocupadas. No entanto, como não houve execução de obras até o término da gestão, essas duas ações complementares ficaram a cargo do atual governo (gestão 2005-2008), em iniciativas muito próximas daquelas anteriormente planejadas, mas não realizadas.

Imagem 58
Café Cohab em Cidade Tiradentes – Programa Viver Melhor

¹⁴². HABI esteve responsável, sempre dentro do PBL, por projetos e obras de urbanização, regularização fundiária de áreas públicas ocupadas e reassentamento de famílias e provisão habitacional. Nestes dois últimos itens, houve incorporação ao PBL de parte dos programas PROVER e PROCAV (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d).

¹⁴³. RESOLO esteve responsável pelos programas PBL-Loteamentos, que englobava ações de regularização fundiária de loteamentos irregulares, projetos e obras de urbanização destes loteamentos e instalação de equipamentos públicos. Aqui, como já dito, houve articulação com programas de outras secretarias (Renda Mínima, Saúde da Família, Começar de Novo, Operação Trabalho, Hortas Comunitárias, Telecentros e Morar Melhor), “para garantir a inserção das famílias, a geração de emprego e renda e a reconstrução do tecido social” (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d, p.57). Concomitantemente ao PBL-Loteamentos, havia também o Programa de Pós-Urbanização, associado ao projeto de Agentes Comunitários de Habitação, concebido como um instrumento para o trabalho de pós-urbanização. Por último, o PBL-Bem Legal tratava de loteamentos com pequenos problemas físico-ambientais, em geral de pequeno a médio portes, exigindo um conjunto de intervenções mais simples (PMSP/SEHAB/COHAB, 2004).

¹⁴⁴. No âmbito do PBL, COHAB esteve responsável pelo Programa Viver Melhor, de requalificação de conjuntos habitacionais já existentes na cidade. O projeto-piloto foi em Cidade Tiradentes e englobou ações “conjuntas e participativas de várias secretarias e subprefeituras da PMSP e dos moradores, para oferecer atividades de integração social, geração de renda, atividades de esporte e lazer, telecentros e equipamentos de educação e saúde” (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d, p.63). Associados ao Viver Melhor, foram também realizados programas para quitação de saldos devedores de famílias moradoras de alguns conjuntos e para renegociação de prestações em atraso, retirando moradores de situações de irregularidade, tornando-os “legítimos mutuários” (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d). Cabe salientar, contudo, que o alcance do Viver Melhor não superou a marca simbólica de uma intenção que se anunciava num projeto-piloto em Cidade Tiradentes (USINA, 2003).

¹⁴⁵. A *Cities Alliance* é uma espécie de coalizão de organismos internacionais encabeçada pelo Banco Mundial, voltada ao assessoramento de países em desenvolvimento para a formulação de planos estratégicos de combate à pobreza urbana (Arantes, 2004).

¹⁴⁶. “Além de realizar um levantamento e elaborar um diagnóstico da situação socioespacial e habitacional de cada uma [das três áreas], [...] os planos apresentaram [...] propostas de melhoria das condições do habitat nesses distritos” (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d, p.62). O Plano Distrital para o Jd. Ângela foi desenvolvido pelo *LabHab*, da FAU-USP, o de Brasilândia, pela *GTA Grupo Técnico de Apoio* e o de Cidade Tiradentes, pela *USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado*. Grande parte dos recursos para a realização dos planos veio do Banco Mundial.

o subprograma de urbanização de favelas

Apresentamos, a seguir, a síntese das concepções mais amplas do subprograma de urbanização de favelas do PBL, realizada a partir do *Termo de Referência para Projetos de Urbanização de Favelas* (PMSP/SEHAB, 2002), documento que estabelece “diretrizes, especificações técnicas e padrões a serem seguidos pelas empresas contratadas, na elaboração e apresentação dos projetos das obras”:

1. pressupostos: **a)** moradia digna como direito social; **b)** acesso democrático à cidade; **c)** intervenções físicas e sociais entendidas em sua complementaridade; **d)** participação da população em todo o processo; **e)** articulação com diferentes atores sociais e governamentais; **f)** respeito à diversidade física e social local; **g)** direito à permanência dos atuais moradores no local, garantindo o mínimo de remoções;

2. objetivos prioritários: **a)** eliminar as situações de risco de vida por meio de obras de engenharia ou remoções de moradias; completar ou construir a estrutura urbana principal, através da implantação do saneamento básico e do sistema viário, permitindo a livre circulação de veículos e pedestres, de modo a dar acesso a todas as moradias e viabilizar a prestação de serviços públicos, particularmente de saúde, segurança e limpeza urbana; **b)** introduzir valores urbanísticos da cidade formal, como ruas, praças, infra-estrutura, serviços públicos e melhoria habitacional, possibilitando a incorporação da favela como bairro da cidade; **c)** consolidar a inserção das favelas no processo de planejamento da cidade, incluindo-as na legislação, nos planos e programas, mapas e cadastros relativos ao controle do uso e ocupação do solo, assim como na programação de atividades de manutenção dos serviços e conservação dos equipamentos públicos nelas instalados; **d)** criar sempre que possível espaço para implantação de equipamentos urbanos, praças, áreas livres e de lazer; por meio do processo de desadensamento; **e)** através do uso da cor e da comunicação visual, criar marcas de identidade visual que acentuem o caráter da mudança e que possam vir a ser usadas em outras intervenções; **f)** promover o parcelamento da área, consolidando o maior número possível de lotes já demarcados;

3. benefícios previstos: **a)** melhoria das condições de saúde da população; **b)** fortalecimento da convivência e da organização comunitária; **c)** prevenção e eliminação de riscos de vida e acidentes causados por fatores geotécnicos ou pela ocupação desordenada; **d)** melhoria das condições ambientais das favelas e da cidade; **e)** ampliação dos direitos sociais; **f)** melhoria das condições de habitabilidade do núcleo; **g)** ampliação do comprometimento da população na conservação das melhorias físicas conquistadas;

Toda a elaboração projetual que se seguiria a partir destas diretrizes gerais estaria também norteadas por uma série de critérios relativos a questões urbanísticas, de saneamento básico, sistema viário e projeto de novas edificações, de modo que a projetista contratada levasse em conta “os custos das obras resultantes de seu projeto, apresentando soluções de reconhecida qualidade e baixo custo” e a minimização dos “reassentamentos da população e a desapropriação de imóveis, quer pelos custos social e econômico, quer pelo desconforto causado à comunidade” (PMSP/SEHAB, 2002): esta a competência dos chamados ‘serviços técnicos’, desmembrados em diversos subprodutos – levantamentos básicos, diagnóstico, estudo de alternativas de intervenção, estudo preliminar, projeto básico e projeto executivo – todos, por sua vez, multiplicados em uma miríade de sub-subprodutos, como textos, fotografias, desenhos, mapas temáticos, tabelas etc.

O chamado ‘trabalho social’, ou, se se quiser, “a ‘ponte’ com a comunidade” (PMSP/SEHAB, 2004b), ficaria a cargo das assistentes sociais funcionárias das HABIs regionais (no caso da favela Dois de Maio, HABI Leste, umas das cinco Divisões Técnicas Regionais de Atendimento Habitacional – conforme nota **133**), que deveriam coordenar e monitorar todos os contatos e diálogos estabelecidos com a população moradora das favelas sob intervenção. Seus pressupostos, ainda segundo o “Termo de Referência”, seriam: **a)** possibilitar o exercício da cidadania pela população, através da apropriação de seus direitos e deveres, como sujeitos do processo de urbanização e conservação das melhorias conquistadas; **b)** garantir a participação da população em todas as fases do processo, nos diferentes níveis de aprofundamento na discussão das propostas, nos espaços comunitários e com organismos e representantes; **c)** democratizar as informações para garantir o processo participativo; **d)** assegurar o direito de permanência no local, respeitando os vínculos sociais estabelecidos, garantindo o mínimo de remoções possíveis (PMSP/SEHAB, 2002).

No que toca especificamente às questões de urbanização, em termos projetuais, o programa trouxe inovações: como antes dizíamos, para cada uma das 18 áreas trabalhadas houve o desenvolvimento de um projeto urbanístico-arquitetônico diferente – ou seja, nada de tipologias habitacionais padronizadas pela cidade, como ocorrera anos antes, nas gestões de Maluf e Pitta, e em tantas outras ocasiões:

“Nós conseguimos conquistar a confiança de que a unidade habitacional não seria aquela unidade do CDHU. Os moradores sempre dizem ‘eu não quero ir pra casa de pombo’. Esse era o grande questionamento da população: ‘eu não quero ir’, ‘não quero Cingapura’. Porque a referência ainda era o Cingapura, ou seja, tira todo mundo e coloca prédio. Então, nesse sentido, existe um

mérito de HABI, que inovou na questão de projeto, que deixou a gente fazer um projeto diferenciado para cada área. Eu acho que isso eles têm como mérito. A gente propôs e eles bancaram a idéia de fazer uma habitação toda diferenciada [...]” [arquiteto/6]

Além disso, outro ponto considerado positivo, ressaltado pelos arquitetos que entrevistamos, foi a questão da “ampliação de conhecimento da área e de seu entorno”, de modo que esse conhecimento pudesse ganhar “ênfase de projeto” [arquiteto/5; arquiteto/6], potencializando a utilização dos levantamentos físicos e sociais – que, muitas vezes, apenas engrossam cadastros e estatísticas – como instrumento direcionado a questões urbanas em maior escala, ou seja, ao invés de se pensar apenas o núcleo de forma isolada, se poderia pensar o núcleo inserido no bairro, articulado à região, com sua ocupação e demandas próprias, suas carências e especificidades territoriais [idem].

Em contrapartida, com propósitos claros de garantir um alto grau de qualidade técnica dos projetos, numa espécie de ‘aprimoramento dos planos de intervenção’, com soluções mais adequadas e precisas relativas às estruturas de saneamento, consolidação geotécnica, canalização de corpos d’água etc, a Coordenadoria de Projetos de HABI e a empresa contratada para gerenciar os projetos em andamento¹⁴⁷ procuraram estabelecer um padrão de análise e revisão extremamente rigoroso em relação aos trabalhos desenvolvidos pelos projetistas, exigindo das equipes intensa dedicação aos requisitos técnicos pretendidos, que, segundo os arquitetos entrevistados, muitas vezes passavam por detalhamentos desnecessários e desgastantes:

“O que inovava? Inovava esta história da habitação, da unidade, da modificação, do apurar o desenho urbanístico e o entorno com esse desenho urbanístico. Aí quando você ia para o projeto... travava! Aí você tinha que detalhar o parafuso daquela gradinha, daquela ponte que o indivíduo ia passar, entendeu? E sendo que isso passava... com o passar do tempo, a população muda, as coisas mudam, até mesmo a apreensão da população com relação àquele projeto, que pode ser modificado durante a execução.

¹⁴⁷ . No caso do núcleo Dois de Maio, a gerenciadora foi a empresa *BUREAU*. Sobre o perfil das gerenciadoras, verificar nota 136. Uma observação a esse respeito: é importante ressaltar que, embora a contratante tanto dos projetos de urbanização quanto dos trabalhos de gerenciamento desses projetos fosse a mesma SEHAB/HABI, havia um espécie de hierarquia de poder no processo de encaminhamento dos trabalhos: muitas vezes HABI não se dirigia diretamente às equipes responsáveis pela elaboração dos projetos; o volume de trabalho da superintendência impedia que esse contato fosse estabelecido de forma sistemática. Quem assumia este papel ‘mediador’ era a empresa gerenciadora – e que bem se explique: sua ‘função’ era justamente esta, ou seja, a de supervisionar e dar suporte técnico ao andamento das várias etapas que compõem o chamado ‘trabalho físico’, aquele que diz respeito às concepções de intervenção física nos núcleos. Nesse caso, portanto, as projetistas deveriam reportar-se às gerenciadoras antes mesmo de prestar contas à HABI, que confiava a estas empresas o trabalho que ela mesma era incapaz de realizar, devido à reduzida amplitude de seus quadros técnicos.

Então, se fosse um projeto básico, dando diretrizes, ele seria muito mais rico, e o dinheiro gasto com projeto executivo você poderia lançar para a obra” [arquiteto/6]

“Eu acho que se gasta muito dinheiro [em programas com este desenho institucional]. Eu acho que em urbanização de favela você não pode super detalhar projeto. Eu sei que existem projetos do Guarapiranga que são de 1993 que não foram executados até hoje. E a favela já é outra! [...] Eu sempre defendi isso, fazer um bom estudo de concepção, é claro, mas depois desenvolver o projeto na obra, desenvolver junto, [...] acompanhando a obra. Um plano bem estruturado eu ainda acho que é a melhor saída. Só que isso tem que pagar, não é? Então, o dinheiro que se gasta com gerenciadora, na verdade, devia ser gasto com projetista. Se gasta muito dinheiro com gerenciadora. Então assim... você paga um engenheiro sênior para ficar fazendo ata de reunião. [...] Eu acho um descaso. Eu acho que é muito complicado você pagar quarenta, sessenta [reais] a hora de um engenheiro ou arquiteto numa gerenciadora para ficar fazendo isso” [arquiteto/5]

“A cada prancha entregue, o volume de correções a se fazer era enorme. Mas, dava para perceber que, muitas vezes, o técnico mal tinha olhado a prancha. Muitos rabiscos com caneta vermelha... parece que são cinco segundos por prancha! A impressão que dá é que o técnico tem que ser muito produtivo. E aquele risquinho que ele fez na sua prancha significa, às vezes, um mês e meio pra você poder receber o pagamento. Então, isso mata! Mata qualquer processo! A burocracia não permitia o andamento do trabalho num ritmo adequado, nem pra ele ser executado naquela gestão!” [arquiteto/2]

Além das dificuldades de financiamento – a SEHAB não tinha dotação orçamentária disponível sequer para o desenvolvimento de todos os projetos, que, em boa parte, foram pagos com recursos advindos de um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento; já o montante de recursos necessários para as obras foi liberado pelo Ministério das Cidades apenas no final de dezembro de 2004 –, as infundáveis readequações operadas em função das análises projetuais altamente minuciosas encaminhadas pelas gerenciadoras são apontadas por arquitetos/assessores técnicos – e também por funcionários de HABI – como um possível agravante no que diz respeito ao retardamento das intervenções físicas nas favelas ainda durante o governo Marta Suplicy [funcionário de HABI/1; arquiteto/2; arquiteto/4; arquiteto/5; arquiteto/6].

USINA e TEIA, as duas 'projetistas' que trabalharam juntas, em consórcio, no plano de urbanização para o núcleo Dois de Maio enfrentaram uma série de percalços durante o desenvolvimento dos trabalhos por razões que, certamente, passaram pela própria estrutura organizacional das entidades e pela concepção de atuação que as constitui e condiciona, postas em constante conflito com a institucionalidade que conduzia o processo.

[3.3.1.4] As *projetistas*

O termo 'projetista' é aquele utilizado por poderes públicos para se referir às empresas contratadas para o desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, em geral – os supracitados 'serviços técnicos'.

Diante do que se conhece a respeito de tais empresas – 'de mercado', fundamentalmente, o que equivale a dizer que mantêm o caráter privado na operação de seus meios de produção e que, sobretudo, visam o lucro –, pode-se dizer que as duas entidades que participaram do projeto de urbanização para a favela Dois de Maio se afastam em boa medida desse perfil.

O projeto para a área, produzido no âmbito do PBL, foi elaborado por um consórcio de duas entidades: a *USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado*, que atua, sobretudo, em São Paulo (SP) desde 1990, e a *TEIA Casa de Criação*, fundada no ano de 2002 na cidade de São Carlos (SP): inseridas no interior da sociedade civil, ambas estão dirigidas por um estatuto de trabalho que se inclui no rol das ONGs, se bem que muito mais voltadas aos financiamentos públicos do que de entidades do 'terceiro setor', como fundações e institutos empresariais (pelo menos até o momento).

USINA: trajetória

Entidade com imensa experiência junto aos movimentos de moradia da cidade de São Paulo, a *USINA Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado* foi fundada por arquitetos e urbanistas que, ainda nos anos de 1980, trabalharam no Laboratório de Habitação da Belas-Artes – inclusive na conhecida experiência da favela Recanto da Alegria, já mencionada neste trabalho – e no Laboratório de Habitação da UNICAMP, desenvolvendo projetos de habitação popular através de processos de mutirão e autogestão.

O arquiteto João Marcos Lopes, sócio fundador e coordenador geral da entidade por mais de 15 anos, formado na FAU-USP em 1982¹⁴⁸, conta que já no final da experiência levada a cabo pelo Laboratório de Habitação da UNICAMP, de que fazia parte, entre 1988 e 1989, ele e mais dois colegas também arquitetos – Wagner Germano e Mário Braga – deram continuidade e concluíram, ainda como autônomos, o projeto de urbanização da favela Zumbi dos Palmares, no município de Nova Iguaçu (RJ), iniciado no âmbito do laboratório, mas que havia sido interrompido por mudanças na gestão pública local [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06].

A partir de meados de 1990, já formalizada juridicamente, a USINA inicia uma longa trajetória relacionada à habitação popular, que se inaugura e se desenvolve inicialmente em situações periféricas à cidade de São Paulo – Osasco e Diadema, mais precisamente – estendendo-se, a seguir, à própria cidade de São Paulo, Guarulhos, Santo André e outras cidades como Belo Horizonte, Belém e Caxias do Sul.

A entidade se forma numa conjuntura sócio-política marcada fortemente por uma tentativa de possibilitar um, então inédito, *controle social das políticas públicas*, tal como registrado na infindável bibliografia produzida a respeito desse período e também, evidentemente, nas experiências concretas de formação de fóruns, conselhos e outras formas de participação da sociedade civil nas decisões de gestão. Sua inserção em projetos/obras de mutirões autogeridos – que, de início, aparecem descolados de programas públicos com este fim exclusivo¹⁴⁹ – vem corroborar a tendência que se formava entre arquitetos envolvidos com habitação popular naquele momento: a da atuação como assessores técnicos (dentre os quais não apenas arquitetos, mas também sociólogos, advogados ou engenheiros) a movimentos de moradia [Bonduki, 1992; Silva, 1994; Ronconi, 1995; Felipe, 1997; Negrelos, 1998; Carvalho, 2004; **Capítulo 2** desta dissertação].

¹⁴⁸. Tratava-se de um período bastante controverso, segundo depoimento de João Marcos Lopes, para uma percepção mais aguda daquele momento: “Rodrigo [Lefèvre] afastara-se da FAU para sua ida sem volta à Guiné-Bissau, [Vilanova] Artigas, Paulo Mendes e [Jon] Maitrejean acabavam de retornar após o afastamento compulsório determinado pelo regime militar, o discurso do combativo movimento estudantil dos anos 1970 não reverberava mais com a mesma intensidade e surgia, no horizonte, uma possibilidade de organização proletária muito diversa daquela pretendida pelas cartilhas engajadas na luta por uma alternativa socialista mais radical... A maior parte de meus colegas estava mais preocupada no deleite com o discurso de Artigas e Paulo Mendes que prestar atenção no que acontecia no mundo. A experiência do Laboratório de Habitação é uma confluência... Uma confluência que passa ao largo da FAU, num primeiro momento. Conjunturalmente, parece impossível uma experiência como o Laboratório de Habitação na FAU daquele momento. Apesar da presença de Ermínia Maricato, do Jorge Oseki, do Khaled [Ghoubar], Yvonne Mautner e tantos outros que se preocupavam com as questões da moradia, o discurso hegemônico não deixava brechas para a superação dos limites dados para a FAU de 1982” [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06].

¹⁴⁹. Que, aliás, à época, sequer existiam, no estrito sentido do termo. O PROHAP-Comunidade, por exemplo, tratava-se não mais que mais um “projeto-piloto”, operando com financiamento da Caixa Econômica Federal e financiando apenas 150 unidades habitacionais em Diadema e São Bernardo do Campo (início de 1990), após intenso barulho promovido pelo movimento de moradia, em suas Caravanas a Brasília (1988/1989) (Lopes, 2004).

Esta atuação – e aqui, cremos, se pode falar em nome da grande maioria destas entidades – sempre pretendeu ser muito mais do que uma mera ‘assessoria técnica’ a discussões de plantas de casas e apartamentos: todo um arcabouço discursivo foi erigido com o vínculo *movimento-assessores* a partir da possibilidade da *disputa* como horizonte mais amplo na agenda da Reforma Urbana: na USINA, falava-se em “dar nova forma à ação”¹⁵⁰, numa perspectiva de constituição de sujeitos políticos de um lado a outro. E não nos restam dúvidas de que foi no espaço de negociações que se fazia construir a partir das experiências dos *mutirões autogeridos* que foram vislumbradas as conquistas mais amplas: como dizíamos ainda no **Capítulo 2**, ainda que praticamente todos estes arquitetos tivessem, em algum momento, passado pela atuação em urbanizações de favelas, este tipo de trabalho despertava muito menos interesse nos assessores técnicos naquele momento, para o que muito contribuem as muitas dificuldades de se estabelecer regimes de autogestão (intervenções em favelas via de regra são administradas pelo poder público e empreiteiras¹⁵¹) e também discussões mais substantivas, do ponto de vista da arquitetura, em torno da questão habitacional (relações de produção no canteiro de obras, por exemplo)¹⁵².

A centralidade que assume o temário da autogestão nesse processo de discussão sobre a habitação e sobre a própria cidade aparece de forma significativa na fala do arquiteto João Marcos Lopes sobre como a USINA pensa, debate e tenta por em prática o que se convencionou chamar ‘trabalho social’:

“O que existia era uma impressão comum [entre os membros da Usina] de que o trabalho social que se pretende não é um trabalho assistencialista. [...] Isso é consenso, todos concordam que não é pra ser um trabalho assistencialista. Mas aí, o que colocar no lugar disso? Se ele não é assistencialista, o que ele é então? Acho que para essa questão, normalmente o que a gente sempre tendeu a responder é que ele é um trabalho essencialmente político *e por isso* é um trabalho social. [...] Mas o que é esse trabalho político? Eu acho que a gente sempre viveu essa crise, de ficar entre um trabalho militante, de militância efetiva, de interferência, de composição do nosso esforço como técnicos junto ao esforço dos movimentos – numa perspectiva

¹⁵⁰. Esta expressão aparece na fala de João Marcos Lopes durante o debate com assessorias técnicas organizado por Ana Amélia da Silva, Rosana Denaldi, Rosana Catelli e Zulmara Salvador, em 12 de maio de 1994, reproduzido em Silva (1994).

¹⁵¹. Salvo exceções, como o caso dos subprogramas FUNAPS-FAVELA e URBANACOM, da gestão Luiza Erundina (veja-se, a esse respeito, Bueno, 2000).

¹⁵². Veja-se como se refere Pedro Arantes, um dos atuais (2006) associados da USINA, às *autoconstruções*: “Ao contrário da autoprovisão de moradia e da venda do trabalho, que são simples manifestações do reino das necessidades, o mutirão pode deixar de ser mera construção para virar arquitetura, como diz Artigas, ‘atividade superior da sociedade’. O seu desenho tem a possibilidade de ser pensado como *desígnio*, como ação coletiva deliberada, diferenciando-se tanto da alienação do trabalho assalariado no canteiro quanto do trabalho destituído de invenção da autoconstrução” (Arantes, 2002, p.191).

essencialmente política – e dos próprios grupos com os quais a gente trabalhou, e por outro lado, um trabalho político, mas num sentido menos militante, num sentido de tentar compreender que necessariamente o nosso trabalho técnico não deixa de ser político também. É importante que a gente tenha autonomia em relação aos movimentos, que os movimentos sejam autônomos em relação ao nosso trabalho, que eles possam ter a possibilidade de questionar a nossa autoridade como técnicos, e que a gente possa ter a possibilidade de questioná-los na autoridade deles de condução política das suas decisões e essa autonomia ser assegurada por essa clareza de que a nossa atividade técnica é essencialmente política. [...] O quê que a gente pensa em fazer então como trabalho social? No começo, nós discutimos muito... nós gostaríamos, queríamos acreditar que, na perspectiva de construção da moradia, de construção da casa, o processo todo de autogestão não se esgotava, que era possível estender esse processo de autogestão para outros territórios da vida coletiva. [...] A gente imaginava que era possível radicalizar o pressuposto da autogestão para além da produção da moradia, sempre considerando que a moradia não se resumia à casa construída. E a gente queria acreditar – e acreditávamos – que se tentássemos pelo processo de gestão, ou melhor, se a gente fizesse com que o mecanismo de gestão de produção da moradia se estendesse também – e já a partir do processo de construção das casas – se estendesse para além da construção das casas, talvez a gente conseguisse articular uma ampliação desse processo de autogestão também pra aspectos como educação, saúde, transporte, enfim...” [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06]

Nessa mesma perspectiva, mas imaginando fundamentalmente o trato cotidiano de aspectos da prática projetual, os agenciamentos para a condução de um *processo coletivo* de construção de idéias, saberes e ações tomaram parte importante de uma série de discussões a respeito do caráter que esta prática deveria assumir. Nesse sentido, a relação com a *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire¹⁵³, sempre teve presença marcante nos trabalhos da USINA. De acordo com João Marcos Lopes, o contato com a literatura freireana possibilitaria menos que um *método*, mas uma *orientação* para o diálogo entre o arquiteto e o futuro morador, fundada na perspectiva de construir os elementos deste diálogo a partir de elementos do universo do interlocutor. Articulando *temas geradores* – que, na concepção freireana, serviriam simultaneamente para discussão e alfabetização –, a idéia seria estabelecer um campo de referências configurado

“pelos elementos da vida cotidiana dos sujeitos com os quais conversávamos, procurando resgatar suas histórias de vida em suas moradias, tomadas como referências projetuais e programáticas. Evitávamos discutir uma tipologia entre outras – isso significava

¹⁵³. Procedimento pedagógico para alfabetização de adultos, idealizado pelo educador Paulo Freire, veja-se breves considerações sobre a *Pedagogia do Oprimido* no item 1.2 do **Capítulo 1** desta dissertação.

preestabelecer opções e não construí-las com nossos interlocutores – ou pedir que dessem sugestões desenhadas, como fez Carlos Nelson em Brás de Pina – o que nos parecia atribuir justamente nosso papel a nossos interlocutores” [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06]

Segundo o arquiteto, esta “orientação de procedimento” resulta de um longo processo de formulação de um “discurso de ofício” – nem sempre exitoso –, fundamentado pelas inúmeras modalidades de diálogos que os arquitetos, de forma geral, vêm realizando já há algum tempo e em diversos lugares onde “pobres e arquitetos são colocados frente a frente para decidir sobre a casa, o bairro e a cidade” [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06].

Já o estatuto da entidade, como também conta Lopes, foi baseado no da ONG Comsaúde, de Goiás, formada ainda no início dos anos de 1970:

“Trabalhei com o Vitor [Lotufo] desde que estava no segundo ano da faculdade, em 1979, até fecharmos nosso escritório em 1988. Em 1980 acompanhei-o numa viagem a Porto Nacional, antigo ‘norte’ de Goiás, hoje Tocantins... Uma cidade maravilhosa, muito antiga, à beira do Rio Tocantins. Lá, já havia dez anos, uma irmã e o cunhado do Vitor (que eram médicos, a Heloisa e o Eduardo) – e juntamente com outros médicos – criaram uma associação que se chamava Comunidade, Saúde e Educação – a Comsaúde. Era uma ONG num tempo em que pouca gente aqui sabia o que era isso. Este grupo de médicos foi para lá procurando uma alternativa de atuação, permeando a ação como médicos à ação educativa e política, num tempo em que isso não era muito bem visto. Acabei me aproximando bastante da Comsaúde, chegando mesmo a colaborar com eles, em algumas das várias vezes que voltei para Porto Nacional. Foi ali que tive acesso ao estatuto da entidade e foi ali que compreendi como aquela tal de ‘sociedade civil sem fins lucrativos’ funcionava” [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06]¹⁵⁴.

¹⁵⁴. É interessante, nesse momento, perceber que as relações geracionais, pessoais e profissionais estabelecidas entre os membros das quatro entidades aqui estudadas repercutiram diretamente sobre suas concepções estatutárias: a mais antiga delas, a USINA, teve João Marcos Lopes como um dos principais personagens desde o início de sua formação; João Marcos, por sua vez, formou-se na FAU-USP, mas, como ele mesmo insiste em ressaltar, formou-se também trabalhando, em escritório, junto ao arquiteto Vitor Lotufo, desde o segundo ano da faculdade. Vitor Lotufo, que também fez parte das experiências do Laboratório de Habitação da Belas-Artes, e com o qual colaborou João Marcos, é irmão de um dos sócios fundadores da Comsaúde e esteve à frente, no início dos anos de 1990, da assessoria técnica Oficina de Habitação, cujo estatuto também tem como base o da Comsaúde. Já pelo menos dois dos sócios fundadores da PEABIRU (assessoria técnica que atuou no núcleo Tamarutaca, o terceiro aqui analisado) trabalharam com Vitor Lotufo na Oficina de Habitação e muitas das referências que deram substrato para a elaboração do primeiro estatuto da entidade evidentemente saíram do estatuto da Oficina de Habitação. Geraldo Juncal Jr e Adelmo Bassi Jr, fundadores da GTA (de que trataremos logo adiante, na análise do núcleo Jd. Olinda), tiveram contato na FAU-PUCCampinas, onde estudaram nos anos de 1980, com o arquiteto e professor Carlos Roberto Monteiro de Andrade (atual professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP), e também com o então colega Eduardo

Muitos arquitetos, engenheiros, sociólogos, antropólogos, advogados e também assistentes e psicólogos sociais já passaram pela USINA ao longo desses 17 anos: a entidade propõe-se manter-se como um *espaço de formação*, agregando profissionais e estudantes em torno de trabalhos específicos, constituindo, na medida do possível, um ‘corpo técnico’ que embora não mantenha vínculos de sociedade, também participa de reuniões deliberativas.

Essa preocupação com a formação e o envolvimento de alguns de seus membros com as universidades¹⁵⁵, seja praticando docência ou pesquisa, vem permitindo que a USINA mantenha uma extensão de seu trabalho a territórios que extrapolam o cotidiano do ofício, buscando articular *debate acadêmico* e *prática profissional*. Exemplo disso é a pesquisa sobre mutirões autogeridos, em fase de conclusão: sem apresentar ‘comprovação de hipóteses’ ou ‘resultados’, porque de fato eles não existem, o trabalho problematiza de forma crítica a prática do mutirão como procedimento de gestão e produção habitacional, enriquecendo um debate que vem sendo suscitado, salvo raras exceções, ou de forma absolutamente anacrônica ou de forma superficial, desconsiderando determinadas condicionantes e variáveis que merecem (e precisam) ser levadas em conta¹⁵⁶.

Lotufo Manzano, sobrinho de Vitor Lotufo e filho dos fundadores da Comsaúde. Geraldo relata que também o primeiro estatuto da GTA teve como base o da Comsaúde e o da Oficina de Habitação. A TEIA, a mais recente das quatro entidades, constituída formalmente em 2002, tem como sócios fundadores ex-alunos do curso do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, do qual também é professor João Marcos Lopes, fundador da USINA; João Marcos mantém estreito contato com os membros da TEIA desde a época de sua graduação – e fechando um círculo que, na verdade, nunca se fecha, também o estatuto desta entidade sofreu influência do estatuto da USINA. Sobre os cruzamentos e vínculos que se estabelecem entre técnicos com esse perfil de atuação profissional, vale lembrar que eles se fortalecem também em outros campos de trabalho, como nas administrações públicas (sobretudo as do PT). É infindável a lista de profissionais que transitaram e transitam entre as assessorias técnicas e o Estado – e, mais recentemente, também entre esses e outros espaços do ‘terceiro setor’, ou seja, fundações empresariais e ONGs internacionais. Sobre esse tema, verificar Carvalho (2004).

¹⁵⁵ . O exercício, pelos técnicos da USINA, de outras atividades profissionais simultâneas é uma realidade que não foge à regra: traçando um ‘perfil’ das assessorias técnicas, Caio Santo Amore de Carvalho (2004, p.69) ressalta que muitos dos membros deste tipo de entidade mantêm-se, ou por conta das instabilidades financeiras pelas quais (quase) todas acabam passando ou por se tratar de trabalho tradicionalmente remunerado de forma muito precária, “fazendo ‘bicos’ de projeto em escritórios comerciais (algumas vezes escritórios próprios), desenvolvendo trabalhos em outras instituições [...] de apoio a organizações populares, em atividades de pesquisa em núcleos da universidade ou mesmo em atividades de ensino universitário de arquitetura. Há também aqueles técnicos que desenvolvem atividades na entidade de assessoria técnica e, paralelamente, ocupam cargos públicos comissionados em administrações”.

¹⁵⁶ . O trabalho em questão trata-se da pesquisa *Procedimentos Inovadores para a Gestão da Produção Habitacional para a População de Baixa Renda - PROGEST*, que analisa e avalia a produção habitacional por mutirão e autogestão em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza. As atividades da pesquisa foram e vêm sendo coordenadas pela *USINA - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado* e contaram com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Para maiores informações consultar Cardoso & Abiko (2005).

TEIA: trajetória

A *TEIA Casa de Criação*, também uma organização da sociedade civil, como lembramos há pouco, foi fundada, majoritariamente, por ex-alunos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, apesar de a prática pura e simples da arquitetura e do urbanismo – e aqui talvez devêssemos ler ‘projeto arquitetônico’ ou ‘projeto urbanístico’ – nunca ter ocupado, forçosamente ou não, papel de absoluto protagonismo nas atividades da entidade.

Constituída formalmente no ano de 2002, as discussões em torno do caráter da atuação da entidade e de sua inserção na cidade de São Carlos iniciaram-se, no entanto, quando os hoje sócios eram ainda estudantes, no final dos anos de 1990. Envolvidos com movimentos estudantis – discutindo ensino público e ensino de arquitetura dentro e fora do campus da USP São Carlos – e também com a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura, a FENEA, sua participação na organização e coordenação do Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura (EREA) que, no ano de 2000, realizou-se em São Carlos, foi um ponto-chave no processo de discussão a respeito da orientação profissional que dali em diante fundamentaria a criação da TEIA:

“Nós fazíamos parte de um grupo de trabalho, dentro da universidade, de discussão de estudantes, que nada tinha a ver com uma discussão propriamente acadêmica, de algum grupo de pesquisa ou alguma coisa assim. Nessas reuniões, começamos a discutir a possibilidade de continuidade das ações que nós já estávamos fazendo via EREA, via Semana de Arquitetura. E havia uma discussão que se fazia entre os alunos do curso de arquitetura que nós tentávamos problematizar também que era o seguinte: ‘está certo, a gente não está num grande centro urbano, isso é verdade. Prejuízo para o curso de arquitetura?’. Por outro lado, e ao mesmo tempo, nós estamos numa cidade que tem uma realidade muito próxima de várias outras cidades, milhões de habitantes no Brasil inteiro, e nós também não discutimos essa cidade! Então, nós percebíamos que havia um erro nessa discussão! E aí, em função disso, aí nós começamos a buscar coisas... conhecer lugares... e fizemos um contato muito legal com o Lineu [Navarro, vereador do PT de São Carlos], e ele foi uma pessoa que nos colocou no carro dele para conhecer as periferias, os lugares... porque nós não tínhamos esse contato! A vivência da escola não nos levava para lugar nenhum. E começamos então a ter trabalho e contato com essas comunidades, com essa periferia local. E, então, uma parte dessas pessoas do grupo de trabalho se forma, e continua engajado em permanecer trabalhando com essas coisas. E aí vem essa idéia de formação da TEIA.

Desde o início, nós sempre refletimos muito a respeito da atuação da entidade, da organização. Nós iniciamos, nesse período, nos últimos anos [da graduação], que é um ano antes do EREA, mais ou menos, um contato grande com o João Marcos [Lopes] aqui,

e que também nos abre um monte de horizontes, porque passamos a conhecer uma realidade de atuação clara, nítida, profissional, de arquitetos, em São Paulo. E isso, com certeza, influencia muito fortemente o nosso pensamento sobre o que é possível fazer e começar a realizar aqui” [Daniel Carneiro, TEIA, 28/03/06]

Nos depoimentos colhidos entre alguns sócios fundadores da TEIA, a referência ao período que remete, sobretudo, ao final da graduação tem lugar de destaque: ela evidentemente tem a ver com as memórias recentes que permeiam o momento de constituição de um campo de trabalho em São Carlos, mas, não só. Parece-nos que o ‘frescor’ dos acontecimentos no imaginário do grupo vem somar-se também às repercussões que a criação da TEIA de certa forma gerou na própria cidade de São Carlos. Como na fala de um dos membros, pensar *esta cidade* não parecia tarefa das mais caras ao curso de arquitetura da EESC USP e isso se retro-alimentava por um certo desinteresse por parte dos próprios graduandos em permanecer atuando profissionalmente em São Carlos. A positividade, portanto, da permanência deste grupo na cidade, procurando refletir sobre a prática de maneira alargada, que pudesse extrapolar o lugar-comum dos ‘escritórios comerciais’, talvez possa ser apreciada até mesmo no ambiente acadêmico local:

“São Carlos é uma cidade de porte médio, pouco atrativa para que as pessoas que estavam se formando no curso, até então, ficassem por aqui. E eu acho que isso é uma coisa que tem mudado. E acho que a gente contribui com essa mudança. Hoje eu percebo muito mais pessoas preocupadas em ficar aqui em São Carlos, formadas na graduação, do que antes isso se dava. Era raro você encontrar pessoas... você encontrava mestrados... mas, a perspectiva era de ir embora mesmo. Então, a formação da TEIA aconteceu também a partir dessa perspectiva de agregar pessoas que estavam interessadas em construir uma história de trabalho e de modificação e transformação desse lugar, encontrando em São Carlos um mote de atuação profissional” [Daniel Carneiro, TEIA, 28/03/06]

De todo modo, esse processo catalisou-se principalmente com a eleição do Partido dos Trabalhadores para a gestão da prefeitura municipal em 2001 (reeleito em 2004) e com a convocação de quadros docentes do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC USP para compor o primeiro escalão da administração pública. Nesse contexto, a participação da TEIA na elaboração do projeto de urbanização dos núcleos Jardim Gonzaga / Monte Carlo, pelo programa HABITAR BRASIL / BID

(realizado entre 2001 e 2002)¹⁵⁷, além do desenvolvimento de outros trabalhos importantes, como o Projeto Água Quente (com financiamento do Programa Petrobrás Ambiental e iniciado em 2004, também em São Carlos), de recuperação ambiental da bacia hidrográfica do córrego da Água Quente – com discussões em torno de questões sócio-ambientais com grupos que atuam na região da bacia, disponibilização e democratização de informações sobre o meio e procedimentos de educação ambiental (Teia Casa de Criação; Acquavit, 2005) –, aproximaram a entidade do poder público local e também de outros organismos da sociedade civil, contribuindo para o alargamento de uma rede que até então surgia na cena pública sancarlense de modo ‘atrofiado’, pouco representativo [Daniel Carneiro, TEIA, 28/03/06].

Sobretudo nos três últimos anos, a TEIA vem atuando de forma bastante ampliada, o que, de certo modo, também a diferencia das outras três entidades que compõem esta pesquisa – para além, ou seja, do fato de ser a única das quatro entidades que não tem sede na cidade de São Paulo, e que foi formada nos anos 2000 (e não nos anos de 1990, em torno das lutas urbanas fundamentalmente paulistanas junto à problemática habitacional), a TEIA procura adentrar outros territórios de ação que não aqueles reconhecidamente próprios da arquitetura e do urbanismo, empreendendo projetos nas áreas de sustentabilidade ambiental, educação popular, patrimônio, memória e cultura popular. E, nesse sentido, é importante frisar: diferentemente de USINA, GTA e PEABIRU, a TEIA não funciona exatamente como ‘assessoria técnica’ – não no sentido já ‘clássico’ do termo, ou seja, como “apoio de arquitetos às comunidades e organizações populares que estavam lutando pela moradia (em meio a outros direitos urbanos como infra-estrutura, transporte, creche)” (Carvalho, 2004, p.59) e que tem referência, sobretudo, na atuação de profissionais-militantes agremiados em torno de um estatuto de trabalho que se estrutura de fato, como se sabe, a partir das experiências de mutirão e autogestão na Região Metropolitana de São Paulo, ainda nos anos de 1980:

“Com certeza, para que nós nos constituíssemos enquanto organização, nós bebemos na fonte que é assessoria técnica e, no caso, da principal fonte que a gente tinha que era a USINA, via João Marcos [Lopes], [...] que estava aqui como professor e que trazia uma perspectiva diferente de atuação profissional do arquiteto. Mas nós sentíamos que não tínhamos uma condição tão clara de atuação em São Carlos como assessoria técnica, em função da cidade não ser esse grande centro urbano. Não dava pra gente fazer um recorte muito claro e falar ‘nós vamos trabalhar com habitação popular’. E também, nós tínhamos uma ânsia de transformar a nossa atuação numa atuação mais multidisciplinar, imaginado as duas universidades na cidade [a USP e a UFSCar] e, então, vários técnicos sendo formados e capacitados aqui [...]. A TEIA começa com cinco arquitetos e um professor do curso

¹⁵⁷. A aproximação destes profissionais ao Jd. Gonzaga, bairro caracterizado por ocupações informais e precariedade habitacional, iniciou-se ainda durante o período de sua graduação, sobretudo durante a realização do EREA 2000, quando houve o desenvolvimento de algumas oficinas de trabalho na área.

de Imagem e Som, da UFSCar, que é uma pessoa que traz uma outra referência, mais voltada para o audiovisual, mas que contribui também com essa discussão de fixação em São Carlos e de multiplicar a atuação para uma área que também vai para cultura, para outras coisas, para as artes. [...]” [Daniel Carneiro, TEIA, 28/03/06]

Deslocada de um determinado *espaço-tempo* e, portanto, com claras repercussões sobre a intermediação profissional entre Estado e sociedade civil, tal a relativa fragilidade ou mesmo o estágio embrionário dos movimentos sociais locais, a TEIA – que, no entanto, também tem a perspectiva de pensar a profissão do arquiteto como prática “não-elitizada”, “apropriável” e “participativa”, nas palavras dos entrevistados – se aproxima de forma distinta de um trabalho com ‘comunidades e organizações populares’: a tentativa de interação entre associações de moradores, cooperativas, grupos culturais, centros comunitários, escolas, universidades e outras ONGs, além de diferentes instâncias municipais de gestão pública, faz parte da concepção de atuação da entidade e de seu próprio trabalho cotidiano:

“O processo de mobilização [popular e/ou comunitária] que a gente imaginava através da transformação do espaço deveria se iniciar por outros caminhos, que passam por essa parte de educação popular, de projetos que tem mais longo prazo, preparando um terreno para essa transformação acontecer. Dentro da TEIA, isso passa por um processo de bastante atenção para uma questão não do objeto ‘espaço urbano’ em si, mas para o processo de discussão a respeito desse objeto e de outras interfaces, que são esses projetos de educação popular nos quais nós passamos a nos inserir e que começaram a se ramificar para vários outros campos: educação popular, mas voltada para educação ambiental, para educação patrimonial. Mas sempre a partir de uma vertente de pensamento de educação baseada em textos de Paulo Freire” [Daniel Carneiro, TEIA, 28/03/06].

“

Art. 3º

A TEIA – Casa de Criação tem por finalidade:

I - Desenvolver, fomentar, executar, dar apoio e assessoria a projetos e pesquisas nas áreas de arquitetura, urbanismo, tecnologia, educação, comunicação e artes, que visem:

- a) o aprimoramento da arte e a valorização da cultura, utilizando diferentes linguagens e técnicas;
- b) a atuação nas diversas escalas do ambiente habitado;
- c) o desenvolvimento local e a participação integrada das comunidades envolvidas para o fortalecimento e a autonomia das mesmas;
- d) o fortalecimento da organização popular;
- e) a transformação social e a deselitização destes campos de atuação.

II - Contribuir, a partir dos trabalhos desenvolvidos, para a formação teórica e prática da população, assim como dos diversos agentes envolvidos;

III - Divulgar os resultados dos trabalhos e estimular o debate público entre todas as partes que compõem a sociedade civil;

IV - Expandir as relações externas desenvolvendo trabalhos em conjunto com outros grupos e iniciativas que busquem princípios semelhantes.

Quadro 1

Artigo 3º. do estatuto da entidade TEIA Casa de Criação
fonte: TEIA (2005)

Atualmente, três dos sócios fundadores compõem conselhos gestores de políticas públicas – o Conselho Municipal de Meio Ambiente do município de São Carlos e o Conselho Municipal de Cultura do município de São Carlos –, o que evidencia a preocupação da entidade em atuar no âmbito da relação Estado/sociedade civil de forma deliberativa, ampliando as experiências participativas para escalas que extrapolam eventuais trabalhos pontuais e focalizados.

[3.3.1.5] O processo de trabalho

Segundo João Marcos Lopes, “a ‘questão favela’ sempre foi polêmica” nas discussões internas da USINA: apesar de parte do grupo defender uma atuação no âmbito da habitação popular estendida também à problemática dos cortiços e favelas – como já o fizera em outras oportunidades –, sempre houve certa resistência de alguns membros da entidade em relação a este tipo de trabalho, uma vez que nunca se vislumbrara verdadeiramente ali uma “possibilidade de articulação de um processo produtivo, de autogestão, um projeto que efetivamente pudesse ser construído a partir da participação de seus usuários” [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06]. No entanto, o argumento em defesa de uma atuação da USINA em projetos de urbanização de favelas, conforme Lopes, entendia a prática como ocasião para o desenvolvimento de ‘outros processos’ de discussão, de abordagens projetuais e de intervenção construtiva distintas a partir de questões construídas ‘por dentro dos casos’ – ou seja, não apenas reproduzindo e aplicando os mesmos procedimentos usados em um projeto de mutirão, mas sim *inventando* e conformando novas formas de se pensar e atuar sobre um tecido de relações diverso e específico [idem].

Em 2002, após um período de reestruturação e renovação do quadro técnico, quando surge a oportunidade de participar do edital de licitação do PBL, a entidade não o faz por ‘militância’ ou demanda dos movimentos – ao menos, não por aquela ‘militância’ que os vinculou durante tantos anos aos movimentos de moradia da Leste 1, à União dos Movimentos de Moradia e aos processos de mutirões autogeridos desencadeados por essa relação: o trabalho na favela Dois de Maio foi encarado como possibilidade de que determinadas abordagens de projeto fossem ensaiadas e construídas – inclusive o processo de consulta e discussão de projeto com os moradores – mas também (e muito) pela perspectiva prática de que ele pudesse de fato contribuir para uma melhor estruturação financeira, administrativa e fiscal da própria TEIA¹⁵⁸. Não havia contatos ou

¹⁵⁸. A possibilidade de realização de um trabalho de projeto conjunto – em forma de consórcio, como afinal o foi – entre USINA e TEIA apresentava-se também como oportunidade de mobilizar esforços para uma definitiva institucionalização jurídica da segunda; como esforço concentrado, a constituição de um consórcio obrigava à TEIA, então criada há pouco mais de um ano (16/02/2002), dar sequência à sua regularização jurídica e fiscal.

ligações pregressas com a área e sua população; e os que se estabeleceram durante o desenvolvimento do projeto tampouco se mantiveram após o seu término.

O contrato do consórcio USINA/TEIA pelo PBL com a PMSP e gestão de HABI é de 14 de abril de 2003.

Os termos combinados para a distribuição de tarefas entre as duas entidades obviamente tomavam como critério fundamental a posição geográfica das projetistas (uma com sede na cidade de São Paulo e outra com sede em São Carlos, interior do estado), cabendo à USINA maior carga de trabalho em campo e à TEIA concentração maior de atividades de desenvolvimento de projetos e coordenação de projetos complementares (infra-estruturas, consolidação geotécnica etc). Mesmo assim, na distribuição das tarefas, coube à USINA – por uma série de contingências e também pela experiência acumulada – o desenvolvimento da proposta para as novas moradias.

premissas metodológicas

O primeiro plano preliminar de intervenção na área foi apresentado como parte da documentação exigida para a habilitação do consórcio USINA/TEIA no processo licitatório PBL/favela Dois de Maio. Algumas visitas à área foram realizadas neste momento, para levantamentos sumários e contato inicial com a população.

Os textos elaborados para descrever e justificar a proposta, apresentados à HABI em forma de relatório (Usina/Teia, 2002a), mobilizam argumentos que vinculam a condição espacial da favela aos processos simbólicos e sócio-culturais dinamizados pela população:

“[...] o ambiente da Favela Dois de Maio constitui uma trama em constante transformação que, se por um momento passou por

Segundo João Marcos Lopes, convidar a TEIA para o consórcio era “uma questão estratégica no processo de sua formação, uma forma de forçá-los a se regularizar juridicamente” [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06]. Para tanto, poderiam contar com a experiência da USINA, já estruturada juridicamente desde 1990, perante as dificuldades que se interpõem na formalização institucional de entidades com tal caráter [idem]. O projeto de urbanização da favela Dois de Maio foi um dos primeiros trabalhos de grande porte assumidos pela TEIA, que, hoje, avalia sua participação nesta experiência de forma crítica, reconsiderando sua inserção geográfica no estado de São Paulo sob um ponto de vista estratégico, de modo a circunscrever sua atuação a territórios mais próximos de sua sede, deixando de lado trabalhos à distância, que demandam muito tempo de deslocamento e altos custos para sua realização [Cláudio Pepino, TEIA, 06/04/06]. Além disso, a entidade também vem procurando cada vez mais, tal como enunciamos, valorizar discussões mais regionalizadas, permeadas pelas especificidades da cidade de São Carlos e entorno.

uma intervenção pública pontual e incompleta – através de implantação parcial de infra-estrutura urbana e de blocos habitacionais construídos em mutirão –, ao longo do tempo passa por diversas intervenções por parte dos moradores que, descrentes do comprometimento do poder público e resistindo às vicissitudes impostas pelo *molde* (problemas com a drenagem, confinamentos estruturais, cursos d'água deteriorados e segregadores etc.), realizam melhorias estruturais por conta própria. De certa maneira, este processo acaba conferindo à comunidade um sentido de pertencimento ao território que habita, de propriedade e responsabilidade sobre a região que ocupam, de entranhamento da trama de relações sociais à urdidura desenhada pelas condicionantes físicas – particularmente sua estrutura viária e o conjunto de barreiras que confinam o assentamento” (Usina/Teia, 2002a)

Lançando mão da concepção lefebvreana de *‘contra-espço’*, a equipe USINA/TEIA vai dizer que o *espço novo* que se desenha a partir de códigos e simbologias próprias vai revelando importantes nós de sociabilidade e convívio e, ainda mais do que isso, de “constituição de um imaginário coletivo” que poderia promover um auto reconhecimento da favela em si como um lugar distinto na cidade – “talvez por isso sua auto-afirmação enquanto ‘favela’” (Usina/Teia, 2002a)¹⁵⁹. Segundo o mesmo documento, mais do que apenas assegurar a lógica das relações familiares e de vizinhança como patrimônio imaterial da ‘comunidade’, trata-se de, compreendendo e apropriando em projeto o desenho destes nós de sociabilidade como uma “geometria de defesa e ajuda mútua”, afirmar também uma “geometria de resistência urbana” [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06], um desenho que se credencie como argumento de resistência às lógicas de exclusão constitutivas da metrópole.

¹⁵⁹. Henri Lefebvre, em *A Produção do Espaço*, procura investigar o que chama de “confusões” acerca do uso do conceito de espaço: se apenas geométrico, dimensional e parcelar, trata-se de uma “abstração”, de um “continente sem conteúdo” – ou mais, “um continente indiferente ao conteúdo”. Considerando que a produção do espaço corresponde a uma prática social, de aí decorre uma “contradição notável” entre “a prática espacial” e as “teorias do espaço”. Por isso tratar o espaço “não mais como fatos da ‘natureza’ mais ou menos modificada, e não mais como simples fatos da ‘cultura’ – mas como **produtos**” que correspondem a uma prática social definida (Lefebvre, 1985, p. 2; grifos no original). Conforme explica João Marcos Lopes, a proposta do processo de projeto procura aproximar-se desta abordagem conceitual, não só na Dois de Maio como também em praticamente todos os trabalhos conduzidos pela USINA, preservando como referência “a idéia de que é a prática social que desenha o espaço – e não o contrário” [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06]. Em passagem indicada pelo arquiteto, a explicação de Lefebvre quanto ao significado de “contra-espço”: “Contra a sociedade fundada na troca, há o primado do uso. Contra a quantidade: a qualidade. Os contra-projetos, o contra-espço, sabemos por uma prática em que consistem. Quando uma população se opõe a um programa de auto-estrada ou de extensão urbana, quando ela solicita ‘equipamentos’, praças vazias para jogos e encontros, percebemos como um contra-espço se introduz na realidade espacial: contra o Olho e o Olhar, contra a quantidade e o homogêneo, contra o poder e a arrogância, contra a extensão sem limites do ‘privado’ e da rentabilidade da empresa – contra os espaços especializados, contra as funções estreitamente localizadas” (Lefebvre, 1985, p. 28).

Identificando o espaço da *rua* – que é ali *extensão da casa* –, das pequenas vielas e, principalmente, dos pequenos largos que surgem na articulação irregular de grupos de moradias (que os arquitetos ali chamam de “quintais coletivos”, engendrados por grupos familiares e núcleos de interesse coletivo e determinantes das relações de afinidade e de vizinhança naquela favela) como o principal elemento articulador da Dois de Maio, o que fundamenta a proposta de desenho urbano é justamente a defesa da manutenção das especificidades dessas áreas, evitando “interligações viárias que estabeleçam rupturas ou acessos sem nenhum controle pela população local ou ainda soluções que não se disponham a uma integral apropriação dos espaços por elas gerados”, valorizando e priorizando “a criação de áreas de estar e convivência, promovendo a requalificação do desenho a partir da não banalização dos elementos que constituem a paisagem”, como a padronização indistinta do conjunto guia/sarjeta/calçada, da composição paisagística e do mobiliário urbano (Usina/Teia, 2000a).

Imagem 59
Quintal coletivo Setor 1

Questionar o modo como arquitetos e poderes públicos formatam intervenções em favelas através de ‘programas-tipo’ faz parte, justamente, dessa proposta de se refletir (e agir) sobre o espaço de maneira mais ‘orgânica’, recorrendo ao ‘olhar antropológico’ que animou as incursões de Carlos Nelson Ferreira dos Santos pelas favelas cariocas nos anos de 1960 e 70¹⁶⁰. Em entrevista, João Marcos Lopes coloca a questão: “por que dizer que a favela deve virar bairro depois da urbanização, se ela continuará sendo, mais do que qualquer classificação dicotômica pode dar conta, ‘o lugar em que aquelas pessoas moram’?” [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06]

Vale comentar um trecho longo, porém altamente significativo, que consta do documento referente às primeiras propostas imaginadas para a favela Dois de Maio e que fornece o substrato para todo o desenvolvimento projetual ali aplicado – e que, talvez, corresponda justamente ao núcleo dos problemas que comprometeram o andamento de todo o processo, como se verá.

O texto inicia estabelecendo um contexto genérico em que freqüentemente se desenrolam as rotinas em processos de intervenção em favelas, evocando criticamente a idéia de “higienização” a partir da referência à vinculação histórica entre ‘legalidade’, ‘formalidade’ e ‘higiene’ contraposta especularmente à vinculação entre ‘ilegalidade’, ‘informalidade’ e ‘violência’ –

¹⁶⁰. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, arquiteto e urbanista a quem já nos referimos com vagar no **Capítulo 2** desta dissertação, notou, a partir de sua experiência em projetos de urbanização de favelas ainda nos anos de 1960, a necessidade de que a ‘abordagem especializada’ se ativesse de forma mais cuidadosa sobre os processos empíricos de apropriação dos espaços pelos usuários: “Trata-se de falar da cidade a partir do usuário, e não a partir de quem, curvado sobre uma prancheta, pretende estabelecer as normas, valores, usos e traçados que a cidade deveria ter [...]” (Santos, 1985, p.78). Para tanto, o arquiteto desenvolveu estudos etnográficos sobre a relação casa-rua, relações de vizinhança e sociabilidade, espaços de transição público-privado etc, tal como pretendeu, de certa forma, a equipe USINA/TEIA quando da elaboração do projeto para a favela Dois de Maio. Segundo Lopes, “influência de Carlos Nelson é grande e já vem de longa data, desde que tomamos contato com seu trabalho ainda no final de 1988, quando estávamos em Nova Iguaçu, fazendo o projeto da favela Zumbi dos Palmares” [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06].

esta, como 'doença' que ressurgue na metáfora de herança haussmaniana da cidade como organismo vivo, passível de submissão às 'intervenções cirúrgicas' dos planejadores com vistas a sua 'cura' e 'saneamento':

"[...] a lógica que há algum tempo orienta grande parte dos processos de intervenção em favelas propõe, como pressuposto, a integração física do assentamento no espaço tecido pela cidade formal. Como condição para a plena 'higienização' do lugar, seu *redesenho* é conduzido como, inclusive, argumento contra a violência espacial que desde há tempos se estabelece em tais contextos, em muito resultado da ação de moradores ligados ao narcotráfico ou à 'ilegalidade' virtualmente contraposta à 'legalidade' dessa cidade formal. Assim, determinadas intervenções 'cirúrgicas', consideradas saneadoras do 'espaço-paciente', são alçadas à condição de programas de governo ou até mesmo carro-chefe de políticas habitacionais" (Usina/Teia, 2002a, grifos no original).

O texto propõe, então, uma inversão na lógica que orienta, quase sempre, a postura técnica e burocrática em ações de urbanização de favelas, isto é, se é a cidade formal que dá origem à favela, por que transformar a favela em cidade formal?

A questão que trazemos insere-se no universo do *cotidiano material e simbólico* que, como dissemos, vem sendo parcimoniosamente construído nesses espaços: até que ponto o deslocamento proposto de um *espaço físico degradado* em direção, pelo *redesenho*, ao *espaço próprio da cidade formal*, não significa reproduzir, ali dentro, as mesmas tessituras que o geraram? Até que ponto não estaríamos trazendo para dentro da favela a reprodução das tramas promotoras de exclusão? (Usina/Teia, 2002a, grifos no original)

Segue-se, pois, a proposta de subverter a concepção hegemônica de processos de intervenção em favelas através da negação do pressuposto de 'integrar a favela à cidade', propondo que ela se afirme como 'diferença', como um 'outro' da cidade, através dos elementos "residuais" estabelecidos pela vivência, pelo "cotidiano material e simbólico" experimentado naquele lugar:

"O que propomos [...] é a inversão desse deslocamento: seria possível, a partir da trama de códigos impressos como registros de uma correlação de interesses urbanos que se sobrepõem, a inoculação de proposições que se remetam para além das intervenções 'higienizadoras' e reprodutoras da ordem excludente da cidade formal? [...] A possibilidade de alcançar um passo além da mera intervenção saneadora talvez transite no campo transdisciplinar da *cultura*: um sistema de códigos e práticas que, necessariamente, contingenciam a dinâmica das relações que ordenam a lógica espacial urbana, seja cidade formal, seja uma

favela” (Usina/Teia, 2002a, grifos no original).

Esta concepção de *cultura*, conforme explica Lopes, foi sugerida a partir da idéia lefebvreana de que é a prática social – o uso do espaço – que desenha a matriz para a prática espacial. Logo, há uma “cultura particular de uso do espaço” que se estabelece de modo hegemônico. No entanto, é justamente esta prática social que se faz tomada por uma concepção naturalizada de pobreza, estabelecendo “uma auto-compreensão heterônoma que se retro-alimenta inclusive no exercício da prática espacial”¹⁶¹. Como já indicado anteriormente, é clara a vinculação das premissas de trabalho propostas neste documento preliminar com as formulações lefebvreanas sobre a produção do espaço, alcançando uma certa pretensão antropológica na medida em que o texto toma a “história cotidiana dos moradores” como recurso de “propedêutica projetual” [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06]:

“Seria, então, a partir do obscurecido *espaço residual* da história cotidiana dos moradores daquele lugar, que talvez se fizesse possível estabelecer um *sistema de códigos*, construído coletivamente e a partir da história coletiva, que se movimentasse a contra-fluxo da ordem vigente. Significaria imaginar a construção de um *espaço novo*, como trincheiras de resistência, que se impusesse como uma ordem subversiva e criativa, disposta a buscar efetivamente a superação de sua própria contradição: aquela cidade formal que hoje (ainda) defendemos como meta” (Usina/Teia, 2002a, grifos no original).

Num sentido prescritivo, o texto passa a enumerar pressupostos muito mais engajados no que Lefebvre chama de “prática social” do que exclusivamente atentos a um procedimento urbanístico – o que, certamente, entra em conflito com as demandas de um programa público de urbanização de favelas, considerando o caráter puramente pragmático das proposições esperadas. Mais do que isso, se poderíamos esperar alguma recomendação metodológica para se estabelecer um novo “sistema de códigos” no interior da favela, é, pelo contrário, aos técnicos e ao Estado que se dirigem as prescrições:

¹⁶¹. Novamente, em trecho de Lefebvre indicado por Lopes, em entrevista [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06]: “A ciência do espaço seria portanto a ciência do uso, enquanto que as ciências especializadas, ditas ciências sociais, fazem parte da troca e querem ser ciências da troca (da comunicação e do comunicável: economia política, sociologia, semiologia, informática etc.). A este título, a ciência do espaço se aproximaria da materialidade, da qualidade sensível, da naturalidade mas enfatizando a natureza segunda: a cidade, o urbano, a energética social. O que é obscurecido pelo naturalismo banal com seus conceitos equivocados: ambiente, por exemplo. Esta tendência reverte a tendência dominante e dominadora igualmente pelo fato de que a apropriação recebe um privilégio teórico e prático. Como o uso contra a troca e a dominação” (Lefebvre, 1985, p. 28).

“Para tanto, acreditamos que: *primeiro*, faz-se necessária a remoção dos limites entre as abordagens técnicas concorrentes em intervenções desse caráter, buscando orientar a efetiva construção de uma transdisciplinaridade demandada pela abordagem plural e diversa, ampliada como construção de *cultura*; *segundo*, trata-se de reconhecer necessário *realçar os limites entre a cidade formal e a favela*, explicitar o que lhe é diverso e próprio. Só assim, delineando tais contornos, talvez seja possível estabelecer transitividade entre universos que se constroem a partir de dinâmicas completamente distintas; *terceiro*, coloca-se, também, a necessidade de alterar a relação entre as agências promotoras desse tipo de intervenção e as estruturas de gestão local, do lugar e com a própria população, isto é, inverter o movimento de ‘paternalização’, bastante freqüente em situações como as que aqui pretendemos discutir; *quarto*, no vácuo criado pela redução da presença de agentes externos, também emerge necessária a reformulação, formação e consolidação das estruturas de gestão autônoma do espaço da favela, não só como condição de legitimidade natural assim estabelecida mas também como condição de racionalidade, enquanto *consciência de razão*, pedagogicamente conquistada, para os procedimentos ali instaurados” (Usina/Teia, 2002a, grifos no original).

Por fim, o texto adverte que tais pressupostos atendem a uma preocupação mais ‘política’, digamos assim, com a prática estabelecida pelos programas públicos de intervenção em favelas geridos pelo Estado. Novamente manifestando referências freireanas no sentido *prático* dado à *forma* de atuação estatal, o texto conclui repisando a idéia de que se trata de um processo de transformação que depende também de uma mudança de postura dos técnicos e do próprio Estado – que vê, na favela, um repositório de ações fragmentárias – ainda que necessárias – mas permeadas de postura preconceituosa e discriminatória:

“É claro que – e não seríamos ingênuos a tal ponto – não imaginamos uma espécie de ‘geração espontânea’ e límpida de uma estrutura de gestão adequada para o que aqui defendemos. O que acreditamos é que se faz urgente reformularmos a abordagem dos programas de intervenção em espaços favelizados, particularmente aqueles promovidos pelos agentes públicos, reorientando seus pressupostos no sentido de explicitar as contradições presentes em suas rotinas, esperando assim melhor lidar com elas: processos de intervenção que se proponham articular uma nova ‘*forma-à-ação*’, invertendo a lógica que perpetua a favela como espaço de violência e exclusão. Perpetuarmos aquele sentido, significaria não distinguirmos mais o que nos veste de nossa própria pele: se o que é costume para nós é o que nos tece o cotidiano, então é possível também que esqueçamos que o tecelão é o que produz a pele que com o costume se cobre” (Usina/Teia, 2002a, grifos no original).

desenvolvimento projetual

Como se pode perceber, a proposta do consórcio USINA/TEIA anunciava, já nos documentos preliminares, uma postura técnica que se estendia para além de suas atribuições como 'projetista' – o que se colocava como pressuposto de trabalho era, na verdade, seu próprio questionamento: até que ponto a ineficácia dos programas de urbanização de favelas não era resultado de uma visão equivocada de 'favela'? A equipe entendia que tal concepção do que é a 'favela' – algo que se deve 'consertar', 'urbanizar', 'curar' – implica também no desenho orçamentário e na definição de diretrizes de investimento público: a favela é vista como um 'defeito' urbano e não como uma especificidade urbana, passível de investimento como qualquer outra área da 'cidade formal'. Daí depreende-se, como justifica Lopes, "a disposição do gestor público quanto ao montante de recursos financeiros investido neste 'conserto' ou nesta 'cura': para quê gastar fortunas num 'defeito'?" [João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06]. O que se colocava, portanto, era o questionamento de uma postura que orienta a partilha de fundos públicos, cobrando do gestor público uma orientação mais igualitária e respeitosa.

Foi com base nestas preocupações que a equipe considerou que seria inviável um plano de trabalho que estivesse baseado, tal como na grande maioria das vezes ocorre, num processo de remoção de famílias (que deveriam ser reassentadas para a viabilização das obras) para alojamentos provisórios: a população da favela Dois de Maio já havia sido levada para esta situação 'provisória' no período da gestão Erundina, expondo-a às instabilidades de mudança na gestão pública. A situação 'provisória' demonstrou-se permanente e terminaram por perpetuar uma condição absolutamente precária para os moradores que, forçosamente, tiveram que permanecer nestes alojamentos: são mais de 100 famílias habitando precários 35m² cada uma (barracos geminados de madeira compensada e cobertura de fibro-cimento, organizados em renques de 5m de testada por 7m de profundidade, com acesso único por um escuro corredor de 1,5m de largura, responsável não só pela circulação como também ventilação e abrigo de 'redes' provisórias de esgoto e água).

O projeto de urbanização previa o redesenho de diversas vias internas e periféricas, requalificando as hierarquias de usos (vias exclusivamente para pedestres, vias para uso compartilhado – pedestres e veículos – porém controlado e vias mistas) e assegurando, como proposto desde o início, a preservação dos pátios intersticiais e dos "quintais coletivos". De qualquer forma, boa parte dos moradores seria mantida em sua própria moradia original, cabendo apenas alguns remanejamentos promovidos no próprio lote. Restava resolver, como o principal problema de provisão habitacional, como solucionar o reassentamento das famílias que moravam nos alojamentos. Diante da falta ou exigüidade de alternativas – áreas para

reassentamento parcial ou recursos para custeio de aluguéis provisórios, por exemplo – e da compreensível postura refratária dos moradores alojados frente à idéia de saírem dali, não removê-los para lugar algum implicaria em, basicamente, mantê-los ali *apesar* das obras. A proposta seria, pois, a seguinte:

“[...] deverão ser promovidas pequenas ações ‘cirúrgicas’, viabilizando técnica e construtivamente a construção de *tabuleiros* sobre pilotis metálicos que permitam a construção de unidades habitacionais em pavimentos suspensos, minimamente acabadas e passíveis de ocupação, permitindo a progressiva desocupação do nível do solo. As áreas assim obtidas deverão permitir novos reassentamentos, vielas de interligação entre quadras, além de novas áreas de estar e convivência (Usina/Teia, 2002a).

O núcleo da proposta era fundamentalmente uma estratégia de obra: a construção, *por sobre* os alojamentos existentes e sem a remoção dos moradores, de um tabuleiro constituído de painéis protendidos pré-fabricados de laje apoiados sobre pilares e vigas metálicas contraventadas. Sobre este tabuleiro seriam construídos dois ou três pavimentos que abrigariam, aí sim, os moradores removidos dos alojamentos que, então, dariam lugar a mais unidades habitacionais, circulações e áreas de convívio:

O processo deverá ser acompanhado de estratégia que ofereça segurança aos moradores, buscando mecanizar com equipamentos leves a realização das fundações, a montagem das estruturas metálicas e a montagem das lajes. Sobre os tabuleiros, poderão ser adotados sistemas construtivos com estrutura mista (aço e alvenaria) ou estrutura autoportante (alvenaria estrutural)” (Usina/Teia, 2002a).

Conforme depoimento de Lopes, esta proposta respondia a uma longa genealogia que passava por uma pesquisa projetual que remontava o Laboratório de Habitação da Belas Artes (1981-1986), quando foram calculados e ensaiados os primeiros painéis pré-fabricados de cerâmica armada (com o tijolo ‘baiano’), inspirados nas ‘losetas’ pré-fabricadas, largamente utilizadas pelas cooperativas habitacionais uruguaias, e que compuseram a base do sistema construtivo operado pela UNICAMP quando ali funcionava também um Laboratório de Habitação, principal depositário de boa parte do espólio do então extinto LAB-HAB da Belas Artes [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06]. Num diálogo bastante próximo à concepção de pré-fabricação estudado por João Filgueiras Lima, o Lelé, o processo de produção de uma estrutura de sustentação para posterior aplicação dos vedos foi experimentado pela USINA em um projeto de urbanização da favela Macaúba, em Diadema / SP (1994), com pilares de

cerâmica armada apoiando lajes pré-fabricadas (sistema vigota/lajota), e para a prefeitura de Belo Horizonte / MG (1997), já utilizando a estrutura metálica [idem]. Mas o que importava no projeto da Dois de Maio, segundo o arquiteto, era “manter os moradores em suas casas, por pior que fosse estar ali: o medo de perder até aquilo que lhes restara era maior do que o incômodo de conviver com uma obra” [idem].

Quando, enfim, o trabalho projetual foi de fato iniciado – ou seja, após a assinatura do contrato, em abril de 2003 –, antes que a proposta acima descrita começasse a ser aprofundada e qualificada, seguiu-se a fase de elaboração dos *diagnósticos*: levantamentos com abordagens mais detalhadas que pudessem apontar diretrizes projetuais mais claras para a área como um todo.

Durante esta fase do trabalho, a equipe procurou estruturar uma lógica processual de apontamentos e discussões que se fizesse alicerçada sobre uma concepção pedagógica que orientasse discursos e práticas de projeto, tomando por pressuposto, como já vimos, a idéia de que uma prática social – e histórica – deveria ser responsável pela configuração estabelecida, no tempo, para aquela prática espacial:

- *Primeira etapa*: “discussões de história oral divididas por setor visando constituir, a partir de relatos das histórias pessoais, uma história coletiva dos setores” (Usina/Teia, 2003b);
- *Segunda etapa*: reunião de todos os setores “para, a partir dos relatos de cada um, constituir uma discussão conjunta de toda favela visando iniciar uma compreensão coletiva sobre a área e uma proposta projetual embasada na história do lugar e nas demandas levantadas” – quatro foram os eixos principais de discussão, a

Imagem 60
Seqüência Tabuleiro:
situação atual,
abertura de vias de acesso,
colocação de fundações e pilares,
colocação de vigas
e colocação de lajes
(s/ escala)

saber, a) *a organização da comunidade*; b) *problemas centrais da favela*; c) *relação com a prefeitura* e d) *relação com a cidade* (Usina/Teia, 2003b);

Novamente conforme João Marcos Lopes, privilegiava-se a configuração de uma “história coletiva” do lugar, estabelecendo a conjugação de referências expressas pelos moradores mais antigos, contrapostos àqueles depoimentos de moradores mais novos. Se, por um lado, a escala da família e da moradia isolada desaparece como narrativa sobre o lugar, por outro lado é a composição das diversas camadas superpostas de histórias particulares que compõe a “personalidade do lugar” [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06]. A diversidade era dada justamente pela setorização dos núcleos relativos a relações familiares e por afinidades específicas, nem sempre correspondendo à divisão setorial burocrática definida por HABI. O expediente era relativamente simples: uma informação dada por um morador – sempre começando pelos mais antigos – orientava a tomada de depoimento de um seguinte e assim por diante. Todo este trabalho foi desenvolvido ao mesmo tempo em que se realizavam os levantamentos das referências urbanísticas, “uma abordagem referenciando a outra... e explicando a outra” [idem]:

“O pessoal [a equipe USINA/TEIA] fez uma coisa muito bonita que foi recuperar a história da favela, a coisa do nome da favela, a história das pessoas, pra daí começar a discutir as melhorias aqui pra favela. Teve muita conversa, eu achei muito bonito isso daí. E isso aí é bom porque o povo quer é esse projeto aí, porque foi discutido, né? Apesar que o povo quer mesmo é saber se vai sair. O povo daqui está muito cansado... se tiver que começar a discutir outra vez, ninguém vai querer saber mais é de nada, porque pra fazer eles participarem nesse daí já foi uma luta...”

[morador Dois de Maio/3]

Imagens 61 e 62

61] Mapa de referências elaborado a partir de levantamentos de história oral
62] Mapa de referências com diretrizes projetuais

Esta primeira rodada de discussões – praticamente a única, veremos porque – teve como resultado um ‘mapa’ de referências que foi discutido numa primeira reunião geral dos técnicos da USINA/TEIA com os moradores. Apesar de bastante esvaziada, a reunião auxiliou, conforme depoimento dos arquitetos, na compreensão da articulação e da hierarquia das referências indicadas nos depoimentos oferecidos individualmente [Cláudio Pepino, TEIA, 06/04/06; João Marcos Lopes, USINA, 28/04/06].

A partir desse contato que se estreitava, a equipe passa a trabalhar, do ponto de vista projetual, com um elemento espacial identificado na área de maneira fortemente significativa: os já citados “quintais coletivos” – grupos de três ou quatro casas organizadas por uma área comum, vivida e desfrutada coletivamente. Esse elemento passaria a nortear o partido urbanístico, trabalhado de forma mais apurada no conjunto habitacional que seria construído em pavimentos suspensos sobre o tabuleiro construído na área dos alojamentos.

Imagem 63

Reprodução do cartaz de convocação para a apresentação e discussão da proposta projetual

Local: Comunidade 9 de Julho Divino Espírito Santo - R. Doutor Paulo de Queiróz 503

Por outro lado, seria justamente este contato entre técnicos e moradores que ensejaria o principal nó de tensão entre ‘projetista’ e prefeitura, particularmente na deterioração das relações com o setor de HABI responsável pelo acompanhamento social do projeto (a já referida “‘ponte’ com a comunidade”), as assistentes sociais funcionárias da Divisão Técnica Regional de Atendimento Habitacional – HABI Leste e alguns integrantes da Divisão Técnica de Trabalho Social – HABI 2.

Conforme depoimento, o *Relatório de Diagnósticos*, encaminhado sem uma revisão mais cuidadosa e às pressas para atendimento dos prazos, incluía comentários genéricos, formulando críticas a programas de urbanização de favelas em geral [Cláudio Pepino, TEIA, 06/04/06]. Tais comentários foram assumidos, por uma parte dos técnicos gestores – particularmente

aqueles vinculados à HABI Leste –, como ofensivos e descabidos, provocando reação aparentemente desmesurada, segundo a equipe, para a real gravidade do fato gerador [Cláudio Pepino, TEIA, 06/04/06; João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06]. Em meados de junho de 2003, uma tensa reunião entre técnicos da prefeitura e técnicos da USINA/TEIA acabaria instalando o mal estar que acompanharia os trabalhos até sua finalização parcial, como se verá, embargados com o final da gestão Marta Suplicy em 2004. Conforme a percepção de Lopes, o que eclodia naquela reunião, na realidade, era um certo incômodo já enunciado pelos técnicos da prefeitura que acompanhavam o trabalho e que freqüentemente se fazia manifestar, com a posição de mediação que, por força de método, USINA/TEIA acabaram assumindo. Isto é, USINA e TEIA estavam ocupando o lugar de ‘ponte’ que a prefeitura reservava para si [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06].

Esta indisposição acabaria provocando um certo embaralhamento no processo de discussão planejado inicialmente, acarretando um relativo afastamento por parte da equipe do consórcio em relação aos moradores da Dois de Maio [Cláudio Pepino, TEIA, 06/04/06; João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06]. Mesmo assim, as etapas subseqüentes demandariam ainda algumas assembléias e reuniões com a população:

- *Terceira etapa.* elaboração, pela equipe técnica, de um Estudo de Alternativas: propostas e possíveis situações para os setores e para a área como um todo. Dadas as distintas escalas que conformam as amplitudes das propostas e os vínculos entre cada uma delas, as intervenções foram subdivididas em:
 1. **estruturais** (aquelas que implicarão em significativa reconfiguração da estrutura do assentamento): produção de novas moradias na área dos alojamentos;
 2. **locais** (propostas que não se articulam necessariamente entre si ou que não implicam em alterações significativas na estrutura do assentamento, mas que são imprescindíveis para a composição de uma lógica sistêmica para todo o conjunto, assegurando as particularidades e as potencialidades dos espaços produzidos e o atendimento às distintas demandas da população de cada um dos setores): diálogo com o entorno imediato pelos poros que permitem a “contaminação” com as quadras adjacentes, promovendo a permeabilidade pelas principais vias de acesso e ao longo das quais se estabelecem alguns limites; valorização dos principais nós de acesso ao assentamento, qualificando-os como áreas privilegiadas para uso coletivo e de interlocução entre o núcleo e o bairro vizinho; manutenção dos mecanismos de defesa engendrados pelas relações de afinidade e de vizinhança, pelos grupos familiares e pelos núcleos de interesse coletivo, evitando as interligações viárias que estabeleçam rupturas ou acessos sem nenhum controle pela população local; potencialização e requalificação do desenho dos diferentes tipos de áreas livres do assentamento – áreas de convívio da favela como um todo, áreas de convívio

dos setores (largos, vielas, entroncamentos viários), áreas entre lotes (quintais coletivos); qualificação ambiental dos cursos d'água, resgatando-os como elementos de paisagem, de lazer e convívio; desenvolvimento de recursos paisagísticos e mecanismos para isolamento acústico para as áreas lindeiras à avenida Aricanduva, em virtude do intenso tráfego, aproveitando o desnível entre a via e o assentamento (utilização de anteparos acústicos e massas vegetais)¹⁶²;

- *Quarta etapa:* apresentação das propostas e discussão com a população;

Segundo as determinações de HABI, para cada um dos projetos contratados, e tal qual constava no edital de licitação, a 'projetista' deveria formular *três diferentes propostas* de urbanização para a área trabalhada, de forma que a população pudesse conhecer, votar e eleger uma delas como consenso da maioria (50% + 1 dos chefes, ou composição familiar, dos domicílios cadastrados para aprovação).

A equipe USINA/TEIA, por outro lado, entendia que um 'processo real de construção coletiva' de um projeto desta natureza, com discussões aprofundadas com os moradores, deveria apresentar substratos projetuais suficientes para a elaboração de *uma única proposta*, minuciosamente pensada e debatida, com possíveis pequenas variações do ponto de vista de algumas soluções técnicas, mas 'inteira e coerente em seus aspectos mais amplos' – estes sim *invariáveis*.

"O processo de discussão que estruturamos com os moradores da Dois de Maio, pelo tanto que orientou e pelo tanto que informou quanto às demandas – lógicas de uso do espaço, estratégias de composição espacial entre familiares e em função de afinidades, posturas refratárias frente a proposições provisórias, dinâmicas internas de interação entre lideranças e grupos etc – acabou estabelecendo a possibilidade de uma efetiva construção conjunta [da proposta para a área].

Dessa forma, optamos pela radicalização de tal processo, procurando dele extrair o máximo de referências projetuais e de elementos para composição das propostas. Evitando a lógica restritiva da escolha entre opções, foi possível estabelecer uma relação minimamente dialógica entre técnicos e população, permitindo a construção coletiva das propostas a partir dos elementos do cotidiano que regem a existência daqueles moradores, a 'contra-molde' do território que ocupam.

É daí que se constrói, então, o partido do projeto, como resposta a um programa construído coletivamente, cabendo apenas, a título de alternativas, opções em termos construtivos e orçamentários [...]" (Usina / Teia, 2003b).

¹⁶². Síntese das propostas de intervenções estruturais e locais para a área a partir dos textos de Usina/Teia (2003b).

Ainda assim, ou seja, apresentando argumentos aparentemente sólidos, a equipe não escapou às formalidades exigidas por HABI: duas alternativas projetuais foram desenvolvidas, com diferenças ínfimas entre ambas.

O que se nota, na verdade, é que, sem que a população se desse conta – ao menos esta questão não aparece (quando aparece) como ‘problema’ nos depoimentos dos moradores que entrevistamos –, os atritos entre USINA/TEIA e prefeitura acabaram por afastar arquitetos e população, sacrificando os já frágeis processos de discussão coletiva¹⁶³, em função de uma mediação cada vez maior por parte dos técnicos de HABI nos momentos das reuniões e assembleias, que obstruíam deliberadamente qualquer interferência da ‘projetista’ nesta relação¹⁶⁴. Por outro lado, as exigências em relação aos apuros técnicos dos desenhos e mesmo a quantidade de desenhos de projeto solicitada só pareciam aumentar [Cláudio Pepino, TEIA, 06/04/06].

Nesse sentido, um ponto importante deve ser ressaltado: as dificuldades de pôr em prática de forma efetiva a ‘participação’:

“Caso a população local não esteja profundamente em contato com essas propostas [de projeto] será difícil dizer que construímos um processo realmente participativo. Para tal, é importante salientar que não podemos nos prender a procedimentos padrão de discussão com a população: reuniões gerais, eleição de representantes e assembleias de votação, onde se procura, sem compreender a forma local de organização social, impor esferas de debate e decisão que acabam sendo legitimadas pelo seu suposto caráter ‘democrático’ [...]” (Usina/Teia, 2003b).

“Nós havíamos chegado numa situação exaustiva de levantamento... havia momentos em que ficávamos angustiados com este procedimento que valoriza tanto a idéia do levantamento. Queríamos ir para o projeto! Mas, estávamos amarrados às ‘etapas’. Ouvíamos dos técnicos da gerenciadora ‘não, mas isso não entrega agora’. E não adianta você entregar a outra prancha, porque o

¹⁶³. Cláudio Pepino, arquiteto da TEIA, relata que no dia de maior adesão da população às reuniões de discussão projetual cerca de 100 pessoas participaram do encontro, num universo de cerca de 2.400 [Cláudio Pepino, TEIA, 06/04/06]. Em visita, observamos que havia moradores que sequer sabiam qual era a diretriz projetual determinada para o setor em que habitam. Ou seja, as referências ao “processo de construção coletiva do projeto” aparecem nos textos de USINA/TEIA de forma recorrente, mas o que se percebe nas falas de arquitetos e moradores é que ele, na verdade, foi muito mais restrito do que se pode imaginar quando da leitura dos relatórios.

¹⁶⁴. Esta atitude dos técnicos da prefeitura é ressaltada pela equipe USINA/TEIA como uma das principais manifestações do referido estranhamento entre as partes [Daniel Carneiro, TEIA, 28/03/06; Cláudio Pepino, TEIA, 06/04/06; João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06]. A questão se explicita, sobretudo, quando os arquitetos foram rigorosamente advertidos de que seu cliente era a prefeitura e não os moradores do núcleo, e que a ela cabia esta mediação – ver mais adiante.

técnico quer aquela prancha, com aquela escala, daquele jeito, com desenho assim, com desenho assado. Tudo tem que estar definido numa estrutura que, na verdade, não permite nenhuma flexibilidade. E, eu acho que, nesse sentido, a discussão de projeto fica sacrificada. E como imaginar, nesse processo altamente mediado e burocrático, algum mecanismo de participação popular? Difícil, não é? O processo está estruturado de uma forma que não tem nada a ver com isso! Ele é produtivista! [...] Muito burocrático, cheio de carimbos... é desgastante!” [Daniel Carneiro, TEIA, 28/03/06]

O que se observa, portanto, é uma ampliação paulatina da assimetria entre o processo de detalhamento dos projetos e o ritmo de participação dos moradores, como se o conhecimento técnico de projeto mergulhasse numa trama especializada de códigos impossível de se compartilhar com o leigo morador de uma favela. No entanto – e considerando a experiência anterior da USINA, desenvolvendo projetos e acompanhando obras em canteiros autogeridos – pode-se inferir que não se tratava de uma deliberada convicção dos técnicos do consórcio o alijamento dos moradores do processo de projeto. Pelo contrário, conforme o citado depoimento de Daniel Carneiro, as infindáveis revisões de projeto solicitadas, muitas vezes aferradas a detalhes formais e filigranas, acabavam compondo com o movimento de obstrução do contato da USINA/TEIA com os moradores da Dois de Maio, uma ‘ação combinada’ que promovia o esvaziamento do processo de participação, ainda que ele estivesse enfaticamente colocado como ‘exigência’ no próprio processo licitatório [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06]. Não há que se pensar, no entanto, que se trata de uma ação *deliberadamente* combinada: conforme João Marcos Lopes, “as áreas de acompanhamento social tinham suas próprias demandas enquanto que a gestão e o gerenciamento técnico dos projetos apresentavam as suas e muitas vezes tais demandas eram antagônicas” [idem]. Segundo o arquiteto, o que se percebia era, na verdade, uma “disposição institucional adversa”: isto é, talvez nem mesmo os técnicos gestores percebam-se ‘combinando’ ações que lhes obstrui as próprias intenções [idem].

Quanto à proposta de provisão habitacional, apesar de ter sido discutida em reuniões com os moradores da favela – que, na verdade, já descrentes de qualquer intervenção que ali se pudesse empreender (como se percebe na fala do morador reproduzida acima – p.148) compareciam de forma bastante tímida nas assembléias e não promoviam grandes polêmicas em torno de questões projetuais –, a idéia do ‘tabuleiro’, no entanto, teve de ser abortada: ainda que aceita – não sem um certo espanto – pelos moradores [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06], a proposta foi questionada pelos arquitetos e engenheiros da gerenciadora e também de HABI quanto aos riscos que poderia provocar no momento da execução. Como assegurar a integridade física dos moradores que habitariam uma obra sobre suas cabeças? O receio dos técnicos de HABI era a prefeitura

não conseguir controlar, em contrato e em canteiro, o rigor da empreiteira nos recursos de segurança quando da execução das obras. Ainda que a defesa do projeto pela equipe estivesse, segundo os arquitetos do consórcio, fundamentada pela garantia de uma logística de gerenciamento das obras capaz de resguardar a população de qualquer perigo, os técnicos gestores não se dispuseram a se comprometer com uma proposta, para eles, “difícil de administrar e controlar”, alegando, nesse momento, à USINA e à TEIA que *o cliente da equipe consorciada era ela, prefeitura, e não os moradores da favela Dois de Maio* [idem].

projeto final

A partir de então, o projeto para provisão habitacional na favela foi sendo paulatinamente modificado, enquanto as propostas para o restante dos setores continuaram a ser desenvolvidas com base nas diretrizes projetuais já antes definidas (e já aqui apontadas): as vias ganharam o desenho e hierarquia pretendidos inicialmente e, ainda que de forma incipiente, discutidos com (alguns) moradores dos setores; todo o sistema de infra-estrutura (principalmente a drenagem) baseava-se na remoção e alteamento da área que era o antigo leito do Aricanduva e onde se instalaram os abrigos provisórios para alojamento dos moradores removidos no empreendimento de 1989/1992; e sobre o platô obtido com o alteamento, seria implantado um conjunto de moradias sobrepostas (térreas + tabuleiro + sobrados), fazendo um “arremedo” do projeto inicial, como diz Lopes, procurando assegurar elementos do projeto do tabuleiro que contribuíam para “o adensamento do conjunto, alguns ganhos com circulação e com distribuição de infra-estrutura predial” [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06].

Imagens 64, 65 e 66
Maquete eletrônica – Provisão Habitacional Setor 2

Para solucionar as remoções definitivas e conforme diretriz do programa, a prefeitura oferecia a possibilidade de uma indenização pelas 'benfeitorias' agregadas ao imóvel. Quanto à necessidade de abrigar provisoriamente as diversas famílias que seriam reassentadas no novo conjunto de moradias, HABI alugaria imóveis na região, através do contrato com a empreiteira responsável pela obra.

Imagem 67
Vista geral Setor 1 (nº1 mapa 1)

Imagem 69
Mapa 1 (s/ escala) – planta projeto final Setor 1

Imagem 68
Rua-jardim Setor 1 (nº3 mapa 1)

Imagem 70
Vista área de lazer Setor 1 (nº 2 mapa 1)

Imagem 71
Mapa 2 (s/ escala) – planta projeto final Setores 2 e 3

Imagem 72
Provisão Habitacional Setor 2 (nº 1 mapa 2)

Imagem 73
Mapa 3 (s/ escala) – planta projeto final Setor 4

Imagem 74
Quintal coletivo Setor 2 (nº 2 mapa 2)

Imagem 75
Vista córrego Cangueiras Setor 4 (nº 1 mapa 3)

Os percalços e dificuldades operacionais durante o desenvolvimento do projeto – sobretudo demandas extraordinárias e precarização das condições de remuneração da equipe – acabaram por estendê-lo além do prazo previsto para seu término. Ainda hoje, USINA e TEIA têm medições e saldos contratuais não concluídos¹⁶⁵.

Além disso, como se sabe, houve renovação na gestão municipal no pleito de novembro de 2004: atualmente, a prefeitura do município de São Paulo vem sendo administrada pelo ex-vice-prefeito, hoje prefeito, Gilberto Kassab, do Partido da Frente Liberal (PFL).

Em relação à urbanização da favela Dois de Maio, até o final de setembro de 2006, quando finalizamos a pesquisa de campo, as obras ainda não haviam sido iniciadas, apesar de já existir parte dos recursos para tal (disponibilizados por emenda orçamentária, mas, até o momento, congelados), segundo nos foi relatado em reunião realizada em 10 de maio de 2006, na sede da SEHAB, em São Paulo, em que estiveram presentes representantes da população do núcleo, representantes do MDF e funcionários da prefeitura¹⁶⁶. Também o processo de licitação para a contratação da empreiteira que realizará as obras já foi finalizado.

O que apuramos junto à diretoria de HABI é que ao menos o projeto das novas unidades habitacionais desenvolvido pela equipe USINA/TEIA foi revisto pelo atual corpo técnico da superintendência, para que venha a abrigar um número maior de famílias removidas, e deve ser substituído por uma tipologia habitacional bastante utilizada na fase final do programa Cingapura (que, entre técnicos, se costuma chamar por ‘agazinho’, já que a implantação dos edifícios segue a forma da letra H) [funcionário de HABI/2].

Para os técnicos da USINA e TEIA, o processo de projeto, previsto em cronograma para um desenvolvimento em 212 dias, isto é, 7 meses corridos, e que se arrastara por mais de 20 meses, desestabilizava profundamente a frágil condição financeira e

¹⁶⁵. Os projetos chegaram num estágio próximo de 95% do previsto, incluindo todo o material necessário para sua aprovação, em todas as instâncias concorrentes (a própria prefeitura, SABESP e ELETROPAULO). No entanto, há duas medições pendentes que, ao serem pagas, totalizariam aproximadamente 85% do valor previsto. Sequer os 10% de financeiro relativos aos serviços já realizados são cogitados, quanto menos o restante dos serviços que ainda falta concluir. Até o momento (setembro de 2006), nenhum contato havia sido promovido entre HABI e o consórcio contratado.

¹⁶⁶. Quando realizávamos visita de campo à favela Dois de Maio, em 09 de maio de 2006, uma das lideranças do núcleo, de quem há pouco havíamos colhido depoimento, nos alertou sobre a realização de uma reunião pública entre representantes de HABI, moradores de núcleos cujos projetos de urbanização não haviam, todavia, sido retomados e lideranças do MDF. Recebemos o convite, por parte deste morador, para participar da reunião que seria realizada no dia seguinte (10/05/06), na sede da SEHAB. As informações que coletamos durante a sessão não se referem, portanto, a relatos de entrevista direta e não possuem registro documental oficial. Trata-se de documentação informal – anotações escritas que fizemos no decorrer do encontro – e por isso não nos referimos a nenhuma fonte específica.

administrativa de ambas as entidades. Um dos fatores decisivos que implicaram na precarização das condições de trabalho vincula-se, segundo a equipe USINA/TEIA, justamente, ao porte das organizações em questão: com estruturas administrativas muito compactas, maior parte das vezes operadas pelos próprios profissionais que também desenvolvem os projetos, que realizam as reuniões com a população a que se destinam estes projetos e as prefeituras que as contratam, estas entidades não suportam, operacionalmente falando, demandas burocráticas, operacionais e administrativas tradicionalmente estendidas a empresas de maior porte; em absoluto refere-se à sua competência na prática do ofício, mas à sua conformação jurídica e administrativa. Na indisponibilidade de algum capital de giro e trabalhando a preço de custo dos serviços – em todas as modalidades de suas atuações –, nem USINA nem TEIA dispunham de fôlego para suportar o extenso intervalo que separava as medições e faturamentos do efetivo pagamento das parcelas de sua remuneração [Daniel Carneiro, TEIA, 28/03/06]¹⁶⁷. Ao processo extremamente desgastante, pelo que se percebe nos depoimentos dos arquitetos entrevistados, arrastado por um período muito superior ao previsto, soma-se o fato de não vê-lo concluído, pelo menos no que guarda de solução arquitetônica e urbanística. Para os técnicos, trata-se de um “processo completamente frustrado, uma possibilidade de trabalho que parecia, no início, um pequeno ensaio de uma outra abordagem das questões de projeto para favelas mas que, na virada, transformou-se em desgaste e prejuízo, tanto para a USINA como para a TEIA e, principalmente, para os moradores da Dois de Maio” [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06].

Quanto aos moradores, a insatisfação pelo projeto não concluído é patente:

“O projeto mesmo, eu não vi. Aquele lá que foi feito, no final eu fiquei sem saber como ficou, porque eu nem sei se terminou. Todo mundo sumiu daqui! Ninguém fala nada e eu não vi o projeto como ele ficou” [morador Dois de Maio/2].

Por outro lado, já informada de que haverá mudanças no projeto original e de que, além disso, a verba existente para a realização da intervenção é cerca de um terço do que inicialmente se previa, a população vem tendo que ‘optar’ entre ver

¹⁶⁷. Tal fato implicava, também, numa série de incômodos relativos à gestão dos projetos: a Coordenadoria de Projetos (HABI 3) pressionava a contratada para a entrega dos produtos, conforme cronograma e sua ansiedade em ver os projetos andando, alegando já ter efetuado a medição dos serviços precedentes. O consórcio, por sua vez, alegava não haver recebido e, portanto, não dispor sequer de recursos para realizar as cópias para a entrega solicitada. Como o percurso entre a medição dos serviços e seu pagamento acumulava uma série de instâncias, a rotina burocrática não permitia que o pagamento fosse feito nunca em menos de 30 dias (de uma análise prévia pela Divisão Técnica Financeira de HABI, o processo seguia para a Secretaria de Finanças; lá é novamente analisado, estabelecido em ordem de prioridades, dali seguindo para a pagadoria) [Cláudio Pepino, TEIA, 06/04/06].

executada ao menos parte das obras ou continuar lutando em defesa do que há anos se espera para a área: a urbanização integral.

Na mesma reunião já citada, HABI sinalizara que as alterações projetuais são parte de um processo de “racionalização do projeto”, para que ele se adeqüe “aos padrões internacionais” (R\$ 10 mil por família, segundo diretrizes do Banco Mundial) e para que não haja desperdícios. Um dos moradores, nesse momento, respondera que desperdício seria que o projeto que já está pronto não fosse realizado. A resposta dos representantes da superintendência pareceu-nos taxativa: se o projeto custa 15 milhões de reais, mas só existem 4 milhões disponíveis, há que se escolher: não fazer ou adequar para um valor de custo mais baixo.¹⁶⁸

Imagens 76 e 77
76] Córrego Canguelras Setor 4, 2006
77] Paralela à Av. Aricanduva Setor 2, 2006

A falta de disposição dos moradores para mais e maiores embates vem, de certa forma, facilitando o trabalho da equipe da prefeitura: um consenso em torno das ‘adequações projetuais e orçamentárias’ foi construído entre os representantes da população, que já acataram inclusive – caso haja recursos para tal – a possível implantação da conhecida tipologia habitacional ‘agazinho’: “se der pelo menos pra canalizar os córregos, já está bom. É capaz que não dê pra tirar todos os alojamentos ainda, mas...” [morador Dois de Maio/3].

¹⁶⁸. Informações coletadas na mesma reunião já citada anteriormente (verificar nota 166).

[3.3.2.1] Área: situação, processo de urbanização e organização comunitária

O núcleo Jardim Olinda é o maior dos três casos de estudo: localizado na região do Campo Limpo, Zona Sul da cidade de São Paulo e ocupando predominantemente uma área pública municipal, sua população ultrapassa os 6.270 habitantes (GTA, 2003a).

Em levantamento realizado pela projetista *GTA Grupo Técnico de Apoio*, de um total de 1.780 domicílios cadastrados (em 1.350 lotes), foram identificados aproximadamente 910 em situação inadequada em termos de densidade habitacional, ou seja, moradias instaladas em lotes que, em média, estavam abaixo dos 45m² considerados “aceitáveis” pela SEHAB (GTA, 2003a). Cruzados estes dados com aqueles que levaram em conta o estado de conservação das edificações (condições de estabilidade estrutural das casas, salubridade e saneamento básico), o quadro que informa os aspectos mais gerais de habitabilidade dentro do núcleo revela-nos uma grande maioria de áreas exposta a índices críticos de precariedade:

Imagem 78

Mapa de localização do núcleo Jd. Olinda, Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo (s/ escala)

¹⁶⁹. Como o processo de elaboração do projeto de urbanização do Jd. Olinda acontece no âmbito do mesmo PBL, suprimiremos, como se poderá ver, a descrição dos pressupostos e concepções do programa, já anteriormente apresentados no item referente ao caso Dois de Maio. De todo modo, a etapa de realização das obras no Jd. Olinda só foi iniciada na atual gestão municipal (2005-2008), o que, a princípio, implicaria em que discorrêssemos sobre o lugar da habitação no âmbito da atual política governamental. No entanto, a impossibilidade de um distanciamento temporal que decorre da precocidade da administração – em setembro de 2006, quando encerramos a pesquisa de campo, ainda não havia sido completada sequer a metade dela – não nos permite adequadamente informados para este tipo de abordagem. As breves considerações sobre a condução da política habitacional que aqui trazemos são, portanto, ainda preliminares, sem significação analítica de todo precisa.

Além disso, foram também observadas inadequações do sistema viário existente, ocupação de faixas *non aedificandi* (principalmente de margens de córregos e de espaços sobre os leitos de córregos), precariedade do sistema de coleta de lixo, escassez de áreas verdes e ausência de equipamentos de lazer: grande parte do núcleo “ocupa área de várzea ou encostas, em situação de declividades média a alta”. São três os cursos d’água em seu interior, “com trechos não canalizados e outros canalizados em galerias, executadas em mutirão pelos próprios moradores, com pontos de enchentes localizados¹⁷⁰. Há poucas áreas livres no interior da ocupação, com alguma vegetação preservada e um campo de futebol. No entorno imediato encontram-se alguns terrenos privados vazios e de pequeno porte”.

Imagem 79

Mapa temático das condições de habitabilidade no Jd. Olinda, antes da urbanização (s/ escala)

Imagens 80, 81 e 82

80] Jd. Olinda em 2003, antes da urbanização

81] Jd. Olinda em 2005, durante o processo de urbanização

82] Jd. Olinda em 2005, durante o processo de urbanização

¹⁷⁰. Nesse caso, os mutirões para canalização de cursos d’água foram executados de forma autônoma pelos moradores, que autofinanciaram, supervisionaram e executaram as obras, sem mediação do poder público [morador Jd. Olinda/1].

O “sistema viário oficial” que contorna o núcleo é bem definido e está parcialmente asfaltado, adequado ao trânsito local. A circulação no interior da ocupação estrutura-se através de “vuelas íngremes e estreitas, ora em forma de escadaria construída pelos moradores, ora em terra, que partem do sistema viário oficial, algumas vezes atravessando a quadra, outras atingindo o seu miolo. O antigo leito dos córregos canalizados funciona como via de acesso às edificações do interior da favela. A favela é praticamente toda servida por redes de água e esgoto. Na sua maioria, as casas possuem ligações individualizadas de água. O esgoto é lançado diretamente nos córregos” (PMSP/SEHAB, 2004b).

Ocupação consolidada e densa – a maior parte das casas construída em alvenaria com mais de um pavimento (PMSP/SEHAB, 2004b) –, estima-se que a formação do Jd. Olinda tenha se iniciado em meados da década de 1950, ainda que o crescimento do núcleo tenha se acelerado de fato por volta do final dos anos de 1970 e início de 80: 28% dos moradores residem na área há mais de 10 anos (na verdade, entre 10 e 19 anos); 36%, há 5 anos ou menos (GTA, 2003a).

Como lembramos ainda no **Capítulo 2**, é apenas no final dos anos de 1970 e início dos 80 que o governo municipal de São Paulo, sob forte pressão da Igreja Católica, pastorais da moradia, SABs (Sociedades de Amigos do Bairro) e associações de favelados – num claro processo de *renovação discursiva*, que movimentava sociedade e Estado (Sader, 1988) – redimensiona sua postura em relação à presença das favelas no tecido urbano, criando mecanismos de investimentos nos próprios núcleos e abrindo a perspectiva de fixação da população no local de moradia (Bueno, 2000).

Nesse momento, convênios entre a prefeitura e as concessionárias estaduais responsáveis por serviços de energia e saneamento, SABESP e ELETROPAULO, começam a ser firmados para a instalação de redes de água e luz nas favelas paulistanas: o Jd. Olinda, nesse processo, é atendido por dois programas de ‘melhorias’, o Pró-luz e o Pró-água, entre os anos de 1980 e 1982.

Na gestão Mário Covas (1983-1985), segundo nos informou, em depoimento, um antigo morador, as reivindicações por essas melhorias passam a assumir também a causa da *regularização fundiária* e do *desadensamento habitacional* [morador Jd. Olinda/2]: documentos oficiais fazem referência à “compra de área particular para implantação de unidades habitacionais” pelo governo Covas, através de jornadas de trabalho em mutirão (Diagonal Urbana, 2004). O que nos disse o entrevistado é que houve oferta de lotes por parte da prefeitura para as famílias que possivelmente seriam removidas caso a complementação das obras de infra-estrutura fosse realizada – o que, naquele momento, não aconteceu; assim como tampouco aconteceu a desafetação da área para futuros contratos de concessão do direito real de uso [morador Jd. Olinda/2].

Imagem 83
Indicação dos quatro setores do núcleo (s/ escala)

Imagens 84 e 85

84] Praça Setor 3, antes da urbanização, 2005

85] Via Setor 2, antes da urbanização, 2005

A favela volta a ser objeto de intervenção pública apenas no governo de Luiza Erundina (1989-1992). Já nos dois últimos anos da gestão (1991-92), dois programas foram implementados: o programa de urbanização de favelas e o programa de provisão habitacional, atendendo às famílias removidas por conta das obras. Na ocasião, foram construídos, por empreiteira, 54 embriões habitacionais em lotes urbanizados. A urbanização, por sua vez, não foi concluída e as áreas remanescentes foram ocupadas, ocasionando, segundo PMSP/SEHAB (2004b), novas situações de risco.

Depois de um longo período de completa inação, em 1997, durante a gestão do prefeito Celso Pitta, parte da favela – área chamada Ponto Seguro I – foi indicada para integrar o programa Cingapura. Também ali, tal como ocorrera na favela Dois de Maio – e por motivos aparentemente semelhantes –, a maioria da população, em reuniões e assembléias, votou contra a implantação do conjunto:

“Ninguém tinha condições de pagar isso aí, não. Vai água, vai luz, mais condomínio, mais a taxa pra prefeitura! Muitas pessoas já estão desistindo depois de três meses! E volta pra favela. E às vezes, nem é porque não tem dinheiro... é por falta de interesse mesmo. Acostumou a não pagar nada a vida inteira. E esse Cingapura aí nem era a urbanização, não é? Eram só os predinhos, nem tinha a urbanização” [morador Jd. Olinda/1]

Todavia com infra-estrutura parcialmente instalada e com parte de sua população exposta a altos riscos decorrentes de instabilidades geotécnicas, a favela – que continuara a crescer durante este período – permanece sem investimentos públicos significativos até meados de 2002, quando, enfim, volta a integrar um programa público de intervenção urbana, o PBL. Segundo documentos oficiais, é o “histórico de lutas e reivindicações da comunidade, *representada* pela diretoria da FACESP (Federação de Associações Comunitárias do Estado de São Paulo), entidade que agrega diversos movimentos de luta por moradia” (PMSP/SEHAB, 2004b; grifos nossos), que permite que o núcleo seja indicado e selecionado para integrar o subprograma de urbanização de favelas da SEHAB¹⁷¹.

¹⁷¹. Tal como ocorrera no caso Dois de Maio, a escolha do Jd. Olinda como uma das favelas que participaria do PBL foi uma ‘decisão de gabinete’ [funcionário de HABI/1] (verificar nota XX deste capítulo), que contou com a participação da FACESP, entidade considerada por SEHAB fundamental nesse processo de articulação política (PMSP/SEHAB, 2004b). No entanto, tal como se verá a seguir, tal entidade nos pareceu estar ligada a grupos muito específicos dentro do núcleo, não podendo ser considerada propriamente ‘representante’ dos moradores da favela em geral. Cabe dizer, por outro lado, que esta observação trata-se de mera ‘impressão’, já que dos três moradores que formalmente entrevistamos, apenas um deles mantinha relações (aparentemente distanciadas) com a entidade. Quanto à diretoria da FACESP, apesar da tentativa de agendar entrevistas com seus representantes, não foi possível contatá-los antes da finalização da pesquisa de campo (em setembro de 2006).

É importante notar, sobre esta questão, que, ainda que também os moradores que entrevistamos durante a pesquisa tenham feito referências a um “histórico de lutas e reivindicações” – que supostamente teria garantido à área “melhorias e benefícios” ao longo de sua existência [morador Jd. Olinda/1; morador Jd. Olinda/3] –, a citação da entidade *FACESP* (que, segundo SEHAB, “representaria a comunidade”, o que denotaria sua importância junto à população) apareceu de forma bastante tímida nos depoimentos desses moradores, cedendo espaço a narrativas mais entusiasmadas sobre *pessoas* que historicamente parecem ser percebidas como importantes para as mediações políticas que se desdobraram em reivindicações e na publicização das carências do bairro:

“Esse projeto de buscar as coisas para o bairro, tipo água e luz, mais esse projeto de urbanização e moradia, foi mais de uma liderança antiga daqui, que era o Seo Toninho [falecido há cerca de oito anos] há dez anos atrás. Então, era ele quem corria atrás. Mas aqui o projeto [do PBL] foi mais pelos vereadores também, porque você tinha uma liderança que ia atrás dos moradores, pra estar fazendo alguma coisa pelo Olinda. Tem vários vereadores da região que sempre estão aqui junto! Se tem, por exemplo, uma desapropriação, sempre tem um vereador, ou dois vereadores do PT que estão na região. Foi com a articulação deles! Lideranças do PT nessa região... a votação [da emenda parlamentar que disponibilizou a verba para as obras no bairro] foi pela bancada do PT” [morador Jd. Olinda/3].

De forma geral, do que pudemos levantar em entrevistas e documentos produzidos por profissionais que atuam ou já atuaram no Jd. Olinda, pareceu predominar, de fato, uma certa *fragmentação* dos processos organizativos da população da área – já originalmente dividida em “setores” ou “núcleos”¹⁷² –, reforçada por altos índices de descrédito e não-adesão a formas associativas: em pesquisa realizada junto aos moradores em 2003 (GTA, 2003a), menos de 1/4 deles declararam participar de alguma entidade civil. Quando questionada sobre a existência de alguma organização com propósito e estrutura semelhante à do MDF atuante naquela área, uma das moradoras, reconhecida pela população como uma das lideranças do Jd. Olinda, disse-nos jamais ter tido notícias de um movimento desse porte e dessa natureza na região do Campo Limpo, ou mesmo na Zona Sul da cidade, local em que ela vive há mais de vinte anos:

“Não, por aqui não tem... assim, não... o que eu sei que tem aqui na Zona Sul é associação que constrói prédio por mutirão... disso tem vários, na região da M’Boi Mirim, Capão Redondo tem vários mutirões... eu conheço muito essa história do mutirão, *mas isso aí é uma*

¹⁷². É bastante comum que áreas desse porte (mais de 6.200 habitantes) sejam identificadas como uma única ocupação, mas que seus moradores não as reconheçam como uma unidade. Inúmeras delas são divididas em setores e em núcleos menores, e muitas vezes moradores desses diferentes núcleos não se conhecem, muitos jamais sequer se cruzaram pela rua. A alusão a essa grande “comunidade” é uma construção teórica – na prática, ela não existe; ou, se existe, está configurada por fragmentos que não necessariamente tem relação, ou identidade. No caso do Jd. Olinda, a área está “formalmente” dividida em quatro setores, mas já estive em sete, no início do PBL.

Imagens 86, 87 e 88

86] Habitações na beira do córrego Setor 2, 2005

87] Habitações na beira do córrego Setor 2, 2005

88] Viela de acesso às habitações Setor 2, 2005

luta pra moradia, né? É um movimento de moradia, né? Mas... pra área de favela não tem nada, não... eu não conheço. Nessa região não tem, não.” [morador Jd. Olinda/2; grifos nossos] ¹⁷³.

Por outro lado, uma outra rede, aparentemente sólida, de assistência social, beneficência e filantropia – e que certamente, em algum momento, deve cruzar-se com aquela que congrega movimentos de luta pela moradia – mobiliza essa tímida legião de moradores que se declarou ativa na participação em entidades civis, interligando ONGs, associações comunitárias, associações de moradores, instituições de ensino e igrejas.

A fala difusa dos moradores entrevistados não permite que reproduzamos com precisão esta rede, mas documentos de HABI que procuraram fazê-lo – ainda que também com certa indeterminação – comprovam sua importância, por exemplo, em relação às questões de *representatividade* para o desenvolvimento do plano urbanístico proposto no âmbito do PBL. O depoimento que reproduzimos logo a seguir é de uma das moradoras que, segundo documentos de HABI (PMSP/SEHAB, 2004b), foi apontada pela FACESP como liderança importante dentro do Jd. Olinda justamente por estar articulada à população via entidade beneficente:

“Quando eu vim pra cá [há cerca de quinze anos], eu não entendia nada de comunidade. Aí tinha um senhor que me convidou pra participar eu comecei a participar em 1997 e desde 1998 eu estou na presidência da comunidade, da entidade do núcleo 1. E... eu faço o melhor possível, né? Estou sempre junto com o povo. Qualquer coisa o pessoal me procura e eu tento ajudar. Tudo o que eu faço eu gosto muito, porque eu trabalho com comunidade, com o povo, é tudo aquilo que eu gosto de fazer.

[...] É assim [o funcionamento da entidade presidida pela moradora], a gente faz a distribuição de leite. Se a entidade estiver com toda a documentação certinha, CGC, ata sem estar vencida, você cadastra, vamos supor, se você tem cento e quarenta mães, então vem o leite pra cento e quarenta mães. São duas vezes na semana que vem o leite. Então, são quatro litros de leite por semana. E a pessoa pra ser cortada, ela tem que ter três faltas não justificadas, porque senão você é chamada na Secretaria [de Abastecimento do governo do estado] e você pode até perder o benefício. Porque você não ganha nada. É gratuito. Você está fazendo um bem pro governo.

[...] Quem entrega o leite é as minhas filhas. [...] A prestação de contas sou eu que faço, porque as pessoas querem participar, mas não querem ter compromisso. Nome todo mundo tem lá na ata, mas participar, mesmo, não participa. Sou eu sozinha mesmo.

¹⁷³. Esta mesma moradora comenta conosco que sua vizinha “de porta”, com quem mantém amizade, participa de “um destes mutirões faz mais de dez anos, trabalhando de fim de semana sem parar... e, até hoje, nada. Talvez no ano que vem o predinho dela fique pronto” [morador Jd. Olinda/2]

[...] E também, vamos supor, às vezes precisa de um medicamento, se eu tenho condições de ajudar, de dar, aí eu vou lá e mando comprar. Às vezes eu tiro do meu dinheiro e compro. Se, às vezes, tem uma amiga minha que ela tem condições aí ela me ajuda. Então... às vezes, as pessoas precisa de um advogado, precisa de um encaminhamento pra alguma coisa, se você sabe aonde encaminhar, você encaminha. A gente faz sem ter lucros. Que nem, os remédios... se no posto [de saúde] não tem, aí você fala 'lá na Igreja do Calvário, lá na Cardeal Arcoverde, vai lá que tem'. Se a pessoa não tiver o dinheiro da condução, eu sempre dei o dinheiro da condução. Então, se você tem o endereço é só você encaminhar. Ou, se, às vezes, a pessoa não tem o dinheiro e você tem o dinheiro, então você pega e dá e a pessoa vai lá e compra o medicamento. Então, eu acho isso muito importante. Cesta básica, eu sempre tirei... porque eu, graças a Deus, sempre tive bastante, então, passou alguém na rua precisando de alguma coisa, um quilo ou dois quilos, eu sempre estou dando, tiro da minha e dou. Porque a nossa entidade não tem verba, o que a gente faz é só distribuir o leite, que vem do [governo do] estado, da Secretaria de Abastecimento, mas se a gente tivesse a gente estaria dando uma cesta básica por mês pra pessoas carentes" [morador Jd. Olinda/3] ¹⁷⁴.

De todo modo, o Jd. Olinda está localizado numa região da cidade cujo histórico de mobilização merece destaque: é justamente na Zona Sul que se percebe, logo na virada dos anos de 1970 para os 80, as primeiras evidências de uma organização massiva em torno da questão da moradia, estruturada a partir de discussões mais ambiciosas, já bastante avançadas sobre os temas da *autogestão*, da *autonomia popular* e da *democracia*: dali, por exemplo, surgem as primeiras demandas do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas-Artes, com a paradigmática urbanização da favela Recanto da Alegria [Bonduki, 1992; Lopes, 2004]; ali, no governo Jânio Quadros (1986-1988), se desenvolvem projetos elaborados junto ao Laboratório de Habitação da UNICAMP, como uma espécie de continuação de iniciativas interrompidas pelo fim das experiências do Lab-Hab da BA:

¹⁷⁴. Como não foi possível ter acesso à caracterização jurídica de tal entidade, não sabemos exatamente se se trata de uma associação de moradores (o que não parece ser), de uma associação comunitária ou de uma entidade beneficente. De todo modo, a moradora comparou sua ação à de outras entidades filantrópicas que atuam na mesma região, como a ONG *Comunidade Kolping* – entidade filantrópica ligada à Igreja Católica, que atua nas áreas de educação, saúde, esporte, profissionalização e assistência social (Diagonal Urbana, 2004) e que, na verdade, está ramificada por todo Brasil, embora a sede seja em São Paulo (www.filantropia.org.br/kolping, acesso em 30/10/06). A moradora chega a comentar que gostaria que a entidade que ela preside e coordena fosse "igual à Kolping", caso tivesse verba para tal. É importante que registremos uma observação: não estamos dizendo aqui que não exista relevância política nas práticas sociais cotidianas dos moradores da favela, estejam eles envolvidos com iniciativas filantrópicas ou não. O distanciamento em relação a determinadas instituições e aos atores *reconhecidos* como políticos merece uma discussão mais substantiva que por ora não podemos fazer. De todo modo, acreditamos que seja urgente aprofundar, do ponto de vista de suas figurações e significações políticas, as investigações a respeito de determinadas ações coletivas, com suas subjetividades e sociabilidades próprias, tradicionalmente desconsideradas no processo de construção democrática.

“[...] o processo articulado na Zona Sul, no início dos anos 80, parecia incorporar um aspecto mais massivo, organizando movimentos distintos, tendências diversas, inúmeras associações etc. [...] É dessa forma que o Movimento de Moradia na Zona Sul vai descrever um arco de ascenso e declínio ao longo desse período [anos de 1980], até avizinham-se os anos 90. Das ocupações da Fazenda Itupu e dos terrenos da Record [em 1981], do acampamento em frente à COHAB [em 1983], da urbanização da Favela Recanto da Alegria, do projeto para a AMAI – Associação de Moradia Arco-Íris [1987], dos processos de negociação para a construção do Parque Fernanda, Valo Velho e Adventistas [1988], o Movimento extrai o vigor que o caracterizará neste período. Talvez o ápice dessa articulação na Zona Sul possa ser identificado pelo [...] “1º Encontro dos Movimentos de Moradia – por Cooperativismo, Ajuda-Mútua e Autogestão”, realizado nos dias 11 e 12 de agosto de 1984. [...] É dali que surgirá a Coordenação de Movimentos de Moradia, instância responsável pela articulação e representação institucional do próprio Movimento. Nesse Encontro, além dos quase 100 representantes de diversos grupos da Zona Sul, estiveram também presentes representantes de São Bernardo do Campo – no caso, a Associação de Construção por Mutirão da Vila Comunitária [...], vinculada à Associação Comunitária de São Bernardo do Campo – e das Cooperativas Habitacionais Uruguaias” (Lopes, 2004, p.9).

Por outro lado, alguns textos apontam determinadas razões históricas que poderiam justificar o que hoje conforma o ‘caráter fragmentário’ tanto das entidades civis, de forma geral, quanto dos próprios movimentos de moradia da região sul: um esgarçamento do ‘espaço articulador’ representado pela Coordenação da Zona Sul já no final da gestão do prefeito Jânio Quadros, catalisado por constantes disputas internas entre lideranças, em meio à construção de tendências partidárias diversas [Silva, 1994; Lopes, 2004]¹⁷⁵.

De qualquer forma, é importante lembrar que a cisão entre um movimento entendido como de *luta pela moradia* e um outro, motivado por *reivindicações da população favelada* (pela posse e urbanização da terra ocupada), permanece: ainda que uma das primeiras experiências encampadas por moradores e técnicos em torno da questão habitacional na Zona Sul (e na própria cidade) tenha sido a de urbanização de uma favela, projetos dessa natureza parecem de fato – como confirma a fala da antiga moradora – nunca terem ocupado lugar de destaque na pauta dos movimentos daquela região.

¹⁷⁵. Em entrevista à Ana Amélia da Silva (Silva, 1994), a assistente social Rosângela Paz, que durante anos assessorou movimentos de moradia via FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), comenta as possíveis razões desta desarticulação dos movimentos da Zona Sul: “Primeiro, pelo desgaste da relação entre administração, lideranças e bairros e, segundo, pela fragmentação do movimento, que se acentuou principalmente a partir das eleições de 1986 [...]. Sim, porque as lideranças da Zona Sul se lançavam como candidatos e a disputa partidária por diretórios era muito forte, principalmente no interior do PT. Isso ajudou a quebrar a Coordenação. Penso que a questão da área física – disponibilidade de terras para a construção de moradias – também funcionou como um elemento de restrição, impedindo que os movimentos se ampliassem como na Zona Leste. Lembro aqui a você que a Zona Sul tem um limite territorial por conta das questões da proteção dos mananciais.”

Nesse sentido, não surpreende o fato de que seja tão grande o número de entidades civis atuantes nos bairros vizinhos ao Jd. Olinda e nele próprio e que, ao mesmo tempo, a perspectiva de publicização das carências locais e reivindicação de direitos venha de iniciativas aparentemente isoladas, estabelecendo condições mínimas para que recursos públicos de atendimento ou investimento cheguem à área. O núcleo é extremamente grande: impossível dizer (e querer) que exista ‘unidade comunitária’ ali¹⁷⁶. Os processos de (re)estruturação física daquele espaço – incluída aí a possibilidade de participação no PBL – fazem parte de uma luta que historicamente se fez de forma fragmentada, mas não por isso pouco significativa.

> > >

Muitos foram – e ainda são – os profissionais envolvidos no desenvolvimento das discussões e da construção do projeto de urbanização do Jd. Olinda pelo PBL. Durante visita recente às obras – que, diferentemente do caso Dois de Maio, ali já se iniciaram –, um dos técnicos de HABI nos disse ter grandes dificuldades em “montar um organograma preciso, em que apareçam todos os que, desde 2003, vêm participando desse processo” [funcionário de HABI/4]. Ainda assim – ou seja, admitindo a impossibilidade de ignorar a relevância dos inúmeros ‘atravessamentos’ presentes durante todo o processo de urbanização da favela –, a nós interessa trazer à luz as especificidades das práticas e discursos da chamada, também aqui, *projetista* – a assessoria técnica *GTA Grupo Técnico de Apoio*.

[3.3.2.2] A projetista: trajetória

A entidade *GTA Grupo Técnico de Apoio*, também da sociedade civil, foi formada em São Paulo, em 1993, por três arquitetos, dois deles graduados pela PUC de Campinas, onde, quando alunos, fundaram, junto ao prof. Carlos Roberto Monteiro de Andrade (como mencionado, atualmente professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP) – que antes havia trabalhado no curso de arquitetura da Belas-Artes – o Laboratório do Habitat. Geraldo Juncal Jr, arquiteto e um dos sócios fundadores, lembra que um dos

¹⁷⁶. Conforme lembramos na nota 172.

primeiros trabalhos no L'Habitat foi a elaboração de um plano de assentamento e agrovila para um grupo de trabalhadores sem-terra (MST) na cidade de Sumaré (SP), ainda nos anos 1980 [Geraldo Juncal Jr, GTA, 09/06/06].

Durante o governo Erundina (1989-1992), Geraldo e outros colegas, que posteriormente participaram da fundação da GTA, tornaram-se funcionários de HABI na regional de Campo Limpo. Ali, trabalhando com urbanização de favelas e mutirões, iniciaram contatos e relações com o movimento de moradia da Zona Sul paulistana, mantidos ainda hoje, segundo ele [Geraldo Juncal Jr, GTA, 09/06/06].

O grupo – que se constitui também para atuar como assessoria técnica a movimentos de moradia em São Paulo e Região Metropolitana, com um estatuto de trabalho muito próximo ao de outras entidades de mesmo caráter – inicia sua trajetória logo após o término da gestão petista 1989-1992, ou seja, num momento de certa paralisação das iniciativas que vinham sendo encampadas até então na área de habitação popular. De todo modo, ainda que o momento – ao menos na cidade de São Paulo – não fosse dos mais favoráveis para o desenvolvimento deste tipo de atuação profissional, o grupo expande sua encomenda junto a outras gestões de esquerda em cidades como Diadema e Santos, com projetos mais sólidos, do ponto de vista institucional, orientados para políticas habitacionais.

Poucos anos mais tarde, em São Paulo, já no final do governo do prefeito Paulo Maluf e início do governo Pitta, por volta de 1996-97, a GTA passa a trabalhar como escritório sub-contratado de grandes projetistas e empresas de engenharia, desenvolvendo projetos de urbanização no âmbito do Programa Guarapiranga, de urbanização de assentamentos precários, saneamento ambiental e recuperação de área de mananciais [Geraldo Juncal Jr, GTA, 09/06/06].

O acúmulo de experiências como esta, ou seja, de inserção nas dinâmicas de terceirização de projetos específicos, segundo Juncal Jr, permitiu que a GTA se preparasse para enfrentar projetos de maior porte, passando a trabalhar também, por exemplo, com frentes de geotecnia e de projeção de redes infra-estruturais: a aproximação a grandes empresas e, conseqüentemente, às burocracias dos processos licitatórios fez com que os profissionais da entidade pudessem “estudar e conhecer melhor a máquina pública”, consolidando um trabalho de prestação de serviços para o setor estatal (que, algumas vezes, acontece via sub-contratação por outros escritórios) [Geraldo Juncal Jr, GTA, 09/06/06].

Participar de licitações funciona para os membros da GTA como uma possibilidade de garantir trabalho, por exemplo, durante os interregnos em que a política habitacional se distancia das práticas participativas, assegurando alguma estabilidade operacional, administrativa e financeira à entidade e permitindo que o grupo possa manter os vínculos com os movimentos de moradia [Geraldo

Juncal Jr, GTA, 09/06/06], em ações mais ‘voluntárias’¹⁷⁷, quando, por exemplo, a GTA desenvolve projetos pouco ou não remunerados para movimentos, auxiliando-os, inclusive, em processos de organização para captação de recursos.

A arquiteta Neide de Souza Ferreira, também sócia fundadora da GTA, concorda com Geraldo quanto ao fato de que, diferentemente da maioria das assessorias técnicas estruturadas em São Paulo, a entidade tem acumulado, possivelmente, mais experiências com projetos de urbanização de favelas do que com mutirões autogeridos [Neide de S. Ferreira, GTA, 18/07/06]. No entanto, ambos alegam desconhecer movimentos específicos de reivindicação dos direitos de moradia pelos favelados que mantenham *relação direta* com grupos autônomos de arquitetos, sem a mediação do Estado, como no mais das vezes ocorre nas situações envolvendo os grupos de origem dos mutirões. Ou seja, ainda que a GTA tenha se constituído a partir da experiência de assessoria a movimentos de moradia (elaborando projetos arquitetônicos e “ajudando a montar” documentos, ofícios e propostas para solicitação de financiamento [Geraldo Juncal Jr, GTA, 09/06/06]), sua larga experiência com urbanização de favelas foi sempre mediada institucionalmente, isto é, relacionada a programas públicos municipais, do estado, da União ou de concessionárias de serviços de infra-estrutura, como a SABESP – eles dizem jamais terem desenvolvido nenhum projeto desta natureza em que o requerimento dos trabalhos tenha vindo diretamente de alguma associação de moradores ou movimento de favela¹⁷⁸:

¹⁷⁷. A palavra ‘voluntarismo’ causa certo incômodo em arquitetos e outros profissionais envolvidos com trabalhos de assessoria técnica. Caio Santo Amore de Carvalho faz referência importante em relação ao que ele chama de uma ‘crise de identidade’ dos assessores técnicos, que jamais se admitem como ‘voluntários’ ou ‘assistentes’: o autor – que é também arquiteto – lembra que a atividade de ‘assistência’ é sempre relacionada a práticas tornadas comuns durante o regime autoritário e daí a recusa ao termo por parte daqueles que justamente vêm lutando contra o autoritarismo e a favor das lutas populares por direitos. Entretanto, Santo Amore não vê diferenças entre o que se denomina ‘assessoria’ e o que se denomina ‘assistência’ – e, estando os arquitetos/assessores técnicos dispostos a submeterem-se a jornadas exaustivas de trabalho muitas vezes não remunerado, a resistência à idéia de que se está fazendo mera “assistência social de caráter físico” apenas denota a “crise de identidade” de que sofrem estes profissionais, agremiados em torno de entidades civis que, na verdade, ocupam um “limbo” entre escritório comercial e ONG (Carvalho, 2004, p.75).

¹⁷⁸. Tal como comentávamos ainda no **Capítulo 2** desta dissertação, embora o movimento de favela pareça, hoje, enfraquecido na cidade de São Paulo – ao menos se observarmos pelo ponto de vista das reivindicações por habitação e infra-estrutura –, é importante lembrar o trabalho histórico desenvolvido por várias ramificações de movimentos dessa natureza na RMSP do início dos anos de 1980. É certo, entretanto, que o caráter da luta por moradia vai se transformando ao longo da década de 1980 e sua ênfase recai sobre a questão das invasões de terrenos e edifícios vazios e/ou abandonados. De todo modo, a ‘causa’ dos favelados, ao menos na origem das reivindicações pelo ‘direito de habitar’, parecia de fato ampliada: “É importante que o favelado tenha consciência que a luta da sua favela não é uma luta exclusiva. Ele não pode ficar de braços cruzados, contente porque na sua favela resolveu o problema. Ele tem que ter o sentido da solidariedade que está faltando nessa nação. [...] A luta do favelado é junto com a luta do operário, junto com a luta das donas de casa, junto com a luta do camponês” (depoimento do Pe. Rubens Chasseraux, liderança do Movimento de Defesa dos Favelados surgido em Santo André, ainda nos anos de 1970. Em Revista Espaço & Debates. “Debates em E & D: Favelas em São Paulo”, n°. 2, 1981). O já mencionado trabalho de Gabriel Feltran (2005) sobre a trajetória do Movimento de Defesa do Favelado – este nascido na favela de Vila Prudente, Zona Leste paulistana – também aponta questões fundamentais a respeito tanto do caráter da luta nos anos de 1980, quanto das inflexões que o movimento sofre a partir dos anos de 1990.

Imagens 89, 90 e 91

Croquis de estudo elaborados pelos arquitetos da GTA para o projeto de urbanização da favela Jd. Olinda

“O que acontece? Nós já fomos... um pessoal de favela [nos chamou]... teve um pessoal da igreja que já chamou a gente pra participar de reunião. A gente vai, mas não avança! Não avança. Acho que é porque as pessoas estão morando mesmo. Então, aquela coisa direta da assessoria com a favela, eu desconheço. E é interessante porque nos movimentos de moradia tem muita gente de favela. [...] Mas, você quer saber? O pessoal do movimento de moradia não gosta de favela! [...] Então... uma coisa que eu acho que a gente devia estudar e que a gente nunca estudou é a visão que o morador tem da favela... eu não sei se a visão do morador, do usuário, é igual a do técnico. Porque às vezes o usuário não quer grandes intervenções, porque ele tem medo. [...] Mas aquele [usuário] que está na beira do córrego quer mais é que mexa, [...] e reconstrua, [ele] quer a dignidade, não é?” [Geraldo Juncal Jr, GTA, 09/06/06]

Em relação à metodologia que embasa o desenvolvimento dos trabalhos da GTA, alguns instrumentos que possam tentar garantir a chamada “participação popular” foram sendo adotados ao longo dos anos pelo grupo. A *multidisciplinaridade*, tão largamente defendida por outras entidades que atuam segundo os mesmos fundamentos, parece ser o principal deles:

“A gente, ao longo dos anos, foi adquirindo uma experiência e sempre está tentando melhorar. Não fazemos um trabalho estanque, cada trabalho é diferente do outro. [...] Entre um trabalho realizado em 1993, 94 e outro do presente há uma evolução muito grande. [...] Mas, é a metodologia multidisciplinar que vale a pena nesses projetos de urbanização de favelas. Sem isso não adianta falar de projeto de urbanização [...] Se não tiver arte-educador, geólogo, assistente social, sociólogo, isto é, várias posturas diante do problema, torna-se difícil encará-lo [...]” [Neide de S. Ferreira, GTA, 18/07/06]

“A gente sempre se interessou mais por um trabalho social voltado às questões de arte, teatro, intervenção. A gente sempre achou [que] o povo tem uma dificuldade de abstrair. Então, a gente sempre achou que trabalhando com arte, com maquete viva, com teatro, você consegue traduzir o programa, traduzir o projeto... então, a gente procura sempre desenvolver este lado. E uma busca que a gente sempre tem é de uma *construção participativa do projeto*... E que é um parto, na verdade, não é? Essa ‘participativa’ não é de ‘participação’ não, é de ‘parto’! Porque é muito difícil! Então... às vezes, no final do processo, a gente fala: ‘isso não foi participativo’. A gente vai, vai, vai, acabou a parte de concepção projetual e a gente ainda acha que não foi participativo. Porque também você tem cronograma, você tem que amadurecer as idéias nas pessoas, não é? É bem difícil! O cronograma nunca bate! Mas eu acho que o processo de construção coletiva, participativa mesmo, demanda anos. São anos que você tem que desenvolver isso. Você não consegue num cronograma de seis meses ou um ano de projeto. Porque você tem um tempo de concepção que são três meses. Então, você não vai conseguir fazer uma construção coletiva [efetiva] disso aí. Não vai!” [Geraldo Juncal Jr, GTA, 09/06/06; grifos nossos]

Recentemente, fora do estado de São Paulo, o grupo esteve envolvido, por exemplo, em projetos urbanísticos e de planejamento bastante expressivos, como o Plano Diretor do Estado do Ceará.

Atualmente, a GTA opera sob o estatuto de OSCIP, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, uma nova personalidade jurídica conferida às ONGs no final dos anos de 1990, que, segundo fontes oficiais, teria sido constituída com o objetivo básico de simplificar a captação de recursos públicos para determinados projetos desenvolvidos por associações civis, eliminando eventuais entraves burocráticos através de uma legislação mais permissiva quanto a acordos diretos de cooperação entre as partes (órgãos governamentais federais, estaduais e/ou municipais e organizações)¹⁷⁹.

A GTA também chega ao Jd. Olinda via licitação: apesar de algum contato anterior mantido com a área (por membros que antes haviam trabalhado em HABI Campo Limpo, durante a gestão Erundina, como dissemos), a equipe inicia o trabalho junto aos moradores a partir de uma mediação que tem a prefeitura (ou HABI, se se quiser) como pivô, segundo etapas pré-definidas pelo programa e seus agentes financiadores – o que, como vimos no caso Dois de Maio, pressupõe determinadas regras e parâmetros tanto para a elaboração do projeto de urbanização (*conteúdo*) quanto para a “construção participativa” desse projeto (*forma*).

[3.3.2.3] O processo de trabalho

premissas metodológicas

Os trabalhos da GTA no Jardim Olinda iniciaram-se em abril de 2003. Antes disso, no entanto, a própria equipe de HABI Sul (uma das cinco Divisões Técnicas Regionais de Atendimento Habitacional – conforme nota **133**) teve de mobilizar estratégias para lidar com uma das questões identificadas por grande parte dos profissionais que atuaram na área, em diferentes momentos, como um dos maiores empecilhos para a efetiva implementação de um ‘projeto participativo’: a ‘fragilidade da organização da comunidade’. A primeira dessas estratégias foi a divisão de toda a área da favela “em sete setores para a eleição de três representantes por setor, com o objetivo de formar interlocutores e assim discutir e divulgar as propostas de projeto. Os 21 representantes foram eleitos em

¹⁷⁹. Informações retiradas no site www.sebraeminas.com.br (acesso em 30/10/06).

sete reuniões, uma por setor, entre os dias 02 e 06 de abril [de 2003]" (PMSP/SEHAB, 2004b) ¹⁸⁰. Em meados do mês de abril, HABI deu "'ordem de início dos serviços' à empresa contratada" (a GTA), que, em reunião, "foi apresentada ao grupo de representantes eleitos" (PMSP/SEHAB, 2004b):

"HABI-SUL programou algumas oficinas com os 21 representantes, nas quais foram trabalhados conceitos de urbanização, de participação, etapas do projeto, a diferença entre projeto e obras, representações gráficas de projeto, noções de localização, pertencimento e identidade, levantamento e espacialização dos principais problemas da comunidade, do ponto de vista dos moradores. Esses trabalhos foram desenvolvidos basicamente através de dinâmicas de grupo, com o objetivo de estimular a percepção, a capacitação e a participação no processo. Participaram dessas oficinas os técnicos de HABI-SUL, da Diagonal Urbana S.A., das equipes do físico e do social e com apoio dos técnicos do Grupo Técnico de Apoio (GTA)" (PMSP/SEHAB, 2004b).

Depois de 'introduzidos' à população, os profissionais da GTA foram incumbidos de realizar, tal como definido no edital do programa PBL, todos os levantamentos básicos – social, econômico e organizativo – e também os trabalhos de selagem e cadastro dos domicílios¹⁸¹, em sistemáticas visitas de campo, tal como ocorrera no caso Dois de Maio.

Estas visitas também foram necessárias para a elaboração de diagnósticos sócio-culturais e de caracterização geral da área, a partir de dinâmicas de grupo e entrevistas realizadas com moradores e lideranças locais. Para tanto, a equipe da GTA utilizou uma técnica que lança mão de recursos teatrais para estabelecer interações com a população, o *Sociodrama Temático*¹⁸², buscando memórias que caracterizem *identidades e diferenças*.

¹⁸⁰. Posteriormente, os sete setores foram reduzidos a *quatro*, porque, segundo funcionários de HABI, em entrevista, alguns dos iniciais 21 representantes acabaram desistindo de suas atribuições, ao longo do processo de discussão sobre a urbanização [funcionário de HABI/2]. Hoje (outubro de 2006), a área conta com cerca de 10 representantes que acompanham a execução das obras.

¹⁸¹. HABI forneceu à equipe um Levantamento Planialtimétrico Cadastral que precisava ser revisto e atualizado. Para isso, deveriam ser indicados em mapa os domicílios, o número de pavimentos das edificações, o tipo de material de construção, classificação das moradias existentes por estado de conservação e os usos existentes na comunidade. A isso corresponderia uma parte do cadastramento das famílias e domicílios. A segunda parte deste cadastramento seria um levantamento social, econômico e organizativo, para dar conta das especificidades locais e da forma de inserção da comunidade na cidade. Os "produtos" desse levantamento seriam fichas cadastrais que permitiriam a identificação dos domicílios associados às famílias cadastradas a partir do levantamento planialtimétrico fornecido por HABI. O processo de selagem seria justamente a demarcação (com número pintado na fachada da casa) dos domicílios já cadastrados (PMSP/SEHAB, 2002). Esses procedimentos valeram para todos os projetos, inclusive o da favela Dois de Maio.

¹⁸². "[...] procedimento psicodramático, baseado nos conceitos da teoria dos papéis (psicodrama) e da antropologia vincular. No Sociodrama o grupo é protagonista das ações dramáticas facilitadoras da visualização dos conflitos e possíveis soluções" (GTA, 2003). A técnica foi aplicada sob a coordenação de Marta Baião Seba, arte-educadora e psicodramatista, que fazia parte da GTA na época do trabalho (2003) [Geraldo Juncal Jr, 09/06/06].

“As favelas em geral apresentam muitas características comuns, porém, o mais extraordinário, neste caso, é identificar e avaliar, a partir do cruzamento [entre as ‘histórias e experiências individuais’ e o que é ‘compartilhado por todos os membros de forma consciente ou inconsciente’], o que aparece como diferencial, pois, é justamente na diferença que se configura a identidade cultural do grupo/comunidade” (GTA, 2003a).

Em relatório (GTA, 2003a), a equipe da GTA ressalta que uma das questões mais importantes identificadas durante as reuniões para a realização do Sóciodrama – que, aliás, segundo consta do mesmo relatório, teve grande adesão, surpreendendo os profissionais que, até então, vinham esbarrando constantemente em posturas refratárias por parte dos moradores em relação ao PBL – foi justamente o “apego à comunidade”, os vínculos que se estabelecem entre os indivíduos e destes com o próprio espaço vivido, que seriam, na verdade, o avesso de um certo “sentimento de provisoriedade e de desterritorialização” que, supostamente, estaria presente na maioria dos núcleos favelizados das periferias da metrópole:

“O procedimento Sociodramático adotado focou inicialmente os aspectos positivos do Jardim Olinda, sob o ponto de vista da população, e posteriormente os negativos. Este procedimento possibilitou resgatar sentimentos adormecidos que anteriormente foram estimuladores de ações coletivas. O aquecimento foi realizado com uma indagação aos presentes: Quando você abre a sua janela pela manhã, qual a primeira coisa que você vê? E quando fecha, o que você sente?

As respostas chegaram carregadas de metáforas, no texto e subtexto, como pode ser observado: ver o céu, as árvores, também o esgoto a céu aberto, crianças brincando, outra casa, a janela do vizinho e pessoas indo trabalhar – que foi a mais citada – mostram uma visão concreta do mundo, com seus aspectos positivos e negativos. E ao dormir, muitos expressaram um sentimento de estar em casa, em segurança, ter um teto, a valorização dos vizinhos e satisfação de morar perto dos parentes. A equipe técnica avaliou que as frases são indicadoras de um desejo de mudança, aliado a expectativas de ajuda externa, além de reafirmar a importância dos vínculos estabelecidos no local, fato este que, na pesquisa censitária, não aparece de forma tão expressiva.

[...] Na segunda etapa do Sóciodrama, foi proposto um jogo aos presentes, que antes foram estimulados para que se dividissem em grupos de até dez pessoas, para construir uma proposta de venda, em classificados, do Jardim Olinda.

[...] Quando convidados a colocar a visão do seu grupo para os demais presentes, surpreenderam. Um dos grupos colocou que não tinha nenhum motivo para sair do Jardim Olinda, outro, que não o venderia por preço nenhum e a maioria focou os vizinhos prestativos e solidários, gente boa, trabalhadora e honesta, como sendo o maior tesouro do lugar, o melhor bairro de Campo Limpo.

[...] Em relação aos aspectos negativos, foram salientadas a falta de segurança, de esgoto, de posto de saúde, creche, iluminação, calçamento e, principalmente, a necessidade de regularização dos terrenos” (GTA, 2003a).

A busca por um reforço dessas “vincularidades”, nos termos da GTA (GTA, 2003a), estruturou-se como um dos norteadores dos procedimentos de construção do projeto adotados pela equipe – investir no “fortalecimento da coletividade”, na troca de experiências não só entre moradores e técnicos, mas também entre moradores e moradores, foi uma aposta desses profissionais durante a condução das discussões sobre o bairro:

“O melhor dia de explicação do projeto foi o dia em que nos pusemos todo mundo numa sala... devia ter umas trezentas, quatrocentas pessoas. No Olinda, qualquer assembléia, qualquer ‘reuniãozinha’ eram trezentas, quinhentas pessoas! Nós pusemos os participantes numa sala e simulamos a favela. Uma pessoa era o córrego, um outro grupo de pessoas era as casas, outras ficavam em cima das cadeiras para representar a situação de encosta. E começamos a colocar os problemas de projeto pra elas. Juntamos as pessoas e falamos: ‘Você é o córrego, então, tenta passar aqui no meio da favela!’. Ela ia. Outra pessoa, que representava o papel do engenheiro, era questionado: ‘Como é que você vai resolver este problema?’ Porque para os moradores não adianta falar ‘arquiteto’, tinha que falar ‘engenheiro’! Aí o engenheiro ia e resolvia o problema da obra. Foi legal porque, na verdade, eles foram dando as soluções, que a gente sabia que iam chegar no projeto, não é? A gente chamou [esse procedimento] de maquete viva” [Geraldo Juncal Jr, GTA, 09/06/06].

Quanto à expectativa da população em relação ao processo de discussão das propostas, é interessante notar que a possibilidade da interlocução com as equipes técnicas – o ‘projeto participativo’ – representa – de forma simbólica, evidentemente – uma certa ‘segurança’ para as famílias que se sentem ameaçadas pela remoção: a ‘publicização’ das diretrizes projetuais de alguma maneira ‘garante’ que o morador tenha perspectivas em relação ao seu estado de ‘provisoriedade’ e ao seu próprio futuro – daí o interesse em ‘participar’ das reuniões:

“O processo de discussão projetual foi feito desta forma pública. Todos ficavam sabendo, eram convidados pra uma reunião e as pessoas iam, porque estavam interessadas. Não era uma coisa que só um acompanhava. O povo ia às reuniões. Muitos porque estavam com medo de perder a casa! É lógico!” [morador Jd. Olinda/1]

“Quando era para discutir o projeto, sempre a gente sentava e conversava, tirava as dúvidas de todas as pessoas. E as pessoas

participavam. Na época do projeto, todo mundo participou das reuniões. Então, o povo ia porque estava todo mundo interessado em saber o que ia acontecer. Então, nessa época todo mundo ia às reuniões. Quando não interessa, não vai!” [morador Jd. Olinda/2]

A discussão sobre necessidades privadas e pontuais não parece ser, nesse caso, uma exceção à regra: vários dos outros arquitetos entrevistados para a pesquisa ressaltaram esse mesmo ponto e tampouco acreditam que seja possível evitá-lo, já que a casa tem um papel importante na forma como o indivíduo estabelece mediações com a cidade e com a própria sociedade¹⁸³. A abordagem metodológica da GTA certamente procurou contemplar esta dimensão, entendida pelos arquitetos da equipe como um elemento a ser explorado (vejam-se os temas trabalhados no Sóciograma).

desenvolvimento projetual e proposta

A partir dos levantamentos, diagnósticos e percepções colhidas junto à população, a equipe da GTA partiu para a elaboração do projeto: tal como ocorrera no caso Dois de Maio, por força das regras do programa, também para o Jd. Olinda foram exigidas *três alternativas de intervenção* que, após apresentadas aos moradores em assembléia, deveriam ser votadas, de modo que uma delas fosse aprovada pela maioria dos chefes das famílias. Conflitos semelhantes aos ocorridos entre USINA/TEIA e HABI quanto à necessidade e mesmo à viabilidade de se desenvolver três propostas projetuais se repuseram também aqui:

“A gente foi ‘pegando’ elementos projetuais junto à população... seja a partir das reuniões, seja do dia-a-dia na favela. A população mais jovem, por exemplo, geralmente não vai em reunião, em assembléia. Então, você ‘pega’ na viela, durante o dia, conversa com um, conversa com outro. E aí você vai montando. Então, eu prefiro esgotar uma alternativa do que ficar apresentando três soluções. Não é que não existam três soluções possíveis, mas é difícil... porque você está obedecendo certas diretrizes e certas vertentes projetuais” [Geraldo Juncal Jr, GTA, 09/06/06].

¹⁸³. Sobre os significados simbólicos que a casa própria – em oposição a um modo de vida “provisório” – tem para quem vive situações de instabilidade do ponto de vista da moradia, lembramos o trabalho de Doraci Lopes (1999), que tenta verificar em que medida a conquista de um espaço definitivo de habitação reverbera sobre a própria constituição do indivíduo. Ter uma casa, segundo a autora, significa também garantir a singularidade pessoal, a intimidade da família, além, evidentemente, da conquista da própria sociabilidade na cidade e na vida pública (Lopes, 1999).

Imagens 92 e 93
92] Maquete da proposta
93] Apresentação da maquete em
 reunião para discussão da proposta

“Do ponto de vista físico-urbanístico, a área revelava poucas possibilidades de intervenção. A bem-dizer, não havia muitas variações possíveis de projeto, o que praticamente inviabilizou a construção de três alternativas de intervenção igualmente boas e viáveis para apresentação e escolha pela população. Das três alternativas apresentadas, duas representavam extremos não desejáveis (remoção total ou intervenções pontuais de infra-estrutura) e apenas uma era reconhecidamente adequada pela equipe técnica” (PMSP/SEHAB, 2004b).

Segundo consta no documento PMSP/SEHAB (2004b), no dia 16 de agosto de 2003 foi realizada uma reunião com a população para apresentação das três propostas de intervenção e escolha por aclamação daquela que seria desenvolvida. A alternativa escolhida, como se previa, “foi a mesma que na avaliação da equipe técnica era a mais adequada” (PMSP/SEHAB, 2004b).

Estiveram presentes a esta reunião para apresentação das propostas cerca de 195 pessoas, número considerado baixo pelos profissionais de HABI. Por conta disso, durante alguns dias do mês de agosto de 2003, foram instituídos *plantões* em cada um dos quatro setores da favela, para que a alternativa aprovada fosse apresentada ao restante da população e para que fossem esclarecidas eventuais dúvidas a respeito das possibilidades de remanejamento habitacional disponíveis para as famílias que tivessem que ser removidas durante a execução das obras (PMSP/SEHAB, 2004b). Segundo consta em PMSP/SEHAB (2004b), “os questionamentos surgidos nos plantões levaram à realização de nova reunião com os moradores, desta vez com

a presença de 304 pessoas”.

De todo modo, a formalização da proposta de intervenção em assembléia, que deveria contar com a aprovação de 50% + 1 dos chefes de família dos domicílios cadastrados (1.779) – exigência do agente financiador do projeto, o BID –, só foi de fato realizada depois que representantes (lideranças e entidades sociais) assumiram uma verdadeira ‘campanha’ de mobilização dos moradores para que participassem das ‘reuniões de esclarecimento da proposta’: a adesão, ainda baixa, mas suficiente para o encaminhamento do projeto básico, foi de 53%.

Em novembro de 2003, em reunião, o projeto básico foi apresentado, por funcionários da prefeitura, das gerenciadoras da parte ‘física’ e da parte ‘social’ do trabalho¹⁸⁴ e pelos profissionais da GTA, aos 780 moradores presentes. Uma maquete em grande escala

¹⁸⁴. Trataremos mais adiante da questão dos gerenciamentos da parte ‘física’ e da parte ‘social’. Vale antecipar que no primeiro caso, a empresa contratada foi a DUCTOR (verificar nota 136). No segundo, a empresa responsável foi a DIAGONAL URBANA, conforme veremos.

foi construída para uma melhor visualização da proposta. Arquitetos e assistentes sociais de HABI nos disseram, em entrevista [funcionário de HABI/3; funcionário de HABI/5], que, juntamente com alguns técnicos da gerenciadora social, saíram a campo, com a maquete em punho, batendo de porta em porta, na tentativa de explicar o projeto e esclarecer dúvidas sobre remoções e melhorias. Ainda assim, segundo HABI,

“a participação na reunião de apresentação do projeto, mesmo que muito superior à participação inicial, ainda foi considerada baixa, o que motivou nova estratégia de informação e sensibilização, através de reuniões setoriais por quadras, com mobilização porta a porta no momento das reuniões, e também da realização de plantões semanais para atendimento individualizado, dado o grande interesse particular manifestado pelos moradores em relação à possível remoção de suas moradias” (PMSP/SEHAB, 2004b).

As reuniões setoriais foram realizadas freqüentemente até o final do ano de 2003 e início de 2004, para que os moradores pudessem ser orientados, sobretudo, quanto aos impactos nos domicílios, nas vielas, ruas e quadras, gerados pela concretização do projeto.

“Cada setor tinha um horário pra uma reunião. Tinha pouca reunião de sábado e domingo, mas quando tinha de sábado e domingo, o pátio do colégio lotava. A turma ia em peso! Mesmo no dia da votação pra tirar os representantes, tinha bastante gente. E todo mundo estava consciente do que estava votando. Além disso, tinha os plantões na Kolping para as pessoas tirarem dúvidas. Então, foi muito bom. [...] Tanto o pessoal do social, como HABI, e os próprios engenheiros da GTA, todos explicavam o projeto muito bem. [...] Se eu olho no mapa, eu sei explicar o mapa! Porque a gente teve uma reunião prévia, para que a gente pudesse explicar, como representante de entidade, ou como liderança. O técnico da GTA veio uma noite, no fim da tarde, sentamos na minha sala, ele abriu o mapa e foi explicando: ‘aqui é isso, aqui é aquilo’. Explicando detalhe por detalhe, para que a gente pudesse tirar as dúvidas das pessoas com o mapa. Então, pra mim, eu acho que foi muito importante.

[...] Eu acho que para aceitar uma coisa, você tem que ter detalhado, explicado

Imagens 94, 95, 96 e 97
Reuniões de discussão das propostas encaminhadas pela GTA, com mediação do corpo técnico de HABI e da empresa de gerenciamento social (DIAGONAL URBANA), 2003

pra pessoa, e não vir de cima pra baixo e você ter que engolir! Eu acho que tem que ser discutido como foi! Está certo que as pessoas podem até não entender, mas pelo menos foi discutido. A maioria entendeu!” [morador Jd. Olinda/3]

O projeto executivo, finalizado pela GTA entre dezembro de 2003 e janeiro de 2004, foi apresentado à população com promessas de que as obras seriam iniciadas ainda antes do pleito eleitoral que definiria os rumos do governo local. No entanto, a ausência de dotação orçamentária e a aposta em um contrato de financiamento com o BID para a execução das obras do subprograma de urbanização de favelas do PBL que não se efetivou constituíram entraves que, certamente, reforçaram a anomia administrativa que, em grande medida, paralisara as ações da SEHAB durante o ano de 2004. No caso do Jd. Olinda, o processo de licitação para a contratação da empreiteira que executaria as obras foi realizado ainda em abril de 2004, mas a falta de recursos empurrou a retomada dos trabalhos de urbanização para junho de 2005, já sob o comando de uma nova gestão municipal.

> > >

Em relação à proposta final apresentada e aprovada, um dos pressupostos que nortearam a concepção projetual da equipe da GTA foi justamente a possibilidade de que a intervenção pudesse extrapolar os limites da própria área, de maneira que os espaços projetados – sobretudo aqueles de uso coletivo – pudessem ser desfrutados também pela população moradora do entorno do Jd. Olinda:

“[...] o projeto proposto foi concebido como elemento de integração entre o assentamento e seu entorno, de forma que a sua implantação possibilitasse não só a recuperação urbana e ambiental da área de intervenção, mas se constituísse num elemento indutor de desenvolvimento comunitário e qualificação territorial, embora circunscrita a uma área definida.

[...] O desafio proposto foi o de se compatibilizar o atendimento à legislação, prover sistemas adequados de infra-estrutura, estabilizar as situações de risco, combater o grave quadro de adensamento habitacional e insalubridade, promovendo ainda aumento da quantidade de áreas verdes por habitante além dos equipamentos urbanos necessários, buscando impactos de maior abrangência, ampliando os benefícios de uma intervenção urbanística do local para o regional, apoiada na interação com a comunidade.

Tendo como estruturadores a implantação do sistema de drenagem e infra-estrutura, a provisão habitacional e os elementos paisagísticos, foram identificadas as regiões com maior impacto na implantação da infra-estrutura necessária e comprometimento nas condições de habitabilidade e qualidade de vida dos moradores. Deste mapeamento foram definidas as áreas de intervenções prioritárias,

conjuntos edificados a serem totalmente ou parcialmente substituídos, recuperados ou qualificados, áreas verdes, de preservação e de uso comunitário” (GTA, 2003b).

Reforçando a preocupação com os espaços de uso comum, um dos principais elementos projetuais defendidos pela equipe da GTA foi a proposta de um *parque linear*, que deveria implantado no Setor 2 da favela, de forma que se criasse um *continuum* espacial de cerca de 15m de largura na margem do córrego canalizado (faixa *non aedificandi*), integrando o térreo dos edifícios habitacionais erguidos sobre pilotis, e destinando-o a usos institucionais, de comércio e lazer a serem definidos e administrados pelos próprios moradores, com o acompanhamento dos técnicos de HABI. É interessante notar neste tipo de concepção projetual uma releitura dos projetos habitacionais de inspiração moderna, que procuraram equacionar, do ponto de vista do desenho, as relações dos usos público / privado do espaço da cidade; no caso deste projeto não há, no entanto, nenhuma intenção de *padronização*, o que o distancia, evidentemente, dos pressupostos que nortearam as intervenções profissionais dos arquitetos modernos:

“De forma a estimular os usos, de promover a integração com o entorno, o plano urbanístico foi desenvolvido no tênue limite da definição dos usos público e privado, do comunitário e coletivo, do local e do regional. A composição dos elementos paisagísticos foi definida de forma a viabilizar, dentro das limitações programáticas, a integração de todos os setores, buscando a maior permeabilidade possível no campo visual e das conexões, possibilitando que o usuário, seja morador da comunidade ou de seu entorno, tenha uma leitura clara do espaço resultante e do conjunto edificado [...]” (GTA, 2003b).

Ainda mais interessante parece-nos justamente a adoção de princípios projetuais ora questionados por muitos dos arquitetos que se dispuseram a enfrentar o universo das favelas, sempre, de alguma forma, chamando a atenção para a necessidade de conservação da tipicidade das formas ‘não-projetadas’ de organização espacial dos núcleos. Nesse sentido, poderíamos considerar que a proposta da GTA não apenas se mostra bastante arrojada em relação ao que normalmente se defende em termos de diretriz projetual para intervenções em favelas – o ‘respeito às características locais’ que condiciona o mínimo possível de modificações físicas¹⁸⁵ –, como também revela um significativo avanço em projetos de urbanização que tem de apresentar soluções imediatas de reassentamento e provisão habitacional, sobretudo se imaginamos que o programa *Cingapura* seria o paradigma deste tipo de intervenção.

¹⁸⁵. Este argumento vem sendo largamente utilizado em programas municipais de urbanização de favelas. Resta saber o peso que as restrições orçamentárias e a escassez de recursos têm no estabelecimento dessas diretrizes. Discutiremos esse tema no capítulo seguinte deste trabalho.

Imagens 98, 99 e 100
Croquis de integração entre setores:
vegetação e viário

Imagem 102
Mapa Setor 2 (s/ escala) – planta projeto final

Imagem 104 – Planta edifícios sinuosos Setor 2 (s/ escala)

Imagem 101
Esquema de implantação dos edifícios sinuosos Setor 2 (s/ escala)

Imagem 103 – Croqui edifícios sinuosos Setor 2

A implantação dos edifícios sinuosos erguidos sobre pilotis e a criação do parque, na verdade, procuravam contemplar, a um só tempo, duas demandas distintas: o reassentamento das famílias instaladas de forma absolutamente precária em cima do córrego e a disponibilização, para o bairro e seu entorno, de espaços de lazer e de uso comunitário (GTA, 2003c).

Além dos conjuntos habitacionais sinuosos, projetados – com as devidas adaptações topográficas – para o Setor 2 e parte do Setor 4, uma outra tipologia foi desenvolvida para suprir, além da demanda habitacional dos Setores 1, 3 e 4, as necessidades de estabilização geotécnica das regiões de meia encosta, onde reside a maior parte da população do Jd. Olinda: trata-se de um edifício escalonado de 3 pavimentos, composto por 6 unidades residenciais, com patamares de acesso individual (GTA, 2003c).

Imagem 106
Mapa 2 (s/ escala) – projeto final Setor 1

Evidentemente, além das alternativas projetuais de provisão habitacional, da implantação das redes de saneamento básico e de abastecimento de água, da canalização dos cursos d'água e da consolidação geotécnica dos pontos de risco, toda uma parte de recuperação e estruturação do sistema viário foi proposta, de forma a garantir a acessibilidade da área e a integração entre os setores, conformada, também, segundo a GTA (2003b), pela consolidação de sistemas de vegetação em todo o núcleo.

Imagens 109, 110 e 111 – Soluções de contenção geotécnica e canalização de córregos

Imagem 105
Croqui edifícios escalonados Setor 1

Imagem 107 – Esquema de implantação dos edifícios escalonados (s/ escala)

Imagem 108 – Planta dos edifícios escalonados (s/ escala)

a particularidade da assistência social

Todo o processo de desenvolvimento dos trabalhos de projeto no Jd. Olinda – como também na favela Dois de Maio – foram supervisionados de perto pela equipe de assistência social de HABI. A bem dizer, o processo foi, na verdade, *coordenado e realizado por esta equipe*, que intermediou todas as etapas de discussão com a população, desde a fase de levantamentos preliminares até o momento de aprovação do projeto final.

Nesse caso – e aqui uma das diferenças fundamentais em relação à experiência do núcleo Dois de Maio –, por razões que, segundo funcionários de HABI, diziam respeito fundamentalmente às dificuldades acarretadas pela enorme dimensão física e populacional do Jd. Olinda e à necessidade que de que o *controle sobre todo o processo* fosse garantido de forma satisfatória [funcionário de HABI/3], houve a contratação de uma empresa para um trabalho chamado ‘gerenciamento social’: tal como acontece nas operações de ‘gerenciamento físico’, em que a empresa fornece consultoria especializada, fiscalizando e atribuindo parâmetros aos projetos, de forma a operar “como uma referência de controle de qualidade técnica” (Bueno, 2000, p.129), o ‘gerenciamento social’ deveria preencher a lacuna das ‘especialidades de caráter social’ que não estavam ao alcance da equipe de HABI, garantindo, nesse caso, “a participação, o envolvimento e a apropriação da população em todo o trabalho e etapas necessárias à urbanização” da favela (PMSP/SEHAB, 2004b).

A empresa contratada para a execução destes serviços foi a DIAGONAL URBANA, que atua, segundo informações que constam do site da empresa, nas áreas de *Gerenciamento e Execução do Trabalho Social em Programas Habitacionais Integrados em Favelas, Loteamentos Irregulares e Conjuntos Habitacionais Populares; Gerenciamento de Programas e Execução de Trabalho Social em Áreas Centrais Degradadas; Gerenciamento e Execução de Programas de Regularização Fundiária; Elaboração de Projetos de Recuperação Urbana e Ambiental em Áreas de Baixa Renda e de Saneamento Ambiental Urbano; Gerenciamento dos Impactos Sócio-Ambientais Decorrentes de Implantação, Operação e Manutenção das Macro Infra-estruturas e de Grandes Empreendimentos; Planos Integrados, Planos de Investimentos Municipais, Gestão Participativa e Fortalecimento Institucional; Estudos, Pesquisas, Diagnósticos Integrados e Desenvolvimento de Sistemas de Informações Georeferenciadas; Desenvolvimento, Implantação e Manutenção de Sistemas de Monitoramento e Avaliação (M&A) para Programas de Baixa Renda; e, finalmente, na área de Consultoria Internacional para Preparação de Programas de Recuperação Urbana e Ambiental, Apoio ao Desenvolvimento Sustentável, Inserção Social e Fortalecimento Institucional.*

Para tanto, conta com um quadro profissional multidisciplinar, composto por engenheiros, economistas, arquitetos, assistentes sociais, sociólogos, pedagogos, psicólogos, advogados, biólogos e comunicólogos. Na apresentação de seu perfil, a empresa se reconhece na vanguarda da “engenharia social”:

“Engenharia Social: Esse é o trabalho que a Diagonal Urbana Consultoria desenvolve, desde 1990, de forma pioneira no Brasil. Acumula experiências em projetos que envolvem o relacionamento direto com mais de 520.000 famílias, seja pela requalificação e regularização de áreas urbanas degradadas – favelas, cortiços ou loteamentos irregulares – ou pela gestão dos impactos da implantação de macro infra-estruturas e grandes empreendimentos, compartilhando, com seus clientes, o objetivo de melhorar a qualidade de vida das populações envolvidas.

[...] Mediante a atualização e inovação metodológica, promove e viabiliza a participação da comunidade em todas as fases de execução dos programas a serem implantados, passando por diagnósticos, planos, projetos, implementação, pós-ocupação, monitoramento e avaliação. Essa experiência lhe permite uma singularidade de atuação no mercado brasileiro.

A responsabilidade social é um conceito presente na ação da Diagonal Urbana em duas dimensões: o exercício da engenharia social baseia-se na predisposição e na consciência ética em desenvolver práticas solidárias e de compromisso social, tanto na execução cotidiana de seu trabalho, quanto no estabelecimento de padrões éticos de relacionamento com colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade e poder público. A sua tarefa diária se traduz num pesquisar, socializar, educar, humanizar e apoiar ações de inclusão social; a Diagonal destina resultados à contribuição social, apoiando o Instituto Materno Infantil de Pernambuco, que lhe conferiu a certificação de Empresa Solidária e em parceria com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, apóia o projeto ‘Einstein na comunidade’, na favela Paraísoópolis, no município de São Paulo.”¹⁸⁶

Durante o desenvolvimento do Programa Guarapiranga – que envolveu em grande proporção empresas de engenharia de médio porte, com fartos currículos voltados para obras de infra-estrutura, estradas, barragens etc –, nas gestões Maluf e Pitta, a DIAGONAL URBANA foi responsável por uma enorme parte dos trabalhos de gerenciamento e acompanhamento social nas favelas sob intervenção. E não só: também o Programa Integrado (PIIS) de Santo André, de que trataremos em seguida, contou com os serviços

¹⁸⁶. Informações retiradas do site da empresa, www.diagonalurbana.com.br (acesso em 30/10/06).

da empresa, que vem atuando, na verdade, de forma ampliada¹⁸⁷ em vários municípios (note-se que a empresa tem base em quatro cidades brasileiras geograficamente estratégicas: sediada em São Paulo, possui outros três escritórios comerciais localizados no Recife - PE, no Rio de Janeiro - RJ e em Boa Vista - RR, além de três sucursais internacionais: em Assunção - Paraguai, Montevideu - Uruguai e em Caracas - Venezuela, “capacitando e desenvolvendo consultorias e parcerias nestas comunidades. A cada novo projeto, a empresa estrutura escritórios temporários com infra-estrutura para suporte aos profissionais”¹⁸⁸).

No caso da urbanização do Jd. Olinda, o trabalho da DIAGONAL URBANA esteve fundamentalmente relacionado, durante a fase de desenvolvimento projetual, ao acompanhamento e gerenciamento das discussões sobre a intervenção – organização e coordenação de assembléias, reuniões, dinâmicas de grupo, plantões de atendimento – de forma a estimular e garantir, segundo expectativas da própria SEHAB/PMSP, “a percepção, a capacitação e a participação” dos moradores no processo” (PMSP/SEHAB, 2004b).

A participação da empresa no processo de urbanização da área ainda não terminou: seus profissionais continuam dando suporte operacional para o gerenciamento de remoções, reassentamentos de famílias removidas durante as obras e outras ações referentes ao andamento das mesmas, como veremos a seguir.

[3.3.2.4] O andamento das obras: a ‘participação’ hoje

Desde logo, cabe registrar uma importante observação: além do gerenciamento social, também nesse caso houve gerenciamento da parte projetual, ou ‘física’, como assim se costuma dizer no âmbito da SEHAB, realizado pelo consórcio CIDADANIA, entre as empresas de prestação de serviços de consultoria em engenharia DUCTOR e ETEC¹⁸⁹, que, como antes dissemos, atuam de forma a

¹⁸⁷. É importante lembrar que o que chamamos aqui ‘particularidade da assistência social’ refere-se a uma situação que tão somente se diferencia do caso Dois de Maio, mas que não poderia ser considerado um instrumento de todo ‘inusitado’ ou ‘novo’ no cenário mais amplo das políticas públicas voltadas à habitação de baixa renda. Se acompanharmos a descrição dos trabalhos já realizados pela DIAGONAL URBANA (ver site da empresa), percebemos que, mais recentemente, estes serviços de ‘gerenciamento social’ vêm sendo adotados por muitos municípios brasileiros de grande e médio porte. A atuação da empresa no Jd. Olinda não parece ser, portanto, uma exceção à regra, até mesmo porque diante da redução dos quadros técnicos das prefeituras não há um número suficiente de profissionais para encampar este tipo de ação, de modo que lançar mão dos serviços de uma empresa como esta acaba sendo uma opção considerada “eficiente” e “responsável”, termos utilizados por profissionais da PMSP, em entrevista [funcionário de HABI/3; funcionário de HABI/4].

¹⁸⁸. Informações retiradas do site da empresa, www.diagonalurbana.com.br (acesso em 30/10/06).

¹⁸⁹. Como já dito, considerações sobre o perfil destas empresas constam da nota 136. Em relação à participação no processo da urbanização do consórcio CIDADANIA, ela também não foi ainda finalizada: as empresas continuam em campo, supervisionando as obras ao lado dos técnicos de HABI e da empreiteira.

suprir as deficiências do reduzido quadro técnico de HABI. E, assim como no desenvolvimento do projeto para o núcleo Dois de Maio, exigências milimétricas em relação ao desenvolvimento dos detalhes técnicos dos desenhos foram uma constante. Ainda assim, o projeto original vem sofrendo alterações, como se verá, durante a execução das obras – alterações estas que foram entendidas como necessárias também porque houve sinalizações de uso por parte da população que só puderam ser apreendidas com o início dos reassentamentos.

Como antes dizíamos, em abril de 2004, foi aberto o processo de licitação para a execução das obras no Jd. Olinda. No entanto, até dezembro do mesmo ano – final da gestão Marta Suplicy, portanto – não havia ainda recursos disponibilizados para tal. A intervenção só pôde ter início após a aprovação, em maio de 2005, de uma emenda orçamentária na Câmara Municipal de São Paulo, que destinou verba para que a urbanização pudesse, enfim, ser empreendida.

A intervenção na área – processo iniciado em junho de 2005 – está acontecendo sem a participação da GTA – o que não é novidade neste tipo de empreendimento, no mais das vezes, comandado por empreiteiras quando se trata da fase de obras –, que não reviu os projetos, embora, como dissemos, eles venham sendo modificados pelas equipes de engenharia e arquitetura de HABI, da gerenciadora do físico e da empreiteira.

De todo modo, a ausência da GTA nessa fase da urbanização não é encarada pelos moradores como um grande ‘problema’ ou uma grande ‘perda’, já que a população em raríssimas vezes distingue entre quem é projetista, quem é poder público, quem é gerenciador e quem é empreiteira durante todo o processo – e ainda que se distinga, o papel assumido por cada um deles não é visto de forma parcelar:

“A participação do pessoal da GTA eu acho que foi muito importante. É uma pena que eles não estão vindo mais. Eles só fizeram o projeto, não é? Mas a turma de HABI, do social, eles são excelentes. Eu não tenho o que reclamar de ninguém! Nem da turma da HABI, nem dos engenheiros da obra, nem de nada. Independente de ser quem for! Independente da gestão que for! Essa equipe que está aqui agora é muito boa! Eles são muito atenciosos. Quem vier aqui vai ser muito bem tratado por todos” [morador Jd. Olinda/1].

A justificativa de HABI em relação às alterações que projeto original vem sofrendo diz respeito às necessidades de ajustes em função das necessidades de reassentamento das famílias:

“Foi entendido que haveria um déficit de mais de 370 famílias que não iriam retornar. E a gente teria que estar vendo convênios, como carta de crédito, enfim, convênios externos para essas famílias. Então, o que essa administração entende é que essas famílias deveriam

retornar e que, por isso, o projeto teria que ser revisto. Por exemplo... tinha um local em que eram previstos [pelo projeto original] só quatro prédios. E vão ser construídos seis com a possibilidade de que essas trezentas e tantas famílias fiquem assentadas no próprio Jd. Olinda. Então, é essa revisão que está ocorrendo. E os moradores estão aceitando, porque [no projeto original] tem uma coisa das casas tripostas [edifício escalonado em 3 pavimentos] que atenderiam somente 60 famílias. Com a substituição das casas tripostas pelos prédios, podem ser atendidas mais de 100, 120 famílias” [funcionário de HABI/5].

Na verdade, a manutenção da totalidade dos moradores nas áreas – ancorada em processos de regularização fundiária –, evitando ao máximo situações de necessidade de provisão habitacional em outros pontos da cidade (e até mesmo dentro dos próprios núcleos em urbanização, já que se tem preferido optar por intervenções mais pontuais), vem sendo trabalhada como uma das principais e mais importantes diretrizes da atual política de habitação da gestão 2005-2008, sob o comando de Gilberto Kassab:

“A Superintendência de Habitação Popular [HABI] vem implantando um novo conceito em seus projetos de urbanização, que alia economia de meios à economia de ações com grande impacto social, quando estas podem ser evitadas. Assim, antes de dar início às obras, vem imprimindo aos seus projetos uma criteriosa revisão do que contemplam em sua forma original, analisando cada caso à luz dessa nova filosofia.

Este procedimento diz respeito à remoção das famílias e ao tipo de intervenção nas moradias. Em todo processo de urbanização, é notória a preferência da população das favelas pela permanência em suas casas, a opção pela manutenção de seu cotidiano, pelo lugar onde já vem construindo sua história. Por essa razão, sempre que possível, é feita a escolha pela re-qualificação das moradias, o que reduz o número de remoções.

Já em relação ao tamanho da intervenção nas moradias, a Superintendência de Habitação Popular entende que cabe ao poder público prover os meios para a inclusão social de seus cidadãos à cidade formal. Em outras palavras, *fazer a regularização urbana e fundiária é o necessário e o suficiente para seu ingresso em uma vida civilizada*. Este conceito, hoje, é, inclusive, recomendado pelo Banco Mundial e Nações Unidas, que têm como cálculo básico uma média de R\$ 10 mil por investimento em cada unidade habitacional. Com seu direito de moradia e possesório assegurado, as famílias têm o prazer de elas mesmas dar à sua casa a feição que querem. Isso significa maior incremento da atividade econômica e maior simplificação da vida, uma vez que permanecendo em sua casa, com tudo legalizado, não há necessidade de ingresso em financiamento nos programas da Prefeitura. Por essa razão, a Superintendência localiza obras e remoções desnecessárias, que demandam custos altos em troca de benefícios irrisórios para um projeto social de tal porte. Tomando como exemplo [a favela de] Paraisópolis, com o acesso à infra-estrutura básica e de serviços públicos, cerca de 90% de sua população deverá

permanecer naquela área de 100 hectares. Quanto à população que tiver que ser removida para execução de obras de eliminação de riscos, esta será atendida pela CDHU, para apartamentos em local próximo ou dentro do perímetro das obras.

A equação resultante desse novo processo mostra que um menor custo social é igual a um menor dispêndio de recursos, o que é decisivo para viabilização de um projeto de urbanização. Todo o trabalho requer a orquestração de uma intervenção integrada entre várias secretarias municipais.”¹⁹⁰

No caso do Jd. Olinda, as readequações projetuais não evitaram, no entanto, que um número considerável de famílias tivesse que ser removido para que as obras fossem executadas. A elas foram oferecidas três ‘opções de atendimento’: [1] voltar à área e habitar as novas unidades habitacionais produzidas; [2] estabelecer “trocas” de domicílio com outras famílias, que poderiam acontecer em outras áreas públicas ou dentro do próprio Jd. Olinda; [3] receber a chamada “verba de atendimento”, uma quantia de R\$ 8 mil, para que pudessem “retornar para sua terra natal”, ou “começar a vida em outro lugar” [funcionário de HABI/3]. Na primeira etapa de obras (julho de 2005 a maio de 2006), quando foi canalizado o córrego do setor 2 e construídas 120 unidades habitacionais, 130 famílias foram removidas: 117 delas optaram por ocupar apartamentos nos novos edifícios; das restantes, parte estabeleceu trocas internas e parte decidiu-se pela verba de atendimento.

Um ponto importante a ser ressaltado é a questão das *moradias provisórias* destinadas justamente a estas famílias temporariamente removidas: dando continuidade a uma proposta formulada pela gestão anterior e que, portanto, constou do edital de licitação para contratação da empreiteira que tocava as obras, HABI praticamente eliminou a alternativa dos alojamentos provisórios, que tanto desgaste causam à população removida, adotando uma nova estratégia – a do *aluguel provisório* de outras casas, no entorno do bairro. Por ordem de contrato, quem paga o aluguel é a empreiteira, que, na verdade, entrega à família o montante correspondente ao pagamento de todo o período em que ela tiver que permanecer fora da área, para que ela mesma administre seus saldos¹⁹¹.

A garantia da ‘participação da população’ e o planejamento e a coordenação destas remoções são apontados como fundamentais para o bom andamento das obras. Atualmente, cabe à DIAGONAL URBANA a maior parte da execução do que poderíamos chamar de ‘trabalho de campo’, ou seja, a *condução* das ações de remoção, desde o esclarecimento junto às famílias quanto à necessidade da

¹⁹⁰. Informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de São Paulo, www.prefeitura.sp.gov.br (acesso em 13/07/06). O texto reproduzido data, segundo consta na página, de 21/03/06. Grifos nossos. Procuraremos problematizar o conteúdo do texto no capítulo seguinte desta dissertação.

¹⁹¹. Normalmente, em contratos de obra dessa natureza, também a construção dos alojamentos faz parte do escopo de trabalho da empreiteira. No caso do Jd. Olinda, apenas 16 alojamentos foram construídos.

mudança – em plantões semanais, retomados quando HABI voltou à área para dar início às obras –, a vistoria das casas indicadas para o aluguel, a vistoria da casa atual destas famílias, o acompanhamento das famílias em visitas às moradias que serão possivelmente alugadas, passando pelo acompanhamento do processo de embalagem dos móveis e pertences de quem será removido, chegada à casa alugada e instalação, até o retorno dessas famílias à nova unidade habitacional. À equipe de HABI cabe a *supervisão* deste trabalho – o ‘trabalho social’ – e a formulação de um plano semanal de coordenação de todas as etapas [funcionário de HABI/5].

Quando, em meados de 2005, os contatos com a população foram retomados para que, enfim, a intervenção pudesse ter continuidade, foi necessário refazer o levantamento cadastral das famílias residentes na área, porque, em dois anos – desde abril de 2003, quando o cadastro e a selagem dos domicílios foram realizados pela GTA – houve novas ocupações, acarretando um aumento no número total das moradias inicialmente registradas. Por isso, em documentação oficial mais recente, este número passa de 1.780 para 1.819 domicílios cadastrados (em 1.373 lotes), totalizando 6.398 habitantes.

Imagem 112

Casa construída durante os dois anos em que o andamento do projeto de urbanização esteve parado (a legenda na parede – DN – indica justamente que se trata de um ‘domicílio novo’)

Dados gerais da favela por setor:

Setor	Nº total de lotes	Nº total de domicílios	Nº total de pessoas	%
1	395	522	1919	30
2	327	409	1457	22,77
3	250	347	1234	19,28
4	401	541	1788	27,95
total	1373	1819	6398	100

fonte: HABI 1/SEHAB/PMSP (2006)

Devido ao enorme volume de tarefas relacionadas a este ‘redimensionamento’ da área e à própria reaproximação entre técnicos e moradores, para que se pudesse ampliar o número de pessoas envolvidas diretamente com o ‘trabalho social’, em junho de 2005 foi aberta a seleção para um programa de contratação e capacitação de *Agentes Comunitários*. O papel dos Agentes é justamente o de reforçar os vínculos entre PMSP/SEHAB/HABI (a que se somem os técnicos da empreiteira e das gerenciadoras social e física) e a

população, auxiliando na condução das ações de intervenção (plantões, reuniões, visitas às famílias etc), estabelecendo contatos e acompanhando, em campo, todas as etapas das obras¹⁹².

A presença de todas estas equipes na área não exclui – e nem poderia – o papel dos representantes das populações dos quatro setores e das lideranças: além de estabelecer uma ligação mais direta entre os executores da urbanização e os moradores, alguns deles foram eleitos titulares e suplentes do *Conselho Gestor do Plano de Urbanização*, “coordenado pela SEHAB e composto por representantes do Poder Público, incluindo concessionárias de serviços públicos, e da sociedade civil, abrangendo moradores, suas associações e proprietários de imóveis localizados em ZEIS [Zona Especial de Interesse Social, instituída pela Lei Federal que regulamenta o Estatuto da Cidade]” (PMSP, 2002), conforme definido pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado em agosto de 2002. As disposições quanto às atribuições do Conselho Gestor, incluindo seu regimento interno, estão ainda em processo de elaboração, mas devem relacionar-se, fundamentalmente, à fiscalização das intervenções na área e em extensões territoriais também incluídas em ZEIS(s)¹⁹³.

>>>

As 120 unidades habitacionais concluídas em meados de 2006 foram oficialmente entregues à população em setembro deste mesmo ano. Os edifícios construídos na margem do córrego canalizado do Setor 2 também sofreram modificações projetuais: toda a parte aberta destinada, no pavimento térreo, a usos institucionais, comunitários e comerciais foi (re)adequada, em revisão feita por HABI e pela empreiteira, para que se pudesse garantir um número maior de novas unidades habitacionais. Além disso, os próprios moradores vêm operando suas ‘adaptações’ no espaço construído:

¹⁹². O processo de seleção dos Agentes Comunitários foi realizado através de prova escrita (interpretação de texto e matemática), dinâmica de grupo e redação. Os critérios para a seleção exigiam que os concorrentes fossem moradores da área (ou entorno), maiores de 18 anos, com 1º grau completo, desempregados, que não fizessem parte de quadros de diretoria de associação de moradores ou outras ONGs, que não fossem representantes de setor e que tivessem disponibilidade de horário (manhã, tarde, noite, finais de semana). Para os aprovados, houve treinamento para que se aprofundassem nos conhecimentos sobre a estrutura da PMSP/SEHAB/HABI, sobre o Plano de Urbanização, sobre Projeto e Obra e sobre as ações do trabalho social e da área física. O salário é de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e a carga horária, 8 horas diárias, sábados e domingos conforme necessidade de trabalho (PMSP/SEHAB, 2005).

¹⁹³. Quando demos por finalizada a pesquisa de campo (em setembro de 2006), o Conselho Gestor ainda começava a operar: a promulgação em Diário Oficial já havia ocorrido e as primeiras reuniões estavam sendo marcadas para dar início às atividades do grupo.

Imagem 113
Praça já urbanizada no Setor 3, 2006

Imagens 114, 115 e 116 – Vista dos edifícios sinuosos no Setor 2 já entregues à população, 2006

“Uma coisa que é complicada naquela tipologia, e que vai nos causar problemas no pós-ocupação, são as pontas [das varandas que dão acesso aos apartamentos]. Porque muitos moradores já pediram para fechar, apesar de a gente já ter falado que aquela parte é área comum, que não uma varanda individual, que é comum pra todo mundo. Mas, muitos já foram com interesse de ficar nas pontas justamente para poder pôr um portãozinho e fechar o seu apartamento. E o espaço entre os prédios a GTA também não tinha previsto fechar. Era tudo aberto. E depois a gente teve que cercar pra fazer uma área de condomínio dos cinco prédios, com a porcentagem certa de área de lazer coberta e tudo mais. Mas, você imagina, se já estamos tendo problemas com outros moradores que estão pulando a cerca pra dentro do prédio, imagina se não tivesse a cerca? Porque, a princípio, era tudo aberto. Então, ia dar mais problema ainda. Nesse sentido, essa revisão do projeto original tem sido importante também pra gente ver essas coisas, ‘não, não é legal deixar tudo aberto’, como é que a gente vai trabalhar condomínio, convivência? É um entra e sai, muita reclamação! Eles já queriam fechar, lá na parte de trás, cada bloco [que corresponde a um edifício de apartamentos] o seu espaço... fechar mesmo, pra não ter passagem. E aí a gente falou ‘não, gente, isso não é possível, tem os deficientes físicos, a gente fez a rampa [uma única, que dá acesso a todos os blocos] porque precisa, é lei, e os apartamentos deles são no térreo, lá na outra ponta, imagina se fosse tudo fechado, não dá!’. Então, a gente acaba aprendendo muito com eles e eles com a gente” [funcionário de HABI/5]

O ‘pós-ocupação’, ou seja, a supervisão do bom andamento das relações condominiais, a tentativa de garantir que os novos moradores se apropriem ‘de forma adequada’ dos espaços dos prédios e as devidas orientações para evitar a inadimplência, são vistas por HABI como a etapa final da ‘parte social’ dos trabalhos de urbanização, reafirmando o tradicional papel assumido pela assistência social em relação à população favelada:

“Existem essas reuniões que a gente chama de ‘pós-ocupação’, que primeiro tratam da questão do regulamento interno, das normas de convivência. Tudo isso é trabalhado por dois anos. Pelo menos é essa a diretriz. Para depois eles caminharem sozinhos. Mas a diretrizes do ‘pós-ocupação’ vão ser tiradas mesmo junto com a CDHU, porque agora eles é que estão comercializando os apartamentos” [funcionário de HABI/5].

Evidentemente, além do prosseguimento das obras, ainda correm os trâmites jurídicos que possibilitarão a futura regularização fundiária e os contratos com a CDHU, que, por um convênio firmado com SEHAB, passa a comercializar as

novas unidades habitacionais¹⁹⁴.

Entre os moradores com quem conversamos – lideranças e representantes comunitários, ou seja, ‘participantes’ ativos em todos os momentos de discussão sobre o programa e sobre o projeto –, as impressões sobre o andamento de todo o processo da urbanização são positivas: eles se consideram “respeitados” em relação aos anseios de permanecer na área e de poder habitá-la com dignidade:

“Se eu tivesse que sair [da casa em que vive, em função de necessidade de remoção, para a execução das obras de urbanização], eu saía feliz! A minha [casa] não vai mexer, graças a Deus, mas também se tivesse que mexer eu ficaria feliz! Mas, pra ficar aqui, não é? É lógico! Porque uma vez que você já vive no local, você conhece todo mundo, não é? Então, é difícil você recomençar a vida em outro bairro. Até você fazer amizade com as pessoas, isso é um pouco difícil. Porque você já imaginou se você tem que ir pra outro bairro, você tem que começar tudo de novo. Já aqui, não. Você conhece todo mundo e então se você sai [durante o processo de remoção provisória] e você retorna pra sua casa... isso é muito bom!” [morador Jd. Olinda/2]

“E tem outra coisa, um apartamento pra uma pessoa que morava num barraco, vamos supor, dois cômodos, e depois volta pra quatro! E mais uma área de serviço e um banheiro! Então, eu acho que as pessoas têm que levantar as mãos para o céu” [morador Jd. Olinda/3].

A previsão, segundo nos informaram funcionários de HABI, em entrevista, é de que as obras sejam finalizadas ainda em 2007.

¹⁹⁴. No início de setembro de 2006, quando realizamos as últimas entrevistas com funcionários de HABI que tiveram participação na urbanização do Jd. Olinda, o processo de negociação para que a CDHU assumisse definitivamente a comercialização dos apartamentos ainda estava em fase de estruturação; não pudemos, portanto, consultar documentos oficiais a esse respeito. O que nos foi dito é que “durante os dois primeiros anos, a cobrança das parcelas de financiamento da UHs é uma porcentagem de 15% em cima do salário mínimo. Depois, a família que estiver preparada pode assinar um contrato de compra e venda com a CDHU e, então, passará a pagar 15% em cima da renda da família. A CDHU vai estar verificando quem tem possibilidade de assinar, senão continua com o que eles chamam de Termo de Permissão de Uso Oneroso” [funcionário de HABI/5].

Imagens 117 e 118 – Setor 2 – vias ainda não urbanizadas, 2006

[3.3.3] Núcleo Tamarutaca

[3.3.3.1] Área: situação, processo de urbanização e organização comunitária

O núcleo habitacional Tamarutaca, 5.200 habitantes, 1.300 domicílios, situado na parte noroeste da cidade de Santo André (SP), está assentado sobre área pública municipal há cerca de 30 anos. Relatórios oficiais divulgados pela prefeitura remetem a ocupação da gleba (inicialmente “Chácara Tamarutaca”) ao ano de 1975 (PMSA, 1998). Um dos antigos moradores, migrante vindo do Paraná, conta que, por volta do final dos anos de 1970, comprou “por um preço barato o direito de morar na chácara”, cuja gleba, posteriormente, foi doada à prefeitura da cidade [morador Tamarutaca/1]¹⁹⁵.

Imagem 119
Foto aérea Tamarutaca (em destaque)

A topografia local é irregular, com porções de áreas de encostas e baixadas, conformando, portanto, algumas situações de risco decorrente de instabilidade geotécnica (PMSA, 2003).

¹⁹⁵. Como se pode perceber, a questão do comércio de lotes e casas em núcleos favelizados não se trata de fenômeno recente. Alguns autores apontam, inclusive, a presença de intermediários e imobiliárias durante as negociações. Diante de um esgotamento da dinâmica de ocupação de terras, Pedro Abramo (2001) alega que, sobretudo nas últimas décadas, o acesso à favela passa a se dar pela via do “mercado imobiliário informal”. Já Yvone Mautner (1999) trata o fenômeno como mecanismo de expansão do capital na periferia, conformando uma operação em que a casa passa de um bem que somente possui valor de uso para converter-se em valor de troca. Veja-se também, a esse respeito, Baltrusis (2000).

Imagens 120 e 121

120] Vista geral da favela Tamarutaca, em processo de urbanização, 2002

121] Travessa do Jatobá, favela Tamarutaca, antes da urbanização, 1999

Imagem 122

Mapa Santo André – áreas atendidas pelo Programa Integrado de Inclusão Social (em destaque)

Consolidada a favela durante os anos de 1980, ainda que de forma considerada “desordenada e precária” (Larangeira, 2003), as primeiras melhorias nas redes de infra-estrutura, no entanto, só se iniciam com a implementação, em 1989, do programa de urbanização de favelas da Prefeitura de Santo André, durante a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores na cidade (PMSA, 1998). Segundo depoimentos de moradores da área, os canais de participação então abertos, através dos quais os interesses e reivindicações da população andreense podiam ser discutidos de forma direta junto ao Estado, possibilitaram que parte da Tamarutaca – favela historicamente assessorada pelo Movimento de Defesa dos Favelados (MDF de Santo André) –, fosse atendida pelo programa [morador Tamarutaca/1].

O Movimento de Defesa dos Favelados nascido em Santo André, ainda nos anos de 1970, surgiu com o

apoio da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral das Favelas, para justamente atuar como forte opositor às remoções compulsórias promovidas pelo poder público naquele período¹⁹⁶. Na virada dos anos de 1970 para 80, o movimento se expandiu para São Paulo, Osasco, Campinas e outros estados do Brasil, “ao ponto de se organizar o encontro nacional sobre favelas, com o objetivo de se realizar uma troca de experiências e buscar solidariedade na tarefa comum” (Reschke; Boll; Barbosa; Silva, 1992, p.70). Até o início dos anos de 1990, aconteceram encontros em Santo André (1980), Campinas (1982), Recife (1984), Fortaleza (1985), São Luís (1986), Brasília (1987), Duque de Caxias (1988) e São Paulo (1990). Alguns anos depois de sua formalização, “o movimento ultrapassa a idéia de luta pelo espaço – resistência no local ocupado, e começa a buscar melhorias para a sua permanência, os direitos dos favelados como categoria urbana reconhecida, acadêmica e politicamente” (Reschke; Boll; Barbosa; Silva, 1992, p.71), o que leva a alteração do nome da organização para MDDF – Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados de Santo André (Blanco Jr, 2006).

No contexto andreense do final dos anos de 1980, segundo Bagnariolli Jr (1999), era justamente no âmbito de comissões de favelas, grupos de catequese, fóruns, assembléias, COMULs (Comissões de Urbanização e Legalização), em que se agremiavam representantes do MDDF e de diversos núcleos, que se aprovavam os critérios de seleção que definiam as áreas a passar por intervenções e as prioridades de execução de obras. Parte da Tamarutaca foi urbanizada durante a primeira administração do prefeito Celso Daniel, mas as obras não foram totalmente finalizadas: em 1992, o PT perde as eleições e a continuidade das ações nas favelas fica prejudicada. A gestão seguinte (1993-1996) “deu pouca importância às favelas e realizou apenas intervenções relacionadas com a eliminação das situações de risco diagnosticadas pela Defesa Civil do Município” (Denaldi, 2003, p.149). Desta maneira, grande parte da favela permaneceria em situação de extrema precariedade: dados oficiais do ano de 1998 apontavam 48% das edificações de madeira, 38,3% de alvenaria e 7,1% construídas de forma mista (PMSA, 2003). Além disso – e de inevitáveis novas invasões –, no decorrer da década de 1990, a população da Tamarutaca passa a conviver, nas ruas, com a presença cada dia mais incisiva do tráfico de drogas e facções criminosas, responsáveis não apenas pela elevação dos índices de violência na área, mas também pela desmobilização e evasão de várias lideranças comunitárias historicamente reconhecidas por moradores e por diferentes movimentos sociais andreenses¹⁹⁷.

Imagens 123 e 124

Casario e vielas precárias antes da urbanização, 1999

¹⁹⁶ Segundo depoimento do Pe. Rubens Chasseraux durante debate para discutir a questão das favelas em 1981. Em Revista Espaço & Debates. “Debates em E & D: Favelas em São Paulo”, n°. 2, 1981.

¹⁹⁷ Uma observação importante: os moradores com os quais conversamos se sentiram extremamente incomodados quando mencionamos o assunto da violência e do tráfico de drogas. Nesse sentido, vale registrar que esta foi uma das principais dificuldades que enfrentamos no decorrer da pesquisa de campo na Tamarutaca: em setembro de 2005, a favela sofreu intervenção da polícia militar, que permaneceu dentro no núcleo com suas tropas durante

Imagens 125 e 126

125] Mapa da parte urbanizada durante a gestão 1989-1992 e da parte não urbanizada (s/ escala)

126] Mapa com projeto de parcelamento para a área cuja urbanização começa em 1998 (s/ escala)

A urbanização, por sua vez, só pôde ser retomada quando o prefeito Celso Daniel retornou à chefia do governo local, em 1997: segundo depoimento de um dos moradores da parte da favela que ainda não havia passado pela execução das obras, “a Tamarutaca ficou tudo barraco nesse tempo que o [prefeito] Celso [Daniel] ficou fora. A gente queria a urbanização e não ia construir nada definitivo antes da prefeitura vir e terminar o que começou e deixou pela metade” [morador Tamarutaca/2].

Já no primeiro ano da nova gestão, a urbanização da Tamarutaca foi demanda aprovada no Conselho Municipal do Orçamento Participativo (Blanco Jr, 2006)¹⁹⁸, o que, também segundo depoimento de moradores, demonstra que “a Tamarutaca sempre

mais de um mês, impossibilitando inclusive a plena continuidade dos trabalhos desenvolvidos ali por equipes da prefeitura. Poucas entrevistas foram realizadas entre os moradores; apesar das muitas visitas de campo, as entrevistas e conversas eram sempre breves, já que realizadas em horário de almoço, considerado “seguro” pela funcionária da prefeitura que nos acompanhava. Por essa razão, inclusive, não nos foi possível coletar depoimentos de moradores da parte do núcleo urbanizada ainda na gestão 1989-1992, o que nos privou de obter informações detalhadas sobre como foi o processo de projeto/obra naquele momento, já que tampouco há dados oficiais a esse respeito.

¹⁹⁸. “Para subsidiar a decisão do governo e a do CMO [Conselho Municipal de Orçamento] quanto à escolha dos núcleos a serem atendidos, estabeleceram-se critérios de prioridade: situações de insalubridade e de risco; ocupação em áreas de preservação ambiental, (mananciais, parques); ocupação em áreas de interesse coletivo; relação custo-benefício, considerando-se antes o custo da intervenção em relação ao número de famílias diretamente beneficiadas, e depois em relação ao benefício para a cidade como um todo; impacto na recuperação ambiental e urbana; tempo de existência do assentamento; condições favoráveis ao reordenamento urbano (adensamento *versus* existência de áreas de apoio internas ou próximas); nível de organização comunitária; fatores facilitadores da regularização fundiária; imposições jurídicas (existência de ações populares e/ou reintegrações); existência de financiamento para a área, compromissos políticos (Orçamento Participativo, Plano de Governo etc); visibilidade da intervenção” (Denaldi, 2003, p.151).

teve força pra lutar” [morador Tamarutaca/1]. Ainda assim, em pesquisa realizada por profissionais da prefeitura de Santo André e do IBAM, alguns pontos de fragilidade seriam ressaltados em relação ao grau de “organização da comunidade”: conforme nos informa Adriana Larangeira (2003), há, na Tamarutaca, uma Associação de Moradores formalizada, mas “os moradores desconhecem a freqüência das reuniões (muitas vezes não tomam conhecimento de quando as reuniões acontecem)”.

De fato, o Centro Comunitário construído em 2003, “base da associação” (Larangeira, 2003), pareceu-nos funcionar fundamentalmente como um espaço-sede de programas desenvolvidos pela prefeitura com crianças, mulheres e jovens: percebemos, durante as quatro visitas que fizemos ao Centro, paredes repletas de desenhos infantis e pequenos cartazes educativos, mas que não portavam nenhum indicativo de reunião ou assembléia. Além disso, um dos moradores entrevistados nos disse não se sentir representado pela associação: “Nem sei quem é” [morador Tamarutaca/3].

De todo modo, com menos ou mais representatividade e/ou mobilização para a ‘participação’, o fato é que a população local envolveu-se, desde setembro de 1998, em um penoso processo de requalificação espacial: incluída no Programa Integrado de Inclusão Social / Santo André Mais Igual, parte do núcleo foi inteiramente ‘refeita’ – a implantação, pela prefeitura, da infraestrutura, o reparcelamento do solo e a padronização dos lotes obrigaram uma grande parcela de moradores a reconstruir suas casas, encaminhando intervenções – que envolvem transformações físicas, mas também disputas, concessões e conflitos – ainda não finalizadas, de que trataremos a seguir.

Imagem 127
Centro Comunitário Tamarutaca

[3.3.3.2] Gestão democrática e o lugar das favelas na política habitacional em Santo André

Atravessado pelo ideário participativo que animava uma sociedade civil ora desafiadora e engajada em contribuir para a regeneração de um Estado até então eivado de práticas corporativas, fisiológicas e autoritárias (Simões, 1992), o momento pós-redemocratização no Brasil foi, por isso mesmo, caracterizado por um debate público que se cercava de propostas vinculadas à Reforma Urbana e à reforma do Estado, fundadas no princípio da cidadania e, sobretudo, na *inversão de prioridades* (Daniel, 1993), trazendo à pauta temas/interesses até então excluídos da agenda pública (Dagnino, 2002).

Retomamos estas questões – já tratadas neste trabalho – para, na verdade, alcançar outra: a importância do encaminhamento dado por Celso Daniel às práticas concretas de *horizontalização* das estruturas de governo (Daniel, 1993), durante sua

passagem pela prefeitura de Santo André. A aproximação entre o cidadão e o processo de prestação do serviço público, “de modo que o segundo se adeqüe às necessidades do primeiro” (Daniel, 1993), foi uma das principais tendências organizacionais defendidas pelo prefeito, em tese e em campo: Daniel foi um dos ideólogos da participação cidadã na conformação de uma gestão pública democrática, mas foi também, como se sabe, um dos primeiros administradores brasileiros a levar a cabo experiências de fóruns, conselhos, câmaras setoriais, orçamento participativo etc.

A perspectiva de uma estruturação administrativa baseada no planejamento estratégico e participativo, com decisões discutidas a partir dos interesses da população e a partilha de poder negociada através do OP, permitiu que Santo André, durante o período 1989-1992 – primeira gestão de Celso Daniel –, pudesse ver formalizada uma política habitacional então inédita, em que as favelas eram afinal reconhecidas como espaços legítimos de moradia na cidade: ainda que os dados censitários apontem altíssimo número de famílias residentes em favelas na cidade de Santo André (Denaldi, 2003)¹⁹⁹, até aquele momento, como no mais ocorrera em quase todo o país, “a favela era considerada problema da ‘Promoção Social’ [que agia na tentativa de impedir as ocupações ou ampliações das favelas] que, do ponto de vista da melhoria das condições da habitação, no máximo autorizava as concessionárias a executar a ligação provisória de água e de luz em alguns pontos” (Denaldi, 2003, p.147).

Criada a Secretaria de Habitação – que até então não existia –, em abril de 1989, o MDDF e várias comissões de moradores de favelas levam suas propostas para a urbanização de núcleos andreenses e para o início de uma discussão sobre as questões relativas à posse da terra:

“Foi o início da construção de um projeto em comum. Uma das primeiras iniciativas foi a realização de um levantamento de todas as favelas de Santo André, através da ação conjunta, dos membros da SEHAB e do Planejamento com o MDDF e o CEPS (Centro de Estudos Políticos e Sociais do ABC), entidade de assessoria aos movimentos. Foi aplicado um questionário com a participação de técnicos da Habitação, Saúde e Educação, Planejamento, SEMASA, Obras, Transporte e Abastecimento. Ao final de sete meses foi possível mapear e levantar o perfil de todas as favelas. [...] Um momento privilegiado da participação do movimento propriamente dito foi na elaboração do projeto de lei para a criação das Áreas de Especial Interesse Social. Foram feitas várias discussões sobre a regularização fundiária das favelas (Reschke; Boll; Barbosa; Silva, 1992, p. 71,72).

¹⁹⁹. Rosana Denaldi (2003, p.137) registra os dados do IBGE de 1996: 65 mil pessoas vivendo em favelas no município de Santo André (10,4% do total da população). Dados bem mais recentes, de 2002, apontam 132 mil moradores de favelas na cidade (20% da total da população), distribuídos em 139 núcleos (Denaldi, 2003, p.137 – fonte: Cadastro Municipal de Domicílios em Favela, PMSA).

Como se vê, já nesse momento, estabelece-se também uma “metodologia matricial” de intervenção nessas áreas e estrutura-se um corpo jurídico-institucional para promover a regularização fundiária dos núcleos [Denaldi, 2003; Blanco Jr, 2006]. Segundo Rosana Denaldi, foram criados nesse período dois sub-programas para intervir em favelas consideradas *consolidáveis*²⁰⁰: Urbanização Integral e Pré-Urb – este último, de urbanizações parciais e/ou intervenções pontuais; os núcleos classificados como *não consolidáveis* deveriam ser objeto de um outro tipo de intervenção, “denominado ‘Reassentamento em Novas Áreas’, mas poderiam também receber melhorias ‘provisórias’ no âmbito do programa Pré-Urb” (Denaldi, 2003, p.147).

Em meados de 1991, o Projeto de Lei de AEIS – Áreas de Especial Interesse Social –, que regulamenta instrumentos que garantem a posse da terra para a população moradora dos núcleos favelizados, através da Concessão do Direito Real de Uso, foi entregue à Câmara Municipal de Santo André em um ato público que reuniu 2.000 moradores de favelas (Reschke; Boll; Barbosa; Silva, 1992), reforçando o peso dos grupos de pressão que, no compartilhar de carências comuns, faziam afirmar e valer seus direitos *vis-à-vis* o Estado (Simões, 1992). A lei foi aprovada por unanimidade em dezembro do mesmo ano.

Começava, pois, nesta gestão, uma linha de atuação administrativa que, a despeito da derrota petista no pleito de 1992, faria tornar freqüente a recorrência ao exemplo de Santo André sempre que se quisesse ilustrar o ‘caráter inovador’ do trato público da questão social: a favela, entendida como *locus* da *exclusão*, passaria a alvo preciso da premiada política pública andreense voltada ao que justamente seria o seu avesso: a *inclusão social*²⁰¹.

[3.3.3.3] A concepção do o Programa Integrado (PIIS/SAMI): o *slogan* da ‘inclusão social’

O *Programa Integrado de Inclusão Social* (PIIS) é lançado em 1997, em Santo André, pelas mãos de Celso Daniel – reeleito, em

²⁰⁰. “O núcleo ‘consolidável’ é aquele que apresenta condições favoráveis de recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano (abertura ou readequação de sistema viário, implantação de infra-estrutura básica, regularização urbanística do parcelamento do solo), com ou sem necessidade de remoção de parcela das famílias moradoras. E núcleo ‘não consolidável’ é aquele que não apresenta condições de recuperação urbanística e ambiental e de reordenamento urbano. Trata-se de núcleos comprometidos por situações de risco e insalubridade não solucionáveis, como por exemplo, os que se localizam sob aterro sanitário, oleoduto, viário estrutural da cidade, áreas de risco, de preservação ambiental e *non aedificandi*” (Denaldi, 2003, p.55).

²⁰¹. Existem alguns textos que tratam de elencar a longa lista de prêmios dedicados às ‘best-practices’ andreenses nos últimos anos. Sobre o tema, verifique-se, sobretudo, Denaldi (2003).

1997, prefeito da cidade –, que, como dissemos, historicamente, vinha construindo discursos contundentes em defesa da gestão democrática e do planejamento participativo e a eles agregava, agora, as bandeiras da *inclusão social*:

“A exclusão social é, antes de mais nada, um fenômeno produzido pela própria dinâmica social, manifestando-se através da inexistência de condições para a cidadania plena. A inclusão social, por oposição, supõe o acesso de indivíduos e famílias a um conjunto de mínimos sociais, na qualidade de direitos. Trata-se, em outras palavras, da garantia de igualdade de oportunidades para a conquista do direito à cidade.

Exclusão e inclusão são conceitos multidimensionais, em que a dimensão econômica – trabalho e renda – é predominante. A ela se somam, também, os aspectos urbano, social, cultural e político. Uma pessoa pode ser economicamente incluída, mas ser excluída do ponto de vista de sua presença na cidade (condições físicas como habitar um espaço ilegal, desprovido de qualidade de vida). Ou vice-versa”.²⁰²

Segundo consta de um dos cadernos informativos do programa (PMSA, 2003, p.17), e reforçando os pressupostos enunciados por Daniel, a concepção do PIIS partiu do princípio de que “a natureza multidimensional da exclusão social sugere uma abordagem integrada [...]. Desse ponto de vista, trata-se de construir um conjunto de políticas que dêem conta das diversas dimensões em questão, indo além de políticas meramente compensatórias que têm como fundamento que a exclusão social é inexorável”.

Nesse sentido, o PIIS, objetivando, primordialmente, transpor a abordagem setorial e promover a inclusão social (PMSA, 2003), buscava dar conta de três dimensões: a *urbana*, num esforço constante para o equacionamento dos conflitos territoriais e ambientais dentro das favelas e no seu entorno; a *econômica*, em que o objetivo maior era a emancipação das famílias, através de geração de renda e emprego; e a *social*, apoiando a conquista de direitos básicos de cidadania, como saúde, educação e lazer (PMSA, 2003).

Para tanto, e tomando como “público-alvo” a população moradora de favela, foram estruturados diversos programas setoriais de forma paralela ao *Programa de Urbanização Integrada* de favelas, de forma a *territorializar as ações*: é o que, em Santo André, se costumou chamar “tudo junto, ao mesmo tempo e no mesmo lugar” (PMSA, 2003) – por outra, a aplicação conjunta

²⁰². Celso Daniel. *Governança Urbana Inclusiva em Santo André: O Programa Integrado de Inclusão Social*. Citado em Denaldi (2003).

e simultânea, num mesmo território da cidade, de todos os subprogramas que compõem o PIIS, o que permitiria, tomando em conta, evidentemente, a ‘participação da comunidade’, uma melhor apreensão das especificidades locais, para a formulação de diagnósticos mais precisos e a combinação adequada das políticas (PMSA, 2003).

o desenho institucional

A *integração* dos programas setoriais não foi, evidentemente, a única estratégia a nortear a concepção do PIIS: para conjugar as ações era preciso também fazer fluir as informações, criando mecanismos de integração e de parcerias entre os vários “atores governamentais”, “não governamentais” e das “comunidades” para a gestão, operação e acompanhamento dos programas (Larangeira, 2002, p.177).

Segundo Blanco Jr (2006), inicialmente, o PIIS foi coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Em 1998, porém, o Núcleo de Participação Popular do Gabinete do Prefeito assume esta coordenação, criando três instâncias inter-relacionadas de gestão do programa, “com o objetivo de promover a simultaneidade e a integração entre as iniciativas” (Larangeira, 2002, p.178):

a. coordenação geral: responsável pela definição das diretrizes gerais e pela avaliação das ações, composta pelos titulares das secretarias envolvidas;

b. coordenação técnica: formada pelos responsáveis diretos por cada uma das ações, respondendo pela integração constante entre elas;

c. equipes locais: compostas pelos agentes responsáveis pelas diversas linhas de trabalho, atuando diretamente na operação das ações nos assentamentos contemplados pelo PIIS” (Larangeira, 2002, p.178) ²⁰³.

Os programas setoriais, aplicados de forma integrada, também concentravam ênfases nas já referidas três diferentes

²⁰³. A assessoria técnica PEABIRU, que participou do processo de urbanização da Tamarutaca, atuou, nesse caso, como ‘equipe local’. Quanto às suas atribuições, mais adiante apresentaremos de forma detalhada as atividades previstas e desenvolvidas pelo grupo na área, no item 3.3.3.5.

dimensões que compõem o quadro exclusão/inclusão:

- a. urbana:** implantação de saneamento básico e infra-estrutura, melhorias e produções habitacionais;
- b. econômica:** complementação de renda, capacitação profissional e geração de trabalho e renda;
- c. social:** educação, saúde e demais atividades sócio-educativas e de apoio à família, à criança e à mulher²⁰⁴.

Além de investimentos advindos de dotação orçamentária (que constituem maioria, diga-se), em sua primeira fase, o programa contou com suporte técnico e de recursos de diversos organismos nacionais e internacionais: *Comissão Européia* (através do convênio APD Apoio às Populações Desfavorecidas, que financiava grande parte do conjunto de programas desenvolvidos nas áreas); *Programa de Gestão Urbana – PGU, da ONU* (que financiou atividades de sistematização, troca de experiências e avaliação do programa); *Banco Interamericano de Desenvolvimento* (que, em conjunto com o governo federal, financiou parte das obras de urbanização); *Governo Federal* (no apoio parcial ao Programa de Saúde da Família); *Governo Estadual* (com pequeno apoio às ações de complementação de renda) (PMSA, 2003).

Para a operacionalização cotidiana do programa, além da presença e da participação da própria população moradora das favelas sob intervenção (trabalhando como agentes comunitários da saúde, de limpeza urbana, de alfabetização de adultos e de lazer e recreação), estabeleceram-se diversas parcerias com diferentes entidades – organizações não-governamentais, universidades e organizações populares – de forma que uma estrutura mista de administração, coordenação e prática fosse fortalecida, ampliando os recursos técnicos à disposição do programa (PMSA, 2003, p.37)²⁰⁵.

²⁰⁴. Dados sistematizados a partir de Blanco Jr (2006). Para uma listagem completa dos subprogramas, com seus respectivos nomes e objetivos específicos, veja-se Blanco Jr (2006) e Lorangeira (2002 e 2003).

²⁰⁵. Essas entidades, até 2004, foram: *Instituto de Governo e Cidadania do ABC – Escola de Governo* (ONG que coordena estudos sobre poder público local, parceiro na elaboração do Mapa de Inclusão/Exclusão Social de Santo André e para a sistematização da metodologia de trabalho do programa); *Instituto de Pesquisas Especiais da PUC/SP* (realizou o Diagnóstico Participativo, instrumental pedagógico construído pelas expressões/impressões das comunidades nas áreas de intervenção, além de assessoria na supervisão do Programa de Renda Mínima); *IBAM Instituto Brasileiro de Administração Municipal* (apoio na sistematização e divulgação da estratégia integrada de combate à exclusão adotada no PIIS); *Fundação Faculdade de Medicina do ABC* (parceria para o desenvolvimento das ações do Saúde da Família); *Fundação Santo André* (parceiro na disponibilização da estrutura da Universidade – recursos humanos e espaço físico); *MDDF Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados* (parceiro na execução do programa Criança Cidadã); *CEEP Centro de Educação, Estudos e Pesquisa* (parceiro em cursos de iniciação, reorientação e qualificação profissional); *CES Centro de Estudos para a Saúde* (parceiro nas ações do programa Gênero e Cidadania); *CESCO Centro de Estudos de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina do ABC* (parceiro nas ações do programa Reabilitação Baseada na Comunidade); *Instituto Assistencial e Educacional Amélia Rodrigues* (parceiro nas

Reeleito mais uma vez, em 2001, Celso Daniel lança vistas a uma ampliação do programa, que inicialmente se restringira a quatro núcleos: as chamadas “áreas piloto” – Tamarutaca, Capuava, Quilombo II e Sacadura Cabral, definidas segundo critérios “técnicos e políticos” [Larangeira, 2003; Denaldi, 2003; Blanco Jr, 2006]²⁰⁶.

Conforme Blanco Jr (2006), os subprogramas que integravam o PIIS – agora renomeado *Santo André Mais Igual* (SAMI) – foram largamente ampliados já em 2001 (prioritariamente aqueles ligados a questões sócio-econômicas) e uma nova secretaria municipal foi estruturada: a Secretaria de Inclusão Social e Habitação (SISH); a coordenação do PIIS/SAMI e os Departamentos de Habitação e Assistência Social foram transferidos para esta secretaria – o Núcleo de Participação Popular foi extinto na nova gestão²⁰⁷.

Rosana Denaldi (2003), fazendo referência justamente à criação da SISH, ressalta o fato de que a reforma institucional ocorrida no início da segunda gestão de Celso Daniel certamente reforça, por um lado, a prioridade dada pelo governo à ação matricial em favelas; por outro, no entanto, explicita uma tendência à ênfase em ações focalizadas, compensatórias, “em detrimento de processos mais amplos, que poderiam ampliar o acesso da população ao mercado habitacional e à terra”, uma vez que, segundo ela, a transferência do gerenciamento das ações do SAMI para a nova secretaria tornara “ainda mais difícil sua articulação como parte integrante da política urbana” (p.150).

De todo modo, o objetivo era justamente estender o SAMI a todas as favelas da cidade através de diferentes projetos de urbanização. Evidentemente, essa meta ficou pelo caminho: pela forte escassez de financiamentos, apenas três novos núcleos foram incluídos no programa: Espírito Santo I, Gonçalo Zarco e Maurício de Medeiros. Por outro lado, com a criação da SISH, o

ações do programa Ciranda Comunitária); *IMES Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul* (parceiro na execução de diversas pesquisas que subsidiavam a política de geração de trabalho, emprego e renda – microcrédito, capacitação e assessoria a empreendedores); *Unisol União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo* (parceira na execução do programa Incubadora de Cooperativas); *Politeuo ??? Rede Local de Economia Solidária* (parceira na execução do programa Empreendedor Popular); *CERFE* (ONG italiana, parceira no acompanhamento das ações do APD Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas da Comissão Européia); *PASSO Assessoria para Ações Sociais* e *PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais* (ambas assessorias técnicas para autoconstrução das moradias) (PMSA, 2003).

²⁰⁶. Capuava e Tamarutaca foram demandas aprovadas no Conselho Municipal do Orçamento Participativo em 1997, e Sacadura Cabral e Quilombo II em 1998 (Blanco Jr, 2006). A esse respeito, verificar nota 198.

²⁰⁷. Além das coordenações geral e técnica, uma *coordenação executiva* foi criada – sob a responsabilidade da SISH – para justamente articular a gestão matricial (PMSA, 2003).

montante de recursos investidos em habitação nesta 2ª etapa foi ampliado, embora apenas um dos quase quinze novos subprogramas do SAMI relacionar-se diretamente às questões habitacionais (Blanco Jr, 2006)²⁰⁸.

Até 2004, do total dos mais de R\$66mi alocados para a operacionalização do PIIS/SAMI, 68% foram destinados às obras de urbanização (Blanco Jr, 2006), apesar do modelo adotado, que priorizou sobremaneira a autoconstrução (e o autofinanciamento) em detrimento da provisão de novas unidades habitacionais²⁰⁹. Por outro lado, apesar dos recursos de grande monta investidos, nenhuma obra de urbanização foi, todavia, totalmente concluída²¹⁰.

Uma observação importante em relação à gestão do programa diz respeito à preocupação da coordenação em estabelecer mecanismos de pesquisa aplicada e de monitoramento e avaliação dos principais projetos e atividades desenvolvidos: estratégias, critérios de análise e métodos de mensuração de resultados, parcerias, redes de articulação e financiamentos. Nos quatro primeiros anos de implementação do PIIS/SAMI, dois seminários internacionais para discutir a inclusão social foram

²⁰⁸. Trata-se do programa Melhor Ainda, que agrega intervenções chamadas 'Pós-Uso' e 'Requalificação Habitacional', e que vem sendo aplicado também em núcleos que não são atendidos pelo PIIS/SAMI: "O programa Pós-Uso reúne um conjunto de ações voltadas para: fortalecer a organização comunitária; garantir e avaliar a prestação de serviços públicos; viabilizar as ações de controle e manutenção urbana; requalificar as moradias, melhorando sua qualidade. O programa de Requalificação Habitacional viabiliza a orientação técnica para a construção, reforma e ampliação das moradias, podendo estar associado à disponibilização de crédito para esse fim" (Denaldi, 2003, p.172).

²⁰⁹. Foram construídas 600 novas unidades habitacionais (em conjuntos habitacionais em diferentes áreas da cidade), o que representou 28% do total de R\$44,3mi investidos nas obras de urbanização. O total de famílias das sete áreas chega a 4.872. O custo médio de urbanização estimado por família é de R\$11.992,72, com grandes variações (exemplo: custo Tamarutaca – R\$5.629,32; custo Sacadura Cabral – R\$24.489,78) (Blanco Jr, 2006). Em relação ao autofinanciamento, em pesquisa realizada pela PMSA e pela SISH entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005 (citada em Blanco Jr, 2006), 76,7% dos 14.722 entrevistados declarou ter feito reformas e/ou construção de suas casas com recursos próprios. Apenas 3,7% das pessoas declararam ter obtido financiamento para construir (via programa Melhor Ainda) e outros 4,9% responderam ter recebido algum outro tipo de benefício (via doação de cestas de materiais pela prefeitura).

²¹⁰. Ainda que não seja objetivo desta dissertação avaliar a 'eficiência' do PIIS/SAMI, é importante dizer que nos trabalhos acadêmicos de Rosana Denaldi (2003) e Cid Blanco Jr (2006) há considerações importantes a respeito dos resultados até o momento alcançados pelo programa em suas múltiplas dimensões. Além das obras de urbanização não-concluídas, dados levantados comprovam, por exemplo, que apenas 20% dos participantes de cursos profissionalizantes estão empregados. E ainda que haja apontamentos em relação à melhora na escolaridade e situação ocupacional da população beneficiada pelos projetos, "é importante destacar que 30% dos moradores cadastrados inicialmente não moram mais nos núcleos urbanizados ou nos conjuntos habitacionais" (Blanco Jr, 2006, p.197), o que, a princípio, nos faz supor que a renda das famílias – na época do levantamento destas informações (dez/04 e jan/05), das 4.872 famílias atendidas, quase 550 possuíam renda entre 0 (zero) e 1 (um) salário mínimo – não foi capaz de cobrir os gastos com a moradia no momento pós-urbanização e, conseqüentemente, nos coloca questões sobre o potencial do programa em relação à sua capacidade real de 'inclusão'.

realizados em Santo André, contando com a participação de gestores locais (inclusive de outros municípios brasileiros e latino-americanos), lideranças populares, especialistas e pesquisadores (PMSA, 2003).

Além disso, um *Mapa da Exclusão/Inclusão Social de Santo André*, financiado pela ONU, foi elaborado em parceria com o Instituto de Governo e Cidadania do ABC, permitindo identificar, “a partir de uma pesquisa intra-urbana comparativa baseada em índices sintéticos, as regiões geográficas da cidade em termos de inclusão e exclusão social nas suas diferentes dimensões” (PMSA, 2003, p.41). A mesma parceria viabilizou também a aplicação do instrumento *Consulta Urbana*, cuja metodologia adotada, segundo consta em PMSA (2003), orientou a discussão sobre o marco conceitual e o desenho metodológico apropriado às experiências-piloto.

A relação da população com o programa foi avaliada pelo *Diagnóstico Participativo*, cujo objetivo seria justamente o de fornecer “subsídios à participação popular em políticas de inclusão e, de maneira operativa, fortalecer mecanismos de gestão participativa” (PMSA, 2003).

Outros instrumentos metodológicos de operacionalização e de avaliação do programa foram e vem sendo desenvolvidos e aplicados: *indicadores*, segundo Blanco Jr (2006), são (e de fato devem ser) considerados, pela coordenação executiva do SAMI, estrategicamente importantes, porque apontam problemas que necessitam de imediata atenção ou ação, criam “cenários”, “suposições”, que auxiliam no encaminhamento do planejamento e controle dos projetos.

a urbanização integrada

Como dissemos, no primeiro governo do prefeito Celso Daniel (1989-1992), a definição dos dois subprogramas de urbanização (Urbanização Integral e Pré-Urb) procurava justamente dar conta de conciliar a necessidade de ampliar o atendimento à população moradora de favelas (mesmo aquelas consideradas ‘não consolidáveis’, com intervenções menos profundas e de menor porte) e concluir a urbanização completa de alguns núcleos, a partir de ações planejadas de forma integrada, com projetos elaborados pela equipe de governo ou terceirizados (Denaldi, 2003).

Após do vácuo do período 1993-1996, a política habitacional andreense voltada para as áreas de favela estrutura-se a partir de formas metodológicas de intervenção através das quais muito do que havia sido acumulado durante a gestão 1989-1992 foi não apenas reincorporado aos programas como também acabou sofrendo necessárias revisões e alterações:

Imagem 128
Uma das praças construídas no núcleo Tamarutaca durante a segunda etapa da urbanização (1998-hoje)

Imagens 130 e 131
Núcleo Quilombo II, também atendido pelo PIIS/SAMI, antes da urbanização (1997) e durante o processo de urbanização (2000)

Imagem 129
Projeto de urbanização do núcleo Capuava, em Santo André (1998-hoje)

Além das intervenções pontuais, graduais e aquelas relacionadas mais especificamente aos processos de regularização fundiária, permanece a iniciativa da urbanização integral, com propostas de intervenções globais nos núcleos atendidos, mas os pressupostos do programa se refinam: passa-se ao que hoje se chama *urbanização integrada*, cujos objetivos seriam:

- a. a realização de redes de infra-estrutura básica (abastecimento de água, coleta de esgoto, drenagem, energia elétrica);

- b.** a eliminação de áreas e situações de risco, com a construção de muros de arrimo e a remoção de famílias;
- c.** o parcelamento do solo, definindo e padronizando as dimensões dos lotes de cada uma das famílias moradoras dos núcleos;
- d.** a construção de centros comunitários, praças, quadras poliesportivas e unidades de negócio e serviços;
- e.** a produção de novas moradias para desadensamento dos núcleos e reassentamento das famílias na mesma área ou em novos conjuntos habitacionais;
- f.** o apoio à autoconstrução, com disponibilização de acompanhamento técnico do projeto e da obra;
- g.** a requalificação habitacional através de programas de pós-uso (Melhor Ainda);
- h.** e a regularização fundiária das áreas, garantindo a posse aos moradores dos núcleos urbanizados por meio da CDRU²¹¹.

No âmbito do subprograma de urbanização integrada, do PIIS/SAMI, a adoção de padrões urbanísticos específicos, como o lote mínimo de 45 m², veio, segundo Rosana Denaldi (2003), para assegurar as condições adequadas de saneamento e o desadensamento das áreas. Além disso, como se vê, a propalada integração ‘favela-bairro’, tão cara ao programa carioca de mesmo nome, também foi apropriada por Santo André – no núcleo Sacadura Cabral, por exemplo, foi construído um grande conjunto de módulos comerciais, denominado “unidade de negócio”, que deve servir, segundo expectativa da prefeitura, como “elemento integrador da favela com o bairro” (Denaldi, 2003, 160).

Em relação à construção de moradias, um critério importante utilizado foi o controle das taxas de ocupação dos lotes: foram adotados limites máximos de densidade por setor nos núcleos, ou seja, cada setor teria de obedecer aos gabaritos determinados para cada via (dois ou três pavimentos, no máximo, além dos devidos recuos), o que asseguraria, minimamente (pela possibilidade do assessoramento técnico da obra), a qualidade da construção e do próprio espaço (Denaldi, 2003).

Imagem 132 e 133

132] Croqui das Unidades de Negócio – Núcleo Sacadura Cabral

133] Planta das boxes das Unidades de Negócio – Núcleo Sacadura Cabral

²¹¹. Dados sistematizados a partir de Blanco Jr (2006, p.122, 123).

Imagem 134
Conjunto Habitacional Prestes Maia

O conjunto de ações multissetoriais foi introduzido de forma integral primeiramente nos núcleos Sacadura Cabral e Tamarutaca; a urbanização, no entanto, teve de ser realizada em etapas, pela complexidade do processo que envolvia o cadastramento das famílias, o levantamento da situação física, sócio-econômica e cultural das áreas e também pelo próprio desenvolvimento das obras, que requereu o remanejamento de parte da população para alojamentos e para novas unidades habitacionais.

No caso da Tamarutaca, por se tratar de área de risco geotécnico, para que as obras de contenção e infra-estrutura pudessem ser empreendidas, algumas famílias foram transferidas para alojamentos provisórios, localizados na Avenida Prestes Maia (em frente ao núcleo), local onde foi construído um conjunto habitacional também para abrigar moradores removidos. No total, segundo consta em Blanco Jr (2006), 109 famílias foram removidas para os conjuntos da Avenida Prestes Maia e da Avenida Áurea – este último, em bairro localizado “do outro lado da cidade” [morador Tamarutaca/2], mas para o qual muitas famílias se dispuseram a mudar [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]²¹².

A grande maioria das famílias foi reassentada no interior do próprio núcleo, em lotes reparcelados; essas famílias, que auto-construíram suas novas casas, contaram, nessa etapa do desenvolvimento da urbanização – entre os anos 2000 e 2003 –, com a participação e o apoio técnico, no desenho e no canteiro, do escritório de assessoria técnica *PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais*.

Diferentemente de como ocorreu nos casos dos núcleos Dois de Maio e Jd. Olinda, aqui, a assessoria técnica não atuou como ‘projetista’, mesmo porque não havia propriamente um ‘projeto arquitetônico e urbanístico’ a ser desenvolvido: o reparcelamento do solo já havia sido definido pela equipe do DEHAB e jamais existiu a possibilidade de que um conjunto habitacional pudesse ser construído no interior das áreas, como previam os projetos para as duas favelas anteriormente estudadas – ou seja, nesse caso, a perspectiva da *autoconstrução* fazia da figura do arquiteto um *mediador* desse processo, garantindo, com sua presença constante em campo, que algumas demandas específicas fossem contempladas, de acordo com critérios técnicos que assegurariam a eliminação de quaisquer riscos às famílias.

²¹². Segundo Caio Santo Amore de Carvalho, arquiteto que trabalhou no processo de urbanização da Tamarutaca, apesar de o conjunto habitacional da Avenida Áurea estar localizado em bairro muito distante da Tamarutaca, muitas famílias prontamente se dispuseram a mudar para os novos apartamentos ali construídos, sem oferecer restrições; algumas delas de fato optaram por esta alternativa [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. Esta é uma questão importante porque nos mostra que o argumento de que as famílias moradoras de favela sempre preferem permanecer onde já estão, rejeitando remoções, não se configura exatamente como uma regra, tal como nos tentam convencer poderes públicos e agências internacionais de financiamento (verificar texto divulgado pela SEHAB/HABI da prefeitura de São Paulo, reproduzido aqui no item 3.3.2.4 deste capítulo, p.188-189). Estas questões procurarão ser retomadas e consideradas com vagar no próximo capítulo deste trabalho.

[3.3.3.4] A assessoria técnica: trajetória

Fundada em 1993, na cidade de São Paulo, a organização não-governamental (no caso, “associação sem fins econômicos”²¹³) *PEABIRU Trabalhos Comunitários e Ambientais* opera sob um estatuto de trabalho bastante semelhante ao das outras três entidades já aqui apresentadas, apoiando “as lutas pelo direito à moradia digna e aos serviços essenciais da cidade” através de uma atuação multidisciplinar (Carvalho, 2004, p.64)²¹⁴.

Caio Santo Amore de Carvalho, arquiteto formado pela FAU-USP em 1998 – desde 1996 na PEABIRU –, conta que a entidade se formou logo após o final do governo Erundina, inaugurada em parte por profissionais que antes haviam trabalhado com o arquiteto Vitor Lotufo, na já mencionada assessoria técnica Oficina de Habitação, executando projetos e acompanhando obras junto ao programa de mutirões da prefeitura municipal paulistana, em parte por outros que prestavam trabalhos de assessoramento de forma independente [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Como se sabe, as ações de produção habitacional por mutirão autogerido – bem como as urbanizações de favelas em andamento – entram num largo período de estagnação quando se inicia a gestão 1993-1996, de Paulo Maluf. Se muitas destas entidades – formadas no calor da organização popular voltada aos direitos de moradia – acabaram fechando as portas pela escassez de trabalho e, conseqüentemente, pela ausência de receita que as pudesse manter (Carvalho, 2004), outras encontraram oportunidades de atuação no âmbito de programas tocados por diferentes administrações petistas na região metropolitana, em Diadema, Santo André, Mauá, Guarulhos. Foi o caso da USINA e da GTA, como já relatamos, e foi também o caso da PEABIRU: entidade ‘dissidente’, por assim dizer, em que pesem as dificuldades do contexto paulistano, o primeiro grande trabalho da PEABIRU acontece junto ao programa de urbanização de favelas da cidade de Diadema, gestão 1993-1996²¹⁵ [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

²¹³. Segundo o Estatuto Social da entidade (Peabiru, 2006).

²¹⁴. Já diversas vezes citado nesta dissertação, recorreremos constantemente ao trabalho de mestrado de Caio Santo Amore de Carvalho (Carvalho, 2004) como base para possíveis referências ao trabalho da PEABIRU (e também à sua relação com a urbanização da favela Tamarutaca) por tratar-se de um ‘olhar de dentro’ que não nos chega apenas através de entrevistas e/ou depoimentos, mas sim por meio de uma sistematização acadêmica de grande importância para as reflexões que aqui fazemos.

²¹⁵. Verificar considerações sobre o programa de urbanização de favelas da prefeitura de Diadema no item 2.3 do **Capítulo 2** desta dissertação.

Segundo Santo Amore, uma equipe relativamente grande de profissionais se estruturara durante o desenvolvimento dos projetos de urbanização das favelas de Diadema. No entanto, na avaliação do arquiteto, a opção por agregar muitos técnicos em torno de alguns pequenos trabalhos, cada um deles com poucas horas de dedicação à PEABIRU, acabou fazendo da entidade uma “ocupação complementar”, um “segundo emprego”: “ganhava-se a vida, de fato, em escritórios comerciais próprios” [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. Como acontecia (e acontece) em muitas outras entidades com esse perfil, um círculo vicioso se formava: não se geravam outros trabalhos porque não havia técnicos dedicados, não havia técnicos dedicados porque não se geravam outros trabalhos [idem].

Os vínculos com os movimentos de moradia – pouco “orgânicos”, segundo Santo Amore – nunca deram sustentação real às práticas da entidade, embora se tente manter uma certa sistemática de assessoramento a alguns deles (como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia), participando de encontros, fazendo relatoria de reuniões e estabelecendo discussões, e cujos ‘resultados’ são, de forma mais visível, o desenvolvimento de alguns trabalhos de capacitação, consultoria, projeto e obra [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Durante o período da gestão do prefeito Celso Pitta (1997-2000), em São Paulo, as dificuldades financeiras e operacionais se agravaram: mesmo com a retomada de alguns mutirões, já no final do ano de 1999, as instabilidades levam a PEABIRU a ficar sem sede: pranchas, documentos e computadores são distribuídos entre as casas dos sócios, sem que, no entanto, a entidade seja efetivamente desfeita [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Imagem 135
Residencial Parque do Gato, 2004

A ‘reestruturação’, digamos, da assessoria acontece justamente com o início de sua participação no âmbito do PIIS/SAMI, de Santo André: em 2000, uma nova sede (a atual) se estabelece em um bairro paulistano próximo à região do ABC e um (parcialmente) renovado corpo técnico se agremia em torno do trabalho na Tamarutaca [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. A atuação no PIIS/SAMI passa a garantir, mensalmente, certa sustentabilidade financeira e também operacional à assessoria, que, nesse momento, retoma alguns mutirões paralisados e assume outros, no âmbito do programa da gestão Marta Suplicy (2001-2004), em São Paulo [idem]. Também na capital paulista, a PEABIRU, contratada pela COHAB, ajusta o estudo preliminar e desenvolve todo o projeto executivo do conjunto habitacional construído, na Marginal Tietê, para abrigar as famílias removidas da favela do Gato [idem].

Quadro 2
Artigos 4º. e 5º. do estatuto da PEABIRU
fonte: PEABIRU (2006)

“

Artigo 4º

Constituem objetivos da Entidade:

- I. Trabalhar de forma a obter a melhoria da condição humana pela conquista dos direitos universais do homem e do cidadão;
- II. Atuar de forma a auxiliar o aprimoramento, a organização e a autonomia das comunidades;
- III. Desenvolver, divulgar e sistematizar conhecimentos voltados às necessidades e interesses das comunidades;
- IV. Desenvolver a estrutura ambiental, garantindo um equilíbrio do meio ambiente que permita a continuidade da existência de condições propícias à vida presente e futura, em todas as suas formas e variedades.

Artigo 5º

Para a consecução dos seus objetivos, a entidade poderá:

- I. Prestar assessorias técnicas, consultorias, desenvolver e implantar projetos nas áreas de arquitetura; engenharia; tecnologia; planejamentos urbano, rural e ambiental; saúde; direito; educação e cultura às comunidades, segmentos organizados da sociedade, entidades de caráter filantrópico, órgãos do poder público e entidades de direito público e privado;
- II. Participar de, e realizar pesquisas em quaisquer áreas do conhecimento;
- III. Promover cursos, palestras e seminários, bem como editar e distribuir livros, apostilas, vídeos ou qualquer produto do trabalho ou outra forma de divulgação, sobre temas que estejam direta ou indiretamente ligados aos objetivos e trabalhos da entidade;
- IV. Firmar convênios com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, bem como a associação a entidades similares desde que resguardada sua autonomia;
- V. Manter intercâmbios culturais com universidades, centros científicos, institutos de pesquisa e entidades similares, para troca, desenvolvimento e aplicação de experiências, metodologias, técnicas e tecnologias.

A coordenação da PEABIRU sofre processos de renovação a cada dois anos, segundo demanda estatutária (Peabiru, 2006). Um ponto importante ressaltado pela equipe é o fato de que não só arquitetos assumem esta função: parece existir de fato uma preocupação com a garantia de que outros profissionais, com formações distintas, como psicólogos e sociólogos, exerçam o cargo, reforçando, também aqui, o caráter multi e interdisciplinar deste tipo de entidade [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Por outro lado, o temário referente ao ‘trabalho social’ e à ‘participação’ aparece na fala de Santo Amore de forma radicalmente crítica, dispensando concessões às usuais supervalorizações do que se costuma saudar como ‘um diferencial’ da atuação das assessorias técnicas, qual seja, a tentativa de se estabelecer espaços de diálogo que permitam ao usuário ‘participar’ da

concepção projetual, justamente pelas infundáveis determinações, restrições e limitações a que este processo está submetido – condições físicas de implantação dos edifícios, sistemas, tecnologias e materiais construtivos viáveis e disponíveis, arrochos e limites financeiros muitas vezes impostos, legislações e normativos técnicos [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. O rescaldo pós ‘atravessamentos’ seria justamente o pró-forma do ‘trabalho social’, que, por conta das variações caso a caso, “não tem regra”, não configura *método* [idem] – nas situações de mutirão, por exemplo, ele passa por discussões sobre relações condominiais e administrativas (como se faz a distribuição das vagas de garagem, como acontece a limpeza, a gestão do lixo etc), procedimentos de obra (organização do grupo, dinâmicas de trabalho), financiamentos e medições – enfim, “coisas muito práticas”, nas palavras do arquiteto [idem].

“E as discussões políticas mais amplas são super-difíceis de fazer. Porque nos casos em que tem o Movimento, o Movimento faz. [...] E essa discussão política, muitas vezes, perde o sentido. Normalmente fica na obra, se saiu o dinheiro ou não saiu... [...] as discussões são privadas” [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

“Na PEABIRU, a concepção tanto do trabalho físico quanto do trabalho social parte da idéia de que nós temos clareza, e procuramos aplicar isso, de que estamos ali durante um tempo e, depois que terminamos o trabalho, saímos e acaba a ‘tutela’. Então, é um trabalho que tem um período para acontecer e, por isso mesmo, tem que formar as pessoas para que se mantenha o que foi construído, para que se mantenham cursos, para que se mantenha a organização do condomínio etc. A todo o momento, a gente diz ‘espera aí! A gente vai sair daqui. Não adianta ficarmos ‘tutelando’ porque tem um momento em que o trabalho de assessoria acaba e eles têm que tocar a vida e se organizar’. Isso parece uma coisa natural, mas a gente sabe que não é. Eu não vou à reunião de condomínio do meu prédio. Eu fui às discussões do Orçamento Participativo de São Miguel Paulista [distrito paulistano, Zona Leste]; mas, às discussões do OP do meu bairro eu não fui! Essa participação dá muito trabalho. Você precisa ter uma disponibilidade... E, no caso das pessoas mais pobres, elas têm que participar pra ter o mínimo. Isso é complicado” [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Outro ponto a se destacar – certamente complementar à opacidade que, segundo Santo Amore, nos leva a crer que estamos “democratizando a arquitetura” ao enfrentar um “cliente de massa”, quando, na verdade, não passamos de “especialistas em lidar com carências, com o estado permanente de exceção do ambiente urbano” (Carvalho, 2004, p.85) – é aquele que se

refere ao *voluntarismo* dos técnicos, que submetidos a longas e exaustivas jornadas de trabalho ‘pelo compromisso com a população’, transitam subjetivamente entre o *assessoramento* e a *assistência*.

“A maior parte desses escritórios [assessorias técnicas] propõe relações de trabalho realmente diversas de um escritório comercial, pela própria estrutura institucional que convida os trabalhadores a participar das decisões. A ausência do lucro impõe que não exista apropriação (direta) do trabalho alheio. Mas, enquanto os trabalhos não têm receita que os mantenha, são desenvolvidos com ridículas ajudas de custo, às vezes pagas pelas próprias associações, ou com raros recursos excedentes de outros trabalhos. Essa transparência e o convite à participação acabam justificando os longos períodos sem vencimentos e o acúmulo de dívidas junto aos profissionais; acaba se repartindo com todos os ônus da constante instabilidade financeira, às vezes sob o discurso camuflado do voluntarismo [...]” (Carvalho, 2004, p.71).

Se a maioria dos assessores técnicos resiste fortemente em classificar sua atuação como voluntarista – ou, tanto pior, assistencialista –, a clarividência e a autocritica da PEABIRU em relação à forma como fora conduzido o processo de urbanização da favela Tamarutaca surpreendem:

“Nos momentos de sua constituição e, ainda hoje, nas relações diretas com o Movimento ou (talvez) como partícipe do programa de mutirão são guardados alguns traços de assessoria. Na medida em que acumulam experiências de operação dos programas (o que sempre requer uma visão abrangente dos problemas da cidade e das relações políticas), as assessorias se tornam, basicamente, prestadoras de serviços ao poder público. Podem até desempenhar o papel de assessoramento à administração, mas junto à comunidade fazem mesmo um tipo específico de *assistência social de caráter físico* (projeto e obra de habitação e urbanização). O que vem a ser, por exemplo, o trabalho que a Peabiru (para ficar em exemplos caseiros) desempenhou na urbanização de um núcleo em Santo André [Tamarutaca] – onde viabilizava as frentes de obra para infra-estrutura, gerenciava as remoções e deslocamentos, ajudava no parcelamento segundo projeto já desenvolvido pela prefeitura, elaborava os projetos de cada unidade habitacional a ser autoconstruída (de acordo com as necessidades do cliente-cidadão) e acompanhava as obras. A resistência ao termo por parte da maioria das entidades revela uma crise de identidade, corroborada pelo limbo em que vive também enquanto escritório comercial ou enquanto ONG” (Carvalho, 2004, p.75; grifos nossos)²¹⁶.

²¹⁶. Abordamos esta questão no item **3.3.2.2** deste capítulo. Verificar nota **177**.

Imagens 136 e 137
Profissionais da PEABIRU prestam assistência técnica aos moradores da favela Tamarutaca, 2000-2003

Tal como dizíamos há pouco, a PEABIRU chega ao PIIS/SAMI no ano de 2000. Sua contratação acontece via convênio com a Comissão Européia, que financiava a participação de ONGs no desenvolvimento operacional dos subprogramas. Encerrado o financiamento, encerraram-se também os trabalhos de assistência técnica da entidade junto aos moradores da Tamarutaca, que passaram a ser atendidos pelo corpo de arquitetos e engenheiros do próprio DEHAB/SISH.

[3.3.3.5] O campo institucional de atuação

O quadro técnico do DEHAB da prefeitura de Santo André conta com diversos profissionais formados no mesmo ambiente de militância já aqui contextualizado. Desde as invasões de terra do início dos anos de 1980, passando pelas primeiras experiências de urbanizações de favelas e pela consolidação do ‘apoio às lutas pelo direito à moradia’, muitos arquitetos foram ocupando um campo de trabalho que se caracteriza pelo assessoramento aos movimentos de moradia, mas não se limita aos espaços próprios da sociedade civil – inúmeras oportunidades profissionais foram criadas junto a administrações públicas (sobretudo as petistas) tanto para as assessorias quanto para os técnicos em si (Carvalho, 2004).

No caso de Santo André, a experiência acumulada por estes técnicos vem dando suporte às tarefas desenvolvidas pelo DEHAB/PMSA, de modo que muitas resoluções projetuais são definidas ali mesmo, desde que haja capacidade operacional para tanto, dispensando terceirizações.

Nessas condições, justamente, foi elaborado o plano de urbanização da parte da favela Tamarutaca que, todavia, não havia sofrido nenhuma intervenção. Segundo nos relatou um dos funcionários do DEHAB/PMSA, “o ‘desenho urbano’, quadra a quadra, que garantiu o parcelamento do solo, a padronização dos lotes, a locação do novo traçado viário e as diretrizes para a execução das redes de infra-estrutura, foi determinado pela própria equipe da prefeitura, em trabalho conjunto com técnicos do SEMASA” [funcionário PMSA/1].

Dentre os subprogramas do PIIS/SAMI, o de urbanização integrada de favelas e produção de moradias foi o primeiro a ser implementado (Blanco Jr, 2006). Segundo consta em PMSA (2003), foram realizadas plenárias gerais para discussão de temas de interesse comum e também reuniões menores, para discutir questões mais específicas. No caso do processo de definição do projeto de urbanização, a primeira etapa foi aquela correspondente ao cadastramento das famílias, seguida imediatamente por assembleias em que se discutiram critérios e diretrizes para a redefinição do loteamento das áreas:

“Uma das principais questões que teve que ser definida dizia respeito às famílias que se mudariam para outras áreas e aquelas que permaneceriam, porque, na verdade, havia um número maior de famílias do que a área da Tamarutaca comportava. Depois, discutimos com as famílias que ficariam na área, quais as casas que poderiam ter mais de um pavimento. E para isso levamos em conta várias questões, como a localização da casa e também as questões de habitabilidade daquela casa e sustentabilidade da intervenção como um todo, porque uma moradia nunca está isolada. É preciso garantir luz e ventilação para toda a área” [funcionário PMSA/1].

Foram também escolhidos representantes de subáreas de intervenção dentro de cada núcleo, definidas previamente pelo DEHAB para uma melhor condução dos trabalhos [funcionário PMSA/1]. A partir de um contato regular com estes representantes foi elaborado um cronograma inicial de desenvolvimento dos subprogramas, que, no entanto, sofreu alterações substantivas no decorrer do processo de execução das ações do PIIS/SAMI [idem].

Na Tamarutaca, como mencionamos, as obras de urbanização foram iniciadas em setembro de 1998, com a recuperação da infra-estrutura instalada durante a gestão 1989-1992, já deteriorada; posteriormente estenderam-se às novas áreas invadidas (Blanco Jr, 2006).

Durante o primeiro ano de implementação do PIIS, as ações de caráter físico foram coordenadas por equipe da própria

prefeitura [funcionário PMSA/1]. Apenas no final de 1999 foi lançado o edital de licitação para a contratação dos serviços de assessoria técnica via Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas (APD), financiado pela Comissão Europeia, através do qual se operavam as obras de urbanização no âmbito do PIIS/SAMI.

As disposições do edital eram as seguintes:

Do Aspecto Físico: [1] Assessorar a equipe técnica da Unidade de Gestão do Programa (UG)²¹⁷ na direção técnica das obras de infra-estrutura e saneamento básico em execução nas áreas de intervenção: **a)** acompanhar o andamento das obras, fiscalizando a prestação de serviços da(s) empreiteira(s) contratadas, verificando a qualidade das obras de acordo com a “boa técnica” e o cumprimento das exigências contratuais; **b)** paralisar a obra em execução ou solicitar alterações de projeto quando verificadas irregularidades ou incompatibilidades entre os serviços em execução, informando à UG do Programa sobre os motivos que lhe deram causa; **c)** atestar as medições das obras executadas, efetuadas pela PMSA através dos respectivos órgãos competentes; [2] Assessorar tecnicamente as obras relativas à construção, reforma / adequações e/ou melhoria das moradias, em regime de autoconstrução: **a)** elaborar e discutir junto à família ou grupo de famílias os projetos da edificação específicos necessários à execução das edificações autoconstruídas, priorizando as unidades / famílias diretamente atingidas pelas obras de urbanização; **b)** prestar orientação técnica, acompanhamento e fiscalização das obras de construção, reforma ou readequação das unidades habitacionais, em regime de autoconstrução, considerando padrões mínimos de habitabilidade, conforto e segurança da edificação, usando para tanto meios didáticos e que ilustrem de forma clara as soluções construtivas; **c)** elaborar cronograma físico-financeiro da obra quando solicitado ou necessário para os casos de interface com obras de infra-estrutura, da provisão ou prazos de financiamento;

Do Aspecto Social: **a)** a partir do diagnóstico socio-econômico já realizado pela PMSA, dos dados já existentes e da interface com o trabalho físico, elaborar pesquisa de condições de habitabilidade das unidades e necessidade, capacidade de investimento ou interesse em construir, reformar ou ampliar as moradias por parte das famílias envolvidas, identificando ações para a implementação dos projetos de construção habitacional; **b)** planejar, juntamente com a UG, a remoção ou relocação das famílias envolvidas, discutindo e definindo em conjunto os critérios e condições do remanejamento; **c)** assessorar a população residente no núcleo para a organização comunitária, mobilização e participação no processo de urbanização como um todo, contribuindo

²¹⁷. O programa em questão é o APD – Apoio às Populações Desfavorecidas. A *Unidade de Gestão do Programa APD* era quem coordenava institucionalmente as ações de urbanização dos núcleos atendidos pelo PIIS/SAMI. Esta UG foi desfeita quando o convênio com a CE terminou. Atualmente, a própria SISH coordena estas ações [funcionário PMSA/2].

para o fortalecimento e ampliação das ações organizativas independentes e em interface, quando couber, com os demais projetos e atividades da PMSA em desenvolvimento; **d)** discutir, junto à população e à UG e em interface com o trabalho físico, formas de trabalhar o uso adequado e manutenção das melhorias e serviços implantados e a apropriação dos espaços públicos; **e)** planejar junto à população e viabilizar junto à UG instrumentos sistemáticos de comunicação que venham auxiliar no entendimento e envolvimento no processo de urbanização como um todo; **f)** desenvolver junto à comunidade, quando viabilizado pela UG, trabalho de consolidação da memória do processo de urbanização através do registro visual e documental do histórico de seu desenvolvimento²¹⁸.

A modalidade do edital era 'convite' e o tipo de licitação era 'menor preço', ou seja, a PEABIRU foi convidada por representantes da PMSA a apresentar uma proposta – mais exatamente um 'plano de trabalho' – para a área da favela Tamarutaca, que contemplasse as exigências do Termo de Referência citados acima (COPEL, 1999).

O plano foi dividido em três diferentes linhas de ação, “complementares, sobrepostas e não cronológicas” (Peabiru, 1999):

1. ações imediatas: atividades a serem desenvolvidas nos primeiros momentos do trabalho, tomando como referência aquelas programadas e em andamento no núcleo através do Programa Integrado e que venham se somar ao trabalho físico e social da assessoria técnica – levantamento e mapeamento das intervenções de infra-estrutura em execução ou programadas, considerando as remoções e demais interfaces com as habitações; levantamento geral das condições de habitação e identificação das situações de risco iminente; levantamento e mapeamento das obras ou atividades de autoconstrução em andamento; análise dos dados sócio-econômicos do núcleo já levantados pela PMSA; levantamento das ações intersecretariais do Plano Integrado e as possibilidades de interface com as atividades da assessoria técnica; apresentação dos dados, obras e cronograma de atividades no núcleo à população local; apresentação do trabalho da assessoria técnica; programação e implementação das atividades de campo da assessoria técnica, a partir desses levantamentos acima descritos; programação de encontros periódicos com a comunidade para acompanhamento do cronograma de atividades e preparação das famílias para atuarem em conjunto com as obras;

2. ações operacionais: atividades de assessoria física e social à autoconstrução a serem desenvolvidas a partir das ações imediatas e programadas em função do risco, das remoções ou interferência direta das obras de infra-estrutura, das obras de

²¹⁸. Dados sistematizados a partir do Termo de Referência integrante do instrumento convocatório, anexo I (COPEL, 1999).

autoconstrução em andamento e das famílias com predisposição para as reformas e melhorias em suas moradias – levantamento dimensional dos lotes e sócio-econômico das famílias nas situações acima descritas; desenvolvimento de estudos preliminares e apresentação para discussão junto ao morador, com posterior desenvolvimento do projeto básico arquitetônico, de estruturas e instalações, quando solicitados ou quando necessários em função das situações acima descritas; apresentação das informações técnicas sobre as novas habitações e soluções construtivas, ressaltando temas como a salubridade, segurança construtiva e uso do espaço; acompanhamento e orientação técnica das obras de autoconstrução; programação e implementação de plantões de atendimento técnico à população local; orientação à programação de eventuais compras coletivas de material de construção; atuação sobre demandas ou necessidades da população que venham a aparecer e que tenham interferência direta no trabalho da assessoria técnica; fomento à interface das atividades acima descritas com aquelas programadas ou em desenvolvimento pela PMSA, levantadas nas ações imediatas do trabalho;

3. ações comunicativas: atividades presentes em todo o desenvolvimento do trabalho, desde as ações imediatas, e que contribuem para a compreensão e discussão das melhorias trazidas pelas obras de infra-estrutura, das soluções técnicas de projeto e obra de autoconstrução e demais trabalhos em desenvolvimento pela PMSA. Essas atividades podem ser gerais, quando o assunto disser respeito às melhorias da região como um todo, ou dirigidas, quando se mostrar necessário o trabalho com grupos específicos dentro da comunidade (crianças, adolescentes, mulheres, terceira idade) – pesquisa prática e constante sobre os melhores meios a serem utilizados para exposição dos assuntos técnicos (jornais, cartilhas, audiovisual, reuniões de grupo, seminários, debates, dinâmicas de grupo); fomento a ações comunitárias de discussão e encaminhamento dos temas de interesse geral ou setorial dos moradores; apoio à comunidade na elaboração registros históricos da urbanização e incentivo à sua divulgação, avaliando conjuntamente os melhores meios a serem utilizados²¹⁹.

[3.3.3.6] O processo de trabalho

De forma geral, segundo pudemos perceber a partir do levantamento documental, a atuação da PEABIRU em campo seguiu com certo rigor o que havia sido enunciado no referido plano de trabalho. A cada mês, desde o início das intervenções, a entidade preparava relatórios descritivos, solicitados pela PMSA, elencando as atividades desenvolvidas e as eventuais

²¹⁹. Dados sistematizados a partir do Plano de Trabalho para a Tamarutaca elaborado pela PEABIRU (Peabiru, 1999).

dificuldades enfrentadas e facilidades percebidas. O primeiro deles, apresentado em agosto de 2000 – *Relatório de Reconhecimento e Programação dos Trabalhos* (Peabiru, 2000) – trazia metas a serem cumpridas, baseadas em três linhas de ação: [1] aprofundamento e aproximação dos subprogramas do Programa Integrado, visando a estabelecer interfaces com os trabalhos de urbanização do núcleo; [2] parcelamento das áreas com infra-estrutura já implantada; [3] acompanhamento das obras de auto-construção.

A parte ‘física’ do trabalho estava, na verdade, baseada nos dois últimos itens: viabilização de frentes de obra para infra-estrutura instalada por empreiteira, gerenciamento de remoções e deslocamentos; elaboração de projetos de cada unidade habitacional (tipologias) para as famílias relocadas, de forma particularizada, e acompanhamento das obras das unidades habitacionais autoconstruídas. Estas foram, primordialmente, as atividades desenvolvidas em campo pela PEABIRU, que as reconhece, também, como parte do ‘trabalho social’:

“O trabalho era, em primeiro lugar, a viabilização das obras de infra-estrutura. Então, quando uma rua deveria ser aberta, nós conversávamos com cada família, marcávamos com o topógrafo a locação dessa nova rua, e viabilizávamos as remoções ou as diminuições das casas. Por exemplo, tinha um barraco que estava bem no meio de onde a nova rua deveria passar, então este tinha que ser removido integralmente e a família seguia para alojamento ou para casa de parentes. Em outras situações, as famílias preferiam ficar apertadas num único cômodo da casa para não ter que ir para outro lugar. Quando isso era possível, uma parte da casa era demolida e um ou dois cômodos eram mantidos para que a família permanecesse ali. Nós marcávamos um ‘X’ as partes das casas que deveriam ser removidas. A partir dessa etapa, a empreiteira entrava para fazer as obras. Mas esse não era um processo necessariamente contínuo, porque, muitas vezes, depois que removíamos as famílias e que as casas eram demolidas, a empreiteira demorava semanas, em algumas situações meses, para executar a infra-estrutura.

[...] O trabalho social e o físico andavam juntos. Falávamos para a família que ela teria que ser removida. Perguntávamos: “Vocês têm para onde ir?”. Se não tinham, nós informávamos que a prefeitura tinha uma moradia provisória, que era muito ruim, com uma infra-estrutura muito mal feita. Mas, a moradia provisória tinha que ser negociada, porque a prioridade era para a Sacadura Cabral [outra favela em urbanização pelo PIIS]. Porque naquela área o número de remoções era muito maior.

Se a família não queria ir para o alojamento, nós apresentávamos a alternativa dos apartamentos nos conjuntos habitacionais da Avenida Prestes Maia e Avenida Áurea. Perguntávamos se queriam ir e se tinham condições de financiar. Havia também muitas trocas internas entre as famílias. Se havia alguma casa que já estava consolidada e que não ia sair – eram raras! –, ou se havia alguma família da área que já estava urbanizada e que queria ir para o prédio, nós gerenciávamos a troca. A família saía, liberava a

Imagens 138 e 139

138] Remoção de barracos para a abertura da viela nº 11

139] Demolição de casa para a abertura da viela nº 2

casa e nós assessorávamos a vinda de outra, que, por sua vez, liberava um outro lote.

E os critérios de escolha de quem ia para onde eram estabelecidos junto com as famílias, em reuniões. A prioridade era sempre para quem estava em área de risco, quem estava em risco tinha que sair antes. E também havia, vamos dizer assim, a prioridade do interesse público sobre os interesses privados. Por exemplo, a saída de uma família que liberava uma rua inteira e, portanto, liberava mais lotes, dava a esta família a prioridade de sair, de ir para o apartamento primeiro” [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Segundo o arquiteto Caio Santo Amore, que coordenou o trabalho da PEABIRU na Tamarutaca, o processo de trabalho era a um só tempo “intenso” e “lento” [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. Isso porque na medida em que as frentes de obras iam sendo viabilizadas e a infra-estrutura ia sendo implantada – o que demandava enorme dedicação aos processos de remoção das famílias e demolição e/ou desmonte das casas – também o reparcelamento do solo tinha que ser agilizado, para que as famílias pudessem retornar o mais rápido possível para o novo lote. A equipe da PEABIRU, constituída essencialmente por arquitetos – mas, que contava também, à época, com a colaboração de uma socióloga e um psicólogo –, era a responsável pelo encaminhamento dessas ações. Em relação ao assessoramento das famílias durante o processo de autoconstrução das casas, Santo Amore conta que, apenas na virada de 2002 para 2003, esta equipe passou a contar com o auxílio, em campo, de um mestre-de-obras, contratado pela prefeitura para compartilhar a supervisão das obras [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

O reparcelamento da gleba era feito com base no desenho que, como dissemos, foi elaborado pelo DEHAB. O projeto original, no entanto, foi sofrendo inevitáveis alterações, conforme relata o arquiteto:

“[...] Depois de abertas as frentes de obra, nós fazíamos o reparcelamento dos lotes. Já havia de fato um desenho elaborado pela prefeitura, em que estava projetado o sistema viário e também as redes de infra-estrutura, mas o projeto previa a demolição de 100% das casas. Nenhuma delas ficaria. E o que a gente fez foi tentar adequar algumas situações, para que algumas casas de alvenaria permanecessem. E, estando na área – e, sobretudo, numa área muito complicada do ponto de vista topográfico – você acaba tendo que fazer adaptações. Então, nesse sentido, muita coisa do projeto original de parcelamento foi revista. Era um trabalho muito lento, porque nós conversávamos com a família e iniciávamos a remoção e a demolição da casa. Nas situações em que uma parte da casa permanecia, abrigando aquela família, o parcelamento era mais complicado ainda porque, às vezes, a marcação do novo lote passava no meio deste ‘pedaço’ da casa que não foi demolido. Aí, tínhamos que esperar a liberação de um

novo lote, iniciar a obra da nova casa e remover novamente esta família, para que aquela parte que tinha 'sobrado' fosse desfeita e o lote pudesse ser liberado. Isso demorava meses. E o fato da casa ser auto-financiada determinava mais ainda o ritmo da obra, porque muitas vezes as famílias não tinham condições de iniciar as obras" [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Como se vê, o processo de autoconstrução das casas era ainda mais lento: embora tenha sido ínfimo o número de famílias que de fato autoconstruiu sua casa, trabalhando no canteiro sem nenhum tipo de contratação de mão-de-obra de terceiros, quase todas elas, tal como já mencionado, auto-financiaram essa construção. Na verdade, essa era a condição para que a urbanização acontecesse – ou seja, a prefeitura doava a terra, a implantação da infra-estrutura e financiava a presença da assessoria técnica na área, contanto que a população se encarregasse de arcar com os custos da moradia propriamente dita [funcionário PMSA/1]. Nesse sentido, a lentidão era própria da situação em que se encontravam os moradores: alguns deles dispunham de recursos para viabilizar a obra imediatamente; outros, por outro lado, demoravam muito tempo para reunir condições mínimas de investimento²²⁰.

"A gente ia trazendo as famílias que estavam nos alojamentos para discutir a distribuição dos lotes que estavam sendo liberados. Mas o que acontecia era que muitas famílias não tinham condições de voltar e construir. Com isso, a urbanização ia andando nas partes mais planas. As partes de topografia mais acentuada eram, originalmente, ocupadas pelas famílias mais pobres. E eram essas famílias mais pobres que iam ter que voltar para morar naquele pedaço, porque as áreas planas tinham sido ocupadas primeiro, pelas famílias que tinham condições de construir. O problema é que a determinação da prefeitura era que do lote pra dentro, a família fazia tudo. Era uma 'parceria', como eles diziam, ou seja, a prefeitura faz a infra-estrutura e a família arca com os custos da casa. Só que nos casos de topografia íngreme, tinham que ser executados muros de arrimo, que eram caros. As

Imagens 140 e 141

140] Construção do muro de arrimo, 2003

141] Vista de baixo – muro de arrimo construído, 2004

²²⁰ Caio Santo Amore nos disse que muitas famílias recorreram a uma linha de crédito disponibilizada pela Caixa Econômica Federal para financiamento de cestas de materiais de construção. Segundo o arquiteto, foi inclusive estabelecido um convênio entre a prefeitura de Santo André e a CEF para facilitar a obtenção do crédito [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. Às famílias que não puderam acessar esse procedimento, a prefeitura forneceu (de forma também financiada) o que ali se convencionou chamar 'kit-barraco': "Uma pequena parcela desta população [dos núcleos em processo de urbanização], por possuir renda mensal muito baixa ou por estar desempregada, não consegue se mudar para seus lotes por falta de verba para instalar um barraco de madeira no novo lote. Estas famílias, que deveriam desocupar os barracos antigos para a abertura de novo viário, dificultam o processo de urbanização ao passo que não conseguem cumprir o cronograma de obras determinado pela equipe de urbanização atrasando desta forma, o andamento das obras de remanejamento de outras famílias. Com a finalidade de agilizar a reestruturação destes núcleos, pretende-se fornecer kit barraco à estas famílias possibilitando-as de se assentarem mais rapidamente em seus devidos lotes e dando-lhes um tempo maior para planejarem suas futuras habitações que deverão estar em harmonia com o conjunto, garantindo a composição dos novos bairros [...]" (PMSA/PAPD, 2002).

próprias casas que seriam construídas ali precisavam de um projeto específico, porque o arrimo ia ficar no meio do lote, ou seja, as casas seriam escalonadas.

Aí, nós nos reunimos com as famílias e defendemos que a prefeitura teria que colaborar, ao menos com o material de construção. Depois de cerca de um ano de negociação, a prefeitura acabou doando o material. Nós fizemos os projetos dos muros e acompanhamos a execução. No caso das casas, se as famílias não tivessem dinheiro para fazer, a prefeitura tinha alguma possibilidade de doar o que eles chamavam de 'kit-barraco', ou seja, eles davam a madeira e a família fazia a sua casa já dentro do lote" [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Imagem 142

Plantas – projeto arquitetônico tipologia A com porão (s/ escala)

Na medida em que os lotes iam sendo liberados, as famílias eram encaminhadas para um "plantão de atendimento": um arquiteto da equipe recebia a família, conversava com ela a respeito do lote e de como ela pretendia que fosse sua casa [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. A partir destas 'diretrizes', apresentavam-se à família alguns "modelos" ou "tipologias" possíveis para aquela situação – tipologias estas, que, na verdade, pouco variavam entre si [idem]: a PEABIRU desenhou uma espécie de 'catálogo de soluções' para o lote-padrão, de dimensão 3,6m X 13m; estes projetos eram aplicáveis na maioria dos lotes, com exceção das esquinas, para as quais também havia desenhos específicos (Schetter, 2002). O corte estreito do lote-padrão gerou um elemento articulador do espaço interno, adotado de forma invariável: um corredor lateral que serve os quartos no piso superior, já que se trata de casas do tipo sobrado. A organização específica de cada projeto é resultado da colocação do corpo da escada, dos banheiros e dos poços de iluminação. Não há recuos laterais e tampouco nos fundos – a casa ocupa todo o lote. Isso foi tomado como um instrumento de controle de ampliações usualmente feitas de forma inadequada, em detrimento da manutenção da qualidade de iluminação e ventilação (Schetter, 2002), sempre sacrificada:

“Normalmente as famílias mudavam a área de ventilação. Nós deixávamos, no projeto, 1,5m x 1,5m e quando chegávamos para inspecionar a obra, eles tinham mudado para 0,90m x 0,90m. Mas, nós não tínhamos muito como interferir, porque as pessoas estavam auto-financiando, ou seja, elas poderiam respeitar ou não. Era uma assessoria! Em muitos casos, as pessoas construíram com menos ferro na estrutura do que nós havíamos determinado. E isso acabou gerando vários conflitos. Nessas situações, a gente parava o acompanhamento. Escrevíamos um relatório para a prefeitura, informando o problema, informando os riscos, dizendo que estávamos parando de acompanhar e porquê. Nós realmente abríamos mão de acompanhar quando não havia negociação. Em algumas situações, as famílias faziam um reforço a partir das nossas solicitações e aí nós continuávamos” [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Imagens 143 e 144

Plantas, corte e vista – projeto arquitetônico tipologia A sem porão (s/ escala)

Imagem 145

Via urbanizada com casas construídas segundo tipologias projetadas pela PEABIRU, 2006

De todo modo, existia a possibilidade de discutir com os moradores possíveis adequações projetuais, conforme suas expectativas: um dos moradores com quem conversamos disse-nos que solicitou alteração na planta mais de três vezes:

“Fui insistindo até ficar do jeito que eu queria. Eu queria uma garagem maior. Aí pra isso tinha que mudar o lugar da escada. A gente foi conversando até que deram um jeito da escada ficar onde estava mesmo. E a minha garagem ficou boa. Hoje eu uso pra um comérciuzinho que eu tenho lá. Isso aí foi legal. Ninguém veio aqui obrigando a gente a fazer desse ou daquele jeito. A gente foi conversando” [morador Tamarutaca/3].

Depois do plantão, o projeto era desenvolvido no escritório da PEABIRU: cada família dispunha de um projeto próprio, “pessoalizado”, nos termos de Santo Amore: os desenhos – de concepção arquitetônica, mas também de detalhamentos da estrutura das casas – eram entregues aos moradores em pranchas cadastradas pelos técnicos, contendo o nome do chefe da família, a localização da casa e a data do recebimento, ou seja, com atributos de “documento” [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Imagens 146 e 147

146] Plantas – projeto estrutural tipologia C2

147] Plantas – projeto arquitetônico tipologia C2

Também o projeto estrutural obedecia ‘modelos’: havia, por exemplo, modelos de vigas e pilares, padronizados de acordo com o dimensionamento dos vãos, embora os carregamentos fossem avaliados caso a caso. As soluções arquitetônicas, na verdade, eram regulamentadas pelas limitações decorrentes do auto-financiamento: não havia nenhuma possibilidade de desenvolvimento de outras tecnologias de construção que não aquelas que se valem de materiais baratos e conhecidos, como o bloco cerâmico de vedação – o popular ‘tijolo baiano’ – e as telhas de fibrocimento. Nesse sentido, a ‘padronização’ – entendida aqui como premissa

metodológica – foi encarada pela PEABIRU como um mecanismo de ‘racionalização’ do projeto, de forma que o desenho das casas pudesse ser facilmente apropriado pelas famílias, sobretudo durante o processo de sua construção [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Imagens 148 e 149
148] Casas construídas segundo tipologias projetadas pela PEABIRU, 2002
149] Tipologia em construção, 2002

Imagem 150
 Desenhos tipologias para escadas (s/ escala)

Mesmo ‘engessados’ pelas inúmeras limitações físicas e financeiras, Santo Amore diz que os arquitetos da PEABIRU avaliam a *discussão individualizada do projeto* como um dos pontos positivos do trabalho, embora reconheçam que, no caso da Tamarutaca, a sobrevalorização da autoconstrução por parte da prefeitura, ainda presa à concepção convencional do lote unifamiliar, pôs a perder a oportunidade de que a área pudesse ser adensada, através da construção de um conjunto habitacional de maior porte – o que, inclusive, possibilitaria a liberação de uma proporção maior de áreas livres, de uso coletivo, no interior do núcleo [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. O arquiteto ressalta, nesse sentido, o cuidado que se deve ter ao assumir o argumento incondicional em defesa da não-remoção e do respeito aos vínculos estabelecidos [idem]:

“Muitas famílias quiseram ir para o conjunto da rua Áurea, que era muito longe dali, mas era um bairro legal, de classe média. Se as pessoas têm a possibilidade de ir para um bom lugar, mesmo que seja longe da área em que elas moram, muitas vezes elas querem ir. E fazer o gerenciamento de perto, ou seja, acompanhar as famílias, conversar, ouvi-las, possibilita que se identifique

melhor quem quer ficar e quem quer se mudar. Isso até agiliza a urbanização, porque quem sai vai liberando casas ou lotes. E a gente conhecia de perto o perfil das famílias e também sabia indicar qual delas era mais adequada para mudar para esta ou aquela casa” [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

De forma complementar, um dos funcionários da PMSA – também arquiteto –, com quem conversamos, faz ressalvas sobre uma outra questão sempre trazida à baila como contenda para a manutenção da população na área: aquela que diz respeito à percepção de que moradores de núcleos favelizados não ‘gostam’ de conjuntos habitacionais:

Quadro 3

Transcrição de parte do item “Arquitetura”, referente à *Cartilha de Apoio à Autoconstrução* elaborada pela PEABIRU para os moradores do núcleo Tamarutaca, em 2001

“Por que gastar tanto dinheiro pra fazer autoconstrução e não investir em adensar o núcleo fazendo conjuntos habitacionais dentro da área? Essa história de que eles [os moradores] não querem prédio é lenda. Eles, a princípio, rejeitam o prédio por causa da taxa condominial – mais uma a pagar! –, mas que é um problema perfeitamente possível de ser contornado” [funcionário PMSA/2].

“

Nesse item veremos algumas questões relacionadas à planta de sua casa, algumas dimensões mínimas, iluminação e ventilação.

Uma das funções da equipe que está, juntamente com a prefeitura de Santo André, acompanhando a urbanização da Tamarutaca é a de elaborar as plantas para a autoconstrução, a partir da conversa com o morador, na qual ele dirá como deseja a casa, quantos quartos, com ou sem garagem, etc.

É nesse momento, portanto, que as decisões sobre a construção têm que ser tomadas, pois uma vez elaborada e entregue a planta, essa deverá ser seguida a risca, evitando o desperdício e o atraso da obra.

Alguns pontos são comuns a todos os projetos, tido que as condições dos lotes são semelhantes. Entre eles podemos destacar a necessidade de uma área de ventilação, pois os lotes são pequenos (mínimo de 45 m²) e devem ser aproveitados ao máximo. Essa área é destinada a melhorar as condições de salubridade da casa, ou seja, é ela que faz com que os ambientes fiquem mais arejados e iluminados, evitando-se problemas de saúde como de pele e respiratórios. Ela pode ainda ser aproveitada como área de serviço, desde que não seja coberta. Outra função dessa área é permitir que se faça um quarto no fundo do lote, com janela aberta para ela. Por lei não é permitido abrir janelas de nenhum tipo na divisa do lote, fazendo face com o lote vizinho, nem são permitidos lotes sem janela, pois esses não atendem as condições mínimas de salubridade.

Outro ponto no qual se deve ter bastante cuidado na hora da execução é a escada. Para tanto é apresentado um projeto específico para cada tipo de escada, contendo o desenho da ferragem (armação), as dimensões dos degraus e a espessura do concreto. É importante seguir corretamente o desenho apresentado, por isso qualquer dúvida não hesite, pergunte aos técnicos que acompanham a obra. Ainda assim, lembramos aqui algumas dimensões e detalhes construtivos: a) cada degrau deve ter 18,5 cm de espelho (altura) por 25 cm de piso. Com essas dimensões a escada fica confortável, diminuindo o risco de acidentes, sem ocupar muito espaço. Portanto, para uma distância média de piso a piso de 2,77 m, são necessários 15 degraus, ocupando um comprimento de 3,50 m; b) para a armação da rampa da escada deve ser deixada a espera ao se fazer o contrapiso, pois nele é fixada a escada.

De todo modo, mantida a diretriz da autoconstrução, um dos pontos importantes do trabalho da PEABIRU foi a elaboração de uma *Cartilha de Apoio à Autoconstrução* – prevista no plano de trabalho inicial como parte das chamadas ‘ações comunicativas’ –, para justamente contribuir para a compreensão, por parte dos moradores, das soluções técnicas de projeto e obra de autoconstrução, indicando pontos fundamentais a serem considerados durante a execução das casas, de forma a evitar riscos de acidentes elétricos, incêndios, desabamentos, infiltrações etc.

A cartilha estava dividida nos itens [1]

hidráulica (com especificações para ligação de água fria, instalação de caixa d'água, saída de esgoto, instalação de caixa de inspeção, caixa de gordura e outras dicas); **[2] muros de arrimo** (com especificações sobre reforço estrutural e impermeabilização); **[3] arquitetura** (com questões relacionadas à planta da casa, dimensões mínimas, iluminação e ventilação e execução de escada) e **[4] elétrica** (com indicações sobre os perigos de sobrecarga do circuito, colocação de conduites, localização das tomadas, aterramento e outros). Seguem, abaixo, alguns diagramas que constam da cartilha:

Imagens 151, 152 e 153 – Diagrama para orientação de execução de muro de arrimo, Caixa d'água e Conexões de tubulação hidráulica (s/ escala)

Imagens 154, 155 e 156 – Diagramas de orientação para instalação do encanamento de esgoto e caixa sanfonada (s/ escala)

Imagem 157
Casa em reforma, financiamento pelo programa de Requalificação (assessoramento PEABIRU)

A PEABIRU também participou do programa Melhor Ainda, em sua componente de 'Requalificação Habitacional'²²¹. Segundo documento oficial que esclarece os objetivos então definidos do programa,

“a maioria dos governos municipais brasileiros e das agências internacionais que promovem ou financiam projetos de recuperação de favelas centram seus esforços na provisão de saneamento de infra-estrutura. A maioria dos projetos de urbanização de favelas deixa a produção habitacional a cargo da população, que gradualmente auto-constrói e financia suas próprias moradias. Avaliando os resultados obtidos nos processos de urbanização de favela (gradual ou integral) detecta-se que a qualidade de vida é inquestionavelmente melhor com a incorporação de saneamento e a construção de novas acessibilidades. No entanto, nem sempre o núcleo de favela é integrado ao bairro formal da cidade e nem sempre as condições de habitabilidade atingem patamares de qualidade considerados adequados.

Embora com vias ou vielas pavimentadas e providas de redes de água e de esgoto, é comum, tanto a população do bairro como os próprios moradores do núcleo, não considerarem como parte do bairro o núcleo urbanizado, que permanece segregado espacialmente. A percepção que a favela urbanizada não é ainda bairro pode estar associada à adoção necessária de padrões urbanísticos mínimos diferenciados do restante da cidade (como tamanho de lotes e largura de vias), mas também pode estar vinculada à qualidade da construção habitacional. Parcelas das habitações continuam sendo construídas com materiais não permanentes, como madeira, e em sua maioria não apresentam o acabamento necessário (revestimento externo).

[...] Para transformar a favela em bairro formal da cidade e elevar a qualidade da moradia, entre outras ações, é necessário promover programas de apoio técnico e/ou financeiro à construção, à ampliação e ao acabamento de moradias” (PMSA/PAPD, 2002).

'Requalificação Habitacional', nesse sentido, seria justamente uma linha de ação empreendida pela PMSA que trataria de garantir, *sempre via autoconstrução*, [1] a melhoria da qualidade da habitação (por meio do acesso à assessoria técnica e ao financiamento para construção, reforma, ampliação e acabamento da moradia, objetivando melhorar as condições de habitabilidade, promovendo a recuperação da moradia, eliminando situações de insalubridade e de risco e melhorando seu conforto ambiental), [2] a integração da favela ao bairro (principalmente por meio da elevação da qualidade da construção das moradias e da aproximação do seu padrão construtivo do padrão existente no entorno, diminuindo assim as diferenças percebidas entre a favela e o entorno; as transformações urbanísticas resultantes da urbanização não são suficientes para levar

²²¹. Sobre o programa Melhor Ainda, verificar nota 208.

os moradores do entorno a perceber a favela urbanizada como bairro; a favela urbanizada passa de favela de barracos para favela de alvenaria; o revestimento e o acabamento das moradias podem contribuir neste processo de integração da favela ao bairro) e [3] a melhoria das condições de salubridade das moradias (levando os moradores que participam do projeto a compreender a relação entre a salubridade da construção, e o conforto ambiental e a saúde, e convencendo a comunidade a reformar ou ampliar sua moradia no âmbito deste projeto, ou fora dele, incorporando os aspectos de salubridade, de conforto ambiental e de segurança da moradia)²²².

Estas ações poderiam estar associadas à disponibilização de crédito para os fins indicados: até 2003, segundo Rosana Denaldi, a 'Requalificação Habitacional' havia sido desenvolvida em apenas dois núcleos atendidos pelo PIIS/SAMI (Tamarutaca e Sacadura Cabral) e em outros dois, urbanizados ainda na primeira gestão do prefeito Celso Daniel (Coréia e Nova Conquista) (Denaldi, 2003, p.174), atendendo famílias que podiam arcar com um financiamento de até R\$ 3.000,00, quando as obras fossem destinadas apenas à ampliação, reforma e/ou acabamento (PMSA/PAPD, 2002). Para a definição das famílias beneficiadas, era, primeiramente, elaborado um 'diagnóstico', a partir das seguintes informações: [1] diagnóstico do núcleo: a) permeabilidade com o bairro; b) problemas de obstrução de acessos e passeios e problemas de drenagem de redes de esgoto e de água; c) problemas de conservação ou manutenção urbana; [2] diagnóstico da unidade habitacional: a) perfil socioeconômico dos moradores; b) percepção do morador quanto ao conforto e à qualidade da habitação; c) situações de risco da moradia (estrutural, instalações hidráulicas e elétricas); d) situações de insalubridade da moradia; e) situação de conforto ambiental; f) situação de revestimento das moradias; g) durabilidade da edificação (PMSA/PAPD, 2002)²²³.

²²². Dados sistematizados a partir do documento PMSA/PAPD (2002).

²²³. O questionário aplicado entre as famílias para a elaboração do diagnóstico trazia as seguintes questões: Quantas pessoas moram nesta habitação?; Qual a renda familiar?; Há quanto tempo mora neste local?; Quantos cômodos há em sua casa?; No verão, como é a ventilação em sua casa?; Como você sente sua casa no verão, com relação à temperatura?; No verão, você liga o ventilador?; No inverno, bate sol em sua casa?; Como você sente sua casa no inverno, com relação à temperatura?; No inverno, você usa aquecedor?; Durante o dia, na cozinha, você precisa acender a luz?; No verão, com relação à temperatura, qual o cômodo mais desconfortável de sua casa?; No inverno, com relação à temperatura, qual o cômodo mais desconfortável de sua casa?; Qual o material da cobertura de sua casa?; Ocorre infiltração de água da chuva pela cobertura?; Em sua casa, há algum cômodo com umidade?; A casa apresenta rachaduras?; Pretende executar mais obras em sua casa?; Quantas pessoas dormem em cada cômodo de sua casa?; Quanto tempo tem sua casa?; Você recebeu, ou fez, um projeto para construir de sua casa?; Qual seu grau de satisfação com a sua casa?; Como você classifica sua habitação quanto ao ruído da rua?; Como você classifica sua habitação quanto ao ruído do vizinho?; Já ocorreu algum acidente em sua casa com relação à instalação elétrica?; Já ocorreu algum acidente em sua casa com relação à instalação hidráulica?; Quanto por cento da sua casa é revestida por fora?; Quanto por cento da sua casa é revestida por dentro?; O que você achou do financiamento oferecido pela Prefeitura de Santo André?; Você já havia pensado em reformar sua casa e não o fez por falta de dinheiro? Para você, qual a importância em revestir a casa por fora?; Você sofre algum tipo de preconceito, por causa do lugar onde você mora?; Quanto você está disposto a pagar por mês, pelo financiamento da reforma de sua casa? (PMSA/SISH/DEHAB, 2002).

Imagem 158
Requalificação habitacional – Programa
Melhor Ainda

Imagem 159

Projeto executivo de requalificação habitacional (s/ escala): note-se que, nesse caso, existe adaptação da residência para uso comercial no térreo

A partir de então, eram apontadas as diretrizes projetuais necessárias para proceder a requalificação. A assessoria técnica produzia uma planilha com a relação dos serviços, materiais, custos e cronograma referentes às obras de cada moradia a sofrer intervenção.

Também nesses casos os moradores operavam mudanças no projeto original apresentado: em relatório encaminhado pela PEABIRU, a que tivemos acesso, os arquitetos resumem o processo de desenvolvimento de uma das obras acompanhadas:

“A obra foi finalizada, mas o projeto não foi seguido totalmente. Além do empréstimo previsto, foi feito um aditamento e mesmo assim não deu para terminar a reforma. O empréstimo era para ser usado na construção da escada de acesso ao pavimento superior, um dormitório, um banheiro e revestimento da fachada, mas o morador optou por construir todo o pavimento superior. Para a conclusão final da obra, ficaram faltando os seguintes itens: contra-piso de todo o pavimento superior; revestimento para piso e parede do banheiro do pavimento superior; chapisco e reboco da parede lateral; pintura interna do pavimento superior; pintura da fachada e do portão” (PEABIRU, 2003).

Imagem 160
Detalhamento de vigas – projeto estrutural de requalificação habitacional (s/ escala)

Em paralelo a estas de ações de caráter ‘físico’, Santo Amore lembra que, de início, uma das componentes do trabalho da PEABIRU em campo deveria ser, também, o acompanhamento dos outros subprogramas do PIIS/SAMI implantados na Tamarutaca, de forma que a urbanização pudesse estabelecer interfaces com as outras frentes do programa [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. O arquiteto explica que a possibilidade da ‘integração’ poderia potencializar, por exemplo, a formação de cooperativas de construção civil, através dos programas de capacitação profissional, para, justamente, acompanhar e atuar na supervisão e execução das obras das novas unidades habitacionais [idem]. Mas, na prática, isso não aconteceu:

Imagens 161 e 162 – Plantas – projeto executivo de requalificação habitacional (s/ escala)

“A outra parte do trabalho social era o acompanhamento da equipe do PIIS. Mas, isso aconteceu mais no começo do nosso trabalho na Tamarutaca. E, na verdade, havia uma integração entre os primeiros escalões do governo, mas, em área, os técnicos trabalhavam de costas uns para os outros. Com as agentes de saúde, do programa Saúde da Família, nós mantínhamos alguma relação porque elas moravam lá. Mas, em relação aos outros programas, era muito difícil. Num certo momento, nós fizemos uma pequena pesquisa a respeito dos subprogramas, para saber quais famílias daquelas com as quais estávamos lidando participavam desses programas e também para saber como esses programas poderiam apoiar a urbanização. Por exemplo, se a pessoa participa do programa Renda Mínima e usa o dinheiro para construir a casa, era importante a gente saber, para que a gente pudesse entender como que essas questões de fato se integram dentro do núcleo.

Mas, esse trabalho de gerenciar as remoções nos tomava todo o tempo. E a prefeitura também nos falava para deixar de lado esse envolvimento em reuniões de outros subprogramas. Eles diziam: ‘O que a gente quer de vocês é esse trabalho de assessoramento técnico’ [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Havia, de todo modo, reuniões intersetoriais acompanhadas por técnicos de segundo e terceiro escalão responsáveis pela operacionalização dos subprogramas, tal como previa o desenho institucional do PIIS/SAMI. Mas, ao que parece, a urbanização não era vista como a principal das ações, junto da qual deveriam vir as demais (Blanco Jr, 2006). Por outro lado, sendo este o projeto que previa gastos de maior monta, a ausência de um fundo público capaz de lastrear a política habitacional de forma efetiva acarretava condições de trabalho em campo extremamente adversas – não havia cronogramas precisos e o repasse de recursos do convênio com a CE era precário [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]; além disso, tratava-se da reestruturação de um espaço em que viviam 600 famílias: Santo Amore diz que, na verdade, “participar do PIIS, nesses termos, era impossível. Nós saímos engolidos pelo cotidiano” [idem].

Imagens 163, 164, 165 e 166

163] Escadaria no interior do núcleo, 2000-03

164] Implantação de infra-estrutura em viela, 2000-03

165] Técnica social da PEABIRU entrega lote a morador, 2000-03

166] Mulher trabalha em autoconstrução, 2000-03

Imagens 167 e 168

167] Via ainda não urbanizada, 2006

168] Vista geral, de onde se pode ver a parte já urbanizada do núcleo e a parte, em primeiro plano, em que as obras ainda não foram iniciadas, 2006

É interessante notar que, depois de encerrados os trabalhos da PEABIRU na Tamarutaca, ou seja, a partir de 2004, as obras foram sendo executadas de forma ainda mais lenta: quem assumiu o papel que antes era da assessoria foi o corpo técnico do próprio DEHAB; e, finalizado o convênio com a CE, a prefeitura teve que refazer o mapa de financiamentos, de modo que a maior parcela do percentual de investimentos vem tendo que ser retirada do próprio orçamento municipal.

Cerca de 85% do núcleo está urbanizado, mas não há previsão de término das obras.

.4]

urbanização de favelas: a prática profissional e seus sentidos políticos

[4.1] Observações iniciais

Procuramos desenhar esta pesquisa de forma a destacar, em meio às contradições e ambigüidades que historicamente vem tomando parte aos processos de construção e consolidação da democracia²²⁴, a experiência de um certo perfil de arquitetos, que, no mais envolvido organicamente com um refazer contínuo das fronteiras de seu ofício mesmo, se fez partir em direção à tentativa de enfrentar as estruturas dadas, reelaborando questões acerca de como pensar e agir sobre a realidade urbana.

Nesse sentido, acreditamos que os estudos sobre a história da profissão e de suas revisões, que se confundem com a história urbana recente das cidades brasileiras, não prescindem dos casos específicos aqui relatados. Daí a ênfase insistente em determinados 'personagens', com suas particularidades profissionais e institucionais e suas inscrições políticas próprias: estes percursos compõem uma espécie de roteiro que hoje lido nos aponta pistas de interpretação do processo histórico ele todo, no que tem de complexo, heterogêneo e fragmentário.

Este capítulo, que se apresenta como a conclusão do trabalho, procura amarrar, do ponto de vista crítico e teórico, as passagens profissionais já aqui descritas, retomando algumas reflexões introduzidas em diferentes momentos da dissertação, de forma a desdobrá-las em considerações articuladas às dimensões mais amplas do momento contemporâneo.

²²⁴. Talvez nem fosse necessário lembrar que a concepção de democracia que está no horizonte desta dissertação extrapola, evidentemente, os limites do regime político estatista; de todo modo, vale a consideração: a idéia que aqui está em jogo é a de uma *sociedade democrática*, donde as assimetrias de poder possam ser corrigidas pela interlocução social, pela ampliação da concepção liberal de direitos, pela perpetuação de espaços de recusa à imutabilidade da ordem instituída, pela legitimação, enfim, do próprio conflito.

Para tanto, trataremos os três casos estudados no decorrer do **Capítulo 3** à luz de seus atributos e conexões históricas, mas também como parte de um contexto fortemente caracterizado por uma ressignificação de determinados discursos construídos em torno de referências normativas que procuraram qualificar o processo de democratização do Estado e da sociedade. Por isso, nesta etapa do trabalho – que não apresenta propriamente ‘hipóteses’ e/ou ‘comprovações conclusivas’, mas tenta introduzir ‘objetos de reflexão’ para um debate que jamais se esgota – atentaremos para alguns pontos específicos, eventuais potencialidades e impasses das experiências aqui apresentadas, sintetizados em alguns eixos de análise: as questões que dizem respeito à realidade atual das políticas públicas voltadas para a urbanização de favelas e sua relação com a questão dos direitos sociais, o lugar do ‘projeto participativo’ neste contexto, a percepção do espaço assumido pelo arquiteto no momento do desenvolvimento dos projetos, os diálogos possíveis e as mistificações em torno da relação conhecimento ‘popular’ e ‘especializado’, e, finalmente, a qualificação das figurações que conformam a prática desses profissionais no cenário atual, de forma a problematizar a ‘essência técnica’ da experiência projetual como horizonte crítico para pensar os conteúdos políticos do ofício.

Acreditamos, pois, que avaliar criticamente as nuances que assume nossa prática em meio ao cenário de instabilidades e fraturas do momento presente faz parte da própria (re)constituição do projeto político democrático: a possibilidade da disputa não exclui os estados de coerção, assimetria, alienação, mas da capacidade de discutir seus significados dependem as escolhas que faremos e o sentido que atribuiremos a elas. Nosso objetivo, nesse momento, é exatamente explicitar os impasses que historicamente nos vêm empurrando para um terreno de ambigüidades e paradoxos, o que, no entanto, não necessariamente de todo inviabiliza a perspectiva de que ainda possamos lidar de modo orgânico com o campo de problemas que atravessa o cotidiano da prática profissional.

[4.2] Urbanização de favelas, direitos e cidadania

A perspectiva de introduzir uma discussão sobre o temário dos direitos e da cidadania à luz da relação que se estabelece entre favela, arquitetura e Estado é parte constitutiva da severidade com que pretendemos enfrentar estes referidos dilemas e impasses de nossa atuação profissional. Ao lidar com o que nos escapa – a devassidão da miséria, a violência desmedida, a

instabilidade crescente das políticas públicas – estamos, a todo o momento, expostos ao risco de, desavisados ou não, escorregarmos para uma prática que, atravessada por constrangimentos decorrentes de determinações macro-estruturais, pode estar, na verdade, contribuindo à desconstrução de direitos, responsabilidades e compromissos – o que, nos parece, torna ainda mais urgente um esforço analítico capaz de nos trazer à luz as características e incongruências mais amplas do cenário sociopolítico atual, para que possamos, inclusive, dimensionar os obstáculos com os quais a todo instante nos deparamos, sem incorrer no erro de naturalizá-los.

> > >

Tal como procuramos desenvolver ao longo de toda a dissertação, o esforço histórico da população favelada em fazer-se reconhecer como portadora de direitos confunde-se, de certa maneira, com a perspectiva de redimensionamento da prática profissional dos arquitetos voltada às questões da moradia popular: desde as primeiras intervenções públicas, ainda de corte assistencialista, para melhorias nas favelas nos anos 1940, passando por experiências de arquitetos pioneiros como Carlos Nelson Ferreira dos Santos, no Rio de Janeiro, ou Acácio Gil Borsoi, no Recife, nos anos 1960, uma série de outras iniciativas para a implementação de programas de melhoria da habitabilidade em assentamentos precários, sobretudo a partir dos anos 1980, foram sendo implementadas Brasil afora, demonstrando evidentemente o peso das reivindicações populares no processo de qualificação tanto do desenho das políticas públicas, quanto do próprio papel assumido por arquitetos e demais profissionais no momento do desenvolvimento de programas e projetos. Vimos, por exemplo, que em diferentes regiões do país, em meio à redemocratização e ascenso dos movimentos sociais urbanos, grupos de profissionais, assessorias técnicas e ONGs desempenharam função importante na implementação de programas de urbanização e regularização fundiária de favelas, em favor de uma luta que não se restringia à propriedade da casa, mas que se fazia pelo direito público de habitá-la com dignidade e segurança.

Por outro lado, com o colapso da política nacional de habitação nos anos 1980 e a quase absoluta ausência de novas iniciativas federais de provisão, o crescimento desmedido de um modelo desigual de urbanização consolidou as favelas, com ou sem intervenção, como espaço permanente de moradia: a resposta à precariedade urbana a que está exposta uma parcela significativa da população brasileira – aquela de renda mais baixa – passou a ser dada quase que exclusivamente através de programas de urbanização de favelas realizados em âmbito municipal, cada dia mais difundidos e aprimorados, embora ainda

pouco significativos em termos de alcance social (Denaldi, 2003).

São notáveis, ainda assim, as evoluções no trato da questão: muitos acadêmicos e profissionais em geral que vêm pesquisando o tema das intervenções em favelas de forma detida apontam para avanços históricos no modo como o Estado vem lidando com a presença desses assentamentos nas cidades brasileiras [Blanco Jr, 1998; Bueno, 2000, dentre outros]: não apenas foram abandonadas as perspectivas de erradicação²²⁵, como também foram aprimorados os parâmetros e as tecnologias de intervenção, tema a que nos referimos brevemente no **Capítulo 2**.

Fazendo jus ao longo percurso trilhado pela população, por governos e profissionais, vários autores, de fato, apontam as citadas experiências do PROFAVELA, em Belo Horizonte, do PREZEIS, em Recife, e das primeiras urbanizações em Diadema, a partir de 1983, como momentos constitutivos, ainda embrionários, de estruturação e aprimoramento dos programas voltados para o enfrentamento da questão da precariedade e da ilegalidade dos assentamentos favelizados [Bueno, 2000; Denaldi, 2003; Blanco Jr, 2006]. Mas, como se sabe, é, na verdade, por volta da segunda metade dos anos 1990 que os programas de urbanização de favelas de fato se consolidam Brasil afora²²⁶: o programa carioca FavelaBairro seria o marco dessa ‘consagração’: uma iniciativa de visibilidade e com um alto montante de recursos aplicados vindos de agências internacionais como o BID²²⁷. Além dele, processos que combinam diferentes ações de caráter físico e social, aplicadas de forma ‘integrada’,

²²⁵. Na verdade, não podemos afirmar com convicção que o abandono da erradicação seja definitivo. Por um lado, há favelas que não são ‘consolidáveis’ (verificar nota **200**), ou seja, que não podem ser urbanizadas e mantidas como e onde estão, como nos casos de núcleos localizados embaixo de redes de alta tensão ou sobre aterro sanitário. Nessas situações, as remoções totais terão de ser efetuadas para garantir a segurança da população. Por outro lado, iniciativas de erradicação muitas vezes são praticadas para atender os interesses do mercado imobiliário, tal como ocorrera recentemente no caso das favelas removidas para dar lugar às obras das avenidas Faria Lima e Águas Espraiadas, vetor sudoeste de expansão imobiliária na capital paulistana (Fix, 2001) – certamente, nesses casos, a perspectiva de erradicação absoluta das favelas não está (e nem poderia) no horizonte dos governos, o que, no entanto, não impede que para bem de certos interesses algumas remoções integrais (e, às vezes, realizadas de forma violenta) sejam ainda praticadas.

²²⁶. Para ilustrar a difusão e a consolidação dessas práticas: um estudo recente do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o IBAM, sobre municípios brasileiros que vêm trabalhando com programas que visam à melhoria das condições de vida e moradia de populações pobres, apontou experiências em dez diferentes cidades, muitas delas surgidas ainda no final da década de 1990: Belém, Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santo André, Teresina e Vitória. A propósito: o estudo fez parte do plano de ação da *Cities Alliance* (verificar nota **145**), uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – UN-Habitat, em parceria com o Banco Mundial (Ibam, 2002); seu objetivo seria “identificar as lições que se podem extrair da prática de urbanização e regularização de favelas, com vistas a colher subsídios para o projeto ‘*Building an Enabling Strategy for Moving to Scale in Brazil*’, conduzido pelo Banco Mundial (Ibam, 2002, p.3).

²²⁷. Além disso, uma das principais características do FavelaBairro é propriamente seu *slogan* de efeito – “construir a cidade onde já existe habitação”, integrando a favela ao bairro (PCRJ, 1999) – que, na verdade, advoga a favor do ‘não-isolamento’ da favela em relação à ‘cidade formal’, valorizando o tratamento dado aos equipamentos públicos, mas não traz a questão da moradia no centro do que propõe: “Integração significa levar a cidade informal

como é o caso do Programa Integrado (PIIS/SAMI) de Santo André, também vem sendo saudados como *best-practices*, orientados por uma agenda que se preza pelo discurso em defesa da inclusão social.

A ‘consagração’ dessas iniciativas, no entanto, parece conformar uma prática que poderíamos considerar, de todo modo, fortemente atravessada por contradições e ambigüidades de grande ordem: se, de um lado, a pressão dos movimentos sociais foi fundamental no processo de consolidação dessas ações a partir da noção mesma de direitos, com ganhos reais em relação ao atendimento, de outro, expedientes comumente chamados de ‘urbanização de baixos padrões’ são, tal como comentávamos ainda no **Capítulo 2**, ‘altamente recomendados’ por agências como o Banco Mundial e símiles desde pelo menos os anos 1970²²⁸ – modelos de gestão mais recentemente estruturados pelo padrão ‘financeiro-corporativo’/‘solidário-participativo’ (Arantes, 2004), em que a extensão dos benefícios urbanos ao ‘pobre’ visa garantir sua condição de ‘cidadão-contribuinte’ (Davis, 2006), evitando despejos e remoções, dialogando com as “lógicas e formas de organização da comunidade” e fortalecendo a “economia popular” gerada pela produção do habitat da favela (Rolnik & Saule Jr, 1996)²²⁹.

Segundo alguns autores, argumentações desse tipo, a bem dizer, contribuem para fomentar o processo contínuo de perpetuação de um cenário em que a pobreza passa a ser vista como ‘natural’, já que inexorável (Telles, 2001), donde as iniciativas estatais de enfrentamento das desigualdades vão cada dia mais se baseando em proposições de curto alcance, ‘compensatórias’, ‘focalizadas’: desfeito o vínculo necessário entre justiça social e igualdade socioeconômica (Chauí, 2000), acata-se a idéia de que pela cooperação e pela parceria seremos capazes de minimizar – e apenas minimizar – o infortúnio dos miseráveis. Desse ponto de vista, a questão habitacional – que carece de altíssimos recursos, cada dia menos subsidiados – é

às mesmas matérias e elementos urbanos que circulam pela cidade formal: infra-estrutura e serviços públicos de educação, saúde, limpeza e segurança. O desafio consiste, portanto, em romper as barreiras que isolam certas áreas e construir leitos de circulação” (PCRJ, 1999, p.11).

²²⁸. Sobre o papel dos organismos internacionais no ‘incentivo’ às práticas de autoconstrução verificar também Rosseto (1993).

²²⁹. Mike Davis (2006) nos lembra que atualmente uma das figuras que mais defende este tipo de ‘valorização da economia popular’ é o economista peruano Hernando de Soto: o novo “guru do populismo neoliberal”, como assim o chama Davis, “afirma que as cidades do Terceiro Mundo não estão assim tão famintas de investimento e de emprego, mas sofrem de uma escassez artificial de direitos de propriedade. [...] Os pobres, argumenta ele, na verdade são ricos, mas incapazes de ter acesso à própria riqueza (propriedade imobiliária construída no setor informal) e transformá-la em capital líquido porque não tem contratos formais e nem títulos de propriedade. A concessão dos títulos, afirma ele, criaria instantaneamente um enorme patrimônio com pouco ou nenhum custo para o governo; parte dessa nova riqueza, por sua vez, forneceria capital para que microempresários famintos de crédito criassem novos empregos na favela, que então se transformaria em ‘hectares de diamantes’” (Davis, 2006, p.88). Davis, que critica De Soto de forma veemente, alega que as “panacéias” do peruano combinam “perfeitamente com a ideologia neoliberal e antiestatal predominante, até mesmo com a ênfase atual do Banco [Mundial] na facilitação pelo governo do mercado imobiliário privado e na promoção do acesso amplo à casa própria. Também é atraente para os governos porque lhes promete algo – estabilidade, votos e impostos – em troca de praticamente nada” (Davis, 2006, p.89).

entendida como secundária, já que deve ser enfrentada pelos próprios moradores (Davis 2006), que, a princípio, precisariam, para ‘melhorar de vida’, apenas do incentivo à organização, ao trabalho, à capacitação para o mercado – “soluções gerenciais” (Feltran, 2006) defendidas e financiadas também pela “filantropia empresarial cidadã” (Paoli, 2002) disposta a agir em benefício dos pobres, “cidadãos de segunda e terceira classes dependentes da caridade da ação externa privada para a possibilidade de inclusão social” (Paoli, 2002, p.414)²³⁰.

Em paralelo, longos e minuciosos diagnósticos sobre a pobreza nos países do Terceiro Mundo e seus atrasados modelos de gestão são elaborados para construir consensos em torno da idéia de que Estados eficientes, responsáveis, modernizados, mais objetivos e transparentes, estarão muito melhor preparados *tecnicamente* para ‘capacitar’ os pobres, possibilitando que se aproveite e se potencialize os investimentos por eles já realizados (Arantes, 2004): no Brasil, um exemplo do novo paradigma foi a implementação do programa de urbanização de favelas HabitarBrasil/BID, criado em 1999 pelo governo federal²³¹, que não apenas pretendia ‘democratizar’ o acesso à habitação para as populações dos núcleos favelizados sob intervenção, com base na redução dos custos da oferta (ou seja, reduzindo padrões), como também promover a melhoria do ‘desempenho institucional’ das administrações municipais responsáveis pela implantação do programa (Denaldi, 2003)²³².

²³⁰ . Em reunião de que participamos em maio de 2006 na sede da SEHAB/PMSP (verificar nota 166), funcionários do poder público paulistano esforçaram-se em demonstrar às lideranças do Movimento de Defesa do Favelado, também ali presentes, a importância da ‘parceria’ que a SEHAB/HABI havia estabelecido com um shopping center da zona leste da cidade para “melhorar as condições” de uma favela localizada no entorno imediato do estabelecimento: disseram eles que representantes do shopping haviam procurado a prefeitura pedindo a remoção da favela, que estaria prejudicando o sucesso do empreendimento. Em resposta, a prefeitura alegou não ter condições de efetuar a remoção, por não dispor de área e tampouco de recursos para reassentar as famílias e propôs aos empresários que contribuíssem para amenizar o “aspecto ruim” do assentamento. A comemoração da operação bem-sucedida contou com o entusiasmo do MDF, que revelara já ter entrado em contato com o shopping para iniciar, naquela favela, ações mais ambiciosas – cursos de capacitação profissional para jovens, incentivo ao esporte e à educação, etc.

²³¹ . Criado ainda durante o governo Itamar Franco (1992-1994), num contexto de desarticulação extrema das políticas habitacionais (período pós-BNH, lembre-se), o *Habitar Brasil* incorporava em seu desenho institucional o que, naquele momento, era algo ainda relativamente recente nas iniciativas federais de provisão habitacional: a participação direta das *prefeituras*, a ‘valorização’ das *organizações comunitárias* e, principalmente, o consenso de que a manutenção dos *assentamentos precários* poderia (e deveria) ser a ‘solução’ para o gigante em que se havia transformado o problema da moradia popular no Brasil (Santos, 1997). Parcialmente revisto após o contrato com o BID, em 1999, o programa passou a destinar recursos não só para a urbanização do que se denominou ‘assentamentos subnormais’, mas também para o ‘fortalecimento institucional dos municípios’ (Subprogramas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Desenvolvimento Institucional) (Pontual, 2000).

²³² . A importância dada pela esquerda ao papel fundamental dos governos locais no processo de formulação compartilhada de políticas públicas parece ter sido apropriada pela ortodoxia neoliberal dos anos 1990/2000, de modo que a reforma político-institucional possa garantir às cidades – alçadas ao papel de protagonistas do novo modelo de desregulamentação nacional – condições estáveis e permanentes de produtividade e competitividade (Vainer, 2000).

Em termos urbanísticos, trabalha-se, segundo este tipo de concepção, com o ‘conceito’ de *progressividade*: diante da crise fiscal, o único modo de levar habitação para um número maior de pessoas pobres é assumir, de antemão, que “o abrigo inicial será bastante modesto, mas que deverá ser progressivamente ampliado ao longo do tempo, de acordo com as prioridades, preferências e capacidade de investimento de cada família”²³³. E este tipo de ‘recomendação’ passa também pela ‘padronização do atendimento’ (Denaldi, 2003) – normativas homogêneas que determinam indistintamente os investimentos e o que deve ser empreendido, como, por exemplo, a definição de patamares máximos de investimento por família (como os atuais R\$ 10 mil recomendados pelo Banco Mundial) e a admissão de dimensões máximas para possíveis novas unidades habitacionais (Denaldi, 2003)²³⁴.

Ou seja, mesmo diante de todas as limitações e impasses que cercam os processos de urbanização de favelas – que não vêm respondendo satisfatoriamente aos objetivos propostos da tão propalada ‘integração favela-cidade’ e, segundo autores que pesquisam o tema de forma sistemática [Pontual, 2000; Denaldi, 2003, dentre outros], tampouco garantem o efetivo acesso das populações moradoras das áreas a habitações de fato adequadas em termos de conforto e salubridade –, este modo de intervir no espaço urbano passou a fazer parte da agenda de organismos internacionais como estratégia para ‘aliviar a pobreza’ no Terceiro Mundo, donde o foco das ações *não mais se direciona à questão habitacional*, mas sim ao conjunto de fatores que pode fazer acelerar o crescimento econômico e aquecer o mercado: de cidadão que tem seu direito constitucional à moradia digna supostamente garantido, o morador da favela passa a ser visto como o potencial consumidor de serviços públicos privatizados: Pedro Arantes nos lembra que, segundo especialistas do Banco Mundial, o ponto crucial desse tipo de política urbana “é garantir o ‘*fiscal linkage*’, quebrado há décadas pelos governos ‘centralizados’ do continente [latino-americano], o que quer dizer garantir que a realização de obras e serviços solicitados pela população esteja claramente condicionada ao reembolso integral de seus custos pelos beneficiários” (Arantes, 2004, p.55).

Nesse sentido, tal como já havíamos apontado ao longo da descrição dos três casos de estudo, um valioso argumento, que

²³³. Cohen, Michael. *The Challenge of Replicability. Towards a New Paradigm for Urban Shelter in Developing Countries*. Washington: Banco Mundial, 1983, p.94-95. Citado em Arantes (2004, p.43-44).

²³⁴. Um exemplo: “A resolução de 13/01/1998, que estabelece diretrizes para a composição do investimento no âmbito dos programas ‘Habitar Brasil’ é única para todas as regiões do país. Ela estabelece, por exemplo, que, para qualquer modalidade de intervenção, o valor do investimento por família beneficiada não deve ultrapassar sete mil reais. Admite-se a construção de moradias (módulo básico) de no máximo 32m², sendo que os custos resultantes de acréscimo de área devem ser assumidos pelo proponente (geralmente a Prefeitura). A normativa também delimita valores máximos de repasse por componente de infra-estrutura e recuperação ambiental, assim como para drenagem, em 20%, e obras viárias em 15%” (Denaldi, 2003, p.27).

procura ‘mistificar’ o fato de que famílias moradoras de favelas tendem sempre a optar pela permanência no local em que já vivem, rejeitando remoções, vem sendo notadamente utilizado por governos e agências internacionais para corroborar sua política de desregulamentação: de fato, historicamente a população favelada vem lutando contra a remoção compulsória e pelo direito de habitar a terra ocupada. Veja-se, por exemplo, a luta pela Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) travada nos anos 1980 e seus desdobramentos em relação às revisões da legislação fundiária vigente (como o Estatuto da Cidade). No entanto, essa constatação parece haver se afirmado – sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, quando foi realizada a *Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II*, em Istambul – como justificativa legítima para a manutenção da população nas áreas de origem, consolidando, por outro lado, muitas situações de precariedade, em que os moradores acabam permanecendo em núcleos pouco ou mal urbanizados, sob intervenções respaldadas pelo discurso do ‘respeito aos vínculos de pertencimento’. Em texto que reproduzimos na descrição do caso Jd. Olinda (item **3.3.2.4, Capítulo 3**, p. 188-189), a Superintendência de Habitação Popular (HABI) da SEHAB/PMSP ressalta que “é notória a preferência da população das favelas pela permanência em suas casas, a opção pela manutenção de seu cotidiano, pelo lugar onde já vem construindo sua história. Por essa razão, sempre que possível, é feita a escolha pela re-qualificação das moradias, o que reduz o número de remoções”²³⁵. O caso da favela Tamarutaca – e, presumivelmente, de tantas outras – prova-nos o contrário: quando se oferece à população alternativas dignas de moradia, ainda que possam estar absolutamente distantes do núcleo em que as famílias vivem originalmente, muitas delas poderão, sim, optar pela mudança, sem restrições e a contento.

O que ‘na prática’ complementa o argumento da permanência – além, evidentemente, do descuido com a urbanização em si – é justamente a festejada ‘regularização fundiária’, aos moldes das proposições de Hernando de Soto²³⁶.

De forma alguma pretendemos negar aqui a forte carga simbólica presente na questão do direito à posse da terra em relação ao imaginário que define, do ponto de vista de quem vive nas favelas, qual o “patamar mínimo de conquista da cidadania” (Silva, 1996): sair da ilegalidade significa também sair do anonimato, significa construir de maneira ainda mais sólida a noção de pertencimento à cidade e à sociedade, afastando o fantasma da remoção compulsória, do despejo, da perda da casa (Silva, 1996): a fala de um dos moradores que entrevistamos é, nesse sentido, bastante sugestiva: “A casa é o padrão certo da onde a pessoa reflete a vida. Se a pessoa tem a casa, ela tem uma vida. De que adianta ter trabalho se a pessoa não tem a casa?” [morador Dois de Maio/1]. Além disso, como se sabe, grande parte da população moradora de favela está exposta ao risco de

²³⁵. Verificar nota **190**.

²³⁶. Verificar nota **228**.

ser ameaçada também por grileiros a ter de deixar a terra que habita, sob pena de ser expulsa dali de forma violenta.

Por outro lado, como também vimos no texto divulgado pela SEHAB/PMSP, a ‘segurança da posse’, diante da alegada inviabilidade da provisão habitacional para a população de baixa renda, tende a ser encarada pelo poder público como a medida “necessária e suficiente” para o ingresso do favelado na vida civilizada, fazendo despertar-lhe o espírito do “pequeno proprietário” (Davis, 2006): “Com seu direito de moradia e possessório assegurado, as famílias têm o prazer de elas mesmas dar à sua casa a feição que querem. Isso significa maior incremento da atividade econômica e maior simplificação da vida, uma vez que permanecendo em sua casa, com tudo legalizado, não há necessidade de ingresso em financiamento nos programas da Prefeitura”²³⁷.

Ora, como seria possível, sob este argumento – que não discrimina exatamente o que é passível de ser regularizado ou não –, definir a ‘medida regulatória’ que permite julgar o que de fato é digno, ou mesmo justo? Uma política que tão somente se efetiva porque opera por concessões quanto aos padrões mínimos construtivos e de urbanização e por redução nos subsídios, apostando que, garantida a posse, os pobres estarão livres para investir em si mesmos, em suas casas e em sua ‘comunidade’, pode tratar-se nada mais do que um mero mecanismo de incremento da base tributária nacional (Davis, 2006)²³⁸.

²³⁷. Verificar nota 190.

²³⁸. Ermínia Maricato, que posfacionou o livro de Mike Davis (2006), alega que este argumento, defendido veementemente pelo autor, não procede no caso brasileiro. A arquiteta e urbanista, ex-gestora pública, enfatiza que ainda há grande resistência da sociedade brasileira – Judiciário, boa parte dos cartórios, funcionários municipais, parte do Ministério Público – em realizar a regularização fundiária de favelas, onde se concentra a população de mais baixa renda do país, o que, por outro lado, não ocorre com loteamentos de alto padrão, também irregulares (Maricato, 2006). Ressaltando que a luta dos movimentos sociais brasileiros e organizações profisionais durante anos pela regularização fundiária diverge frontalmente das idéias de Hernando de Soto, a autora vai além, argumentando que só mesmo o preconceito pode explicar tanta resistência ao procedimento, visto que “as favelas propostas para regularização, por diversos municípios, passaram por processos de urbanização [...]” (Maricato, 2006, p.219). De fato, a luta da população que resultou na regulamentação do Estatuto da Cidade (nº 2220/2001) vem permitindo, ainda que com muitas dificuldades, avanços importantes no trato da questão: não há dúvidas que a desigualdade no acesso à terra tem de ser enfrentado de forma incisiva também do ponto de vista legal. No entanto, caberiam algumas observações: os ‘processos de urbanização’ de que fala Maricato não necessariamente acontecem por meio de um plano específico, elaborado de forma a eliminar situações de precariedade habitacional. No caso de São Paulo, por exemplo, ainda que esteja previsto em lei que cada área desafetada possua seu plano de urbanização, segundo a própria SEHAB, as intervenções podem ser feitas de forma apenas pontual (asfalto, luz, água) (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d., p.50), consolidando, a partir da regularização, situações de habitabilidade exígua e insalubre que, do nosso ponto de vista, não poderiam ser tomadas como aceitáveis. Documentos da SEHAB/PMSP (gestão 2001-2004) registram que “a não ser em situações de risco, de grave degradação ambiental ou quando há conflitos específicos quanto à posse, a orientação da SEHAB é sempre no sentido de regularizar” (PMSP/SEHAB/COHAB, s/d., p.50): veja-se que não há referências às dimensões mínimas que o lote deve possuir para que seja regularizado. Essa a distorção que questionamos: a redução excessiva de padrões em favor da defesa do direito de posse.

Nesse sentido, importante ressalva também merece ser feita quanto ao caráter das intervenções físicas que usualmente vêm sendo empreendidas em favelas brasileiras, questão a que nos referíamos há pouco: a despeito do apuro técnico e dos avanços no desenho da política que se notam a partir dos anos 1990, muitos dos programas públicos voltados à urbanização trabalham com estes padrões que aqui questionamos. Na verdade, grande parte das intervenções sequer está estruturada a partir de programas habitacionais: acessam-se fundos públicos para obras pontuais (canalização, consolidação geotécnica, água, esgoto, drenagem), disseminando o que Rosana Denaldi (2003) chama de “urbanização possível”, o que, evidentemente, não permite gerar políticas públicas que se direcionem às questões urbanas mais amplas de forma adequada. Além disso, quando se trata de favela, tomando de empréstimo frase sempre repetida pelo arquiteto João Marcos Lopes, associado da USINA, a questão habitacional “nunca passa da soleira da porta” [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06] – são de certa forma raros os programas que destinam novas moradias à população reassentada (em São Paulo, por exemplo, talvez o maior exemplo deles seja mesmo o malfadado ‘Cingapura’) e mais raros ainda aqueles que, em algum momento do processo de urbanização, criam estratégias de intervenção nas unidades já consolidadas²³⁹.

Em seu importante trabalho de doutoramento, Rosana Denaldi nos lembra que

“os governos tendem a consolidar a favela tal como está, sem definição de parcelamento ou adoção de lote mínimo ou, ainda, sem a eliminação de situações ambientalmente inadequadas. [...] No Rio de Janeiro, a urbanização resulta, em alguns casos, em lotes menores que 20m² e habitações que distam mais de 250m de uma rua de veículos. São muitas as habitações insalubres, edificadas antes da urbanização, e que assim permaneceram. Em Diadema, para tornar o atendimento abrangente sem promover a remoção das famílias, consolidaram-se situações inadequadas de moradia [...]” (Denaldi, 2003, p.199).

A autora ressalta ainda que embora o saneamento seja um ‘direito social mínimo’, ele não pode continuar sendo considerado “a única questão central em programas de urbanização que buscam integrar a favela à cidade e promover a inclusão social” (Denaldi, 2003, p.199):

“O peso da remoção e da produção de novas moradias para viabilizar a urbanização, assim como a baixa qualidade da moradia

²³⁹ . O Programa ‘Melhor Ainda’ (de ‘Pós-Uso’ e ‘Requalificação Habitacional’) que compõe o Santo André Mais Igual é uma tentativa de enfrentar a questão da moradia que, mesmo após a urbanização, permanece de forma ainda bastante precária. De todo modo, as condições de financiamento são restritivas e os recursos são escassos, o que dificulta sua abrangência (verificar item 3.3.3.6 do **Capítulo 3**, especialmente, p.230-231)

que resulta dos processos de urbanização, são indicadores de que nas Regiões Metropolitanas não se trata apenas de ‘levar a cidade aonde já tem moradia’. Será necessário combinar os programas de urbanização com programas complementares de produção de novas moradias [...]” (Denaldi, 2003, p.199).

O Programa Bairro Legal, que trazia em seu escopo objetivos que consideramos mais ambiciosos em relação às intervenções urbanísticas propostas – para cada área, um projeto habitacional e urbano específico, elaborado segundo as particularidades espaciais e sociais de cada uma delas, com custos altos estimados²⁴⁰ – embora tenha tido continuidade em termos operacionais – ou seja, muitos dos projetos de urbanização desenvolvidos durante o governo Marta Suplicy e não implementados naquela ocasião estão de fato sendo construídos pela atual gestão (2005-2008) –, é encarado por boa parte do corpo técnico que hoje compõe a SEHAB/PMSP como uma iniciativa de caráter arriscado, que trabalha com um número muito elevado de remoções e provisão de novas unidades habitacionais, o que o torna inviável, oneroso demais [funcionário HABI/2]. As transformações ocorridas no projeto do núcleo Jd. Olinda e a substituição da proposta para a Dois de Maio fazem parte, justamente, do que a prefeitura vem chamando de “um novo conceito” em projetos de urbanização²⁴¹: a autoconstrução e o auto-financiamento, por exemplo, práticas exemplificadas neste trabalho na descrição do caso Tamarutaca, são vistas com bons olhos por funcionários do primeiro escalão de HABI: um deles nos disse em entrevista que “a partir de agora é com essa perspectiva que a gente tem que trabalhar se quiser melhorar o problema da habitação em São Paulo” [funcionário HABI/2].

A fala de um dos arquitetos, personagem dos casos que aqui trazemos, mostra de forma substantiva o impasse a que a questão habitacional passa a estar sujeita quando tão somente se lida com ela do ponto de vista de seu custeio:

“Se hoje você contabilizar o número de áreas verdes por habitante, as unidades com área inferior a 20 ou 30m², unidades com uma ou duas janelas, você tem um número absurdo de moradias impróprias na periferia de São Paulo. Então, dez mil reais por família no Nordeste pode até ser uma quantia significativa, mas aqui na região metropolitana não é. As favelas estão com dois, três pavimentos. Densidade de favela hoje é cento e oitenta, duzentas unidades por hectare... Isso é densidade de prédio de cinco andares! Então, pra sobrar área nessas favelas você tinha que fazer algo do tipo ‘Cingapura’ mesmo, ou seja, tirar todo mundo e

²⁴⁰. O valor total da obra de urbanização do Jd. Olinda estava estimado, em 2004, em cerca de R\$ 56.000.000,00. No caso da favela Dois de Maio, a estimativa era de cerca de R\$ 12.127.000,00. Dados fornecidos pela então chefe da Coordenadoria de Projetos (HABI 3), a engenheira Maria Lúcia Salum D’Alessandro (arquivos pessoais).

²⁴¹. Verificar nota 190.

colocar predinho de cinco andares pra todo mundo, que é o jeito de você manter no local, tal o tamanho da densidade. Tem favela que chega a duzentos e vinte unidades por hectare... Agora, a questão é o seguinte: se você pegar dez mil m², você não coloca duzentos e vinte apartamentos. Você coloca cento e quarenta, com térreo e mais quatro andares... É impossível dar uma moradia digna, de, no mínimo, 45m², pra essa população com um recurso de dez mil reais por família. Porque esse predinho, pra ter apartamento com essa dimensão, nunca vai custar só isso. E, a gente não pode ter mais que cinco pavimentos, porque não dá pra ter elevador. Então, como fica? Com dez mil reais a gente vai ter que manter as pessoas morando em casa de 20m²?" [arquiteto/5]

Colocadas estas questões, há que se perguntar, então, o que de fato está na ordem do dia das urbanizações: incorporar à discussão pública, reconhecer e agir a respeito da legitimidade da luta da população favelada pelo *direito à moradia digna*, pela dissolução dos preconceitos e pelo reconhecimento de sua cidadania, ou, por outro lado, escamotear estes princípios, não exatamente os negando, mas subtraindo deles, de forma paulatina, seu conflito inerente no momento preciso em que se promove o *loteamento e o barateamento da dimensão universal* que aí deveria estar em jogo?

É evidente que toda a pauta da Reforma Urbana redundava nestas considerações, que, na verdade, estão de fato costuradas em torno de uma questão ainda mais patente: o dilema do acesso à terra no Brasil.

Não é de hoje que sabemos que a manutenção do intricado normativo fundiário destinado a 'regular' a produção do espaço urbano brasileiro é, na verdade, mecanismo fundamental para o exercício arbitrário do poder que define quem tem o 'direito' de habitar este ou aquele pedaço de chão (Maricato, 1996 e 2000). Sabemos também que, por anos e anos consentida pelo Estado e por outros interesses corporativos, a 'informalidade' alimenta a dinâmica de valorização mercantil do solo e apropriação desigual dos espaços da cidade, e que, por isso mesmo, a possibilidade de enfrentá-la, do ponto de vista 'legal', mas, sobretudo, *simbólico*, é parte fundamental de um processo resistência e de disputa política travado pelos movimentos de luta pela moradia, em que o *direito de habitar se contrapõe ao mercado*, e procura subverter a ordem e a desfaçatez que insistem em cristalizar nossas assimetrias de classe.

Por isso, reforçamos a observação de que o que aqui questionamos não é, em absoluto, a regularização fundiária (e também a urbanização) como conquista da cidadania: o que nos parece duvidoso é a institucionalização de um procedimento 'técnico', que, tal como vem sendo operado, por relegar seu substantivo político, não trata a questão da concentração da propriedade da

terra em seu cerne e não permite avanços no trato residual das intervenções²⁴².

Nas palavras de um dos arquitetos que participou das urbanizações aqui apresentadas, não restam dúvidas de que a aposta na Reforma Urbana ainda é o horizonte possível para imaginar ações que contemplem o direito dos mais pobres à moradia de forma ampliada (embora, certamente, a discussão sobre a Reforma Urbana não mereça o mesmo espaço na opinião pública reservado à desqualificação do espaço das favelas como o repositório único e exclusivo da violência e da ilegalidade que ameaça a ordem²⁴³):

²⁴². Não nos parece possível realizar de forma substantiva esta discussão aqui, mas é preciso também alertar para o preço abusivo das terras urbanas que os governos têm de pagar nos processos de desapropriação e indenização de áreas para habitação popular e o peso que esse fator acaba tendo para a condução da política. Em Santo André, há casos em que o governo tem de subsidiar enormemente a remoção de famílias de áreas 'não-consolidáveis' para novos conjuntos, porque o custo da terra em relação ao valor total do empreendimento chega a absurdos 67%. E note-se que esses empreendimentos – como, por exemplo, o citado Conjunto Habitacional Av. Áurea, para onde foram removidas algumas famílias da favela Tamarutaca – muitas vezes adotam padrões urbanísticos 'especiais', ou seja, lotes de 44m², vias de 4m de largura e unidades habitacionais evolutivas: "O terreno [do Conjunto Habitacional Av. Áurea], de 4.400m², foi avaliado em fevereiro de 2000, em R\$ 799.886,77, ou seja, R\$ 177,20 / m², o que resultou num custo de R\$ 18.570,00 por família, enquanto que a execução de toda a infra-estrutura e a construção do módulo habitacional resultaram em um custo aproximado de R\$ 14.000,00 por família. Ou seja, mesmo adotando um alto adensamento e padrão urbanístico especial, o custo da terra é maior que a somatória da infra-estrutura e produção habitacional" (Denaldi, 2003, p.184). Não é difícil, pois, perceber que, nos casos de financiamento habitacional em que as prefeituras ou governos estaduais e federal têm que buscar terras particulares para desapropriação, os R\$ 10.000,00 por família 'recomendados' pelo Banco Mundial jamais darão conta de preencher o custo da terra, o que, no limite, 'obriga' o poder público a realizar apenas intervenções pontuais. É certo, no entanto, que os instrumentos legais trazidos pelo Estatuto da Cidade poderão, a longo prazo, contribuir para a ampliação do acesso à terra. Resta saber se a dinâmica do mercado imobiliário vai permitir que se disponha de terras adequadas e bem localizadas para uso habitacional ou se restarão apenas os confins das hiperperiferias como 'alternativa' para a população de renda mais baixa. A esse respeito, Rosana Denaldi argumenta de forma precisa que o aprimoramento de referenciais de regulamentação urbanística (como as ZEIS e a CDRU) não foi acompanhado pela "instituição de outros mecanismos e instrumentos que efetivamente interferissem no mercado de terras, para ampliar sua oferta e conter sua valorização. Ou seja, conseguimos estabelecer um arcabouço jurídico-institucional para consolidar e regularizar a cidade ilegal, mas não para alterar a lógica de sua formação" (Denaldi, 2003, p.196). Ver, também, sobre este tema, o trabalho coordenado por Ermínia Maricato (2000a).

²⁴³. Veja-se a visibilidade recente dada à ocupação dos morros cariocas pelo Exército (logo no início de 2007) e à invasão de algumas favelas pela Polícia Militar paulista por ocasião dos ataques da facção criminosa *Primeiro Comando da Capital* (PCC) no estado de São Paulo (por volta de junho de 2006). Ou seja, ou bem a favela circula na opinião pública como o *locus* do crime e do narcotráfico, ou bem como 'a comunidade carente' cheia de criatividade e com poucas 'oportunidades' para revelar seus talentosos rappers, capoeiristas, dançarinos ou artesãos. Não pretendemos aqui desenvolver uma discussão minuciosa a respeito da imagem que a elite (e a mídia aí incluída) tem das favelas brasileiras hoje, mas a observação certamente nos remete às mesmas questões colocadas há 60, 70 ou 80 anos, tal como demonstramos no **Capítulo 1**. De todo modo, aproveitamos para registrar que, evidentemente, não há que subestimar o peso que criminalidade violenta assume na vida cotidiana dos moradores das favelas, transformando, inclusive, suas formas de sociabilidade (sobre este tema, verificar, dentre outros, os estudos recentes da antropóloga Alba Zaluar [Zaluar, 2004]). A arquitetura certamente não tem como dar conta dessas questões, embora, incrivelmente, alguns burocratas ainda acreditem que a simples alteração das condições espaciais dos núcleos é capaz de, se não eliminar, ao menos 'minimizar' os aspectos de violência ali presentes – essa a premissa, por exemplo, do *Plano de Ação Habitacional e Urbana*, do Programa Bairro legal (ver **Capítulo 3**, p.123), em que foram desenvolvidos projetos para os três distritos com os mais altos índices de violência da capital paulista, Cidade Tiradentes, na Zona Leste, Brasilândia, na Zona Norte, e Jd. Ângela, na Zona Sul: no cerne do discurso dos financiadores (a *Cities Alliance* e o Banco Mundial), a questão da violência aparecia como argumento central para

“Em tese e na prática, a urbanização vem garantir o direito a uma moradia segura, ao saneamento, ao endereço, a permanecer no seu local... Há todo um rol de ‘direitos’ que será usado aqui e acolá para saldar o programa. Mas a soma desses direitos não resulta no direito a cidade, não é? Acho que, como executores que somos, as assessorias, precisamos pressionar tecnicamente as urbanizações de favelas para serem ‘intervenções urbanas’ relevantes, e não arremedos. Isso não significa dizer que faremos terra arrasada... mas, mesmo que seja necessário remover muita gente, é necessário garantir que a cidade entre na favela e, ao mesmo tempo, garantir terrenos ou imóveis em áreas centrais e consolidadas para provisão habitacional. Trata-se de Reforma Urbana!” [arquiteto/1]

Colocados os constrangimentos reais a que estamos expostos, parece-nos, ainda assim, que a importância de questionar se a *medida de dignidade*, pela qual historicamente também lutaram os favelados, ainda ocupa lugar na pauta da responsabilidade pública reside justamente no fato de que, tal como procuramos demonstrar, é a partir daí que se produzem, de um lado, os avanços em relação ao trato da questão da habitação em favelas urbanizadas, e de outro, perversamente, os processos estruturais de desregulamentação, dos quais, evidentemente, o trabalho do arquiteto muitas vezes não escapa e nem poderia.

Quando se admite – e às vezes com algum contentamento –, que, entre arquitetos e engenheiros que vêm lidando com habitação popular, ‘um mercado profissional se formou’, corre-se o risco de que se tome em conta a questão apenas do ponto de vista da iniciativa privada, que independe de governos, conjuntura e projetos políticos e donde, evidentemente, o interesse público não circula. Quando não, por outra: a forma ‘gerencial’ com que, por exemplo, as empresas de consultoria, cujos perfis apresentamos na descrição dos casos Jd. Olinda e Dois de Maio, lidam com projetos de urbanização de favelas faz parte de um ciclo de valorização de uma atuação profissional que se quer comprometida com a ‘boa técnica’, garantindo a ‘eficiência’ sem deixar de lado a ‘participação’. Some-se a isso o curto fôlego crítico reservado aos movimentos sociais – ao menos nos núcleos estudados –, já bastante afastados de sua posição historicamente válida e fundamental no processo de discussão sobre o direito à moradia, o quadro é de abertura e aceitação de uma lógica instrumental que se promete ‘muito mais técnica

estabelecer o caráter das diretrizes de abordagem projetual. Por outro lado, é fato que muitos dos arquitetos que atuam profissionalmente em favelas acabam, em algum momento, envolvidos com essa problemática. Um dos funcionários da PMSA, em depoimento, revelou-nos, de modo inconformado, o absoluto incômodo de ter que ‘negociar’ a abertura de frentes de obra na Tamarutaca com traficantes locais [funcionário PMSA/1]. Não é claro para esses arquitetos – e para nós tampouco – qual o papel que devem assumir diante de questões tão complexas, que de fato lhes escapam no dia-a-dia das intervenções. Poderíamos dizer que, de todo modo, se não há transformação espacial redentora, esse não pode ser um motivo para a *indiferença* isenta de crítica ou para a própria *parálisia*, questão que procuramos retomar no final do capítulo.

do que política', donde se enfatiza, inclusive, a 'importância' dessa dissociação.

E, por tratar-se o ofício do arquiteto de um exercício que se entende 'técnico' – ainda que não nos pareça possível despregá-lo de seu sentido político – é provável (e sabido) que também os dispositivos projetuais orientados à revisão de determinadas relações de poder e padrões de conduta – 'práticas participativas' – estejam sendo alocados indiscriminadamente para fundamentar e garantir a racionalidade que 'tecnicamente' deve embasar o 'gerenciamento social'. Veja-se o discurso 'comprometido' da DIAGONAL URBANA, empresa do 'ramo' da 'engenharia social', em relação à "prática solidária" e à promoção e viabilização do processo participativo, o que lhe garante, segundo ela mesma, "uma singularidade de atuação no mercado brasileiro"²⁴⁴.

Ainda assim, acreditamos que, como no caso da fala do arquiteto reproduzida acima, há, entre os profissionais, apontamentos importantes em relação ao modo mesmo como o sentido político do que fazemos deve (e pode) permear o cotidiano de nossa atuação prática – o que, no entanto, tampouco nos resguarda por completo de escorregar nos equívocos dos discursos vazios construídos em torno do que se apresenta como 'dado': os pressupostos programáticos unidimensionais que definem a *participação* como 'diretriz de intervenção' por vezes nos fazem perder de vista qual *forma* dá lugar a este *conteúdo*, sobretudo numa conjuntura de disputa político-cultural em que somos obrigados a lutar para manter as significações normativas originais de determinadas experiências.

Nesse sentido, cabe-nos, certamente, a tarefa de problematizar a questão da *prática participativa* com cautela, já que ela ainda aparece como elemento fundamental para a consolidação do projeto político democrático; do ponto de vista da arquitetura, ainda que em ações pontuais e parcelares, é urgente que se verifique se os esforços de construção de um espaço compartilhado de discussão podem constituir-se, todavia, como mecanismos possíveis e relevantes para a figuração de uma prática profissional comprometida ao menos com a dimensão crítica que permite questionar os conteúdos políticos do ofício.

[4.3] Arquitetura e *prática participativa*

É vasta a bibliografia que trata da especificidade da construção do projeto democrático no Brasil, destacadas aí a importância

²⁴⁴. Verificar **Capítulo 3** desta dissertação, p. 184-185 e nota 186.

e a visibilidade dos movimentos sociais no âmbito da sociedade civil e sua posterior inserção institucional, com vistas à ampliação, em diferentes instâncias e campos políticos, do ideário da democracia participativa²⁴⁵.

Em relação à problemática habitacional, vimos que a luta pelo direito à moradia, à terra e à própria cidade fortalecida durante a década de 1980 foi fundamental para a definição de novas formas de enfrentamento da questão urbana, com desdobramentos altamente relevantes quanto ao que diz respeito à partilha de poderes nos momentos de formulação e execução de políticas públicas: veja-se o exemplo, ainda hoje emblemático, do primeiro governo petista na cidade de São Paulo, repetidas vezes citado para ilustrar um momento em que a valorização de experiências participativas fez-se incidir tanto sobre os modelos de atuação do Estado quanto sobre as práticas dos arquitetos na elaboração de planos e projetos habitacionais [Maricato, 1997; Negrelos, 1998; Amaral, 2001]: a ‘inversão de prioridades’ se fazia notar de um lado a outro.

De todo modo, a ‘participação’ de que primordialmente tratamos neste trabalho remete-se, como nos referimos ao longo de todo o texto, à micro-esfera da discussão projetual, à interlocução estabelecida entre arquitetos e usuários para a construção coletiva do próprio *fazer* arquitetônico e/ou urbanístico (Shimbo, 2004), donde a relação entre os saberes considerados ‘especializados’ e ‘populares’ possa fazer parte de um processo de superação de hierarquias e sujeições.

É evidente que não se trata aqui de pôr em regime de equivalência duas diferentes gradações da prática participativa: se o exercício de partilhar poderes com o Estado para definir o desenho, a execução e a gestão de políticas públicas passa por uma discussão sobre a própria instituição estatal, sobre o caráter centralizador que lhe é peculiar, e, acima de tudo, sobre a perspectiva de que o interesse público seja enfrentado por mecanismos de controle social, o caminho aberto para a consolidação de estratégias que procuram garantir a participação do usuário nos processos de concepção do projeto arquitetônico certamente não possui o mesmo alcance político.

Ainda assim, não nos parece que seja possível ignorar que, como construção cultural e como prática social atravessada por relações de poder, o espaço comum que se constrói a partir da proposição do diálogo, ainda que este diálogo possa estar restrito apenas ao universo das necessidades privadas (a casa, o condomínio, o edifício), também faz parte de um processo de invenção de uma nova estrutura social, potencialmente orientada em função de pressupostos igualitários.

Nesse sentido, há fundamentalmente duas questões a respeito das quais nos caberia estabelecer pontos de reflexão crítica

²⁴⁵. Citamos um importante documento, de autoria coletiva, que poderia, de certo modo, ‘resumir’ este amplo universo bibliográfico, já que permeia diferentes temas e abordagens alinhavados em torno da questão da construção democrática: GECD, 1998/1999.

nesta etapa do trabalho: a primeira delas diz respeito ao exercício da participação na escala do próprio modelo de intervenção: menos do que avaliar as possibilidades – inegavelmente restritas, como já pudemos perceber – de participação política colocadas à sociedade civil no desenho dos programas de urbanização de favelas que apresentamos ao longo do **Capítulo 3**, interessa-nos, na verdade, questionar o lugar comum das diretrizes programáticas inócuas que enfatizam a necessidade da “participação da população em todo o processo” da urbanização (PMSP/SEHAB, 2002), especificando-a como uma exigência técnica que, no mais, deve garantir a ‘eficácia’ da intervenção (que o projeto urbanístico, sendo aprovado pela maioria, possa ser implantado sem maiores conflitos) e sua ‘sustentabilidade’ (em se tratando de um projeto que todos conhecem e aprovam, que, após o término das obras, a população possa controlar e manter o espaço segundo as regras da boa convivência).

Em paralelo a isso, a segunda questão que nos cabe problematizar lança vistas às especificidades de nossa cultura disciplinar: do ponto de vista da concepção dos projetos, observaremos a relação particular estabelecida entre arquitetos e moradores no caso das urbanizações estudadas no **Capítulo 3**, como forma interessada de aproximação aos acúmulos, permanências e transformações que a experiência prática reserva ao campo disciplinar e vice-versa, tendo em vista o processo histórico – por vezes contraditório e certamente não linear – que vem possibilitando aos arquitetos transpor determinadas fronteiras do ofício.

>>>

As três experiências trazidas à discussão neste trabalho foram, como sabe, postas em curso em governos nomeadamente comprometidos com o ideário participacionista, em defesa dos direitos da cidadania e de uma gestão orientada à inversão de prioridades. A gestão democrática da cidade de Santo André, desde o primeiro governo de Celso Daniel (1989-1992), sempre fora saudada como uma espécie de ‘exemplo’ de práticas inclusivas e de administração pública aberta a espaços de negociação. No caso de São Paulo, a despeito do hiato de oito anos das gestões Maluf e Pitta, ambas marcadas por escândalos de corrupção e também por um esforço contínuo de deslegitimar os canais de interlocução entre a sociedade civil e o Estado anteriormente construídos, a volta do Partido dos Trabalhadores à prefeitura, em 2001, reascendeu a expectativa de boa parte da população em torno da nova possibilidade de um governo disposto ao diálogo e à partilha de poder, tal como, de certa forma, ocorrera na gestão Luiza Erundina.

No que toca as questões relativas aos programas e urbanizações que estudamos, no entanto, as limitações quanto aos

aspectos ‘participativos’ das ações empreendidas foram grandes.

Não se trata aqui de examinar sucessiva e pacientemente os atravessamentos e constrangimentos que redundaram em práticas esvaziadas de seu sentido original proposto – este não é o objetivo desta pesquisa e tampouco possuímos arcabouço documental para tanto. De todo modo, se observamos algumas passagens descritas ao longo dos casos, não é difícil notar certa incongruência de determinados discursos em relação ao que propriamente se conseguiu levar a campo.

No caso do Programa Integrado de Santo André, por tratar-se de um processo complexo, estendido no tempo e que empreende ações múltiplas e combinadas, apenas pelo que levantamos, é impossível tanto afirmar quanto negar o caráter propriamente democrático dos espaços públicos em que se travaram as discussões a respeito das definições do programa²⁴⁶. Já em relação à execução dos subprogramas complementares à urbanização, sabemos que havia parte da população da Tamarutaca envolvida na operacionalização direta de alguns deles, através de agentes comunitários (de saúde, limpeza urbana e educação ambiental). Por outro lado, como na área não há uma mobilização/organização coletiva (ou ‘comunitária’, se se quiser) relevante e como o único movimento social de peso que historicamente esteve atuante na favela durante os anos 1980 e início dos 90, o MDDF, participa do programa como mais um dos ‘parceiros’ que opera um dos subprogramas do PIIS²⁴⁷, poderíamos supor que os moradores do núcleo, *em geral*, apresentam-se muito mais como o ‘público-alvo’ dessas ações do que propriamente como sujeitos capazes de interpelar o poder público e reivindicar seu lugar em processos de discussão de fato deliberativos. Há uma série de ONGs envolvidas nesse processo e não seria demais cogitar que elas justamente tenham ocupado um espaço de intermediação entre Estado e público-alvo, num contexto de valorização de ‘parcerias’ entre Estado, terceiro setor e setor privado²⁴⁸. O que nos parece mais evidente é que essas ONGs mantêm vínculos de fato sólidos com o

²⁴⁶. Sabemos que a urbanização da Tamarutaca foi demanda aprovada no Conselho Municipal do Orçamento Participativo em 1997. Sabemos também que uma série de ‘critérios de prioridade’ foram ‘tecnicamente’ estabelecidos para orientar a escolha das áreas que seriam atendidas pela urbanização (verificar nota 198). Não poderíamos afirmar que, nesse caso, houve autonomização dos critérios técnicos em relação ao questionamento político (Feltran, 2006), mas deixamos esta observação como alerta para o que reconhecidamente vem ocorrendo em algumas situações de OP no Brasil. Sobre experiências de Orçamentos Participativos no estado de São Paulo, inclusive em Santo André, veja-se Teixeira & Albuquerque (2006).

²⁴⁷. O MDDF entrou no PIIS como parceiro na execução do subprograma *Projeto Criança Cidadã* (destinado a jovens entre 7 e 17 anos, para atividades culturais e esportivas no período complementar à escola) (PMSA, 2003). Segundo Caio Santo Amore, arquiteto que trabalhou na urbanização da Tamarutaca e que passava longos períodos de tempo dentro da área, operacionalizando remoções e viabilizando obras, muito raras foram as vezes que os técnicos da PEABIRU cruzaram com representantes do MDDF ali ou em algum evento ou reunião [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

²⁴⁸. A idéia das parcerias e da participação, nesse caso, possui um poder de afirmação que se fundamenta nas concepções de gestão local de Celso

Estado e não com as populações atendidas pelo programa. Esse é o caso, por exemplo, da própria PEABIRU – contratada pelo poder público, a assessoria cumpriu um papel de “prestadora de serviços” (Teixeira, 2002), com alguma “sensibilidade” para o “trabalho social”, nas palavras do arquiteto Caio Santo Amore [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

No caso específico da urbanização – que, de fato, como se viu, não era uma prioridade para o programa –, a ‘participação’ preconizada pelo poder público andreense baseava-se na própria necessidade da viabilização das obras: tal como se estabeleceram as regras do programa, para que a urbanização acontecesse, a população teria que indispensavelmente ‘colaborar’ com as remoções, com o desmonte dos barracos, com a abertura das vias e a demarcação dos lotes; e, evidentemente, depois de instalada a infra-estrutura, a ‘participação’ continuaria na forma da autoconstrução. Além disso, segundo Santo Amore, as condições reais de operacionalização do programa e as inúmeras intermediações técnicas em relação às possibilidades de diálogo colocadas foram absolutamente determinantes no momento de elaboração das propostas das tipologias habitacionais [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06].

Todas essas questões poderiam perfeitamente funcionar como um argumento para que, do ponto de vista da arquitetura, questionássemos tanto a *forma* quanto o *conteúdo* desta ‘prática participativa’. Por outro lado, a presença da PEABIRU na área permitiu, mais uma vez conforme Caio Santo Amore, que os técnicos estabelecessem “uma relação bastante próxima às pessoas”, já que, em seu trabalho cotidiano, a assessoria tinha “uma preocupação em como viabilizar algumas coisas que não estavam previstas, como articular os programas, como a prefeitura precisaria cumprir os compromissos e cronogramas de obras (que nunca existiram!)” [Caio S. A. de Carvalho, PEABIRU, 08/03/06]. Dizer, portanto, nos termos que agenciamos, que no caso Tamarutaca a prática participativa simplesmente não aconteceu implicaria que soubéssemos exatamente como poderia ser um projeto *de fato* participativo, sobretudo em uma situação em que as possibilidades de autogestão e/ou cogestão simplesmente não estavam colocadas. Como evidentemente não temos respostas para esta questão, guardamos, mais adiante, certas considerações sobre as especificidades do projeto que, ao menos – assim nos parece –, trazem apontamentos que podem acrescentar algum conteúdo à problematização da cultura profissional em foco.

Daniel, idealizador do PIIS (ver Daniel, 1993 e 2001). Seria leviano considerar, de antemão, que o horizonte aí colocado seria o do gerenciamento administrativo que torna estratégica a ‘participação’ da sociedade civil para a condução eficiente da gestão pública. Carla Almeida faz considerações importantes sobre os diferentes conteúdos atribuídos ao papel da ‘participação’ na gestão pública: sobre o uso ambíguo da idéia de ‘governança’, a autora ressalta: “De um lado, o termo governança é usado, sobretudo, como meio de enfatizar o caráter gerencial [...] da gestão [...]; de modo geral, foi esse o conteúdo atribuído a esse termo no contexto das preocupações com a sustentabilidade das reformas orientadas para o mercado. De outro, a governança também vem sendo usada como referência de uma gestão baseada na democratização radical das esferas de poder por meio da participação social” (Almeida, 2006, p.98). Consultando os textos de Celso Daniel, percebemos que a segunda idéia é a que movimenta suas reflexões.

O Programa Bairro Legal, por seu turno, como se pôde perceber na descrição que fizemos dele no item **3.3.1.3** do **Capítulo 3**, foi um programa concebido e coordenado fundamentalmente pela SEHAB/PMSP, em que a participação política da sociedade civil apareceu de forma bastante obscura e, ainda assim, somente em relação ao que dizia respeito à questão da seleção das áreas que integrariam o programa²⁴⁹. Vimos que tanto o Conselho Municipal de Habitação quanto o próprio Plano Municipal de Habitação foram constituídos apenas a partir da segunda metade do mandato da prefeita Marta Suplicy, o que explicita o lugar secundário que ocuparam na condução das ações.

Por outro lado, a ‘participação’ da população das favelas para as quais haveria projetos de urbanização era posta como *exigência* em meio às inúmeras diretrizes do programa – e não só: o próprio agente financiador, o BID, estabeleceu cláusulas contratuais que, segundo um dos funcionários de HABI entrevistado, condicionavam a liberação de recursos à comprovação da ‘participação’ [funcionário de HABI/1].

Dadas as circunstâncias em que se formulara essa ‘defesa’ incontestada da ‘participação’, parece-nos evidente que, em termos mais ou menos velados²⁵⁰, o argumento que justificaria exigí-la como normativo do edital do programa passa pela ênfase discursiva no “caráter gerencial, administrativo, produtivista e técnico da gestão” (Almeida, 2006, p.98), afirmado como “desejável e necessário” para a sustentabilidade do projeto reformista em curso (idem).

Um dos arquitetos que participou dos projetos que apresentamos relata o modo distorcido com que a ‘participação’ vem sendo instrumentalizada para operar ‘eficientemente’ os programas:

“E esses financiadores exigem também a ‘comprovação da participação’! Por isso a gente diz que é uma ‘bíblia’, porque você tem que seguir à risca a ‘cartilha’! Então, participação pra eles é assim: ‘você fizeram reunião? Você comprovaram que fizeram reunião de participação? Você fizeram apresentação do programa? A população está sabendo?’ E os consultores desses bancos [financiadores] vão até as áreas pra consultar o povo e ver se eles estão ‘sabendo’ tudo direitinho... Isso é participação pra eles... Na melhor das hipóteses, é desenvolver três alternativas e apresentar pro povo escolher...” [arquiteto/6].

E como vimos nos casos Dois de Maio e Jd. Olinda, com diferentes coloridos e nuances, reedita-se, ao final, a mesma regra:

²⁴⁹. Verificar nota **134**.

²⁵⁰. Assim o notamos por tratar-se justamente de um (suposto) governo ‘de esquerda’, (suposto) herdeiro do projeto político democrático e participativo historicamente defendido pelo PT.

parece ser através de reuniões, oficinas e dinâmicas de grupo comandadas pelo ‘pessoal do social’, como assim notamos que se costuma chamar o corpo técnico dos assistentes sociais – personagens históricos na relação habitação/pobreza no Brasil²⁵¹ – que os projetos urbanísticos e arquitetônicos de fato chegam – ou devem chegar, segundo expectativa da prefeitura – à população. Ou seja, como diretriz programática, a participação aparece aqui completamente esvaziada de seu sentido político original (o que se refere à *partilha de poder*) – disso não resta dúvida. Mas, mesmo se nos voltamos àquela micro-esfera do diálogo projetual, também ali deparamos-nos com um *slogan* vazio: os arquitetos assumem seu papel de projetistas e as assistentes sociais ‘fazem a ponte com a comunidade’.

Nesse diapasão, a possibilidade real de aproximação do saber ‘especializado’ e do ‘popular’ – donde o exercício da participação apareceria como processo essencialmente *deliberativo* (e não apenas consultivo, agregador ou consensual, como na maioria das vezes o é) – surge no cotidiano das intervenções em favelas como rescaldo de uma interlocução altamente atravessada por uma miríade de condições que, embora aparentemente exógenas ao exercício projetual, têm sido determinantes no momento preciso em que se estrutura a ação²⁵²: as inúmeras interposições surgidas no decorrer do processo de trabalho na favela Dois de Maio são exemplos de que mesmo quando o poder público se mostra supostamente ‘interessado’ em assegurar a ‘participação’, ele próprio vai se encerrando em expedientes incompatíveis com o que o processo participativo verdadeiramente demandaria (e nesse caso, especificamente, como vimos, o Estado acabou exercendo um papel de fato ‘despolitizador’, ao refrear uma experiência da qual acreditou estar ‘perdendo o controle’). Recuperando algumas considerações do arquiteto João Marcos Lopes, da USINA, quando reflete criticamente a respeito de como as etapas do projeto para a Dois de Maio foram conduzidas,

“as áreas de acompanhamento social tinham suas próprias demandas enquanto que a gestão e o gerenciamento técnico dos projetos apresentavam as suas e muitas vezes tais demandas eram antagônicas. Nem eles percebiam que sua própria ‘disposição institucional’ para ‘fazer dar certo’ a participação era, na verdade, adversa, porque as ações ‘combinadas’ do físico e do ‘social’ só faziam desmobilizar a possibilidade de diálogo” [João Marcos Lopes, USINA, 12/06/06].

²⁵¹. Verificar observações sobre esta questão no **Capítulo 1** desta dissertação e também no importante trabalho de mestrado de Flávia Nascimento (2004).

²⁵². É bom lembrar, de todo modo, a enorme ênfase que podemos notar nas auto-narrativas dos arquitetos em relação ao processo participativo, o que, supomos, denota que a possibilidade da participação passou *de fato* a fazer parte de uma certa *concepção profissional de projeto*, ainda que, na prática, ela tome bifurcações imprevistas, como percebemos.

Parece-nos, pois, que o projeto arquitetônico acaba respondendo como pode aos apelos destas ‘condições adversas’, o que, supomos, não necessariamente garante ‘articulação’ entre uma cultura *acadêmica* e outra, *popular*. No caso Dois de Maio, projeto que ficou pelo caminho, notamos as insinuações dessa articulação na adoção dos ‘quintais coletivos’ como partido projetual. O desenvolvimento mais apurado desse elemento, no entanto, demandaria uma interação com a população que acabou sendo abortada pela própria prefeitura. Já no caso Jd. Olinda, o projeto foi concebido em cerca de três meses (tempo considerado curto pela equipe da GTA) e os agenciamentos de repertório ali presentes, a despeito de sua incontestável qualidade espacial – reconhecida também pelos moradores com quem conversamos – remetem a soluções que poderiam ser consideradas mais ‘convencionais’ em relação às outras experiências abordadas, sobretudo se observamos sua proposta para provisão habitacional (um grande conjunto residencial aos moldes das unidades corbusianas dos anos 1940-50). No entanto, o que seria fundamental ressaltar é que essa ‘articulação’ entre conhecimento *especializado* e *popular* passa pelo ‘resultado final’ do projeto, mas ele não é central: a perspectiva de estabelecer um processo de diálogo e discussão por si só nos parece, todavia, muito mais importante para perceber e entender a qualificação desta relação entre saberes.

Nesse sentido, a despeito dos atravessamentos programáticos colocados, caberia que levantássemos ainda algumas outras questões a respeito do que mais pode haver de relevante nos conteúdos que estudamos para pensar as possibilidades desta articulação e os desdobramentos que daí podem surgir em relação ao nosso campo disciplinar.

Vejamos: por força ou não das diretrizes dos programas de urbanização – que insistem em classificar a favela como uma espécie de ‘avesso da cidade’²⁵³ –, apesar do esforço dos arquitetos em reafirmar a ‘condição diferenciada’ do espaço físico da favela e a necessidade de garantir uma solução projetual que leve em conta as especificidades sociais e culturais do lugar, poderíamos dizer – sob o risco de algum excesso – que ainda não foi possível romper *de fato* com a padronização urbanística ordenada – rua, guia, calçada e lote – que caracteriza o ‘modelo’ da cidade ‘formal’.

No entanto, para entender a permanência desse ‘modelo’ (ou de uma ‘ordem dominante’) seria necessário não apenas questionar a cultura disciplinar que orienta os pressupostos projetuais dos arquitetos, mas também refletir sobre o que ele representa para os moradores das favelas, já que a produção da cidade não ocorre de forma dual ou dicotômica: não nos parece que haja uma dissociação plena entre este modelo que caracterizaria uma ‘cidade legal’ ou ‘formal’ e outras lógicas

²⁵³ . Sobre as nomeações que se constrói para classificar os espaços da cidade, Carlos Nelson F. dos Santos ressalta: “Nomear, classificar e dar sentido a espaços é uma força que, antes de mais nada, justifica hierarquizações, sacramenta segregações e cria dominações, ao estabelecer fronteiras simbolicamente produzidas. É assim que surgem e se impõem favelas, por exemplo” (Santos, 1982a, p.85).

(populares) de apropriação do espaço, consideradas 'informais' e 'ilegais'²⁵⁴; ou seja, se existe uma tendência à *homogeneização* de uma única regra ou de um único modelo, que implicaria numa desqualificação da diversidade cultural²⁵⁵, não há porque pensar que os favelados estariam *fora* desta tendência, ainda que eles possam, evidentemente, contrastá-la em diversas circunstâncias.

Analisando o processo de urbanização da favela Brás de Pina, nos anos 1960, Carlos Nelson Ferreira dos Santos nos lembra que “seria difícil imaginar que favelados pudessem inventar novidades dentro do *modelo geral de cultura capitalista* onde estão metidos”. A respeito do desenvolvimento dos projetos habitacionais para o núcleo, seus comentários são extremamente significativos:

“O [modelo habitacional] favorito passou a ser um chamado 2b (com mais ou menos 40% das escolhas). Era uma casa de 47m² com sala, dois quartos, banheiro, cozinha, varanda e área de serviço. Em segundo lugar, os moradores continuavam a preferir seus próprios ‘projetos’ (mais ou menos 35% das escolhas), o que foi considerado positivo. Eles queriam soluções que dessem status à moradia, como, por exemplo, varandas. Tais varandas são um caso curioso: suas dimensões são tão reduzidas que não podem ter uso prático: pareciam ter, no entanto, um alto valor simbólico. O corredor também era muito popular. Menos para distribuir a circulação do que por uma tendência a imitar os apartamentos cujas plantas saem nos anúncios imobiliários nos jornais. Os favelados estavam muito familiarizados com esse tipo de moradia da classe média e alta do Rio. Convém lembrar que grande parte dos homens e das mulheres trabalhavam neles: os homens construindo-os e as mulheres como empregadas domésticas” (Santos, 1981, p.81).

Em nota, o arquiteto complementa:

“Este é o exemplo mais acabado do uso de um modelo cultural que, por força dos macrodeterminantes sociais, é capitalista, e, mais particularmente, é um modelo cultural capitalista adaptado às condições concretas do morar na cidade do Rio de Janeiro.

²⁵⁴ . Reavaliando o conceito de cultura popular, Roger Chartier nos lembra que “as formas populares das práticas nunca se desenvolvem num universo separado e específico; sua diferença é sempre constituída através das mediações e das dependências que as unem aos modelos e às normas dominantes” (Chartier, 1995, p.189).

²⁵⁵ . Esta questão é largamente discutida no texto de Thaís Rosa (2006), a partir das observações de autores como Nestor Garcia Canclini (*As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983), Antonio Arantes (*O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1988) e Michel de Certeau (*A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994).

Aos favelados não se apresenta outra opção além de tomar as formas de um repertório preestabelecido e jogar com seus significados. Acredito que o processo de hibridização faz com que, com o tempo, apareçam novos significados a partir dos mesmos significantes originais. Por outro lado, a adoção de modelos com total desprezo pelos anteriores é um inegável exemplo do repúdio induzido aos valores próprios. Nada, nem ninguém, contribui para que um favelado considere positivos os espaços, os arranjos e os aspectos de seus barracos” (Santos, 1981, p.92).

Procurando discutir questões semelhantes, o arquiteto alemão Oliver Schetter, que esteve em Santo André acompanhando a urbanização da favela Tamarutaca, lembra que a adoção do modelo, da tipologia padronizada – que revisita, segundo ele, pressupostos da arquitetura e do urbanismo modernos –, evidentemente, representa uma forma de *disciplina*, na medida em que a organização espacial da casa remete a uma solução normatizada e por isso “sancionada pela sociedade”: “a organização formal da casa expressa a influência hegemônica das normas da sociedade e, portanto, de uma forma publicamente aceitável de habitar o espaço privado” (Schetter, 2002).

Por outro lado, Schetter ressalta também que a distribuição desse espaço privado representa um processo dinâmico e as definições funcionais adotadas pelos moradores não são absolutamente estáticas. Em referência à Tamarutaca, ele observa que

“também nas partes já urbanizadas [na primeira etapa da urbanização] do bairro, os costumes dos moradores revelam-se parcialmente resistentes aos efeitos modernizadores da arquitetura. Costumes tradicionais são mantidos no bairro, embora suas aparências externas sejam modernizadas. Embora o loteamento e a arquitetura pretendam homogeneizar a forma do habitar no projeto, o preenchimento desta última fica parcialmente flexível dentro dos limites estabelecidos pelas fronteiras e pelo sistema básico espacial” (Schetter, 2002).

Poderíamos, antecipadamente, supor que as famílias ‘adotam’ o modelo e não questionam *diretamente* ou *explicitamente* sua homogeneização (favelados também têm “aspirações burguesas”, como chegou a afirmar Carlos Nelson²⁵⁶). No entanto, o

²⁵⁶. Carlos Nelson ressalta, de forma complementar a essa observação, que os favelados não fazem distinções entre “produção, consumo, valores de uso e de mercado em cima daquilo que podem criar. [...] A casa é vista como abrigo, como referência, como investimento e como bem a explorar no todo ou em partes. [...] Quando verificamos que os pobres são também partícipes da cultura [capitalista] em que estão mergulhados e nela penduram seus significados e retiram outros tantos, costumamos ficar muito chocados” (Santos, 1982a, p.95). Eder Sader, fazendo observações sobre a aquisição de

padrão cultural não é invariável e o modelo sofre adaptações, como Schetter ressalta. Ou seja, *a aceitação e a resistência à disciplina* se dão de forma pendular e uma não exclui a outra²⁵⁷.

Não seria equivocado supor que, de fato, não há respostas ‘materiais’ imediatas para esse complexo jogo de relações sociais, o que, logicamente, não quer dizer que não seja oportuno retomar e rever linguagens – inclusive aquelas que dão suporte a esse modelo – na medida em que se reconhece no morador um dialogante também reponsável pela produção do espaço e seus significados (Santos, 1982a e 1988).

Tomando ainda como exemplo o caso da Tamarutaca, Oliver Schetter adverte que a flexibilidade de uso e apropriação do espaço seria a diferença fundamental que esse projeto apresentaria em relação às arquiteturas da habitação social de grande escala (Schetter, 2002). E ele chama atenção não apenas para o modo como os moradores operaram essa ‘flexibilização’, mas também para as possibilidades de que próprios os arquitetos tomassem parte desse processo, na medida em que as plantas das casas, a partir da tipologia pré-existente, puderam ser minimamente discutidas²⁵⁸ – “o abandono parcial e a transformação do modelo somente são possíveis depois dele ter existido e do diálogo (embora parcialmente oculto) estabelecido com ele” (Schetter, 2002).

A partir dessas observações, seria possível considerar que os desdobramentos acumulados por esses processos de discussão e participação – desde as primeiras experiências que relatamos, ainda nos anos 1960 – nos mostram que, de alguma maneira,

bens duráveis por famílias operárias, comenta que o padrão de consumo dessas famílias “parece indicar uma busca de acesso aos padrões de ‘classe média’, difundidos pela publicidade”. Seria, pois, através da absorção desses padrões dominantes (que, para Sader, não podem ser simplesmente considerados como pura “manipulação das aspirações”) que esses trabalhadores expressariam “algo de suas vontades e seus sonhos e é exatamente isso que é necessário saber ouvir” (Sader, 1988, p.109-110).

²⁵⁷. Há mais de vinte anos, Marilena Chauí sintetizou de forma altamente reveladora os aspectos de conformismo e inconformismo que caracterizam os fenômenos da cultura popular brasileira, que, segundo ela, se manifestariam na forma de uma “consciência trágica”: “A consciência trágica [...] não é aquela que se debate com um destino inelutável, mas, ao contrário, aquela que descobre a diferença entre *o que é* e *o que poderia ser* e que por isso mesmo *transgride* a ordem estabelecida, mas não chega a constituir uma outra existência social, aprisionada nas malhas do instituído. Diz sim e diz não ao mesmo tempo, adere e resiste ao que pesa com a força da lei, do uso e do costume e que parece, por seu peso, ter a força de um destino” (Chauí, 1986, p.178).

²⁵⁸. “O projeto Tamarutaca permite transformações originalmente não previstas nas casas tipo (as casas tipos inicialmente são meras variações de um projeto de casa unifamiliar), mas não por isso menos apoiados pelos arquitetos. Por exemplo, os moradores juntam cozinhas e salas num só ambiente orientado para a rua para assim não só ganharem quartos adicionais para famílias com membros múltiplos senão também para morarem numa casa mais próxima à forma de habitação costumeira. Em outras casas, a garagem é convertida em loja/estabelecimento comercial. Também acontece que duas famílias que dividiram uma unidade na favela devem seguir dividindo casa por razões técnicas, quer dizer, porque foram registradas no programa como um só grupo: até para este caso as casas tipo são adaptáveis permitindo a organização separada dos andares” (Schetter, 2002).

os arquitetos vêm podendo acrescentar paulatinamente novas questões ao campo disciplinar que orienta a prática do ofício: quem imaginaria que a ‘estrutura espacial modelar’, tão largamente criticada por toda uma geração ciosa de seus domínios sobre o ‘empírico’, o ‘vivido’, o ‘experimentado’, pudesse ‘reinventar-se’, em situações pontuais, pelas mãos de arquitetos-assessores²⁵⁹; e não se trata, evidentemente, de recorrer ao passado para resolver o presente – do contrário não admitiríamos que existem aí inflexões importantes em relação às revisões de fronteiras, às interlocuções construídas, aos agenciamentos técnicos reinterpretados e repropostos.

Parece-nos, pois, que, para além das romantizações e mistificações formuladas em torno da idéia da ‘equivalência de saberes’, como se fosse possível um diálogo que apagasse as diferenças e especificidades inerentes a cada um dos lados da relação estabelecida entre usuários e arquitetos, a formação de um *espaço comum* de interpelação e discussão – em que, *mantidas as diferenças e independentemente delas*, cada sujeito possui a legitimidade do pensar, do falar e do agir sobre o conteúdo discutido – apresenta questões ainda mais amplas e complexas para a prática profissional do arquiteto: questionar hierarquias, admitir alteridades, desconstruir a idéia da grande autoria (ainda muito cara à arquitetura, de modo geral) exige reformulações profundas de determinadas posturas diante de qualquer que seja o interlocutor; dilemas e conflitos não apenas fazem parte desse processo como também podem politicamente qualificá-lo.

Como antes mencionamos, seria impreciso supor que possa existir um vínculo estreito, direto e definido entre a participação nesses espaços de discussão projetual e a participação política que garante o controle social da agenda pública, cidadania e direitos, tal como se pressupõe que deva ser o processo de aprofundamento da democracia. Deixar, por outro lado, de reconhecer a legitimidade da construção dessa micro-esfera, no que ela pode acrescentar cultural e simbolicamente para a concepção de uma sociedade igualitária, seria incorrer na mesma imprecisão, sob o risco de que cometamos o equívoco de reduzir e subestimar as nuances que cotidianamente dão sentido à permanência da disputa. Num esforço dialético, caberia trilhar de volta os caminhos e admitir que, embora nos pareça óbvio que a intermediação técnica de nosso ofício (diretrizes programáticas, legislações, tecnologias, sítios, recursos, linguagens projetuais) nos encerra em territórios profissionais determinados e subjugados, essa constatação ainda assim não teria solidez argumentativa para que nos reconhecêssemos imobilizados diante da complexidade do cenário sócio-político mais amplo: afinal, é através dessa ‘essência técnica’ que a arquitetura se relaciona com o mundo, o interpreta e é por ele interpretada – trabalhar sobre questões que se remetem a essa

²⁵⁹. Veja-se também o caso do apuro projetual da *unité d'habitation* projetada pela GTA no Jd. Olinda, numa revisão dos preceitos modernos, que pressupunham, no entanto, o que ali não existe – a padronização. De todo modo, como comentamos ao descrever o caso, também está havendo apropriação e adaptação dos espaços dos edifícios por parte dos moradores (verificar p.191-192).

especificidade é o modo pelo qual, na prática do ofício, podemos tomar parte aos processos de interação das relações sociais. Ou seja, se existem, no cotidiano de nossa atuação profissional, interposições de normas, regras, restrições orçamentárias, cláusulas contratuais, forte intervenção do Estado na definição dos partidos, prioridades e lógicas de ocupação, atravessamentos de outras abordagens técnicas a serem consideradas, demandas populares que muitas vezes podem parecer imediatistas, é com esses elementos, e tantos outros, que nos cabe lidar, o que, por outro lado, não inviabiliza o surgimento e a reposição do conflito e das invenções, como pudemos perceber em algumas situações explicitadas nos estudos de caso.

De todo modo, acreditamos que os arquitetos que estiveram em foco no decorrer dos três primeiros capítulos desta dissertação trabalharam (e vêm trabalhando) não para mascarar as estruturas desiguais de poder que se reproduzem na cidade e na sociedade, mas sim para alterá-las *de fato*, e essa é, na verdade, a unidade de tensão que faz com que, do ponto de vista crítico, a prática da arquitetura permaneça sendo, no mais das vezes, interpretada como *instrumental*, já que não é capaz de transpor as fronteiras do ‘meramente operativo’. Não negamos, em absoluto, seu caráter operativo, como se viu, e tampouco gostaríamos de – pelo avesso da crítica – reputar aqui alguma função transformadora à prática, como também se viu. Parece-nos, apenas, que visões totalizadoras de um lado a outro produzem estados de paralisia e indiferença que não poderíamos nos dar ao luxo de assumir; fosse assim e não teríamos alcançado sequer a possibilidade de colocar em pauta os temas que aqui problematizamos.

[4.4] A prática como *fronteira de conflito*: notas para uma conclusão

Este trabalho procurou focalizar determinados impasses e possíveis potencialidades da atividade profissional dos arquitetos direcionada aos espaços de favela; mais do que isso, nosso objetivo foi problematizar as fronteiras do ofício a partir de uma discussão que levasse em conta a infinidade de atravessamentos, constrangimentos e determinações que cotidianamente se fazem presentes nos territórios da prática do arquiteto disposto ao enfrentamento da problemática habitacional no Brasil, sem ignorar conquistas, transformações e impactos de experiências relevantes no trato da questão.

Da ‘explosão discursiva’ que, nesse sentido, veio historicamente radicalizando a combinação *arquitetura / favela / projeto participativo* surgiram inflexões importantes que deram sentido às disputas pelos conteúdos políticos do ofício, mas não só:

muitos limites vêm sendo impostos ao cotidiano da atividade prática (sobretudo quando ela se pretende ‘participativa’), conduzindo os arquitetos para um terreno de ambigüidades e paradoxos a cada momento reforçados, o que, de todo modo – e assim nos esforçamos em demonstrá-lo – tampouco de todo inviabiliza a perspectiva de que ainda se possa lidar de modo orgânico com o conjunto de problemas que atravessa o trabalho ‘em campo’, já que disso também depende a capacidade crítica dos profissionais em relação à sua própria atuação. Sempre a partir de uma interrogação de base quanto às mediações culturais e políticas da profissão, pelo percurso que trilhamos, percebemos que muitas dessas ambigüidades, contradições e incoerências a que nos referimos, e com as quais, sob outra roupagem, se lidou há 30 ou 70 anos atrás, de fato continuamente reeditam-se e recolocam-se na ordem do dia – muitas vezes de forma aparentemente mais aguda, já que, em tempos de crise, as aporias do presente sempre parecem obscurecer qualquer possibilidade de futuro; mas é certo, por outro lado, que o desenrolar do processo histórico não se faz de forma linear e ascendente – tanto por isso as implicações que tão bem conhecemos: dilemas e impasses que refreiam a disputa, mas nem por isso podem completamente anulá-la.

A ‘fronteira de conflito’ a que nos remetemos no título deste sub-item que encerra a dissertação, ao contrário do que se poderia antecipadamente pensar, não diz respeito apenas à prática profissional encampada nos dias de hoje: passaram por esse ‘espaço’ ou por esse ‘estado’ arquitetos que enfrentaram questões semelhantes pelas mais diferentes chaves de entendimento: de Vilanova Artigas (e sua ambígua relação com o Estado autoritário em favor de uma aposta clara no próprio ofício) a Carlos Nelson Ferreira dos Santos (com seu apelo à antropologia para interpretar as relações de poder que estruturam o espaço).

Nesse sentido, os arquitetos cujas trajetórias e experiências aqui iluminamos, mais do que ‘militantes’ do ofício, são sujeitos que, em sua prática cotidiana, certamente técnica e certamente política, se mobilizam pela própria capacidade de criticar a si próprios, de perceber limitações e incongruências legítimas. Muitos deles procuraram enfrentar (e vêm enfrentando) esses impasses também em reflexões acadêmicas e em outros territórios de atuação. É grande, por exemplo, o número de arquitetos que passaram pelas experiências movimentistas dos anos 1980 e início dos 90 e que vem procurando registrar erros, acertos, ganhos e perdas desse período como forma de (re)pensar seus próprios limites e ações incompletas, mas também de admitir que, quando o conflito legitimamente se (re)coloca em pauta, não há como prever ‘resultados’ – a disputa a todo momento se dinamiza e propõe novos desafios.

Assim sendo, se considerarmos, por exemplo, que foi também pelo enorme esforço de reflexão e pela prática dos arquitetos-assessores que se esboçaram possibilidades de se reformular e de se propor novas formas de organização do canteiro de

obras, a partir de uma outra relação com o operário e a partir do emprego de novas tecnologias (muitas vezes ‘reinventadas’), não haveria porque não imaginar que, mesmo que sob as imposições de outros modelos de abordagem técnica e profissional, outros percursos da relação arquitetura / favela ainda estão por ser trilhados.

Para tanto, é evidente que necessitamos uma combinação de projetos políticos que ainda está por vir: se não foi aquela que animou a democratização nos anos 1980, dadas suas evidentes limitações, tampouco é esta – e disso temos absoluta certeza – que hoje está em curso.

Caberia dizer, por fim, que acreditamos que pôr em discussão a ‘especificidade técnica’ do trabalho do arquiteto como uma forma de racionalidade que, ainda que se faça parecer de todo ‘objetiva’, engendra relações subjetivas e variáveis, nos permite questionar o modo mesmo como dialogamos, a um só tempo, com os dogmas de nossa cultura disciplinar e com a realidade de nossas cidades deterioradas: se ‘nada podemos fazer’ ou se tudo o que fazemos redunde em pura ideologia, seria urgente que ao menos começássemos a rever a forma simplificada com que temos avaliado os processos históricos que dão sentido à disputa em que nos inserimos.

A perspectiva de tornar permeáveis os contornos de nossa prática profissional, *ainda que em ato*, faz parte dessa disputa:

“Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle” (Deleuze, 1992, p.218).

Se refletimos ao longo de todo o texto sobre contradições, dilemas, limites, impasses é porque justamente nos posicionamos em um terreno que – reafirmamos – não é aquele da *indiferença* e tampouco o da *paralisia*: utilizamos a metáfora da ‘fronteira de conflito’ por entendermos que é esse o espaço preciso que pretendemos ocupar quando nos questionamos sobre as escolhas que fazemos, sobre a relevância de nossas proposições projetuais, sobre as estratégias de que lançamos mão para torná-las apropriáveis, sobre as infinitas determinações e interposições que aí se colocam: da capacidade de que possamos interrogar, debater e reavaliar os conteúdos de nossa experiência técnica depende a própria possibilidade de politizá-la.

bibliografia]

- ABRAMO**, Pedro (org.). *Cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*. Rio de Janeiro: FAPERJ / Livraria Sete Letras, 2003.
- _____. "Quatro notas preliminares sobre a teoria econômica da favela: localização residencial e mercado imobiliário". IX Encontro Nacional da ANPUR (Anais). Rio de Janeiro, 2001.
- ABREU**, Maurício de Almeida. "Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro". *Revista Espaço & Debates*, nº 37, 1994, p. 34-46.
- ALMEIDA**, Carla. "O marco discursivo da 'Participação Solidária' e a nova agenda de formulação de ações sociais no Brasil". In DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (orgs.). *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 2006.
- AMARAL**, Ângela. *Habitação, participação popular e cidadania*. Dissertação de Mestrado. FAU-USP, São Paulo, 2001.
- AMARAL**, Aracy. *Arte para quê?: a preocupação social na arte brasileira, 1930/1970*. São Paulo: Nobel, 2ª ed., 1987.
- ANDREOLI**, Elisabetta & FORTY, Adrian. *Arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Phaidon, 2004.
- ARANTES**, Otilia. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- ARANTES**, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 2004.
- ARRETCHE**, Marta. "Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional". *Revista Espaço & Debates*, nº 31, 1990, p. 21-35.
- ARTIGAS**, J. B. Vilanova (organização de José Tavares Correia de Lira e Rosa Artigas). *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- AZEVEDO**, Sérgio de. "A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90". In AZEVEDO, Sérgio de & RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org). *A crise da moradia nas grandes cidades*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- BAGNARIOLLI Jr**, Irineu. *Política Urbana e Habitacional no Brasil e o Município de Santo André*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 1999.
- BALTRUSIS**, Nelson. *A dinâmica do mercado imobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo de caso nas favelas de Paraíso e Nova Conquista*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 2000.
- BARAVELLI**, José Eduardo. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 2007.

- BARDI**, Lina Bo. "Ao 'Limite' da Casa Popular" [apresentação do texto sobre o projeto de Acácio Gil Borsoi para a comunidade de Cajueiro Sêco]. Revista Mirante das Artes etc, nº 2, mar/abr, 1967a.
- _____. "Cinco anos entre os 'Branços': o Museu de Arte Moderna da Bahia". Revista Mirante das Artes etc, nº 6, nov/dez, 1967b.
- _____. *Tempos de grossura: o design no impasse*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1ª ed., 1994.
- BARONE**, Ana Cláudia Castilho. *Team 10: arquitetura como crítica*. São Paulo: Ed. Annablumme / FAPESP, 2002.
- BERLINK**, Manoel T. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. Campinas: Papirus, 1984.
- BLANCO** Jr, Cid. *Eradicar, inovar, urbanizar: políticas públicas para favelas*. Trabalho de Graduação Interdisciplinar, FAU-USP. São Paulo, 1998.
- _____. *A transformação nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 2006.
- BOLAFFI**, Gabriel. *A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação*. São Paulo: Ed. Brasiliense / Cebrap, 1977.
- _____. "Os mitos sobre o problema da habitação". Revista Espaço & Debates, nº 17, 1986.
- BONDUKI**, Nabil G. *Habitação & Autogestão*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.
- _____. *Arquitetura e habitação social em São Paulo 1989-1992*. São Carlos: EESC-USP, 1993.
- _____. *Habitat: práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996.
- _____. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI**, Nabil G. & **ROLNIK**, Raquel. "Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho". Caderno de Estudos e Pesquisas Fupam. São Paulo: FAU-USP, 1978.
- BORSOI**, Acácio Gil. *Taipa: prefabrication*. Recife: Recife Gráfica, s/d.
- _____. "Cajueiro Sêco". Revista Mirante das Artes etc, nº 2, mar/abr, 1967.
- BOSCHI**, Renato Raul (org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- BOSI**, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BUENO**, Laura Machado de Mello. *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. Tese de Doutorado, FAU-USP. São Paulo, 2000.
- BURGOS**, Marcelo Baumann. "Dos parques proletários ao FavelaBairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 3ª ed., 2003.
- CBA - CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA**. *I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. Brasília: UNB, 1984.
- CARDOZO**, Joaquim. "Arquitetura popular no Brasil". Revista Módulo, nº 5, 1956, p. 20-23.
- CARDOSO**, Adauto L. *Balanço da política municipal de Habitação 2001-2003*. São Paulo: Instituto Polis / PUC-SP, 2004. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 21).
- CARDOSO**, Adauto L. & **ABIKO**, Alex Kenya (ed.). "Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda". Porto Alegre: ANTAC, 2005 (Coletânea Habitare, v.5).
- CARVALHO**, Caio S. A. de. *Lupa e telescópio – o mutirão em foco: São Paulo, anos 90 e atualidade*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 2004.
- CAHO - CENTRO DE ARTE HÉLIO OITICICA**. *Hélio Oiticica: cor, imagem, poética*. Rio de Janeiro: CAHO, 1996.

- CHARTIER**, Roger. "Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico", Estudos Históricos, vol. 8, nº 16, Rio de Janeiro, 1995.
- CHAUÍ**, Marilena. "Notas sobre cultura popular". Arte em Revista, São Paulo, nº 3, 1980.
- _____. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- _____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 8ª. ed, 2000a.
- CHERKEZIAN**, H. & **BOLLAFI**, G. "Os caminhos do mal-estar social: habitação e urbanismo no Brasil". Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 50, 1998, p.125-148.
- COMAS**, Carlos E. D. "O espaço da arbitrariedade: considerações sobre o conjunto habitacional BNH e o projeto da cidade brasileira". Revista Projeto, nº 91, setembro de 1986, p. 127-130.
- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ (COPEL)**. *Edital para contratação de Serviços de Assessoria Técnica*. Santo André, 1999 (mimeo).
- CORREIA**, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil 1870-1950*. São Carlos: RIMA, 2004.
- CÔRTEZ**, Geraldo de Menezes. *Favelas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.
- COSTA**, Lúcio. *Registros de uma vivência*. São Paulo/Brasília: Empresa das Artes/UnB, 1995.
- DAGNINO**, Evelina. "Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana". In ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- _____. "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". In _____ (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?". In MATO, Daniel (ed.). *Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización*. Caracas, Venezuela: FaCES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DA MATTA**, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DANIEL**, Celso. "Governo Local e Reforma Urbana num quadro de crise estrutural". In RIBEIRO, Luiz C. & SANTOS JÚNIOR, Orlando. *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, pp. 291-308.
- _____. *Governança Urbana Inclusiva em Santo André: o Programa Integrado de Inclusão Social*. Santo André, 2001.
- DAVIS**, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DELEUZE**, Gilles. "Controle e devir" (entrevista a Toni Negri, primavera de 1990). In _____ . *Conversações 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DENALDI**, Rosana. *Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses*. Tese de Doutorado, FAU-USP. São Paulo, 2003.
- DE PAOLI**, Tércia Pilomia. *Favela código Cidade: 'o muito falar e o não fazer é suar em vão'*. Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP. Campinas, 2000.
- DIADEMA (CIDADE)**. *Habitação cada dia melhor*. Revista Trimestral da Prefeitura Municipal de Diadema, ano 1, nº1, maio de 1996.
- DIAGONAL URBANA**. *Relatório de acompanhamento social: Jardim Olinda*. São Paulo, 2004.
- DURHAM**, Eunice. "Movimentos sociais: a construção da cidadania". Novos Estudos, Cebap, nº 10, 1984.
- FASE – FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL**. Revista Proposta, nº 35, Ano XII, set. 1987.

- FATHY**, Hassan. *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª ed., 1982.
- FAVARETTO**, Celso. *A invenção de Hélio Oiticica*. São Paulo: EDUSP, 2ª ed., 2000.
- FELDMAN**, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo, 1947-1972*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005.
- FELIPE**, Joel. *Mutirão e Autogestão no Jardim São Francisco (1989-92)*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos: 1997.
- FELTRAN**, Gabriel de Santis. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.
- _____. "Deslocamentos – trajetórias individuais, relações entre sociedade civil e Estado no Brasil". In DAGNINO, Evelina; OLIVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (orgs.). *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 2006.
- FERRO**, Sérgio. "Arquitetura Nova". Teoria e Prática, n° 1, São Paulo, 1967.
- _____. *A casa popular*. São Paulo: GFAU, 1978.
- _____. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FERRO**, Sérgio & LEFÈVRE, Rodrigo. "Proposta inicial para um debate: possibilidades de atuação". São Paulo: GFAU, 1963.
- FIX**, Mariana. *Parceiros da Exclusão: duas histórias da construção de uma "Nova Cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- FOUCAULT**, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 15ª. ed., 2003 (sem a data do original na edição).
- FREIRE**, Américo & OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.). "O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 60." Depoimentos de José Arthur Rios e Sandra Cavalcanti. In _____. *Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a.
- _____. "O arquiteto que virou antropólogo: Carlos Nelson Ferreira dos Santos." Depoimentos de Maria Laís Pereira da Silva, Isabel Cristina Eiras e Diogo Lordello de Mello. In _____. *Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: FGV, 2000b.
- FREYRE**, Gilberto. *Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde (Publicações do SPHAN), 1937.
- _____. *Oh de casa! Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- FRIEDMAN**, Yona. *Pour une architecture scientifique*. Paris: Pierre Belfond, 1971.
- GECD - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA**. "Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática". Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, ano 5 (2) / 6 (1), 1998 / 1999.
- GOMES**, Ângela de Castro. "A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro" In GOMES, A. de C., OLIVEIRA, L.L. e VELLOSO, M.P. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Iuperj/Vértice, 1988.
- GONH**, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GROSTEIN**, Marta Dora. *A cidade clandestina, os ritos e os mitos: o papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo 1900-1987*. Tese de Doutorado. FAU-USP, São Paulo, 1989.

- _____. "Expansão urbana e habitação da classe trabalhadora: da vila operária ao lote popular". In SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (coord.). *Habitação e Cidade*. São Paulo: FAU-USP / FAPAESP, 1998.
- GTA** Grupo Técnico de Apoio. *Relatório de diagnósticos: favela Jardim Olinda*. São Paulo, 2003a.
- _____. *Memorial descritivo – Projeto executivo de urbanização: favela Jardim Olinda*. São Paulo, 2003b.
- _____. *Memorial descritivo – Projeto executivo de edificação: favela Jardim Olinda*. São Paulo, 2003c.
- GUARAPIRANGA**. *Recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo* (coordenação Elisabete França). São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000.
- GUERRA**, Abílio. "Favela Connects (1)". Revista Bravo!, n° 62, ano 6, 2002.
- GULLAR**, Ferreira. *Cultura posta em questão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- HALL**, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- HARVEY**, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 1993.
- HEIDEGGER**, Martin. "Construir, habitar, pensar". In _____. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 125-141.
- IAB** - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Departamento de São Paulo. *Arquitetura e Desenvolvimento Nacional. Depoimentos de arquitetos paulistas*. São Paulo: IAB - SP / Ed. Pini, 1979.
- _____. *Catálogo da exposição IAB 80 anos no Rio de Janeiro* (coordenação de Cláudia Pinheiro). Rio de Janeiro: IAB, 2001.
- IBAM** - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Estudo de avaliação da experiência brasileira sobre urbanização de favelas e regularização fundiária – Vol. 1 e Vol. 2*. Rio de Janeiro: Ibam, outubro, 2002.
- INQUÉRITO NACIONAL DE ARQUITETURA** (extraído do suplemento dominical do "Jornal do Brasil" fev/mar 1961). Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1963.
- JACOBI**, Pedro. "Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia". Revista Espaço & Debates, n° 7, 1982, p. 53-69.
- JACOBS**, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOPP**, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1990.
- KOURY**, Ana Paula. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*. São Paulo: Romano Guerra Editora/Edusp/FAPESP, 2003.
- KOWARICK**, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed, 1993.
- _____. (coord.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KOWARICK**, Lúcio & **BRANT**, Vinícius Caldeira (coord.). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 4ª ed, s/d.
- LAMPARELLI**, Celso Monteiro. "Louis Joseph Lebreton e a Pesquisa Urbano-Regional no Brasil. Crônicas Tardias ou Histórias Prematuras". In PADILHA, Nuno (org.). *Cidade e Urbanismo. História, Teorias e Práticas*. Salvador: FAU-UFBA, 1998, pp. 281-298.
- LARANGEIRA**, Adriana Araújo. "Programa Integrado de Inclusão Social – PIIS / Santo André-SP". In IBAM. *Estudo de avaliação da experiência brasileira sobre urbanização de favelas e regularização fundiária – Vol. 1 e Vol. 2*. Rio de Janeiro: Ibam, outubro, 2002.
- LARANGEIRA**, Adriana Araújo & **CASTRO**, Tânia. *Estudo de caso: Programa Santo André Mais Igual. Intervenções em Sacadura Cabral, Tamarutaca, Capuava e Quilombo II - Santo André - SP*. Supervisão de Marlene Fernandes / Coordenação de Carlos Alberto Arruda. Rio de Janeiro: Ibam / CEF, 2003.
- LE CORBUSIER**. *A Carta de Atenas*. São Paulo: HUCITEC - Edusp (Coleção Estudos Urbanos), 1989.

- _____. *Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elisabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- LEFEBVRE, Henry. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986 (tradução preliminar de Jorge H. Oseki, mimeo.).
- LEFÈVRE, Rodrigo. *Projeto de um acampamento de obra: uma Utopia*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 1981.
- LIMA, Aluísia Fonseca de. *Arquiteto pau-de-arara: a aventura da procura do saber*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 1989.
- LEME, Maria Cristina da Silva. "Formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895/1965". In _____ (org.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FUPAM/FAU, 1999.
- _____. "A pesquisa pioneira de Lebrecht sobre as condições de habitação em São Paulo". *Revista Espaço & Debates*, n° 45, São Paulo, 2004.
- LIRA, José Tavares Correia de. "A romantização e a erradicação dos mocambos, ou de como a casa popular ganha nome. Recife, década de 1930". *Revista Espaço & Debates*, n° 37, São Paulo, 1994, p. 47-60.
- _____. *Mocambo e cidade: regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado*. Tese de Doutorado, FAU-USP. São Paulo, 1997.
- LOPES, Doraci Alves. *Marginais da história? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo (1979 / 1986)*. Campinas: Ed. Alínea, 1997.
- _____. "Trabalhadores sem teto e ética do habitar: problemas do direito à habitação no modo de vida provisório". *Cadernos do ICH*, n° 8, Campinas, 1999, p. 7-24.
- LOPES, João Marcos de A. "Das utopias sem lugar aos lugares sem utopias: um roteiro para discutir os mutirões autogeridos em São Paulo". São Carlos, 2004 (mimeo.).
- _____. "Comentários incomodados com a leitura de 'Arquitetura e Trabalho Livre' de Sérgio Ferro". *Revista do IEB*, São Paulo, n° 44, 2007.
- LOPES, João Marcos de A. & RIZEK, Cibele S. "O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica". In CARDOSO, Adauto L. & ABIKO, Alex Kenya (ed.). "Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda". Porto Alegre: ANTAC, 2005 (Coletânea Habitare, v.5), p.52-83.
- LOPES, José Sergio Leite (coord.). *Cultura & identidade operária. Aspectos de cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro/São Paulo, UFRJ: Ed. Marco Zero, s/d.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 3ª ed., 2003.
- MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª ed., 1982.
- _____. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Enfrentando desafios: a política desenvolvida pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo*. Tese de Livre-Docência, FAU-USP. São Paulo, 1997.
- _____. "As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil". In ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. (et al). "Preço de desapropriação de terras: limites às políticas públicas nas áreas de habitação, meio ambiente e vias públicas em São Paulo". Seminário Internacional de Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social (Anais). Campinas, 2000a.
- _____. "Posfácio". In DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

- MARINHO, G.** *Dez anos de PREZEIS: uma política inovadora de urbanização no Recife*. Recife: FASE-NE/ETAPAS/Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, 1999.
- MARTINS, Carlos Estevam.** "Anteprojeto do Manifesto do CPC". *Arte em Revista*, São Paulo, n° 1, 1962.
- MAUTNER, Yvone.** *A periferia como fronteira de expansão do capital*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MELO, Marcus André B. C. de.** "Estado e mercado: a construção social da agenda do Estado na esfera da habitação, 1930 / 1990". IV Encontro Nacional da ANPUR (Anais). Salvador, 1991.
- MONTES, Maria Lúcia.** *Lazer e ideologia: a representação do social e do político na cultura popular*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 1983.
- MOTTA, Enio Laprovitera.** *Um novo saber militante – Estado, movimento popular e prática profissional alternativa: do autoritarismo à consolidação da participação popular no Recife*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, 1991.
- MUD - MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO DE DESFAVELAMENTO.** *Desfavelamento do Vergueiro*. Relatório do trabalho na favela do Vergueiro. São Paulo, 1963.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do.** *Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular (Rio de Janeiro, 1946 - 1960)*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 2004.
- NEGRELOS, Eulália Portela.** *Remodelação de bairros populares em São Paulo e Madrid, 1976-1992: projeto e participação popular*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de.** "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal". In OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (org.). *Os Sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
- _____. *Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento*. Relatório Parcial / Projeto de Pesquisa FAPESP, 2001-2002. (mimeo.)
- _____. "O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, n° 74, mar/2006, p.67-85.
- OLIVER, Paul.** *Cobijo y sociedad*. Madri: H. Blume Ediciones, 1978.
- _____. *Dwellings: the vernacular house world wilde*. New York: Phaidon, 2003.
- ORTIZ, Renato.** *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- OSMONT, Annick.** "Governança – conceito dúbio, política firme". *Democracia viva*, n° 10, Rio de Janeiro, Ibase, 2001.
- PALUMBO, Adriana; PEREIRA, Márcia; BALTRUSIS, Néelson (orgs.).** *Direito à moradia: uma contribuição para o debate*. São Paulo: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo / Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) / Edições Paulinas: 1992.
- PANDOLFI, Dulce Chaves & GRZYNSZPAN, Mario (org.).** *A favela fala*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- PAOLI, Maria Célia.** "Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil". In SANTOS, Boaventura Souza. (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- PEABIRU** Trabalhos Comunitários e Ambientais. *Plano de Trabalho núcleo Tamarutaca*. Peabiru: São Paulo, 1999 (mimeo).
- _____. *Cartilha de Apoio à Autoconstrução*. São Paulo, 2001 (mimeo).
- _____. *Relatório de Reconhecimento e Programação de Trabalhos – núcleo Tamarutaca*. São Paulo, 2003 (mimeo).
- _____. *Relatório Final Programa de Requalificação Habitacional – núcleo Tamarutaca*. São Paulo, 2003 (mimeo).
- _____. *Estatuto Social da Entidade*. Peabiru: São Paulo, 2006 (mimeo).

- PERLMAN**, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PERRUCI**, Gadiel. *Favelas do Rio e Mucambos do Recife. Um relatório de estágio*. Recife: Fundação da Promoção Social / Departamento Sócio-Econômico / Divisão de Informação e Documentação, 1962.
- PREFEITURA DA CIDADE DE BELO HORIZONTE / COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE (URBEL)**. *Plano Global Específico*. Belo Horizonte, s/d.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**. *Habitação: informativo sobre a política habitacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1999.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ**. *Sumário de dados de Santo André*. Santo André, 1998.
- _____. *Santo André Mais Igual – Programa Integrado de Inclusão Social*. Santo André, 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ; PROGRAMA DE APOIO ÀS POPULAÇÕES DESFAVORECIDAS**. *Relatório – Concessão de crédito para Requalificação Habitacional*. Santo André, 2002 (mimeo).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ; SECRETARIA DE INCLUSÃO SOCIAL E HABITAÇÃO; DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO**. *Programa de Requalificação Habitacional – Questionário Piloto*. Santo André, 2002 (mimeo).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**. *Plano Diretor Estratégico*. São Paulo, 2002.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO**. *Edital para contratação de Projetos de Urbanização de Favelas – Dois de Maio. Termo de Referência (anexo VIII)*. São Paulo, 2002.
- _____. *Plano de Ação Municipal*. São Paulo, 2003a.
- _____. *HabitaSampa* (jornal). São Paulo, 2003c (mimeo).
- _____. *Atuação Multiprofissional nos Programas Habitacionais de Interesse Social*. São Paulo, 2004a.
- _____. "Participação popular nas experiências de urbanização de favelas: o caso do Jardim Olinda". In _____. *Atuação Multiprofissional nos Programas Habitacionais de Interesse Social*. São Paulo, 2004b.
- _____. *Programa de Urbanização de Favelas – Jardim Olinda. Agentes Comunitários*. São Paulo, 2005 (mimeo).
- _____. *Plano de Ação Municipal em Favelas do Município de São Paulo 2001-2009*. São Paulo, s/d.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO; COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO**. *Balço qualitativo de gestão 2001-2004*. São Paulo, s/d.
- PROFAVELA** - Programa de Regulamentação de Favelas. In **CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA**. *I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil*. Brasília: UNB, 1984.
- PEREIRA**, Juliano Aparecido. *A ação cultural de Lina Bo Bardi na Bahia e no Nordeste (1958-1964)*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 2001.
- POMPÉIA**, Roberto. *Os Laboratórios de Habitação no ensino da arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto*. Tese de Doutorado, FAU-USP. São Paulo, 2007.
- PONTUAL**, R. D. "O Programa Habitar Brasil/BID: novo enfoque para a questão da subnormalidade habitacional". Brasília: Encontro Latinoamericano de experiencias en mejoramiento de barrios, 2000 (mimeo.).
- PROCESS ARCHITECTURE**. "Community Design by the People". New York/Tokyo, n° 3, 1977.
- PUGLIESI**, Sttela C. S. de T. S. *Urbanização de favelas: de alternativa à política consolidada*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 2002.
- RANCIÈRE**, Jacques. "O dissenso". In **NOVAES**, Adauto. *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- REINACH**, Henrique. *Projeto Vila Nova Cachoeirinha – construção habitacional por ajuda mútua*. (Programa de Estudios de Vivienda en America Latina. Universidad Nacional de Colômbia. II Seminario Internacional). São Paulo: FAU-USP/Monografias, 1984.
- RESCHKE**, Alexandra; **BOLL**, Armindo; **BARBOSA**, Benedito Barbosa; **SILVA**, Flávio Rodrigues da. “Favelas: a conquista da urbanização e da posse da terra”. In **PALUMBO**, Adriana; **PEREIRA**, Márcia; **BALTRUSIS**, Nélson (orgs.). *Direito à moradia: uma contribuição para o debate*. São Paulo: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo / Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) / Edições Paulinas: 1992.
- RESOLO**. *Regularização de loteamentos no município de São Paulo*. São Paulo: Portela Boldarini Arquitetura e Urbanismo, 2003.
- REVISTA ARQUITETURA / IAB**. “O problema da habitação e os arquitetos”, nº 06, dezembro de 1962.
- _____. “Arquitetura e desenvolvimento”, nº 08, fevereiro de 1963.
- _____. “Favelas”, nº 08, fevereiro de 1963.
- _____. “Mensagem”, nº 10, abril de 1963.
- _____. “As favelas do Rio: encaminhamento para sua solução”, nº 10, abril de 1963.
- _____. “O problema da habitação no Brasil”, nº 10, abril de 1963.
- _____. “A participação do arquiteto”, nº 12, junho de 1963.
- _____. “O problema da habitação e os arquitetos: Política Social do Mocambo”, nº 13, julho de 1963.
- _____. “s.HRu”, nº 14, agosto de 1963.
- _____. “s.HRu”, nº 15, setembro de 1963.
- _____. “O problema da habitação e os arquitetos: Cajueiro Sêco, uma experiência em construção”, nº 16, outubro de 1963.
- _____. “Planejamento: a tal da Reforma Urbana”, nº 21, março de 1964.
- _____. “Ainda a Reforma Habitacional”, nº 23, maio de 1964.
- _____. “Os arquitetos e a habitação”, nº 47, maio de 1966.
- REVISTA ESPAÇO & DEBATES**. “Debates em E & D: Favelas em São Paulo”, nº 2, 1981.
- REVISTA HABITAT**. “Amazonas: o povo arquiteto”, nº 1, 1950.
- _____. “Casa de 7 mil cruzeiros”, nº 3, 1951.
- _____. “Por que o povo é arquiteto?”, nº 3, 1951.
- _____. “Construir é viver”, nº 7, 195?.
- _____. “Construir com simplicidade”, nº 9, 195?.
- RIBEIRO**, Luiz César de Queiroz & **CARDOSO**, Adauto Lúcio. “Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil”. In **RIBEIRO**, Luiz César de Queiroz & **PECHMAN**, Robert. *Cidade, povo e nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 53-78.
- RIDENTI**, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROLNIK**, Raquel & **SAULE Jr.**, Nelson. “Habitat II – assentamentos humanos como tema global”. In **BONDUKI**, Nabil. *Habitat: práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana*. São Paulo: Estúdio Nobel, 1996.
- RONCONI**, Reginaldo. *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o programa FUNAPS Comunitário*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 1995.
- ROSA**, Thaís T. “Produção e apropriação do espaço em periferias urbanas: construindo algumas questões”. XXV Reunião Brasileira de Antropologia (Anais). Goiânia, 2006.
- ROSSETTO**, R. *Organismos internacionais e autoconstrução: análise e reflexões sobre as políticas de habitação para população de baixa renda*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 1993.

- RUDOLFSKY**, Bernard. *Architecture without architects*. Londres: Academy Editions, 1977.
- RUBINO**, Silvana B. *Rotas da modernidade: trajetória, campo e história na atuação de Lina Bo Bardi, 1947-1968*. Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP. Campinas, 2002.
- SACHS**, Celine. *Políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SADER**, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAGMACS**. *Aspectos humanos da favela carioca: estudo sócio-econômico elaborado pela Sagmacs*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1960.
- SAMPAIO**, Maria Ruth Amaral de. *Habitação popular paulistana autoconstruída*. São Paulo: FAU-USP, 1984.
- _____. "O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana". Revista Espaço & Debates. n° 37, 1994, p. 19-33.
- _____. "Cortiço Vivo: projeto de reabilitação de cortiço na área central - Bom Retiro, São Paulo". Revista de Cultura e Extensão USP, n° 0, jul-dez, 2005 (<http://www.usp.br/prc/revista/pp1.html>, acesso em 30/09/06).
- SAMPAIO**, Plínio de Arruda. "Depoimento – O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto: Planejamento e Política no Estado de São Paulo em 1959". Revista Espaço & Debates, n° 4, 1981, p. 127-136.
- SANTOS**, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. "Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?" In VELHO, Gilberto. *O Desafio da Cidade: novas perspectivas de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- _____. "A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta". Revista de Administração Municipal, n° 165, Rio de Janeiro, Ibam, out/dez 1982, p. 6-17.
- _____. "Habitação – o que é mesmo que pode fazer quem sabe?" In VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982a.
- _____. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- _____. "Está na hora de ver as cidades como são de verdade". Revista Projeto, n° 113, São Paulo, ago 1988, p.99-102.
- _____. "Depoimento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos" (transcrição vídeo do IBAM, 1998). In PUGLIESI, Sttela C. S. de T. S. *Urbanização de favelas: de alternativa à política consolidada*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 2002.
- SANTOS**, Cláudio Hamilton M. *Políticas Federais de Habitação no Brasil 1964 / 1998*. Brasília: Ipea, 1999 (www.ipea.gov.br, acesso em 22/07/05).
- SANTOS**, Wanderley Guilherme dos. "Do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso". In _____. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SCHWARZ**, Roberto. "Cultura e política 1964-1969". In _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Seqüências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. "Posfácio". In ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- SEGAWA**, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1997.
- SCHETTER**, Oliver. "Die gute stube: favela-sanierung in Tamarutaca". Arch +, n°189/160, 2002 (tradução do autor, mimeo.).
- SHIMBO**, Lúcia. *A casa é o pivô: mediações entre o arquiteto, o morador e a habitação rural*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 2004.

- SILVA, Ana Amélia da. "Reforma Urbana e o direito à cidade". São Paulo, Revista Pólis, nº 1, 1991.
- _____. "Moradia e cidadania: um debate em movimento". São Paulo, Revista Pólis, nº 20, 1994.
- _____. *Cidadania, conflitos e agendas sociais: das favelas urbanizadas aos fóruns internacionais*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo, 1996.
- SIMÕES, Júlio Assis. *O dilema da participação popular: a etnografia de um caso*. São Paulo: ANPOCS / Marco Zero, 1992.
- SINGER, Paul & BRANT, Vinícius Caldeira (orgs.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Vida urbana e gestão da pobreza*. São Paulo: Cortez, 1988.
- SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR (HABI 1-Divisão técnica de planejamento); SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO; PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Programa de Urbanização de Favelas – Favela Jardim Olinda / Ponto Seguro I*. São Paulo, 2006.
- TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença (Coleção Dimensões), 1985.
- TAFURI, Manfredo; CACCIARI, M.; DAL CO, F. *De la Vanguarda a La Metrópole: Crítica Radical a la Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.
- TANAKA, Marta. *MUD – A vivência da realidade e a prática do fazer: Movimento Universitário de Desfavelamento*. (colaboração de Marta Teresinha Godinho, Antonio Carlos Teixeira e Sueli Sakis). São Paulo: FAU-USP/Cadernos de Pesquisa do Lap, 06, 1995.
- TASCHNER, Susana P. *Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas*. São Paulo: FAU-USP/Cadernos de Pesquisa do Lap, 18, 1997.
- TACHNER, Susana P. & MAUTNER, Yvone. *Habitação da pobreza: alternativas de moradia popular em São Paulo*. São Paulo: FAU-USP/Fupam, 1982.
- TATAGIBA, Luciana. "Os desafios da articulação entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o marco da democracia gerencial. O caso do Projeto Rede Criança em Vitória/ES". In DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (orgs.). *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 2006.
- TEIA CASA DE CRIAÇÃO. *Estatuto Social da Entidade*. São Carlos: Teia Casa de Criação, 2005.
- TEIA CASA DE CRIAÇÃO & ACQUAVIT. *Bacia Hidrográfica do Córrego da Água Quente. Informações sócio-ambientais*. Publicação do Projeto Água Quente – Programa Petrobrás Ambiental. São Carlos: Teia Casa de Criação, 2005.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. "A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade". In DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia C. & ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. "Orçamentos Participativos: projetos políticos, partilha de poder e alcance democrático". In DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (orgs.). *A Disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- THOMAZ, Dalva. *Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 1997.
- TURNER, John. *Vivienda, todo el poder para los usuarios: hacia la economía en la construcción del entorno*. Madrid: H. Blume, 1977.

- _____. "Da provisão centralizada à autogestão local: novas direções para a política habitacional". In MASCARÓ, Lúcia (coord.). *Tecnologia e Arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1989.
- USINA CTAH**. *Cidade Tiradentes: plano de ação habitacional e urbano / Programa Bairro Legal*. São Paulo: SEHAB/PMSP/Cities Alliance, 2003
- USINA CTAH / TEIA Casa de Criação**. *Proposta de intervenção: favela Dois de Maio*. São Paulo, 2002a.
- _____. *Relatório de levantamentos: favela Dois de Maio*. São Paulo, 2002b.
- _____. *Relatório de diagnósticos: favela Dois de Maio*. São Paulo, 2003a.
- _____. *Relatório de estudo de alternativas: favela Dois de Maio*. São Paulo, 2003b.
- VAINER**, Carlos. "Pátria, empresa, mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". In ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VALLADARES**, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- _____. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VALLADARES**, Lícia do Prado & MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas no Rio de Janeiro 1906 - 2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Faperj / URBANDATA, 2003.
- VELHO**, Gilberto (coord.). *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1980.
- VILLAÇA**, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. "Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil". In DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli (orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/FUPAM, 1999.
- WISNIK**, Guilherme. "Lúcio Costa: entre o empenho e a reserva". In _____. *Espaços da Arte Brasileira / Lúcio Costa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- ZALUAR**, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- _____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

lista e fontes das imagens]

- capa Tamarutaca >> PMSA (livre adaptação - Magaly Pulhez)
- p. 13 1. Pedregulho >> Andreoli, 2004
- p. 14 2. Japurá >> Bonduki, 1998
- p. 14 3. Croqui Corbusier favela carioca >> Guerra, 2002
- p. 15 4. Casas modelo para removidos de mucambos >> Correia, 2004
- p. 15 5. Parque proletário nº1 >> Nascimento, 2004
- p. 17 6. Casas construídas pela Fundação Leão XIII >> Nascimento, 2004
- p. 17 7. Conjunto habitacional Cruzada São Sebastião >> Freire & Oliveira, 2002
- p. 22 8. Cartaz da Exposição Nordeste >> Bardi, 1967b
- p. 22 9. Palafitas no Amazonas >> Cardozo, 1956
- p. 23 10. Vila operária de Monlevade >> Wisnik, 2001
- p. 24 11. Arquitetura nômade >> Rudofsky, 1977
- p. 24 12. Alberobello >> Oliver, 2003
- p. 28 13. Auto dos 99% >> Ridenti, 2000
- p. 28 14. O povo canta >> Magaly Pulhez
- p. 30 15. Parangolé P4 Capa 1 >> CAHO, 1996
- p. 35 16. Croqui Corbusier plano urbanístico Rio de Janeiro >> Le Corbusier, 2004
- p. 35 17. Corbusier e maquete Unité d'Habitation >> Hall, 2002
- p. 40 18. Zezinho Magalhães >> João Marcos Lopes
- p. 42 19. Estudos Lefèvre para casas populares >> Arantes, 2004
- p. 43 20. Corte - casa Pery Campos >> Koury, 2003
- p. 43 21. Vista lateral - casa Pery Campos >> Koury, 2003
- p. 43 22. Vista posterior - casa Pery Campos >> Koury, 2003
- p. 47 23. Vila Mateotti >> Barone, 2002
- p. 48 24. Nova Gurna >> Fathy, 1982
- p. 49 25. Universidade de Oregon >> Alexander, 1976
- p. 50 26. Esquema Christopher Alexander >> Alexander, 1976
- p. 52 27. *Le circuit brouillé* Yona Friedman >> Friedman, 1971
- p. 52 28. *Le circuit rompu* Yona Friedman >> Friedman, 1971
- p. 57 29. Charge Seminário de Habitação e RU >> IAB, 2001
- p. 63 30. Projeto MUD >> MUD, 1963
- p. 63 31. Projeto MUD >> MUD, 1963
- p. 65 32. Cajueiro Sêco >> Borsoi, 1967
- p. 65 33. Cajueiro Sêco >> Borsoi, 1967
- p. 70 34. Vila Kennedy >> Freire & Oliveira, 2002
- p. 72 35. Brás de Pina >> Santos, 1981
- p. 73 36. Brás de Pina >> Santos, 1981
- p. 80 37. Cidade Tiradentes >> Usina
- p. 84 38. Passeata em São Paulo >> João Marcos Lopes
- p. 84 39. Invasão de terra em Diadema >> Revista Veja, ano 23, nº 50, 19/dez/1990
- p. 87 40. Recanto da Alegria >> Bonduki, 1992
- p. 89 41a e 41b. Laboratório de Habitação da UNICAMP >> João Marcos Lopes
- p. 90 42. Assembléia do Povo >> De Paoli, 2000
- p. 91 43. Assembléia do Povo >> De Paoli, 2000
- p. 91 44. Assembléia do Povo >> De Paoli, 2000
- p. 91 45. Assembléia do Povo >> De Paoli, 2000
- p. 97 46. Vila Olinda / Diadema >> Diadema, 1996
- p. 97 47. Sacadura Cabral / Santo André >> Magaly Pulhez
- p. 109 48. Dois de Maio >> Usina / Teia
- p. 109 49. Dois de Maio >> Usina / Teia
- p. 109 50. Dois de Maio >> Usina / Teia
- p. 110 51. Dois de Maio / Foto aérea >> Usina / Teia
- p. 112 52. Dois de Maio >> Usina / Teia
- p. 112 53. Dois de Maio >> Usina / Teia
- p. 112 54. Dois de Maio >> Usina / Teia
- p. 113 55. Dois de Maio >> Usina / Teia
- p. 113 56. Dois de Maio >> Usina / Teia
- p. 122 57. Projeto RESOLO >> Resolo, 2003
- p. 123 58. Projeto Viver Melhor >> PMSP/SEHAB/COHAB, s/d
- p. 141 59. Dois de Maio / Quintal coletivo >> Usina / Teia
- p. 147 60. Dois de Maio / Tabuleiro >> Usina / Teia
- p. 148 61. Dois de Maio / Mapa de referências (história oral) >> Usina / Teia
- p. 148 62. Dois de Maio / Mapa de referências (projeto) >> Usina / Teia
- p. 149 63. Dois de Maio / Cartaz convocação para reunião >> Usina / Teia
- p. 154 64. Dois de Maio / Maquete eletrônica conj. habitacional >> Usina / Teia
- p. 154 65. Dois de Maio / Maquete eletrônica conj. habitacional >> Usina / Teia
- p. 154 66. Dois de Maio / Maquete eletrônica conj. habitacional >> Usina / Teia
- p. 155 67. Dois de Maio / Croqui setor 1 (vista geral) >> Usina / Teia
- p. 155 68. Dois de Maio / Croqui setor 1 (rua-jardim) >> Usina / Teia
- p. 155 69. Dois de Maio / Mapa projeto final setor 1 >> Usina / Teia
- p. 155 70. Dois de Maio / Croqui setor 1 (vista lazer) >> Usina / Teia
- p. 156 71. Dois de Maio / Mapa projeto final setores 2 e 3 >> Usina / Teia
- p. 156 72. Dois de Maio / Provisão habitacional setor 2 >> Usina / Teia
- p. 156 73. Dois de Maio / Mapa projeto final setor 4 >> Usina / Teia
- p. 156 74. Dois de Maio / Croqui setor 2 (quintal coletivo) >> Usina / Teia
- p. 156 75. Dois de Maio / Croqui setor 4 (córrego) >> Usina / Teia
- p. 159 76. Dois de Maio >> Magaly Pulhez
- p. 159 77. Dois de Maio >> Magaly Pulhez

p. 161 **78.** Jd. Olinda / Mapa de localização >> GTA
p. 162 **79.** Jd. Olinda / Mapa condições de habitabilidade >> Maria Lúcia S. D'Alessandro
p. 162 **80.** Jd. Olinda >> HABI
p. 162 **81.** Jd. Olinda >> HABI
p. 162 **82.** Jd. Olinda >> HABI
p. 163 **83.** Jd. Olinda / Identificação setores >> HABI
p. 164 **84.** Jd. Olinda >> HABI
p. 164 **85.** Jd. Olinda >> HABI
p. 165 **86.** Jd. Olinda >> HABI
p. 165 **87.** Jd. Olinda >> HABI
p. 165 **88.** Jd. Olinda >> HABI
p. 172 **89.** Jd. Olinda / Croqui GTA >> GTA
p. 172 **90.** Jd. Olinda / Croqui GTA >> GTA
p. 172 **91.** Jd. Olinda / Croqui GTA >> GTA
p. 178 **92.** Jd. Olinda / Maquete da proposta >> HABI
p. 178 **93.** Jd. Olinda / Apresentação da maquete >> HABI
p. 179 **94.** Jd. Olinda / Reunião para discussão da proposta >> HABI
p. 179 **95.** Jd. Olinda / Reunião para discussão da proposta >> HABI
p. 179 **96.** Jd. Olinda / Reunião para discussão da proposta >> HABI
p. 179 **97.** Jd. Olinda / Reunião para discussão da proposta >> HABI
p. 181 **98.** Jd. Olinda / Croqui GTA >> GTA
p. 181 **99.** Jd. Olinda / Croqui GTA >> GTA
p. 181 **100.** Jd. Olinda / Croqui GTA >> GTA
p. 182 **101.** Jd. Olinda / Esquema edifícios sinuosos >> GTA
p. 182 **102.** Jd. Olinda / Mapa projeto final setor 2 >> GTA
p. 182 **103.** Jd. Olinda / Croqui sinuosos >> GTA
p. 182 **104.** Jd. Olinda / Planta sinuosos >> GTA
p. 183 **105.** Jd. Olinda / Croqui edifícios escalonados >> GTA
p. 183 **106.** Jd. Olinda / Mapa projeto final setor 1 >> GTA
p. 183 **107.** Jd. Olinda / Esquema edifícios escalonados >> GTA
p. 183 **108.** Jd. Olinda / Planta edifícios escalonados >> GTA
p. 183 **109.** Jd. Olinda / Croquis canalização de córrego >> GTA
p. 183 **110.** Jd. Olinda / Croquis canalização de córrego >> GTA
p. 183 **111.** Jd. Olinda / Croquis canalização de córrego >> GTA
p. 190 **112.** Jd. Olinda / Domicílio novo >> Magaly Pulhez
p. 191 **113.** Jd. Olinda / Praça >> Magaly Pulhez
p. 192 **114.** Jd. Olinda / Vista edifícios sinuosos >> Magaly Pulhez
p. 192 **115.** Jd. Olinda / Vista edifícios sinuosos >> Magaly Pulhez
p. 192 **116.** Jd. Olinda / Vista edifícios sinuosos >> Magaly Pulhez
p. 193 **117.** Jd. Olinda / Setor não urbanizado >> Magaly Pulhez
p. 193 **118.** Jd. Olinda / Setor não urbanizado >> Magaly Pulhez
p. 195 **119.** Tamarutaca / Foto aérea >> Magaly Pulhez
p. 196 **120.** Tamarutaca / Vista geral >> Peabiru
p. 196 **121.** Tamarutaca / Viela do Jatobá >> PMSA
p. 196 **122.** Mapa Santo André / áreas PIIS >> Blanco, 2006
p. 197 **123.** Tamarutaca >> PMSA

p. 197 **124.** Tamarutaca >> PMSA
p. 198 **125.** Mapa urbanização 1a. fase >> PMSA
p. 198 **126.** Mapa urbanização 2a. fase >> PMSA
p. 199 **127.** Tamarutaca / Centro comunitário >> Magaly Pulhez
p. 208 **128.** Tamarutaca / Praça >> PMSA
p. 208 **129.** Projeto de urbanização Capuava >> Denaldi, 2003
p. 208 **130.** Quilombo II antes da urbanização >> PMSA, 2003
p. 208 **131.** Quilombo II depois da urbanização >> PMSA, 2003
p. 209 **132.** Unidade de negócio Sacadura Cabral >> Denaldi, 2003
p. 209 **133.** Unidade de negócio Sacadura Cabral >> Denaldi, 2003
p. 210 **134.** Conjunto Habitacional Prestes Maia >> Magaly Pulhez
p. 212 **135.** Residencial Parque do Gato >> PMSP/SEHAB/COHAB, s/d
p. 216 **136.** Tamarutaca / Profissionais PEABIRU >> Peabiru
p. 216 **137.** Tamarutaca / Profissionais PEABIRU >> Peabiru
p. 222 **138.** Tamarutaca / Obras >> Peabiru
p. 222 **139.** Tamarutaca / Obras >> Peabiru
p. 223 **140.** Tamarutaca / Obras arrimo >> Peabiru
p. 223 **141.** Tamarutaca / Obras arrimo >> Peabiru
p. 224 **142.** Tamarutaca / Tipologias PEABIRU >> Peabiru
p. 225 **143.** Tamarutaca / Tipologias PEABIRU >> Peabiru
p. 225 **144.** Tamarutaca / Tipologias PEABIRU >> Peabiru
p. 225 **145.** Tamarutaca / Casa construída segundo tipologias PEABIRU >> Magaly Pulhez
p. 226 **146.** Tamarutaca / Tipologias PEABIRU >> Peabiru
p. 226 **147.** Tamarutaca / Tipologias PEABIRU >> Peabiru
p. 227 **148.** Tamarutaca / Casa construída segundo tipologias PEABIRU >> Peabiru
p. 227 **149.** Tamarutaca / Autoconstrução >> Peabiru
p. 227 **150.** Tamarutaca / Tipologias escadas PEABIRU >> Peabiru
p. 229 **151.** Diagramas cartilha de autoconstrução >> Peabiru
p. 229 **152.** Diagramas cartilha de autoconstrução >> Peabiru
p. 229 **153.** Diagramas cartilha de autoconstrução >> Peabiru
p. 229 **154.** Diagramas cartilha de autoconstrução >> Peabiru
p. 229 **155.** Diagramas cartilha de autoconstrução >> Peabiru
p. 229 **156.** Diagramas cartilha de autoconstrução >> Peabiru
p. 230 **157.** Tamarutaca / Requalificação habitacional Viver Melhor >> Peabiru
p. 231 **158.** Tamarutaca / Requalificação habitacional Viver Melhor >> Denaldi, 2003
p. 232 **159.** Tamarutaca / Tipologias PEABIRU Requalificação habitacional Viver Melhor >> Peabiru
p. 233 **160.** Tamarutaca / Tipologias PEABIRU Requalificação habitacional Viver Melhor >> Peabiru
p. 233 **161.** Tamarutaca / Tipologias PEABIRU Requalificação habitacional Viver Melhor >> Peabiru
p. 233 **162.** Tamarutaca / Tipologias PEABIRU Requalificação habitacional Viver Melhor >> Peabiru
p. 234 **163.** Tamarutaca / Obras >> Peabiru
p. 234 **164.** Tamarutaca / Obras >> Peabiru
p. 234 **165.** Tamarutaca / Obras >> Peabiru
p. 234 **166.** Tamarutaca / Obras >> Peabiru
p. 235 **167.** Tamarutaca / Via não urbanizada >> Magaly Pulhez
p. 235 **168.** Tamarutaca / Vista geral >> Magaly Pulhez

lista de siglas]

APA – Área de Proteção Ambiental
APD – Apoio às Populações Desfavorecidas
BA – Belas-Artes
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH – Banco Nacional de Habitação
CEM – Centro de Estudos da Metrópole
CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CDRU – Concessão de Direito Real de Uso
CE – Comissão Européia
CEF – Caixa Econômica Federal
CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação
CPC – Centro Popular de Cultura
DEHAB – Departamento de Habitação
DHP – Departamento de Habitação Popular
EH – Economia e Humanismo
ELETROPAULO – Empresa de Energia do Estado de São Paulo (privatizada)
EREA – Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura
FACESP – Federação de Associações Comunitárias do Estado de São Paulo
FAFEG – Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMH – Fundo Municipal de Habitação
FUNACOM – Programa de financiamento comunitário de unidades habitacionais (FUNAPS)
FUNAPS – Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Sub-normal
FUNAPS FAVELA – Programa de financiamento de material de construção para reconstrução de unidade habitacional em favela (FUNAPS)
HABI – Superintendência de Habitação Popular
IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
IAP – Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABHAB – Laboratório de Habitação

MDDF – Movimento de Defesa dos Direitos do Favelado
MDF – Movimento de Defesa do Favelado
MUD – Movimento Universitário de Desfavelamento
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Orçamento Participativo
PBL – Programa Bairro Legal
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PFL – Partido da Frente Liberal
PGU – Programa de Gestão Urbana
PIIS/SAMI – Programa Integrado de Inclusão Social / Programa Santo André Mais Igual
PMISA – Prefeitura Municipal de Santo André
PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
PREZEIS – Programa de Regularização de ZEIS
PROCAV – Programa de canalização de córregos, implantação de vias e recuperação de fundos de vale
PROVER – Projeto de urbanização de favelas com verticalização (Cingapura)
PT – Partido dos Trabalhadores
RESOLO – Departamento de Regularização e Parcelamento do Solo
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
SABESP – Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo
SAGMACS – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas aplicadas aos Complexos Sociais
SEHAB – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano
SEMASA – Serviço Municipal de Abastecimento de Santo André
SERFHA – Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SISH – Secretaria de Inclusão Social e Habitação
UG – Unidade de Gestão
UMM – União dos Movimentos de Moradia
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URBANACOM – Programa de financiamento de projeto e obras de urbanização de favelas (FUNAPS)
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

listagem das entrevistas]

Núcleo Dois de Maio

[morador Dois de Maio/1], aposentado – entrevistas em 29 de setembro de 2005 e 29 de maio de 2006, no núcleo Dois de Maio, em São Paulo;

[morador Dois de Maio/2], aposentado – entrevista em 29 de maio de 2006, no núcleo Dois de Maio, em São Paulo;

[morador Dois de Maio/3], integrante de equipe técnica de movimento social – entrevista em 29 de maio de 2006, no núcleo Dois de Maio, em São Paulo;

Núcleo Jd. Olinda

[morador Jd. Olinda/1], agente de trânsito – entrevista em 05 de setembro de 2006, no núcleo Jd. Olinda, em São Paulo;

[morador Jd. Olinda/2], aposentado – entrevista em 11 de setembro de 2006, no núcleo Jd. Olinda, em São Paulo;

[morador Jd. Olinda/3], coordenador de entidade comunitária – entrevista em 18 de setembro de 2006, no núcleo Jd. Olinda, em São Paulo;

Núcleo Tamarutaca

[morador Tamarutaca/1], mestre-de-obras – entrevistas em 21 de setembro de 2005 e 03 de maio de 2006, no núcleo Tamarutaca, em Santo André;

[morador Tamarutaca/2], catador de papel e plástico – entrevista em 10 de maio de 2006, no núcleo Tamarutaca, em Santo André;

[morador Tamarutaca/3], aposentado – entrevista em 18 de junho de 2006, no núcleo Tamarutaca, em Santo André;

Geral

[arquiteto/1] – entrevista em 08 de março de 2006, em seu escritório, em São Paulo;

[arquiteto/2] – entrevista em 28 de março de 2006, em seu escritório, em São Carlos;

[arquiteto/3] – entrevista em 06 de abril de 2006, em seu escritório, em São Carlos;

[arquiteto/4] – entrevistas em 28 de abril de 2006, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC USP, em São Carlos e em 12 de junho de 2006, em sua casa, em São Carlos;

[arquiteto/5] – entrevista em 09 de junho de 2006, em seu escritório, em São Paulo;

[arquiteto/6] – entrevista em 18 de julho de 2006, em seu escritório, em São Paulo;

[funcionário de HABI/1], engenheiro – entrevistas em 05 de maio de 2005, na FAU Maranhão, em São Paulo, e em 28 de abril de 2006, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC USP, em São Carlos;

[funcionário de HABI/2], engenheiro – entrevista em 07 de agosto de 2006, na sede de HABI/SEHAB/PMSP, em São Paulo;

[funcionário de HABI/3], assistente social – entrevista em 29 de agosto de 2006, na sede de HABI/SEHAB/PMSP, em São Paulo;

[funcionário de HABI/4], engenheiro – entrevista em 03 de setembro de 2006, no canteiro de obras do Jd. Olinda, em São Paulo;

[funcionário de HABI/5], assistente social – entrevista em 18 de setembro de 2006, no canteiro de obras do Jd. Olinda, em São Paulo;

[funcionário da PMSA/1], arquiteto – entrevista em 20 de setembro de 2005, no DEHAB da SISH/PMSA, em Santo André;

[funcionário da PMSA/2], arquiteto – entrevista em 09 de agosto de 2006, no DEHAB da SISH/PMSA, em Santo André.